

Congregação para a Evangelização dos Povos
Obras Missionárias Pontifícias



**Batizados
e enviados**

**A IGREJA DE CRISTO
EM MISSÃO NO MUNDO**

MÊS MISSIONÁRIO EXTRAORDINÁRIO

Outubro 2019



SAN PAOLO

Congregação para a Evangelização dos Povos
Obras Missionárias Pontifícias

BATIZADOS E ENVIADOS: A IGREJA DE CRISTO EM MISSÃO NO MUNDO

MÊS MISSIONÁRIO EXTRAORDINÁRIO
OUTUBRO 2019

Outubro
2019



SAN PAOLO



Batizados e enviados

Outubro
2019

© EDIZIONI SAN PAOLO s.r.l., 2019

Piazza Soncino, 5 - 20092 Cinisello Balsamo (Milano)

www.edizionisanpaolo.it

Distribuzione: Diffusione San Paolo s.r.l.

Piazza Soncino, 5 - 20092 Cinisello Balsamo (Milano)

Progetto grafico: Ink Graphics Communication, Milano

ISBN 978-88-922-1789-8

ÍNDICE

Introdução ao Guia Outubro 2019 pág. 5

PARTE INTRODUTÓRIA

SANTO PADRE FRANCISCO

- Carta por ocasião do centenário da promulgação
da carta apostólica *Maximum Illud* 2017 » 9
- Discurso aos participantes na Assembleia
das Obras Missionárias Pontifícias 2017 » 15
- Discurso aos Diretores Nacionais
das Obras Missionárias Pontifícias 2018 » 19
- Mensagem para o Dia Mundial das Missões de 2018 » 23

CARDEAL FERNANDO FILONI

- Carta aos Bispos Ordinários, 3 dezembro 2017 » 29
- Carta aos Superiores e Superiores Gerais, 3 dezembro 2017 » 33
- Carta aos Bispos Ordinários, 8 abril 2018 » 37
- Carta aos Superiores e Superiores Gerais, 8 abril 2018 » 41
- Carta aos Responsáveis Internacionais dos Movimentos Eclesiais,
das Novas Comunidades e das Associações Laicais, 8 abril 2018 » 45
- Carta aos Reitores e Formadores dos Seminários
Maiores, 8 abril 2018 » 49

DOM. GIAMPIETRO DAL TOSO

A *Missio* na Trindade, origem da *Missio* da Igreja pág. 53

PE. FABRIZIO MERONI

A Missão da Igreja e a *Missio ad gentes*
Algumas Observações Iniciais » 69

PRIMEIRA PARTE

O ENCONTRO COM JESUS CRISTO

Comentários aos textos bíblicos da Liturgia
do mês de outubro 2019 » 83
Homilias e Angelus do Papa Francisco » 197

SEGUNDA PARTE

TESTEMUNHAS DA MISSÃO

Santa Teresa do Menino Jesus » 203
São Francisco Xavier » 208
São Francisco de Assis » 212
Beato Paulo Manna » 217
Venerável Paulina Maria Jaricot » 221
Carlos de Forbin-Janson » 226
Joana Bigard » 230
Ana Dengel » 235
Beato Benedict Daswa » 238
Catarina Zecchini » 243
Beato Cyprian Michael Iwene Tansi » 248
Venerável Délia Tétreault » 252
Servo de Deus Ezequiel Ramin » 257
Servo de Deus Félix Tantardini » 263
Jean Cassaigne » 267
Beato Justo Takayama Ukon » 272

Outubro
2019

Batizados
e enviados

Beato Lucien Botovasoa	pág. 275
Mon Filomena Yamamoto	» 280
Beato Peter To Rot	» 284
Beato Pierre Claverie	» 289
Simon Mpecke	» 294
Beato Titus Brandsma	» 297
Beata Victoire Rasoamanarivo	» 300
Vivian Uchechi Ogu	» 305
Wanda Błęńska	» 309

TERCEIRA PARTE CONSIDERAÇÕES SOBRE A MISSÃO

Aspetos relevantes da carta apostólica <i>Maximum illud</i>	» 317
Trindade, Missão e Igreja	» 329
A Páscoa de Jesus Cristo: fundamento da Missão	» 335
Maria e a Igreja	» 341
Palavra de Deus, Batismo e Eucaristia na Missão da Igreja	» 351
Batizados e pastores na <i>missio ad gentes</i> : as Obras Missionárias Pontifícias	» 359
Leigos e famílias em Missão no mundo	» 367
Missão e virgindade consagrada	» 375
Missão: Igreja e movimentos eclesiais	» 381
Missão da Igreja, religiões e culturas em diálogo	» 387
Caridade missionária e comunhão entre as Igrejas	» 393
Missão, pobreza e justiça social	» 401
Logotipo Outubro 2019: Símbolos e Cores	» 407
<i>Oração para o Mês Missionário Extraordinário Outubro 2019</i>	» 409
<i>Omnis Terra - publicações PONTIFÍCIA UNIÃO MISSIONÁRIA CENTRO INTERNACIONAL DE ANIMAÇÃO MISSIONÁRIA</i>	» 410

INTRODUÇÃO AO GUIA OUTUBRO 2019

Após larga consulta junto das Igrejas locais, temos a alegria de apresentar o Guia para o Mês Missionário Extraordinário Outubro 2019, com o tema «Batizados e enviados: a Igreja de Cristo em missão no mundo». Trata-se de material de apoio realizado com os contributos provenientes de cristãos do mundo inteiro e dirigido aos cristãos do mundo inteiro. Um verdadeiro trabalho de comunhão eclesial, que foi possível, graças, também, à mediação das direções nacionais das Obras Missionárias Pontifícias presentes nos vários países. Um instrumento nascido em ambiente “sinodal” para servir as Igrejas locais nas suas necessidades de formação e animação missionária, e para preparar e viver o Mês Missionário Extraordinário desejado pelo Papa Francisco por ocasião do centenário da promulgação da Carta Apostólica *Maximum Illud* do Papa Bento XV (30 de novembro de 1919).

Os textos aqui apresentados servirão para inspirar a criatividade das Igrejas locais e dos seus fiéis, no confronto com os desafios inerentes à evangelização a partir da *missio ad gentes* e do contexto respetivo. Sendo um guia e não um livro, esta obra não pretende ser linear, exaustiva em termos de conteúdo ou estruturada segundo uma progressão lógica, nem tampouco se quer apresentar como uma reflexão completa, articulada e sistemática sobre a teologia ou sobre a catequese em relação à *missio ad gentes*. Tentámos respeitar, na medida do possível, a simplicidade, os conteúdos e o estilo dos muitos contributos que nos chegaram em diversas línguas. Não se trata de um texto prescritivo: a nossa verdadeira intenção é inspirar, sugerir e incentivar a criatividade local. Agindo assim, parece-nos corresponder fielmente ao papel desempenhado pela Congregação para a Evangelização dos Povos (CEP) e pelas Obras Missionárias Pontifícias (OMP) ao serviço do ministério de Pastor Universal do

Papa, que, como sucessor de Pedro, se preocupa com a fé e a missão de todas as Igrejas espalhadas pelo mundo.

As partes que compõem este Guia correspondem às dimensões espirituais indicadas pelo Santo Padre o Papa Francisco ao convocar este Mês Missionário Extraordinário: o encontro pessoal com Jesus Cristo, vivo na Igreja, o testemunho de santos e mártires da missão, a formação catequética para a missão e a caridade missionária. O texto está publicado em inglês, italiano, francês, espanhol e português. A edição típica aprovada e de referência, quanto aos conteúdos, é a de língua italiana.

Após uma coletânea de textos oficiais do Santo Padre o Papa Francisco e do cardeal Fernando Filoni, prefeito da CEP, segue-se uma reflexão sobre a missão, de Dom Giampietro Dal Toso, secretário-adjunto da CEP e presidente das OMP. As minhas considerações iniciais sobre a *missio ad gentes* são reflexões abertas e não exaustivas, para nos ajudar a melhor compreender a *missio ad gentes*, a sua consistência, a sua crise e o seu carácter paradigmático para toda a Igreja.

A PRIMEIRA PARTE, «Encontro com Jesus Cristo», oferece-nos meditações espirituais de carácter missionário sobre leituras bíblicas da Santa Missa quotidiana dos trinta e um dias do mês de outubro de 2019. Poder-se-á utilizá-las para a celebração da Santa Missa ou para qualquer outro momento de oração e formação.

A SEGUNDA PARTE, «Testemunhas da missão», diz respeito a mulheres e homens, santos e mártires, canonizados ou não, que várias Igrejas locais do mundo inteiro nos sugeriram e apresentaram como modelos e intercessores em termos de fé e de missão. Que cada um se sinta livre para contactar as direções nacionais OMP dos países de referência dos testemunhos aqui apresentados a fim de obter mais informações, indicações bibliográficas e sugestões.

A TERCEIRA PARTE, «Considerações sobre a Missão», apresenta uma série de temas importantes, evidenciados pelas Igrejas locais e pelos nossos diretores nacionais OMP, tendo em vista a formação e a animação pastoral para a missão. Sem a pretensão de desenvolver uma teologia exaustiva ou

propostas completas, estes textos contêm ideias e sugestões para encontros de formação sobre a missão.

Somos convidados a fazer uma leitura integral e contextualizada dos conteúdos proféticos sobre a *missio ad gentes* da Carta Apostólica *Maximum Illud*. Além disso, para o nosso empenho de oração, reflexão e formação missionária, sugerimos que também se faça referência a outros textos do magistério, tais como: *Lumen Gentium, Ad Gentes, Nostra Aetate, Gaudium et Spes, Evangelii Nuntiandi, Redemptoris Missio, Dialogo e Annuncio, Deus Caritas Est, Evangelii Gaudium*, além do *Catecismo da Igreja Católica* e do *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*.

Depois de terem avaliado e aprovado os conteúdos, a CEP e as OMP têm a alegria de propor os textos aqui publicados a quem os quiser aproveitar para a preparação e implementação do Mês Missionário Extraordinário Outubro 2019. Trata-se de um Guia escrito em coautoria (e não por um só autor), e composto graças a um assíduo trabalho de recolha, análise e triagem por parte da *Working Team* Outubro 2019¹. Qualquer pessoa pode usufruir deles na íntegra, parcialmente, ou ainda consoante as circunstâncias eclesiais e as necessidades locais. Para maiores aprofundamentos, consultem-se também os seguintes sítios *sites* da *internet*, onde se poderá encontrar mais material disponível para quem o desejar: www.october2019.va, www.fides.org e www.ppoomm.va.

Agradecemos a todos aqueles que contribuíram para a elaboração e redação deste Guia.

Vaticano, 30 de novembro de 2018

PE. FABRIZIO MERONI²

¹ Trata-se de um grupo composto por seis elementos: dois representantes das OMP, dois da CEP e dois da Pontifícia Universidade Urbaniana.

² O Pe. Fabrizio Meroni, sacerdote missionário do Instituto Pontifício das Missões Estrangeiras (IPME), é secretário-geral da Pontifícia União Missionária, diretor do Centro Internacional de Animação Missionária (CIAM) e da Agência de informação *Fides* junto das Obras Missionárias Pontifícias e da Congregação para a Evangelização dos Povos.

CARTA DO SANTO PADRE FRANCISCO
POR OCASIÃO DO CENTENÁRIO
DA PROMULGAÇÃO DA CARTA APOSTÓLICA
MAXIMUM ILLUD SOBRE A ATIVIDADE
DESENVOLVIDA PELOS MISSIONÁRIOS NO MUNDO

*Ao Venerado Irmão
cardeal Fernando FILONI,
prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos*

A 30 de novembro de 2019 ocorrerá o centenário da promulgação da Carta Apostólica *Maximum Illud*, com a qual Bento XV quis dar novo impulso à responsabilidade missionária de anunciar o Evangelho. Estávamos no ano de 1919. Terminado um conflito mundial terrível, que ele mesmo definiu como «massacre inútil»³, o Papa sentiu necessidade de requalificar evangelicamente a missão no mundo, purificando-a de qualquer incrustação colonial e preservando-a daquelas ambições nacionalistas e expansionistas que tantas calamidades provocaram. «A Igreja de Deus é universal, nenhum povo lhe é estranho»⁴, escreveu ele, exortando também a rejeitar qualquer forma de interesse, porquanto só o anúncio e a caridade do Senhor Jesus, difundidos mediante a santidade de vida e as boas obras, constituem a razão de ser da missão. Assim, Bento XV deu particular impulso à *missio ad gentes*, esforçando-se por despertar, especialmente no clero, a consciência do dever missionário, recorrendo aos meios conceptuais e de comunicação da época.

Isso dá resposta ao perene convite de Jesus: «Ide pelo mundo inteiro, proclamai o Evangelho a toda a criatura.» (Mc 16,15) Aderir a este mandato

³ *Carta aos chefes de Estado dos povos beligerantes*, 1 de agosto de 1917: *AAS IX* (1917), 421-423.

⁴ BENTO XV, Carta ap. *Maximum Illud*, 30 de novembro de 1919: *AAS XI* (1919), 445.

do Senhor não é opcional para a Igreja; é uma «obrigação imprescindível», como recordou o Concílio Vaticano II⁵, porquanto a Igreja «é, por sua natureza, missionária»⁶. «Evangelizar constitui, de facto, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade. Ela existe para evangelizar»⁷. Para corresponder a tal identidade e proclamar Jesus crucificado e ressuscitado por todos, como Salvador vivo, Misericórdia que salva, «a Igreja, movida pelo Espírito Santo, deve», afirma ainda o Concílio, «seguir o mesmo caminho de Cristo: o caminho da pobreza, da obediência, do serviço e do próprio sacrifício até à morte»⁸, de modo a comunicar realmente o Senhor, «modelo da nova humanidade, ou seja, daquela humanidade imbuída de amor fraterno, de sinceridade e de espírito de paz, à qual todos aspiram vivamente»⁹.

Aquilo que preocupava Bento XV há quase cem anos, e que o documento conciliar nos tem vindo a recordar há mais de cinquenta anos, permanece plenamente atual. Hoje, como então, «enviada por Cristo a revelar e a comunicar a caridade de Deus a todos os homens e a todos os povos, a Igreja reconhece que lhe falta ainda levar a cabo uma obra missionária ingente»¹⁰. A este propósito, observou São João Paulo II que «a missão de Cristo redentor, confiada à Igreja, está ainda muito longe do seu pleno cumprimento» e que «uma visão de conjunto da humanidade mostra que tal missão ainda está nos seus primórdios, e que nos devemos empenhar com todas as nossas forças no seu serviço»¹¹. Por isso aquele Papa, utilizando palavras que eu gostaria agora de dirigir a todos, exortou a Igreja a um *renovado empenho missionário*, na convicção de que «a missão renova a Igreja, revigora a sua fé e identidade, transmite-lhe um novo entusiasmo e novas motivações. *É transmitindo a fé que ela se fortalece!* A nova evangelização

⁵ Decreto *Ad Gentes*, sobre a atividade missionária da Igreja, 7 de dezembro de 1965, 7: *AAS* 58 (1966), 955.

⁶ *Ibid.*, 2: *AAS* 58 (1966), 948.

⁷ PAULO VI, Exort. ap. *Evangelii Nuntiandi*, 8 de dezembro de 1975, 14: *AAS* 68 (1976), 13.

⁸ Decr. *Ad Gentes*, 5: *AAS* 58 (1966), 952.

⁹ *Ibid.*, 8: *AAS* 58 (1966), 956-957.

¹⁰ *Ibid.*, 10: *AAS* 58 (1966), 959.

¹¹ Carta enc. *Redemptoris Missio*, 7 de dezembro de 1990, 1: *AAS* 83 (1991), 249.

dos povos cristãos também encontrará inspiração e apoio no empenho pela missão universal»¹².

Na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, recolhendo os frutos da XIII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, convocada para refletir sobre a *nova evangelização para a transmissão da fé cristã*, desejei apresentar a toda a Igreja essa urgente vocação: «João Paulo II convidou-nos a reconhecer que “não devemos [...] perder a tensão para levar o anúncio” àqueles que estão longe de Cristo, “porque essa é a *missão primordial* da Igreja”. A atividade missionária “ainda hoje representa o *máximo desafio* para a Igreja” e “a causa missionária *deve ser a primeira* de todas as causas”. Que sucederia se tomássemos realmente a sério estas palavras? Reconheceríamos, pura e simplesmente, que a ação missionária é o *paradigma de toda a obra da Igreja*»¹³.

Tudo aquilo que eu pretendia exprimir continua a parecer-me inadiável: «Tem um significado programático e consequências importantes. Espero que todas as comunidades se esforcem por implementar os meios necessários para avançar no caminho de uma conversão pastoral e missionária, que não pode deixar as coisas como estão. Neste momento, não nos basta uma “simples administração”. Constituíamo-nos em “estado permanente de missão”, em todas as regiões da terra»¹⁴. Confiantes em Deus e cheios de coragem, não tenhamos medo de tomar «uma opção missionária capaz de transformar tudo, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal mais adequado à evangelização do mundo atual do que à autopreservação. A reforma das estruturas, que a conversão pastoral requer, só se pode entender nesse sentido: fazer que todas elas se tornem mais missionárias, que a pastoral ordinária, em todas as suas instâncias, seja mais expansiva e aberta, colocando os agentes pastorais em atitude constante de *saída* e favorecendo, assim, a resposta positiva de todos aqueles a quem Jesus oferece a sua amizade. Como dizia João Paulo II aos

¹² *Ibid.*, 2: AAS 83 (1991), 250-251.

¹³ Exort. ap. *Evangelii Gaudium*, 24 de novembro de 2013, 15: AAS 105 (2013), 1026.

¹⁴ *Ibid.*, 25: AAS 105 (2013), 1030.

bispos da Oceânia, “toda a renovação da Igreja deve ter por objetivo a missão, para não cair vítima de uma espécie de introversão eclesial”¹⁵.

A Carta Apostólica *Maximum Illud*, com espírito profético e franqueza evangélica, tinha exortado [a Igreja] a ultrapassar as fronteiras das nações para dar testemunho da vontade salvífica de Deus através da missão universal da Igreja. Que a aproximação do seu centenário sirva de estímulo para vencer a tentação frequente que se esconde por detrás de toda a introversão eclesial, de todo o encerramento autorreferencial na segurança das próprias fronteiras, de qualquer forma de pessimismo pastoral, de qualquer estéril nostalgia do passado, para, em vez disso, nos abriremos à jubilosa novidade do Evangelho. Também nestes nossos tempos, dilacerados pelas tragédias da guerra e insidiados pela triste vontade de acentuar as diferenças e fomentar os conflitos, seja levada a todos, com renovado ardor, infundindo neles confiança e esperança, a Boa Nova de que, em Jesus, o perdão vence o pecado, a vida derrota a morte, e o amor vence o temor.

É com estes sentimentos que, acolhendo a proposta da Congregação para a Evangelização dos Povos, proclamo um *Mês Missionário Extraordinário* para outubro de 2019, com o objetivo de despertar mais a consciência da *missio ad gentes* e de retomar com novo impulso a transformação missionária da vida e da pastoral. Também nos poderemos preparar convenientemente para o mesmo aproveitando o mês missionário de outubro do próximo ano, a fim de que todos os fiéis tomem verdadeiramente a peito o anúncio do Evangelho e a transformação das suas comunidades em realidades missionárias e evangelizadoras; e de que aumente o amor pela missão, que «é uma paixão por Jesus e, simultaneamente, uma paixão pelo seu povo»¹⁶.

A si, venerado Irmão, ao Dicastério a que preside e às Obras Missionárias Pontifícias, confio a missão de dirigir a preparação deste acontecimento, sobretudo através de uma vasta sensibilização das Igrejas particulares, dos Institutos de Vida Consagrada e das Sociedades de Vida Apostólica, bem

¹⁵ *Ibid.*, 27: AAS 105 (2013), 1031.

¹⁶ *Ibid.*, 268: AAS 105 (2013), 1128.

como das associações, movimentos, comunidades e outras realidades eclesiais. Que o Mês Missionário Extraordinário venha a ser uma ocasião de graça intensa e fecunda para promover iniciativas e intensificar de modo particular a oração – alma de toda a missão –, o anúncio do Evangelho, a reflexão bíblica e teológica sobre a missão, as obras de caridade cristã e as ações concretas de colaboração e de solidariedade entre as Igrejas, de tal modo que desperte em nós, e jamais nos seja arrebatado, o entusiasmo missionário¹⁷.

Vaticano, 22 de outubro de 2017

XXIX Domingo do Tempo Comum
Memória de São João Paulo II
Dia Mundial das Missões

Batizados
Francisco
e enviados

Outubro
2019

¹⁷ *Ibid.*, 80: AAS 105 (2013), 1053.

DISCURSO DO SANTO PADRE FRANCISCO

**AOS PARTICIPANTES NA ASSEMBLEIA
DAS OBRAS MISSIONÁRIAS PONTIFÍCIAS**

Sala Clementina
Sábado, 3 de junho de 2017

Senhor cardeal,
Caros irmãos e irmãs,

Acolho-vos com alegria no fim da vossa Assembleia Geral e agradeço ao cardeal Fernando Filoni as suas palavras. Com ele saúdo todos os superiores, secretários-gerais, diretores nacionais e todos vós, aqui presentes.

Conheceis bem a minha preocupação pelas Obras Missionárias Pontifícias, muitas vezes reduzidas a uma organização que recolhe e distribui, em nome do Papa, ajudas económicas para as Igrejas mais necessitadas. Sei que procurais novos caminhos, modalidades mais adequadas, mais eclesiais, para prestar o vosso serviço à missão universal da Igreja. Deixemo-nos ajudar, também, neste processo de reforma urgente, pela intercessão dos santos Carlo Lwanga e companheiros, mártires do Uganda, cuja memória litúrgica ocorre hoje.

Para renovar o ardor e a paixão, motor espiritual da atividade apostólica de inúmeros santos e mártires missionários, recebi com muito agrado a vossa proposta de convocar um tempo extraordinário de oração e reflexão sobre a *missio ad gentes*, elaborada juntamente com a Congregação para a Evangelização dos Povos. Pedirei a toda a Igreja que dedique o mês de outubro do ano de 2019 a essa finalidade, porque nesse ano celebraremos o centenário da Carta Apostólica *Maximum Illud*, do Papa Bento XV. Neste importantíssimo documento do seu Magistério sobre a missão, o Papa recorda como é necessária a santidade para que o apostolado seja eficaz; recomenda,

portanto, uma união cada vez mais forte com Cristo e um envolvimento mais convicto e alegre na sua divina paixão de anunciar o Evangelho a todos, amando e usando de misericórdia para com todos. Hoje, mais do que nunca, isso revela-se essencial para a missão. «Quem prega Deus, seja homem de Deus», exortava Bento XV (cf. Carta ap. *Maximum Illud*, 30 de novembro de 1919: *AAS XI* [1919], 449).

Renovar-se requer conversão, requer que se viva a missão como oportunidade permanente de anunciar Cristo, de O fazer encontrar dando testemunho e tornando os outros participantes do nosso encontro pessoal com Ele. Desejo que a vossa assistência espiritual e material às Igrejas as torne cada vez mais fundadas sobre o Evangelho e sobre o envolvimento batismal de todos os fiéis, leigos e clérigos, na única missão da Igreja: tornar o amor de Deus próximo de cada homem, sobretudo dos mais necessitados da sua misericórdia. O Mês Extraordinário de oração e de reflexão sobre a missão como primeira evangelização servirá para essa renovação da fé eclesial, a fim de que, no seu coração, esteja e atue sempre a Páscoa de Jesus Cristo, único Salvador, Senhor e Esposo da sua Igreja.

Que a preparação deste tempo extraordinário dedicado ao primeiro anúncio do Evangelho nos ajude a ser cada vez mais Igreja em missão, segundo as palavras do Beato Paulo VI, na sua Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, *magna carta* do empenho missionário pós-conciliar. Escrevia o Papa Montini: «Evangelizadora, a Igreja começa por se evangelizar a si própria. Comunidade de crentes, comunidade de esperança vivida e participada, comunidade de amor fraterno, ela tem necessidade de ouvir sem cessar aquilo em que deve acreditar, as razões da sua esperança e o mandamento novo do amor. Povo de Deus imerso no mundo, e não raro tentado pelos ídolos, ela tem necessidade de ouvir, incessantemente, proclamar as grandes obras de Deus (cf. At 2,11; 1Pd 2,9), que a converteram ao Senhor, e de ser novamente convocada e reunida por Ele. Isso significa, numa palavra, que ela tem sempre necessidade de ser evangelizada, se quiser conservar a frescura, o impulso e a força, para anunciar o Evangelho.» (n.º 15)

No espírito do ensinamento do Beato Paulo VI, desejo que a celebração dos cem anos da *Maximum Illud*, no mês de outubro de 2019, seja um tempo propício para que a oração, o testemunho de muitos santos e mártires da missão, a reflexão bíblica e teológica, a catequese e a caridade missionária, contribuam para evangelizar em primeiro lugar a Igreja, de tal modo que esta, tendo reencontrado a frescura e o ardor do primeiro amor pelo Senhor crucificado e ressuscitado, possa evangelizar o mundo com credibilidade e eficácia evangélica.

Abençoo-vos a todos neste dia que antecede a solenidade do Pentecostes. Peço à Virgem Maria, Rainha dos Apóstolos e Mãe da Igreja, que nos incentive sempre com o testemunho da sua fé e com a tranquilizadora garantia da sua maternal intercessão. Que os bem-aventurados apóstolos Pedro e Paulo, os santos mártires Carlo Lwanga e companheiros e o Beato Paulo Manna nunca deixem de pedir a Deus por todos nós, seus missionários.

Batizados
e enviados

Outubro
2019

DISCURSO DO SANTO PADRE FRANCISCO
AOS DIRETORES NACIONAIS
DAS OBRAS MISSIONÁRIAS PONTIFÍCIAS

Sala Clementina
Sexta-feira, 1 de junho de 2018

Senhor cardeal,
Queridos irmãos e irmãs!

Recebo-vos com alegria por ocasião da vossa Assembleia Geral, e saúdo-vos a todos cordialmente. Agradeço ao cardeal Filoni as suas palavras de introdução, e saúdo o novo presidente das Obras Missionárias Pontifícias, Dom Giampietro Dal Toso, que pela primeira vez participa neste vosso encontro anual. A todos manifesto um vivo sentimento de gratidão pelo trabalho de sensibilização missionária do Povo de Deus, garantindo-vos que vos recordarei na oração.

Temos à nossa frente um caminho interessante: a preparação do Mês Missionário Extraordinário, em outubro de 2019, que eu quis convocar no passado Dia Mundial das Missões de 2017. Animo-vos fortemente a viver esta fase de preparação como uma grande oportunidade para renovar o empenho missionário de toda a Igreja. E também é uma ocasião providencial para renovar as nossas Obras Missionárias Pontifícias. As coisas devem ser sempre renovadas: renovar o coração, renovar as obras, renovar as organizações, porque, caso contrário, acabaremos todos num museu. Devemos renovar tudo para não acabarmos no museu. Vós bem conheceis a minha preocupação pelo perigo de que o vosso trabalho se reduza à mera dimensão monetária da ajuda material – é uma verdadeira preocupação –, transformando-se numa agência como tantas outras, mesmo sendo cristãmente inspirada. Não era

certamente isso que os fundadores das Obras Pontifícias e o Papa Pio XI queriam quando as fizeram nascer e as organizaram ao serviço do sucessor de Pedro. Assim, voltei a propor, como atual e urgente para a renovação da consciência missionária de toda a Igreja, hoje, uma grande e corajosa intuição do Papa Bento XV, contida na sua Carta Apostólica *Maximum Illud*: a necessidade de requalificar a missão da Igreja no mundo, segundo o Evangelho.

Este objetivo comum pode e deve ajudar as Obras Missionárias Pontifícias a viver uma comunhão de espírito, de colaboração recíproca e de apoio mútuo. Se a renovação for autêntica, criativa e eficaz, a reforma das vossas Obras consistirá numa refundação, numa requalificação segundo as exigências do Evangelho. Não se trata de repensar, simplesmente, as motivações para fazer melhor aquilo que já fazeis. A conversão missionária das estruturas da Igreja (cf. Exort. ap. *Evangelii Gaudium*, 27) requer santidade pessoal e criatividade espiritual. Por conseguinte, não se trata apenas de renovar o velho, mas de permitir que o Espírito Santo crie o novo. Não nós: o Espírito Santo. Dar espaço ao Espírito Santo, permitir que o Espírito Santo crie o novo, faça novas todas as coisas (cf. SL 104,30; MT 9,17; 2Pd 3,13; Ap 21,5). Ele é o protagonista da missão. É o “chefe” das Obras Missionárias Pontifícias. Ele, não nós. Não temeis as novidades que vêm do Senhor Crucificado e Ressuscitado: são novidades maravilhosas. Temei antes as outras novidades: essas não prestam! As que não vêm d’Ele. Sede audazes e corajosos na missão, colaborando com o Espírito Santo, sempre em comunhão com a Igreja de Cristo (cf. Exort. ap. *Gaudete et Exultate*, 131). E essa audácia significa partir com a coragem, com o fervor dos primeiros que anunciaram o Evangelho. Que o vosso livro habitual de oração e meditação seja o dos Atos dos Apóstolos. Procurai nele a inspiração. E o protagonista desse livro é o Espírito Santo.

O que pode significar para vós, Obras Pontifícias – que, juntamente com a Congregação para a Evangelização dos Povos, estais a preparar o Mês Missionário Extraordinário –, requalificar-vos segundo o Evangelho? Creio que significa simplesmente uma *conversão missionária*. Precisamos de requalificar-nos – a intuição de Bento XV – a partir da missão de Jesus, de

requalificar o esforço de recolha e distribuição das ajudas materiais à luz da missão e da formação que ela exige, a fim de que a consciência, o reconhecimento e a responsabilidade missionária voltem a fazer parte da vivência comum de todo o santo e fiel Povo de Deus.

«*Batizados e enviados: a Igreja de Cristo em missão no mundo.*» Foi este o tema que escolhemos para o Mês Missionário Outubro de 2019. Este tema sublinha que o envio para a missão é uma chamada inerente ao Batismo e está presente em todos os batizados. Assim, a missão é envio para a salvação que realiza a conversão do enviado e do destinatário. A nossa vida, em Cristo, é uma missão! Nós próprios *somos* missão porque somos amor de Deus comunicado, somos santidade de Deus criada à sua imagem. A missão é, portanto, santificação, nossa e do mundo inteiro, desde a criação (cf. Ef 1,3-6). A dimensão missionária do nosso Batismo traduz-se, assim, em testemunho de santidade que dá vida e beleza ao mundo.

Renovar as Obras Missionárias Pontifícias significa, por conseguinte, tomar a peito, com sério e corajoso empenho, a santidade de cada um e da Igreja como família e comunidade. Peço-vos que renoveis com criatividade a natureza e a ação das Obras Missionárias Pontifícias, pondo-as ao serviço da missão, a fim de que, no cerne das nossas preocupações, esteja a santidade de vida dos discípulos missionários. Com efeito, para se poder colaborar na salvação do mundo, é necessário amá-lo (cf. Jo 3,16) e estar dispostos a dar a vida servindo Cristo, único Salvador do mundo. Nós não temos um produto para vender – não se trata de proselitismo, não temos um produto para vender –, mas uma vida para comunicar: Deus, a sua vida divina, o seu amor misericordioso, a sua santidade! É o Espírito Santo que nos envia, acompanha, inspira: é Ele o autor da missão. É Ele que leva por diante a Igreja, não somos nós. Nem sequer é a instituição das Obras Missionárias Pontifícias. Podemos interrogar-nos: será que eu deixo que seja Ele o protagonista? Ou quero domesticá-l’O, enjaulá-l’O nas numerosas estruturas mundanas que, no fundo, nos levam a conceber as Obras Missionárias Pontifícias como uma firma, uma empresa, uma coisa nossa, mas abençoada por Deus? Não, isso

não está bem. Devemos interrogar-nos: deixo que seja Ele, ou enjaulo-O? Ele, o Espírito Santo, faz tudo; nós somos apenas seus servos.

Como bem sabeis, em outubro de 2019, Mês Missionário Extraordinário, celebraremos o Sínodo para a Amazónia. Acolhendo as preocupações de muitos fiéis, leigos e pastores, quis que nos encontrássemos para rezar e refletir sobre os desafios da evangelização dessas terras da América do Sul, onde vivem importantes Igrejas particulares. Gostaria que esta coincidência nos ajudasse a manter o nosso olhar fixo em Jesus Cristo ao enfrentar problemas, desafios, riquezas e pobreza; nos ajudasse a renovar o empenho de servir o Evangelho para salvação dos homens e das mulheres que vivem naquelas terras. Rezemos a fim de que o Sínodo para a Amazónia possa requalificar a missão segundo o Evangelho, também naquela região do mundo tão provada, tão injustamente explorada e tão necessitada da salvação de Jesus.

Quando Maria foi ter com Isabel, não o fez por sua própria iniciativa, como missionária. Foi como serva daquele Senhor que trazia no ventre. Nada disse sobre si mesma, limitou-se a levar o Filho e a louvar a Deus. Uma coisa é verdade: partiu à pressa. Ela ensina-nos essa *pressa* fiel, essa espiritualidade da pressa. A pressa da fidelidade e da adoração. Não era ela a protagonista, mas a serva do único protagonista da missão. Que este ícone nos ajude. Obrigado!

Outubro
2019

MENSAGEM DO SANTO PADRE FRANCISCO

PARA O DIA MUNDIAL DAS MISSÕES DE 2018

Juntamente com os jovens, levemos o Evangelho a todos

Queridos jovens, juntamente convosco desejo refletir sobre a missão que Jesus nos confiou. Apesar de me dirigir vós, pretendo incluir todos os cristãos, que vivem na Igreja a aventura da sua existência como filhos de Deus. O que me impele a falar a todos, dialogando convosco, é a certeza de que a fé cristã permanece sempre jovem quando se abre à missão que Cristo nos confia. «A missão revigora a fé» (Carta enc. *Redemptoris Missio*, 2), escrevia São João Paulo II, um Papa que muito amava os jovens, e que a eles muito se dedicou

O Sínodo, que celebraremos em Roma no próximo mês de outubro, mês missionário, dá-nos a oportunidade de entender melhor, à luz da fé, aquilo que o Senhor Jesus vos quer dizer a vós, jovens, e, através de vós, às comunidades cristãs: a missão e o poder transformador do Evangelho de Cristo, Caminho, Verdade e Vida.

Outubro
2019

A vida é uma missão

Cada homem e cada mulher é uma missão, sendo essa a razão pela qual se encontra a viver na terra. Ser *atraídos* e ser *enviados* são os dois movimentos que o nosso coração sente – sobretudo quando é jovem em termos de idade – como forças interiores do amor, que prometem futuro e impelem a nossa existência para diante. Ninguém, como os jovens, sente até que ponto

a vida irrompe e os atrai. Viver com alegria a própria responsabilidade pelo mundo é um grande desafio. Conheço bem as luzes e as sombras de quando se é jovem, e se penso na minha juventude e na minha família, recordo a intensidade da esperança num futuro melhor. O facto de nos encontrarmos neste mundo, mas não por nossa decisão, faz-nos intuir que há uma iniciativa que nos precede e nos faz existir. Cada um de nós é chamado a refletir sobre esta realidade: «Eu *sou uma missão* nesta terra, por isso me encontro neste mundo.» (Exort. ap. *Evangelii Gaudium*, 273)

Anunciamo-vos Jesus Cristo

A Igreja, ao anunciar aquilo que gratuitamente recebeu (cf. MT 10,8; AT 3,6), pode partilhar convosco, queridos jovens, o caminho e a verdade que conduzem à descoberta do sentido de viver nesta terra. Jesus Cristo, morto e ressuscitado por nós, oferece-Se à nossa liberdade e desafia-a a procurar, descobrir e anunciar esse sentido verdadeiro e pleno. Queridos jovens, não tendes medo de Cristo e da sua Igreja! Neles se encontra o tesouro que enche a vida de alegria. Digo-vos isto por experiência: graças à fé, encontrei o fundamento dos meus sonhos e a força para os realizar. Vi muitos sofrimentos, muitas pobreza, desfigurar o rosto de inúmeros irmãos e irmãs. Todavia, para quem está com Jesus, o mal é um desafio a amar cada vez mais. Muitos homens e mulheres, muitos jovens, deram-se generosamente a si próprios, às vezes até ao martírio, por amor do Evangelho, ao serviço dos irmãos. A partir da cruz de Jesus, aprendemos a lógica divina da oferta de nós mesmos (cf. 1COR 1,17-25) como anúncio do Evangelho para a vida do mundo (cf. Jo 3,16). Ser inflamados pelo amor de Cristo consome quem arde e faz crescer, ilumina e aquece quem se ama (cf. 2COR 5,14). Na escola dos santos, que nos abrem aos vastos horizontes de Deus, convido-vos a interrogar-vos em cada circunstância: «Que faria Cristo no meu lugar?»

Transmitir a fé até aos extremos confins da terra

Pelo Batismo, também vós, jovens, sois membros vivos da Igreja e, juntos, temos a missão de levar o Evangelho a todos. Estais a desabrochar para a vida. Crescer na graça da fé, que nos é transmitida pelos sacramentos da Igreja, integra-nos num fluxo de gerações de testemunhas em que a sabedoria de quem tem experiência se torna testemunho e encorajamento para quem se abre ao futuro. E, por sua vez, a novidade dos jovens torna-se, por sua vez, apoio e esperança para quem está próximo da meta do seu caminho. Na convivência das diversas idades da vida, a missão da Igreja constrói pontes intergeracionais, nas quais a fé em Deus e o amor ao próximo constituem fatores de profunda união.

Por isso, esta transmissão da fé, coração da missão da Igreja, dá-se, portanto, mediante o “contágio” do amor, em que a alegria e o entusiasmo exprimem o sentido reencontrado e a plenitude da vida. A propagação da fé por atração requer corações abertos, dilatados pelo amor. Ao amor não se pode colocar limites: forte como a morte é o amor (cf. Ct 8,6). E tal expansão gera o encontro, o testemunho, o anúncio; gera a partilha na caridade com todos aqueles que, afastados da fé, se mostram indiferentes e, por vezes, impugnadores e contrários à mesma. Ambientes humanos, culturais e religiosos ainda alheios ao Evangelho de Jesus e à presença sacramental da Igreja representam as periferias extremas, os «últimos confins da terra», aos quais, desde a Páscoa de Jesus, os seus discípulos missionários são enviados, na certeza de terem sempre consigo o seu Senhor (cf. Mt 28,20; At 1,8). Nisto consiste o que designamos *missio ad gentes*. A periferia mais desolada da Humanidade carente de Cristo é a indiferença à fé ou até o ódio contra a plenitude divina da vida. Toda a pobreza material e espiritual, toda a discriminação de irmãos e irmãs, é sempre consequência da rejeição de Deus e do seu amor.

Hoje, para vós, queridos jovens, os extremos confins da terra são muito relativos e sempre facilmente “navegáveis”. O mundo digital, as redes sociais

que nos invadem e entrecruzam, diluem fronteiras, anulam margens e distâncias e reduzem as diferenças. Tudo parece estar ao alcance da mão, tudo tão próximo e imediato... Todavia, sem o dom do envolvimento das nossas vidas, poderemos ter miríades de contactos, mas nunca estaremos imersos numa verdadeira comunhão de vida. A missão até aos extremos confins da terra requer o dom de nós mesmos na vocação que nos foi dada por Aquele que nos colocou nesta terra (cf. Lc 9,23-25). Atrevo-me a dizer que, para um jovem que quer seguir a Cristo, o essencial é a busca e a adesão à sua própria vocação.

Dar testemunho do amor

Agradeço a todas as realidades eclesiais que vos permitem encontrar-vos pessoalmente com Cristo vivo na sua Igreja: paróquias, associações, movimentos, comunidades religiosas, as diversas expressões de serviço missionário. Muitos jovens encontram, no voluntariado missionário, uma forma de servir os «mais pequenos» (cf. Mt 25,40), promovendo a dignidade humana e dando testemunho da alegria de amar e de ser cristãos. Estas experiências eclesiais fazem com que a formação de cada um não seja apenas preparação para o seu próprio êxito profissional, mas o ajude a desenvolver e a cuidar por um dom do Senhor a fim de melhor servir os outros. Estas louváveis formas de serviço missionário temporário são um começo fecundo e, no discernimento vocacional, podem ajudar-vos a decidir pelo dom total de vós mesmos como missionários.

De corações jovens nasceram as Obras Missionárias Pontifícias, para apoiar o anúncio do Evangelho a todos os povos, contribuindo para o crescimento humano e cultural de muitas populações sedentas de Verdade. As orações e as ajudas materiais, generosamente dadas e distribuídas através das OMP, ajudam a Santa Sé a garantir que todos os que recebem ajuda para as suas necessidades possam, por sua vez, ser capazes de dar testemunho no seu

próprio ambiente. Ninguém é tão pobre que não possa dar o que tem e, mais ainda, aquilo que é. Aprecia-me repetir a exortação que dirigi aos jovens chilenos: «Nunca penses que não tens nada para dar ou que não precisas de ninguém. Muita gente precisa de ti. Pensa nisso! Cada um de vós pense no seu coração: muita gente precisa de mim.» (*Encontro com os jovens*, Santuário de Maipu, 17 de janeiro de 2018)

Queridos jovens, o próximo mês missionário de outubro, em que terá lugar o Sínodo que vos é dedicado, será mais uma nova oportunidade de vos tornardes discípulos missionários cada vez mais apaixonados por Jesus e pela sua missão até aos extremos confins da terra. A Maria, Rainha dos Apóstolos, a São Francisco Xavier, a Santa Teresa do Menino Jesus e ao Beato Paulo Manna peço que intercedam por todos nós e nos acompanhem sempre.

Vaticano, 20 de maio de 2018,
Solenidade do Pentecostes

Batizados
Francisco
e enviados

Outubro
2019

CARTA DO CARDEAL FERNANDO FILONI
AOS BISPOS ORDINÁRIOS

Aos Eminentíssimos e Excelentíssimos Ordinários

Cidade do Vaticano, 3 de dezembro de 2017

São Francisco Xavier

Caros Irmãos no Episcopado,

Atendendo ao convite que me foi feito pelo Santo Padre por carta do dia 22 de outubro de 2017, gostaria de partilhar convosco e com as Igrejas a vós confiadas algumas reflexões e propostas sobre a celebração do Mês Missionário Extraordinário Outubro 2019.

No centro desta iniciativa, que envolve a Igreja Universal, estará a *oração*, o *testemunho* e a *reflexão* sobre a centralidade da *missio ad gentes* como estado permanente de envio para a primeira evangelização (Mt 28,19). O empenho na conversão pessoal e comunitária a Jesus Cristo crucificado, ressuscitado e vivo na sua Igreja, renovará o ardor e a paixão por dar testemunho do Evangelho da vida e da alegria pascal, mediante o anúncio e a vida cristã (Lc 24,46-49). A missão da Igreja em contextos humanos, religiosos e culturais ainda não permeados pelo Evangelho, implica que a transmissão da fé crie estilos de vida pessoais, culturas e modalidades de convivência social, forjados pela alegria evangélica e pelos valores cristãos. A fé cristã exprime-se como uma missão autêntica, quando está totalmente empenhada na salvação do mundo. O testemunho da caridade, o empenho pela paz e pela justiça, o diálogo intercultural com as tradições religiosas, no pleno respeito pela vida humana e pela sua dignidade, sobretudo dos

mais pobres, estruturam a missão da Igreja em torno do anúncio da Páscoa de Jesus Cristo.

A *missio ad gentes*, indicada na *Evangelii Gaudium* como paradigma da obra pastoral ordinária de toda a Igreja (EG, 15), representa aquilo que o Papa Francisco nos pede que coloquemos no centro da comemoração do primeiro centenário da Carta Apostólica *Maximum Illud*, do seu predecessor Papa Bento XV (30 de novembro de 1919). Trata-se de «colocar a missão de Jesus no coração da própria Igreja, transformando-a em critério de avaliação da eficácia das estruturas, dos resultados do trabalho, da fecundidade dos seus ministros e da alegria que estes são capazes de suscitar. Porque sem alegria não se atrai ninguém»¹⁸.

O Santo Padre indicou quatro dimensões¹⁹ como modalidades de preparação e vivência do Mês Missionário Extraordinário Outubro 2019, a fim de podermos ultrapassar separações e contraposições entre pastoral ordinária e missão, entre desafios para a evangelização em contextos de antiga tradição cristã, hoje indiferentes e secularizados, e *missio ad gentes*, onde culturas e religiões ainda se declaram estranhas ao Evangelho (EG, 14). Essas dimensões são:

1. O encontro pessoal com Jesus Cristo, vivo na sua Igreja: Eucaristia, Palavra de Deus, oração pessoal e comunitária.
2. Testemunho: os santos, os mártires da missão e os confessores da fé, que são expressão das Igrejas espalhadas pelo mundo inteiro.
3. Formação: bíblica, catequética, espiritual e teológica sobre a *missio ad gentes*.
4. Caridade missionária: como apoio material ao trabalho imenso de evangelização, de *missio ad gentes* e de formação cristã das Igrejas mais necessitadas.

¹⁸ PAPA FRANCISCO. *Encontro* com o Comité Diretivo do CELAM, Nunciatura Apostólica em Bogotá, quinta-feira, 7 de setembro de 2017.

¹⁹ PAPA FRANCISCO. *Discurso* aos diretores nacionais das Obras Missionárias Pontifícias, reunidos em Assembleia Geral, Cidade do Vaticano, sábado, 3 de junho de 2017.

Sugiro que cada Igreja particular e cada Conferência Episcopal possa determinar, das formas mais adequadas e convenientes para os seus cristãos, como viver e deixar-se moldar por essas dimensões, em vista de uma renovada conversão à missão de Jesus. Além disso, peço-vos que comuniquéis e façais participar nesta iniciativa missionária do Santo Padre os membros dos Institutos de vida consagrada e das Sociedades de vida apostólica, bem como das associações e dos movimentos eclesiais presentes nas vossas comunidades diocesanas.

Neste tempo de preparação remota, proponho que cada uma das vossas Igrejas particulares se empenhe numa ação de oração e de reflexão, envolvendo as comunidades contemplativas monásticas e de clausura. Graças à radicalidade batismal da sua vocação contemplativa, estes nossos irmãos e irmãs são, no meio do mundo, sinal eficaz da pertença filial de cada homem a Deus. Eles vivem, no quotidiano ordinário dos seus mosteiros e comunidades, o essencial cristão que representa o coração da missão, de todo o anúncio e testemunho evangélico. Devemos referir-nos a eles para que tudo, humanidade e mundo, possa ser transfigurado na missão de Cristo e da sua Igreja, para glória de Deus Pai. Estou certo que cada Igreja particular encontrará os modos e os tempos contextualmente adequados para envolver as ordens contemplativas e de clausura nesta iniciativa do Mês Missionário Extraordinário Outubro 2019.

As Obras Missionárias Pontifícias (OMP), juntamente com esta Congregação para a Evangelização dos Povos, estão diretamente envolvidas no trabalho de preparação e implementação do Mês Missionário Extraordinário. Os diretores nacionais e diocesanos das OMP, presentes e ativos nas vossas Igrejas particulares, são chamados a trabalhar juntamente convosco para que esta iniciativa proposta pelo Santo Padre possa servir para renovar a paixão pelo Evangelho e o zelo e o ardor missionário das nossas Igrejas. Pareceu-me oportuno pedir ao Secretariado Internacional da Pontifícia União Missionária que coordenasse as atividades de preparação, formação e desenvolvimento do Mês Missionário Extraordinário. Além disso, em colaboração com a nossa

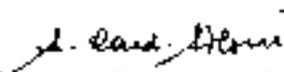
Pontifícia Universidade Urbaniana, pensamos promover momentos de reflexão e formação teológico-missiológica a nível internacional e continental.

Seguidamente, serão dadas algumas sugestões e indicações com textos e reflexões que, sendo fruto de uma consulta alargada a cristãos do mundo inteiro, servirão de inspiração, estímulo e aconselhamento à criatividade das Igrejas particulares. A seu tempo, também se informará sobre os momentos celebrativos presididos pelo Santo Padre, propostos como eventos da Igreja universal que envolverão diretamente a Igreja que vive em Roma.

Por último, peço-vos que indiqueis figuras de testemunhas da missão, filhos e filhas das vossas Igrejas, que se tenham distinguido pelo seu testemunho cristão e que gozem de fama de santidade nas vossas comunidades cristãs. Seria oportuno enviar-nos algumas notas biográficas sobre eles. Também vos ficaria grato se nos indicásseis alguns membros das vossas Igrejas que pudessem ajudar na elaboração de textos de meditação espiritual missionária com base nas Sagradas Escrituras. Peço-vos por favor que façais chegar estas indicações e outras sugestões e propostas ao Secretariado Internacional da Pontifícia União Missionária (october2019@ppoomm.va).

Anexo cópia da carta do Santo Padre que me foi enviada a 22 de outubro de 2017 e o texto do seu discurso aos diretores nacionais das Obras Missionárias Pontifícias, de 3 de junho de 2017.

Neste tempo do Advento, confiamos esta preparação à Bem-aventurada Virgem Maria, Rainha dos Apóstolos, a São Francisco Xavier, a Santa Teresa do Menino Jesus e ao Beato Paulo Manna. Desejando-vos copiosos frutos de conversão a Cristo em favor da obra missionária da Igreja, saúdo-vos cordialmente.



CARDEAL FERNANDO FILONI

*Prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos
e Presidente do Comité Superior das Obras Missionárias Pontifícias*

CARTA DO CARDEAL FERNANDO FILONI
AOS SUPERIORES E SUPERIORAS GERAIS

Cidade do Vaticano, 3 de dezembro de 2017

São Francisco Xavier

Caros irmãos e irmãs,
Superiores e Superiores Gerais,
Institutos de Vida Consagrada,
Sociedades de Vida Apostólica,

Atendendo ao convite que me foi feito pelo Santo Padre por carta do dia 22 de outubro de 2017, gostaria de partilhar convosco e com as vossas comunidades reflexões e propostas sobre a celebração do Mês Missionário Extraordinário Outubro 2019.

No centro desta iniciativa, que envolve a Igreja Universal, estará a *oração*, o *testemunho* e a *reflexão* sobre a centralidade da *missio ad gentes* como estado permanente de envio para a primeira evangelização (Mt 28,19). O empenho na conversão pessoal e comunitária a Jesus Cristo crucificado, ressuscitado e vivo na sua Igreja, renovará o ardor e a paixão por dar testemunho do Evangelho da vida e da alegria pascal, mediante o anúncio e a vida cristã (Lc 24,46-49). A missão da Igreja em contextos humanos, religiosos e culturais ainda não permeados pelo Evangelho, implica que a transmissão da fé crie estilos de vida pessoais, culturas e modalidades de convivência social, forjados pela alegria evangélica e pelos valores cristãos. A fé cristã exprime-se como uma missão autêntica, quando está totalmente empenhada na salvação do mundo. O testemunho da caridade, o empenho pela paz e pela justiça, o diálogo intercultural com as tradições religiosas, no pleno respeito pela vida

humana e pela sua dignidade, sobretudo dos mais pobres, estruturaram a missão da Igreja em torno do anúncio da Páscoa de Jesus Cristo.

A *missio ad gentes*, indicada na *Evangelii Gaudium* como paradigma da obra pastoral ordinária de toda a Igreja (EG, 15), representa aquilo que o Papa Francisco nos pede que coloquemos no centro da comemoração do primeiro centenário da Carta Apostólica *Maximum Illud*, do seu predecessor Papa Bento XV (30 de novembro de 1919). Trata-se de «colocar a missão de Jesus no coração da própria Igreja, transformando-a em critério de avaliação da eficácia das estruturas, dos resultados do trabalho, da fecundidade dos seus ministros e da alegria que estes são capazes de suscitar. Porque sem alegria não se atrai ninguém.»²⁰

O Santo Padre indicou quatro dimensões²¹ como modalidades de preparação e vivência do Mês Missionário Extraordinário Outubro 2019, a fim de podermos ultrapassar separações e contraposições entre pastoral ordinária e missão, entre desafios para a evangelização em contextos de antiga tradição cristã, hoje indiferentes e secularizados, e *missio ad gentes*, onde culturas e religiões ainda se declaram estranhas ao Evangelho (EG, 14). Essas dimensões são:

1. O encontro pessoal com Jesus Cristo, vivo na sua Igreja: Eucaristia, Palavra de Deus, oração pessoal e comunitária.
2. Testemunho: os santos, os mártires da missão e os confessores da fé, que são expressão das Igrejas espalhadas pelo mundo inteiro.
3. Formação: bíblica, catequética, espiritual e teológica sobre a *missio ad gentes*.
4. Caridade missionária: como apoio material ao trabalho imenso de evangelização, de *missio ad gentes* e de formação cristã das Igrejas mais necessitadas.

²⁰ PAPA FRANCISCO. *Encontro* com o Comité Diretivo do CELAM, Nunciatura Apostólica de Bogotá, quinta-feira, 7 de setembro de 2017.

²¹ PAPA FRANCISCO. *Discurso* aos diretores nacionais das Obras Missionárias Pontifícias, reunidos em Assembleia Geral, Cidade do Vaticano, sábado, 3 de junho de 2017.

Sugiro que as vossas comunidades, de acordo com o respetivo carisma, determinem, das formas mais apropriadas e convenientes, as modalidades para viver e deixar-se moldar por estas dimensões, em vista de uma renovada conversão à missão de Jesus.

Neste tempo de preparação remota, proponho que as comunidades contemplativas monásticas e de clausura se empenhem na oração e na reflexão, para que possam ajudar as Igrejas particulares, os fiéis e os pastores, no seu empenho de conversão e de missão. Graças à radicalidade batismal das vossas vocações contemplativas, vós, irmãos e irmãs, sois um sinal eficaz da pertença filial de cada homem a Deus. Vivendo no quotidiano ordinário dos vossos mosteiros e comunidades, atualizais o essencial cristão que representa o coração da missão, de todo o anúncio e testemunho evangélico. Devemos referir-nos aos nossos irmãos monges e às nossas irmãs de clausura para que tudo, Humanidade e mundo, possa ser transfigurado na missão de Cristo e da sua Igreja, para glória de Deus Pai.

As Obras Missionárias Pontifícias (OMP), juntamente com esta Congregação para a Evangelização dos Povos, estão diretamente envolvidas no trabalho de preparação e implementação do Mês Missionário Extraordinário. Os diretores nacionais e diocesanos das OMP, presentes e ativos nas Igrejas particulares, são chamados a trabalhar juntamente convosco para que esta iniciativa proposta pelo Santo Padre possa servir para renovar a paixão pelo Evangelho e o zelo e o ardor missionário das nossas Igrejas. Pareceu-me oportuno pedir ao Secretariado Internacional da Pontifícia União Missionária que coordenasse as atividades de preparação, formação e desenvolvimento do Mês Missionário Extraordinário. Além disso, em colaboração com a nossa Pontifícia Universidade Urbaniana, pensamos promover momentos de reflexão e formação teológico-missiológica a nível internacional e continental.

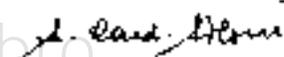
Seguidamente, serão dadas algumas sugestões e indicações com textos e reflexões que, sendo fruto de uma consulta alargada a cristãos do mundo inteiro, servirão de inspiração, estímulo e aconselhamento à criatividade das Igrejas particulares. A seu tempo, também se informará sobre os momentos

celebrativos presididos pelo Santo Padre, propostos como eventos da Igreja universal que envolverão diretamente a Igreja que vive em Roma.

Por último, peço-vos que indiqueis figuras de testemunhas da missão, filhos e filhas dos vossos Institutos, que se tenham distinguido pelo seu testemunho cristão e que gozem de fama de santidade nas vossas comunidades e nas Igrejas por eles exemplarmente servidas. Seria oportuno enviar-nos algumas notas biográficas sobre eles. Também vos ficaria grato se nos indicásseis alguns irmãos ou irmãs das vossas comunidades que pudessem ajudar na elaboração de textos de meditação espiritual missionária com base na Sagradas Escrituras. Peço-vos, por favor, que façais chegar estas indicações e outras sugestões e propostas ao Secretariado Internacional da Pontifícia União Missionária (october2019@ppoomm.va).

Anexo cópia da carta do Santo Padre que me foi enviada a 22 de outubro de 2017 e o texto do seu discurso aos diretores nacionais das Obras Missionárias Pontifícias, de 3 de junho de 2017.

Neste tempo do Advento, confiamos esta preparação à Bem-aventurada Virgem Maria, Rainha dos Apóstolos, a São Francisco Xavier, a Santa Teresa do Menino Jesus e ao Beato Paulo Manna. Desejando-vos copiosos frutos de conversão a Cristo, em favor da obra missionária da Igreja, saúdo-vos cordialmente.



CARDEAL FERNANDO FILONI

*Prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos
e Presidente do Comité Superior das Obras Missionárias Pontifícias*

CARTA DO CARDEAL FERNANDO FILONI
AOS BISPOS ORDINÁRIOS

Aos Eminentíssimos e Excelentíssimos Ordinários

Cidade do Vaticano, 8 de abril de 2018

Domingo da Oitava da Páscoa

Queridos Irmãos no Episcopado,

Que a Paz do Senhor Ressuscitado seja a nossa esperança!

Na sequência da minha carta de 3 de dezembro de 2017, escrevo-vos novamente sobre a iniciativa missionária que o Santo Padre Francisco anunciou a toda a Igreja no domingo, 22 de outubro de 2017. O Mês Missionário Extraordinário Outubro 2019 representa uma oportunidade única para todos nós: a celebração do centésimo aniversário da Carta Apostólica *Maximum Illud* do Papa Bento XV ajuda-nos a reacender o ardor e a paixão pela missão de Jesus. Renovar a missão segundo o Evangelho, como pedia o Papa Bento XV no longínquo dia 30 de novembro de 1919, revela-se ainda hoje de grande atualidade se olharmos para a condição do mundo e da Igreja.

A finalidade espiritual, pastoral e teológica deste mês missionário extraordinário consiste em reconhecermos, vivermos e convencermo-nos de que a missão é e deve tornar-se cada vez mais no paradigma da vida e da obra de toda a Igreja e, portanto, de cada cristão. Convertendo os nossos corações e as nossas mentes de discípulos missionários, o Espírito impele-nos a sair para o mundo a fim de anunciar Cristo crucificado e ressuscitado. Recolocar a *missio ad gentes*, nas suas diversas modalidades, no centro da vida da Igreja, reconhecer a missão de Jesus como coração e identidade da Igreja,

faz-nos redescobrir a genuína e desafiante relação que Deus estabelece com o mundo por Ele amado, criado e redimido (cf. Jo 17; Ef 1).

O Santo Padre Francisco comunicou-nos o tema para outubro de 2019:

BATIZADOS E ENVIADOS: A IGREJA DE CRISTO EM MISSÃO NO MUNDO

A oração, a reflexão e a ação ajudar-nos-ão a viver o Mês Missionário Extraordinário nessa dimensão. De facto: «Pelo Batismo, somos imersos naquela inesgotável fonte de vida que é a morte de Jesus, o maior ato de amor de toda a história, e, graças a esse amor, podemos viver uma vida nova, já não à mercê do mal, do pecado e da morte, mas em comunhão com Deus e com os irmãos.»²² Somos convidados a confirmar a nossa identidade batismal como encontro pessoal com Jesus Cristo vivo: Ele envia-nos para sermos suas testemunhas no mundo.

Com efeito, a missão da Igreja prolonga a missão que Jesus recebeu do Pai, no Espírito. Anunciando Jesus Cristo na Palavra e no Sacramento, a missão da Igreja responde à sede de vida autêntica e de sentido presente no coração de cada mulher e de cada homem. Oferecer aos homens deste mundo o Batismo em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo (cf. Mt 28,19) e com eles partilhar o pão da Eucaristia significa dar-lhes a vida de Deus que nos salva do mal e da morte (cf. Jo 6,48-51; 10,10). Na água e no Espírito, o sangue de Cristo (cf. 1Jo 5,1-13) redime-nos, dá-nos a fé e oferece-nos ao mundo para sua salvação. Aos pobres, a nós, prisioneiros do pecado, é verdadeiramente anunciada a graça que liberta e salva (cf. Lc 4,14-22). Nada e ninguém é excluído do amor misericordioso de Deus, que nos envia em missão para nos atrair a todos a Si.

Agradecemos ao Santo Padre Francisco por nos querer orientar, com o tema que nos confiou, no caminho até ao Mês Missionário Extraordinário

²² PAPA FRANCISCO. *Audiência Geral*, quarta-feira, 8 de janeiro de 2014.

Outubro 2019. Nessa perspectiva e em espírito de comunhão fraterna entre Igrejas particulares servidas pelo seu ministério de Pastor Universal, permito-me sugerir-vos algumas iniciativas para a celebração deste importante encontro eclesial. Tenho consciência de que o estou a fazer com muita antecedência, mas julgo ser essa a única maneira de cada Igreja, com os seus pastores, poder começar desde já a refletir sobre como viver este Mês Missionário Extraordinário. Aquilo que propomos, como Congregação para a Evangelização dos Povos e Obras Missionárias Pontifícias, pretende servir apenas de inspiração à criatividade das Igrejas locais que vos foram confiadas. Não se trata, portanto, de sugestões exaustivas, mas exemplificativas, para facilitar a celebração a nível local, que acompanhará a celebração a nível universal.

1. Organizar uma celebração diocesana ou nacional para a Abertura do Mês Missionário Extraordinário Outubro 2019.
2. Celebrar a Vigília Missionária com o tema proposto pelo Santo Padre.
3. Propor uma Celebração Eucarística a nível diocesano para o domingo do Dia Mundial das Missões.
4. Propor que pequenos grupos de pessoas ou famílias se reúnam pelas casas para rezar o Santo Rosário com intenção missionária, inspirados na intuição original da Venerável Paulina Jaricot, fundadora da Obra Missionária Pontifícia da Propagação da Fé.
5. Promover uma peregrinação mariana ou a algum santuário dedicado à memória de santos ou de mártires da missão.
6. Promover coletas de ofertas e de doações económicas para apoiar o trabalho apostólico *missio ad gentes* e a formação missionária.
7. Propor aos jovens uma atividade pública de anúncio do Evangelho.
8. Organizar uma celebração diocesana ou nacional para o Encerramento do Mês Missionário Extraordinário Outubro 2019.

As propostas aqui sugeridas encontram nos diretores nacionais e diocesanos das Obras Missionárias Pontifícias, presentes nas vossas Igrejas locais,

uma oportuna referência de colaboração para refletir e trabalhar em conjunto. Graças a eles, temos vindo a recolher importantes reflexões em vista da publicação de material de apoio que estará eletronicamente disponível antes do final deste ano. Esse material de apoio, único no seu estilo, é fruto da fé de muitos cristãos provenientes das Igrejas locais do mundo inteiro. Agradeço calorosamente a todos os que têm contribuído e nos estão a ajudar nesta importante obra de animação missionária.

Rezo e espero que tudo aquilo que somos chamados a viver, refletir e orar em vista do Mês Missionário Extraordinário Outubro 2019, possa contribuir para uma genuína conversão missionária a Cristo. Com Maria, Rainha dos Apóstolos reunidos no Cenáculo, invoquemos o dom do Espírito Santo para o dia de Pentecostes. Cordialmente vos agradeço e saúdo,



CARDEAL FERNANDO FILONI

*Prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos
e Presidente do Comité Superior das Obras Missionárias Pontifícias*

Outubro
2019

CARTA DO CARDEAL FERNANDO FILONI
AOS SUPERIORES E SUPERIORAS GERAIS

Cidade do Vaticano, 8 de abril de 2018

Domingo da Oitava da Páscoa

Queridos Irmãos e Irmãs,
Superiores e Superioras-gerais
dos Institutos de Vida Consagrada
e das Sociedades de Vida Apostólica,

Que a Paz do Senhor Ressuscitado seja a nossa esperança!

Na sequência da minha carta de 3 de dezembro de 2017, escrevo-vos novamente sobre a iniciativa missionária que o Santo Padre Francisco anunciou a toda a Igreja no domingo, 22 de outubro de 2017. O Mês Missionário Extraordinário Outubro 2019 representa uma oportunidade única para todos nós: a celebração do centésimo aniversário da Carta Apostólica *Maximum Illud* do Papa Bento XV ajuda-nos a reacender o ardor e a paixão pela missão de Jesus. Renovar a missão segundo o Evangelho, como pedia o Papa Bento XV no longínquo dia 30 de novembro de 1919, revela-se ainda hoje de grande atualidade se olharmos para a condição do mundo e da Igreja.

A finalidade espiritual, pastoral e teológica deste mês missionário extraordinário consiste em reconhecermos, vivermos e convencermo-nos de que a missão é e deve tornar-se cada vez mais no paradigma da vida e da obra de toda a Igreja e, portanto, de cada cristão. Convertendo os nossos corações e as nossas mentes de discípulos missionários, o Espírito impele-nos a sair para o mundo a fim de anunciarmos Cristo crucificado e ressuscitado.

Recolocar a *missio ad gentes* nas suas diversas modalidades, no centro da vida da Igreja, reconhecer a missão de Jesus como coração e identidade da Igreja, faz-nos redescobrir a genuína e desafiante relação que Deus estabelece com o mundo por Ele amado, criado e redimido (cf. Jo 17; Ef 1).

O Santo Padre Francisco comunicou-nos o tema para outubro de 2019:

BATIZADOS E ENVIADOS: A IGREJA DE CRISTO EM MISSÃO NO MUNDO

A oração, a reflexão e a ação ajudar-nos-ão a viver o Mês Missionário Extraordinário nessa dimensão. De facto: «Pelo Batismo, somos imersos naquela inesgotável fonte de vida que é a morte de Jesus, o maior ato de amor de toda a história, e, graças a esse amor, podemos viver uma vida nova, já não à mercê do mal, do pecado e da morte, mas em comunhão com Deus e com os irmãos.»²³ Somos convidados a confirmar a nossa identidade batismal como encontro pessoal com Jesus Cristo vivo: Ele envia-nos para sermos suas testemunhas no mundo.

Com efeito, a missão da Igreja prolonga a missão que Jesus recebeu do Pai, no Espírito. Anunciando Jesus Cristo na Palavra e no Sacramento, a missão da Igreja responde à sede de vida autêntica e de sentido presente no coração de cada mulher e de cada homem. Oferecer aos homens deste mundo o Batismo em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo (cf. Mt 28,19) e com eles partilhar o pão da Eucaristia significa dar a vida de Deus que nos salva do mal e da morte (cf. Jo 6,48-51; 10,10). Na água e no Espírito, o sangue de Cristo (cf. 1Jo 5,1-13) redime-nos, dá-nos a fé e oferece-nos ao mundo para sua salvação. Aos pobres, a nós, prisioneiros do pecado, é verdadeiramente anunciada a graça que liberta e salva (cf. Lc 4,14-22). Nada e ninguém é excluído do amor misericordioso de Deus, que nos envia em missão para nos atrair a todos a Si.

²³ PAPA FRANCISCO. *Audiência Geral*, quarta-feira, 8 de janeiro de 2014.

Agradecemos ao Santo Padre Francisco por nos querer orientar, com o tema que nos confiou, no caminho até ao Mês Missionário Extraordinário Outubro 2019. Nessa perspectiva e em espírito de comunhão, permito-me fazer-vos uma proposta para crescermos numa maior consciência da nossa missionariedade batismal. Além das sugestões dadas aos bispos de iniciativas a viver nas Igrejas particulares das quais sois membros, proponho que iniciéis um processo de escuta recíproca para que todos possamos cooperar naquela conversão missionária da estrutura eclesial, tão insistentemente desejada pelo Papa Francisco (EG 25, 27, 30, 32 e 33). Escutar-nos no Espírito converte-nos e faz-nos crescer em comunhão a partir da missão e pela missão.

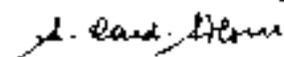
Ter uma consciência mais clara do dom do Batismo, do dom da Eucaristia, do dom da Igreja; identificarmo-nos de forma mais consciente com a chamada específica a viver a *missio ad gentes*, a consagração virginal e o ministério ordenado para servir Cristo e a sua Igreja, de diversas formas carismáticas, poderia tornar-se fonte de comunicação, no Espírito, de experiências de vida cristã e de apostolado missionário a escutar e a partilhar. À luz do critério batismal que nos foi dado pelo Papa Francisco, poderíamos iniciar juntos uma reflexão sobre o tema ANÚNCIO, SACRAMENTO E TESTEMUNHO CRISTÃO NA *MISSIO AD GENTES*. O teor dessa reflexão, fruto da oração e da vida, poderia ser do tipo teológico-experencial. É uma forma de narrar, juntos, a própria experiência missionária, com uma forte base teológica e espiritual. Jesus Cristo e a Igreja nas Escrituras, nos Sacramentos, na caridade e no diálogo com o mundo, com as suas culturas e religiões, representam o coração daquilo que gostaríamos de comunicar uns aos outros, escutando-nos, discernindo e partilhando. Cada um dos vossos Institutos pode organizar, segundo as suas próprias modalidades, possibilidades e necessidades, essa escuta recíproca, essa oração e reflexão.

Como Congregação para a Evangelização dos Povos e Obras Missionárias Pontifícias, propomos que alguns membros escolhidos das vossas comunidades articulem esses processos de escuta, de discernimento espiritual e de partilha, juntamente com as nossas realidades de formação missionária,

com o Secretariado Internacional da Pontifícia União Missionária e com o Centro Internacional de Animação Missionária (CIAM). Uma proposta concreta é o encontro e a reflexão de vários membros do mesmo Instituto ou de Institutos diferentes, segundo o que vos parecer mais oportuno, com o CIAM. O fruto desse empenho de fé e de discernimento sobre a *missio ad gentes* pode ajudar-nos a todos a requalificar a missão segundo o Evangelho, a partir daquilo que o Espírito nos concede viver como cristãos, como famílias de consagrados e consagradas, como Institutos missionários ou como ministros ordenados da única Igreja de Cristo. Pedi ao secretário-geral da Pontifícia União Missionária e ao diretor do CIAM, Pe. Fabrizio Meroni, que se disponibilizassem para receber as vossas eventuais respostas positivas a esta nossa proposta (*email*: fabrizio.meroni@ppoomm.va; Pontifícia União Missionária 06-69880228; CIAM 06-69882484). Os nossos diretores nacionais e diocesanos das Obras Missionárias Pontifícias, presentes nas Igrejas locais, poderão ser uma oportuna referência de colaboração para refletir e trabalhar juntos. Graças a eles, temos vindo a recolher importantes reflexões em vista da publicação de material de apoio, que a seu tempo vos enviaremos.

Rezo e espero que tudo aquilo que somos chamados a viver, refletir e orar em vista do Mês Missionário Extraordinário Outubro 2019, possa contribuir para uma genuína conversão missionária a Cristo. Com Maria, Rainha dos Apóstolos reunidos no Cenáculo, invoquemos o dom do Espírito Santo para o dia de Pentecostes.

Cordialmente vos agradeço e saúdo,


CARDEAL FERNANDO FILONI

*Prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos
e Presidente do Comité Superior das Obras Missionárias Pontifícias*

CARTA DO CARDEAL FERNANDO FILONI

**AOS RESPONSÁVEIS INTERNACIONAIS
DOS MOVIMENTOS ECLESIAIS,
DAS NOVAS COMUNIDADES
E DAS ASSOCIAÇÕES LAICAIS**

Cidade do Vaticano, 8 de abril de 2018

Domingo da Oitava da Páscoa

Caros Irmãos e Irmãs,
Responsáveis internacionais dos
Movimentos Eclesiais, das Novas Comunidades
e das Associações Laicais,

Que a Paz do Senhor Ressuscitado seja a nossa esperança!

Na sequência da minha carta de 3 de dezembro de 2017, enviada aos bispos do mundo inteiro, escrevo-vos agora a vós diretamente sobre a iniciativa missionária que o Santo Padre Francisco anunciou a toda a Igreja no domingo, 22 de outubro de 2017. O Mês Missionário Extraordinário Outubro 2019 representa uma oportunidade única para todos nós: a celebração do centésimo aniversário da Carta Apostólica *Maximum Illud* do Papa Bento XV ajuda-nos a reacender o ardor e a paixão pela missão de Jesus. Renovar a missão segundo o Evangelho, como pedia o Papa Bento XV no longínquo dia 30 de novembro de 1919, revela-se ainda hoje de grande atualidade se olharmos para a condição do mundo e da Igreja.

A finalidade espiritual, pastoral e teológica deste mês missionário extraordinário consiste em reconhecermos, vivermos e convencer-mo-nos de que a missão é e deve tornar-se cada vez mais no paradigma da vida

e da obra de toda a Igreja e, portanto, de cada cristão. Convertendo os nossos corações e as nossas mentes de discípulos missionários, o Espírito impele-nos a sair para o mundo a fim de anunciarmos Cristo crucificado e ressuscitado. Recolocar a *missio ad gentes* nas suas diversas modalidades no centro da vida da Igreja, reconhecer a missão de Jesus como coração e identidade da Igreja, faz-nos redescobrir a genuína e desafiante relação que Deus estabelece com o mundo por Ele amado, criado e redimido (cf. Jo 17; Ef 1).

O Santo Padre Francisco comunicou-nos o tema para outubro de 2019:

BATIZADOS E ENVIADOS: A IGREJA DE CRISTO EM MISSÃO NO MUNDO

A oração, a reflexão e a ação ajudar-nos-ão a viver o Mês Missionário Extraordinário nessa dimensão. De facto: «Pelo Batismo, somos imersos naquela inesgotável fonte de vida que é a morte de Jesus, o maior ato de amor de toda a história, e, graças a esse amor, podemos viver uma vida nova, já não à mercê do mal, do pecado e da morte, mas em comunhão com Deus e com os irmãos.»²⁴ Somos convidados a confirmar a nossa identidade batismal como encontro pessoal com Jesus Cristo vivo: Ele envia-nos para sermos suas testemunhas no mundo.

Com efeito, a missão da Igreja prolonga a missão que Jesus recebeu do Pai, no Espírito. Anunciando Jesus Cristo na Palavra e no Sacramento, a missão da Igreja responde à sede de vida autêntica e de sentido presente no coração de cada mulher e de cada homem. Oferecer aos homens deste mundo o Batismo em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo (cf. Mt 28,19) e com eles partilhar o pão da Eucaristia significa dar a vida de Deus que nos salva do mal e da morte (cf. Jo 6,48-51; 10,10). Na água e no Espírito, o sangue de Cristo (cf. 1Jo 5,1-13) redime-nos, dá-nos a fé e

²⁴ PAPA FRANCISCO. *Audiência Geral*, quarta-feira, 8 de janeiro de 2014.

oferece-nos ao mundo para sua salvação. Aos pobres, a nós, prisioneiros do pecado, é verdadeiramente anunciada a graça que liberta e salva (cf. Lc 4,14-22). Nada e ninguém é excluído do amor misericordioso de Deus, que nos envia em missão para nos atrair a todos a Si.

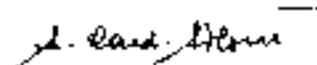
Agradecemos ao Santo Padre Francisco por nos querer orientar, com o tema que nos confiou, no caminho até ao Mês Missionário Extraordinário Outubro 2019. Parece-me particularmente relevante o facto de o Santo Padre ter querido indicar o Batismo como ponto de partida da missão. Muitas experiências de movimentos e novas comunidades eclesiais nascem, precisamente, como carismas suscitados para renovar a nossa pertença a Cristo mediante o Batismo, na esteira do Concílio Vaticano II. Nessa perspetiva e em espírito de comunhão, permito-me pedir-vos que façais vosso este pedido especial do Papa Francisco, e que discernais as formas mais adequadas para viver e organizar, nas vossas realidades eclesiais, o outubro missionário de 2019, como fonte de novo impulso missionário para os vossos próprios movimentos, ao serviço de toda a Igreja.

Como Congregação para a Evangelização dos Povos e Obras Missionárias Pontifícias, ficaremos contentes se puderdes partilhar connosco as vossas iniciativas. Pedi ao secretário-geral da Pontifícia União Missionária e ao diretor do CIAM, Pe. Fabrizio Meroni, que se disponibilizassem para receber as vossas eventuais respostas positivas a esta nossa proposta (*email*: fabrizio.meroni@ppoomm.va; Pontifícia União Missionária 06-69880228; CIAM 06-69882484). Os nossos diretores nacionais e diocesanos das Obras Missionárias Pontifícias, presentes nas Igrejas locais, também poderão ser uma oportuna referência de colaboração para refletir e trabalhar juntos. Graças a eles, temos vindo a recolher importantes reflexões em vista da publicação de material de apoio, que a seu tempo vos enviaremos.

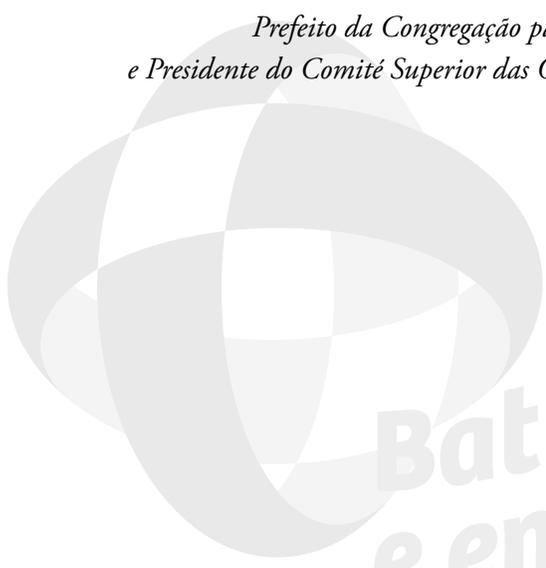
Rezo e espero que tudo aquilo que somos chamados a viver, refletir e orar em vista do Mês Missionário Extraordinário Outubro 2019, possa contribuir para uma genuína conversão missionária a Cristo. Com

Maria, Rainha dos Apóstolos reunidos no Cenáculo, invoquemos o dom do Espírito Santo para o dia de Pentecostes.

Cordialmente vos agradeço e saúdo,


CARDEAL FERNANDO FILONI

*Prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos
e Presidente do Comité Superior das Obras Missionárias Pontifícias*



Batizados
e enviados

Outubro
2019

CARTA DO CARDEAL FERNANDO FILONI
**AOS REITORES E FORMADORES
DOS SEMINÁRIOS MAIORES**

Cidade do Vaticano, 8 de abril de 2018
Domingo da Oitava da Páscoa

Caros Reitores e Formadores
dos Seminários Maiores,

Que a paz do Senhor Ressuscitado seja a nossa esperança!

Na sequência da minha carta de 3 de dezembro de 2017, enviada aos bispos do mundo inteiro, escrevo-vos agora a vós diretamente sobre a iniciativa missionária que o Santo Padre Francisco anunciou a toda a Igreja no domingo, 22 de outubro de 2017. O Mês Missionário Extraordinário Outubro 2019 representa uma oportunidade única para todos nós: a celebração do centésimo aniversário da Carta Apostólica *Maximum Illud* do Papa Bento XV ajuda-nos a reacender o ardor e a paixão pela missão de Jesus. Renovar a missão segundo o Evangelho, como pedia o Papa Bento XV no longínquo dia 30 de novembro de 1919, revela-se ainda hoje de grande atualidade se olharmos para a condição do mundo e da Igreja.

A finalidade espiritual, pastoral e teológica deste mês missionário extraordinário consiste em reconhecermos, vivermos e convencermo-nos de que a missão é e deve tornar-se cada vez mais no paradigma da vida e da obra de toda a Igreja e, portanto, de cada cristão. Convertendo os nossos corações e as nossas mentes de discípulos missionários, o Espírito impele-nos a sair para o mundo a fim de anunciarmos Cristo crucificado e ressuscitado. Recolocar a *missio ad gentes* nas suas diversas modalidades

no centro da vida da Igreja, reconhecer a missão de Jesus como coração e identidade da Igreja, faz-nos redescobrir a genuína e desafiante relação que Deus estabelece com o mundo por Ele amado, criado e redimido (cf. Jo 17; Ef 1).

O Santo Padre Francisco comunicou-nos o tema para outubro de 2019:

BATIZADOS E ENVIADOS: A IGREJA DE CRISTO EM MISSÃO NO MUNDO

A oração, a reflexão e a ação ajudar-nos-ão a viver o Mês Missionário Extraordinário nessa dimensão. De facto: «Pelo Batismo, somos imersos naquela inesgotável fonte de vida que é a morte de Jesus, o maior ato de amor de toda a história, e, graças a esse amor, podemos viver uma vida nova, já não à mercê do mal, do pecado e da morte, mas em comunhão com Deus e com os irmãos.»²⁵ Somos convidados a confirmar a nossa identidade batismal como encontro pessoal com Jesus Cristo vivo: Ele envia-nos para sermos suas testemunhas no mundo.

Com efeito, a missão da Igreja prolonga a missão que Jesus recebeu do Pai, no Espírito. Anunciando Jesus Cristo na Palavra e no Sacramento, a missão da Igreja responde à sede de vida autêntica e de sentido presente no coração de cada mulher e de cada homem. Oferecer aos homens deste mundo o Batismo em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo (cf. Mt 28,19) e com eles partilhar o pão da Eucaristia significa dar a vida de Deus que nos salva do mal e da morte (cf. Jo 6,48-51; 10,10). Na água e no Espírito, o sangue de Cristo (cf. 1Jo 5,1-13) redime-nos, dá-nos a fé e oferece-nos ao mundo para sua salvação. Aos pobres, a nós, prisioneiros do pecado, é verdadeiramente anunciada a graça que liberta e salva (cf. Lc 4,14-22). Nada e ninguém é excluído do amor misericordioso de Deus, que nos envia em missão para nos atrair a todos a Si.

²⁵ PAPA FRANCISCO. *Audiência Geral*, quarta-feira, 8 de janeiro de 2014.

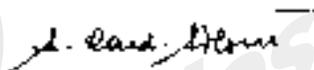
Agradecemos ao Santo Padre Francisco por nos querer orientar, com o tema que nos confiou, no caminho até ao Mês Missionário Extraordinário Outubro 2019. Nessa perspectiva e em espírito de comunhão, permito-me fazer-vos uma proposta para crescermos numa maior consciência da nossa missionariedade batismal. Além das sugestões dadas aos bispos de iniciativas a viver nas Igrejas particulares das quais sois membros, proponho que iniciéis um processo de escuta recíproca para que todos possamos cooperar naquela conversão missionária da estrutura eclesial, tão insistentemente desejada pelo Papa Francisco (EG 25, 27, 30, 32 e 33). Escutar-nos no Espírito converte-nos e faz-nos crescer em comunhão a partir da missão e pela missão.

Ter uma consciência mais clara do dom do Batismo, do dom da Eucaristia, do dom da Igreja; identificarmo-nos de forma mais consciente com a chamada específica a viver o ministério presbiteral, servindo a missão de Jesus na sua Igreja, poderia tornar-se fonte de comunicação no Espírito de experiências de vida cristã e de formação seminarística a escutar e partilhar. À luz do critério batismal que nos foi dado pelo Papa Francisco, poderíeis iniciar juntos uma reflexão sobre o tema ANÚNCIO, SACRAMENTO E MINISTÉRIO SACERDOTAL NA MISSÃO DA IGREJA, com particular referência à *missio ad gentes*. Trata-se de narrar e refletir, juntos, sobre a própria experiência de fé e de chamada vocacional. Jesus Cristo e a Igreja nas Escrituras, nos Sacramentos, na caridade e no diálogo com o mundo, com as suas culturas e religiões, representam o coração daquilo que se pretende comunicar, mediante a escuta mútua, o discernimento e a partilha. A reflexão teológico-espiritual deveria abordar aqueles temas mais ligados à *missio ad gentes* e aos novos desafios da evangelização como está claramente indicado na *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*, de 8 de dezembro de 2016 (nn. 30 a 34, 61, 69, 97, 98, 121, 171 e 175). Cada uma das vossas comunidades de formação poderá organizar, segundo as suas próprias modalidades, possibilidades e necessidades, essa escuta recíproca, essa oração e reflexão.

Os nossos diretores nacionais e diocesanos das Obras Missionárias Pontifícias, presentes nas Igrejas locais, também poderão ser uma oportuna referência de colaboração para refletir e trabalhar juntos. Graças a eles, temos vindo a recolher importantes reflexões em vista da publicação de material de apoio, que a seu tempo vos enviaremos.

Rezo e espero que tudo aquilo que somos chamados a viver, refletir e orar em vista do Mês Missionário Extraordinário Outubro 2019, possa contribuir para uma genuína conversão missionária a Cristo. Com Maria, Rainha dos Apóstolos reunidos no Cenáculo, invoquemos o dom do Espírito Santo para o dia de Pentecostes.

Cordialmente vos agradeço e saúdo,



CARDINAL FERNANDO FILONI

*Prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos
e Presidente do Comité Superior das Obras Missionárias Pontifícias*

Outubro
2019

A *MISSIO* NA TRINDADE, ORIGEM DA *MISSIO* DA IGREJA

O tema da missão é, obviamente, muito extenso e bastante complexo, sobretudo no contexto cultural dos nossos dias. Por esse motivo, deve ser analisado de modo particular do ponto de vista da *missio*, fazendo referência principalmente ao Concílio Ecuménico Vaticano II. Com efeito, o Concílio tomou posição, de modo notório, em relação a esta questão no decreto *Ad Gentes*. Tal decreto só é compreensível no contexto mais alargado da constituição dogmática sobre a Igreja *Lumen Gentium*, pois só à luz de uma reflexão em relação à essência da Igreja se pode realmente compreender o seu dever missionário. Joseph Ratzinger já em 1967 se expressou nesse sentido, ao escrever que «o texto central do Concílio em termos de essência, desempenho e método da missão, que implica todos os outros textos do Concílio sobre a missão, inclusive o próprio documento sobre a missão, que contém os pontos de partida, encontra-se nos números 13-17 da constituição sobre a Igreja»²⁶. Um olhar sobre esse texto ajuda-nos a compreender, antes de mais, a universalidade da chamada a fazer parte daquele Povo que é a Igreja (cf. LG, 9): Deus quer que todos se salvem, Deus quer que todos participem da redenção que Cristo ganhou para nós com a sua morte e Ressurreição, mediante a ação da Igreja, sacramento universal de salvação (cf. LG, 1).

Tal universalidade, ou catolicidade, não significa, porém, a limitação ou a exclusão identitária do outro, nem tampouco a identificação com uma forma de fé vivida, mas pretende indicar o dom e a forma de desempenho, a graça e o dever, o “já” e o “ainda não” de uma chamada que a Igreja deve realizar

²⁶ RATZINGER, J. *Konzilsaussagen über die Mission außerhalb des Missionsdekrets*, in *Gesammelte Schriften*, vol. 7/2, Friburgo em B. 2012, 920 e seg.

ao serviço de todos os homens e, atrever-me-ia a dizer, ao serviço de toda a Criação. Assim, após uma breve descrição da missão nos nossos dias, nas reflexões que se seguem pretende-se apresentar, com o texto conciliar, a origem trinitária da missão e delinear o seu cumprimento em Cristo e na Igreja.

1. A situação da missão hoje

O que se entende exatamente por missão? Esta pergunta é de extrema atualidade, porque o contexto atual é o de um mundo em contínua mudança. O próprio termo “missão”, num contexto teológico, não é assim tão unívoco, se pensarmos que, significativamente, do ponto de vista semântico, a missão da Igreja se tornou sinónimo de dever da Igreja. Se, subjacente a tal evolução, se oculta a convicção de que a missão propriamente dita é o verdadeiro dever da Igreja, por outro lado, tal identificação fez-nos perder a conotação específica de missão como anúncio da fé em Jesus Cristo morto e ressuscitado. Esta leitura do mandato missionário também se encontra no Concílio: «A missão da Igreja realiza-se, portanto, (*missio ergo Ecclesiae adimpletur*) mediante a atividade pela qual, obedecendo ao mandato de Cristo e movida pela graça e pela caridade do Espírito Santo, ela se torna plena e atualmente (*plenu actu*) presente a todos os homens e povos para os conduzir à fé, à liberdade e à paz de Cristo, exemplo de vida e pela pregação, pelos sacramentos e pelos restantes meios da graça, permitindo-lhes, de forma livre e segura, participar plenamente no mistério de Cristo.» (AG, 5) Tanto a constituição *Lumen Gentium* (17) como o decreto *Ad Gentes* (6) sublinham, além disso, que essa missão se desenvolve em particular com a pregação, da qual nascem novas Igrejas, às quais compete o dever de prosseguir a obra de evangelização, isto é, de anúncio do Evangelho para a salvação de quem escuta.

Todavia, continua a ser atual o conceito de *ad gentes*? Sobre a fase histórica do Concílio já passaram mais de cinquenta anos, ao longo dos quais a Igreja chegou, efetivamente, a todos os confins da terra, constituindo praticamente,

em cada lugar, uma sua presença mediante uma hierarquia local e várias instituições. Ainda se aplicará a qualificação de *ad gentes*? Ao que parece, um olhar lançado à realidade da Igreja e do mundo hoje não só demonstrará a sua atualidade, mas uma necessidade ainda maior. Portanto, é possível distinguir pelo menos quatro níveis dessa *missio ad gentes*.

O primeiro é o significado clássico do anúncio cristão nas terras de missão, que ainda estão muito longe de serem plenamente evangelizadas. Afirmava João Paulo II em 1995, durante a Jornada Mundial da Juventude, em Manila: «A Ásia é o continente que deve ser evangelizado no terceiro milénio.» Em quase cinco mil milhões de asiáticos, apenas trezentos milhões são cristãos. Este horizonte Missionário ainda está completamente aberto.

O segundo é o da continuação e do aperfeiçoamento da evangelização dos territórios de missão, através de uma *implantatio Ecclesiae* ainda não concluída, que implica, em primeiro lugar, uma adesão a Cristo jamais concluída por parte do fiel individual, e uma inculturação da fé, no sentido de que a fé se torna cultura, transformando também o modo de viver, de pensar e de se relacionar das pessoas.

O terceiro – aliás, cada vez mais difundido –, é a missão, no sentido do primeiro anúncio da fé, nos continentes de antiga cultura cristã, onde o número de quem não conhece Cristo, de modo especial entre os jovens, vai crescendo cada vez mais²⁷. A secularização tem incidido de maneira tão forte no substrato vital das nossas civilizações ocidentais, que não só se demonstra pelos números de quem frequenta a Igreja, mas sobretudo pela generalizada falta de cultura e de conhecimento religioso. O fenómeno do crescimento de ritos paganizantes põe em destaque, precisamente, o vazio religioso que tem vindo a ser criado ao longo dos últimos cinquenta anos nos países de antiga tradição cristã. Por outro lado, isso não nos deve admirar, se já em 1943 H. Godin e Y. Daniel publicam o famoso livro *La France, pays de*

²⁷ Segundo um inquérito do Pew Research Center publicado no passado 29 de maio de 2018, na Europa Ocidental, só 27% dos inquiridos acredita no Deus apresentado na Bíblia, ao passo que 38% acredita simplesmente numa entidade superior e 26% não acredita em nenhum poder superior.

mission? [*França, país de missão?*] e, em 1958, J. Ratzinger suscitava as críticas de muitos com o seu artigo profético: «Die neuen Heiden und die Kirche» [«Os neopagãos e a Igreja»]. Estes dois textos antecipavam o processo de preocupante esvaziamento com que se começava a confrontar a Igreja, no Ocidente: o primeiro, a partir da vertente das grandes massas operárias que tinham perdido o contacto com a Igreja, o segundo, a partir da vertente do novo consumismo que se começava a impor.

O quarto nível da *missio ad gentes* é a presença nos territórios da antiga cristandade de populações que provêm de outros contextos culturais e religiosos e que são alheios à fé cristã.

Todos os fenómenos aqui enumerados demonstram que, longe de estar terminada, a *missio ad gentes* ainda hoje mantém toda a sua atualidade.

Quando, no século XVI, com a descoberta de novos continentes, se levantou a questão da evangelização dos povos até então desconhecidos, o Papa Gregório XV fundou, em 1622, a Congregação da *Propaganda Fide*. No século XIX, a verdadeira explosão do zelo missionário levou à fundação de inúmeros Institutos e Sociedades de cariz missionário. Nessa época, muita atividade missionária caminhava a par e passo com a colonização, a ponto de a própria força colonial também decidir, em princípio, sobre a pertença religiosa. A isso se opõe Bento XV em 1919, com a Carta Apostólica *Maximum Illud*, na qual delineava uma clara distinção entre interesses nacionais e interesses eclesiais. Em 1957, Pio XII, na sua Encíclica *Fidei donum*, promovia o pensamento missionário, convidando também os sacerdotes seculares das dioceses com clero numeroso a dedicar-se à missão. Tal documento foi ocasião de um novo e grande impulso missionário da Igreja. Também foi neste clima de empenhamento que nasceu o decreto missionário do Concílio.

Quisemos referir, embora brevemente, estes dados históricos da *missio ad gentes*, porque hoje em dia se pode falar de crise do pensamento missionário – uma crise que está em forte contraposição com o impulso de evangelização que a Igreja conheceu ao longo dos séculos. Como se chegou a isto? Por que

razão podemos observar uma forte diminuição das vocações para a atividade missionária? Por que motivo a missão perdeu o interesse e, muitas vezes, ficou reduzida a uma simples difusão dos chamados valores do Reino de Deus, ou, até, de uma pura cooperação no desenvolvimento? Como é óbvio, os motivos são múltiplos, mas vamos citar apenas alguns.

De um ponto de vista filosófico e social, uma razão determinante é o processo pelo qual a religião tem vindo a ser cada vez mais relegada para as margens, como se fosse irrelevante para a vida do indivíduo e da sociedade, se não até um elemento de perturbação para a pacífica coexistência dos povos. Além disso, continua a ser forte o pensamento rousseauiano do *homme sauvage* [«homem selvagem»], que vive feliz, longe de qualquer sociedade, cultura e religião, visto que o homem, que em si mesmo é bom, só se torna mau pelas influências sociais. No entanto, tais motivos também estão profundamente enraizados na própria Igreja. Por um lado, ainda falta uma síntese convincente na atitude para com as outras religiões, ou seja, uma síntese entre missão, compreensão teológica das religiões e diálogo inter-religioso. Mais profundamente, porém, tem que ver com a compreensão de Jesus como mediador universal de salvação, e isso conduz a uma simples, mas significativa, pergunta: o homem tem necessidade do Evangelho? Por razões óbvias, não vamos abordar questões tão delicadas. Todavia, mencioná-las ajuda-nos a colocar a missão num contexto mais vasto e mais crítico.

Perante este problemático desenvolvimento, porém, o Magistério sempre tem sublinhado com vigor a importância da missão. Escreveu João Paulo II na *Redemptoris Missio* que a crise da missão é uma crise da fé (2), indicando assim a relação intrínseca entre fé e missão: remetem reciprocamente uma para a outra, alimentam-se reciprocamente, promovem-se reciprocamente. *Simul stant et simul cadunt*. A referência à essência missionária da Igreja alcança uma intensidade particular no atual pontificado do Papa Francisco. Na *Evangelii Gaudium* de 2013 apresenta a atuação missionária como o paradigma de toda a obra da Igreja (EG, 15), apela-se a que: «Nos constituamos em “estado permanente de missão”.» (EG, 25)

Para o Papa Francisco, este convite tem um significado programático. A Igreja não é fim em si mesma, pelo contrário, é necessária uma corajosa opção missionária, «capaz de transformar todas as coisas, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem num canal mais adequado à evangelização do mundo atual do que à autopreservação. A reforma das estruturas, que a conversão pastoral exige, só se pode entender neste sentido: fazer com que todas elas se tornem mais missionárias, com que a pastoral ordinária em todas as suas instâncias seja mais expansiva e aberta, colocando os agentes pastorais em constante atitude de “saída”, e favorecendo, assim, a resposta positiva de todos aqueles a quem Jesus oferece a sua amizade» (*Evangelii Gaudium*, 27).

Este tema, portanto, é central no atual pontificado e, por isso, podemos agora remeter a missão da Igreja para a sua verdadeira origem na missão, a fim de retomarmos a abordagem do Concílio, que voltou a ligar o dever da missão à sua origem trinitária.

2. A *missio* na Trindade

À primeira vista, o tema da missão apresenta-se como sendo puramente pastoral e parece não ter nada que ver com a teologia trinitária especulativa. Todavia, uma observação mais atenta revela, precisamente, o oposto. A Igreja das origens, que vive muito da missão e se sente arrastada por uma dinâmica missionária, não conhece qualquer definição missionária puramente pastoral. Utiliza, pelo contrário, o conceito de “*missiones*” para exprimir como a Trindade se abre, a partir de dentro, ao mundo, com o envio do Filho e do Espírito.

Foi o grande sistemático protestante Karl Barth que, como primeiro teólogo da idade moderna, recordou esta original raiz trinitária do conceito de “missão”. Escreve ele, em 1957: «Não deveria dar que pensar também ao missionário mais fiel, ao apoiante mais convicto da missão, o facto de o

termo *missio*, na Igreja das origens, ser um conceito proveniente da doutrina trinitária, quer dizer, a denominação do envio que Deus faz de si próprio mediante o envio do Filho e do Espírito Santo ao mundo?»²⁸

Barth estava muito empenhado em demonstrar que a origem da missão não está no homem nem na Igreja, mas no próprio Deus. Queria pôr em destaque que o fundamento do esforço missionário se encontra na dimensão mais profunda da essência divina, ou seja, no envio do Filho ao mundo, que é fonte, arquétipo e modelo de qualquer missão. A advertência inserida nesta reconexão teológica é que a missão, portanto, não é obra humana, mas divina.

No campo católico, a teologia trinitária desenvolveu-se dois anos mais tarde, tendo sido proposta por Hans Urs von Balthasar, cujo pensamento teológico fala tanto formal como materialmente de Trindade²⁹. Toda a sua cristologia se funda sobre o conceito do envio, da “*missio*”³⁰. Ele aborda, de modo original, os temas altamente especulativos da escolástica, em que as processões divinas, as chamadas “*processiones*”, continuam nas “*missiones ad extra*”. Com isto entende-se a geração do Filho, que se prolonga na Encarnação-Páscoa, bem como a inspiração do Espírito Santo, que se realiza através da sua efusão no mundo. Balthasar dá novo espaço e vida aos temas teológico-trinitários, desenvolvendo constantemente o tema de que a “*missão*” do Filho está fundada na sua processão interna do Pai³¹.

O mérito de Balthasar e de outros teólogos trinitários da época moderna (Klaus Hemmerle, Walter Kasper, Gisbert Greshake, Leo Scheffczyk e Joseph Ratzinger) está em ter compreendido a Trindade como estrutura relacional dinâmica do uno e único Ser divino. A Trindade representa o fundamento

²⁸ BARTH, K. *Die Theologie und die Mission in der Gegenwart*, in *Theologische Fragen und Antworten. Gesammelte Vorträge*, Vol. 3, Zollikon, 1957, 125 e segs.

²⁹ Obviamente, Balthasar não foi o único. Uma característica semelhante tem a obra de Klaus Hemmerle, cuja herança teológico-trinitária persiste no movimento dos foculares. Karl Rahner escreveu obras fundamentais. Por fim, devemos nomear também Walter Kasper, Gisbert Greshake e Leo Scheffczyk.

³⁰ Cf. VON BALTHASAR, H. U. *Theodramatik* II/2, 136-238; Id. *Theologik* III, 22; Id. *Schleifung der Bastionen*, 17; Id. *Theologie der drei Tage*, 21 e muitas outras.

³¹ Cf. Id. *Theodramatik* II/2, 140; *Theodramatik* III, 332; Id. *Homo creatus est*, 35.

dinâmico de comunhão do próprio Deus, que permite a sua abertura *ad intra* e para o mundo. Se agora, portanto, é desenvolvido o tema de que a “*missio*” do Filho expande no mundo a “*processio*” divina, isso significa que toda a história da salvação passa a ser o lugar em que se explica a dinâmica da Trindade eterna. O pensamento trinitário não se apresenta aqui como distante do mundo ou teórico-especulativo, mas como guia de atuação prática para a Igreja e para cada cristão. Assim como, em Deus, o Logos recebe tudo do Pai, para depois o devolver, por sua vez, no seu envio para salvação do mundo, também não existe um verdadeiro cristão fora dessa dinâmica da devolução. Cristo manifesta o amor gratuito do Pai, torna visível o Pai invisível, abrindo assim acesso à vida trinitária. Cristo, portanto, é o primeiro e o maior “missionário”, visto que nos mostrou o mistério maior que jamais existiu. Quem é Deus e (à luz disso) quem é o homem.³² Isso implica um enorme valor acrescentado do ponto de vista teológico-missionário, visto que Deus é muito mais do que uma espécie de “comitente externo” para a conquista missionária do mundo. O próprio Deus trinitário flui para o mundo, a fim de nos abrir o caminho da salvação.

3. A *missio* de Cristo

A referência à origem intratrinitária da “missão” inaugura outro tema, que hoje é mais importante do que nunca: o da plenitude e da universalidade. De facto, assim como a plenitude da una e única divindade é “constituída” pela geração do Filho e pela expiração do Espírito Santo, também a encarnação do Filho e a efusão do Espírito Santo ocorrem para tornar participantes todos os homens dessa plenitude do amor do ser divino. «Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância.» (Jo 10,10b). Cristo, “o enviado” de Deus, portanto, o “primeiro missionário”, na sua atuação salvífico-económica, não

³² Cf. LOSER, W. *Kleine Einführung zu Hans Urs von Balthasar*, Friburgo em B. 2005, 110.

se refere a alguns, mas a todos. «Deus quer que todos os homens se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade.» (1Tm 2,4) Por isso, o seu envio prolonga-se no envio da Igreja mediante o Espírito Santo que, por sua vez, se encontra na origem da encarnação do próprio Cristo. A Igreja está destinada a expandir frutiferamente a dinâmica do envio de Cristo.

Na véspera da sua paixão, Jesus descreve uma característica essencial deste envio da Igreja, quando diz: «Não fostes vós que Me escolhesteis, mas fui Eu que vos escolhi. Eu destinei-vos para irdes e dardes fruto e para que o vosso fruto permaneça.» (Jo 15,16) Isso significa, por um lado, que a origem da missão dos discípulos está inserida no próprio Deus e que, por conseguinte, Deus é a fonte de graça da sua fecundidade³³. Tudo o que podemos conhecer de Deus, aprendemo-lo graças à revelação de Cristo e à obra do seu Espírito em nós. Ele foi mandado ao mundo pelo Pai para salvar o mundo. Esta consciência de Si mesmo que Cristo tem e revela é repetidamente expressa nos Evangelhos: Ele vem de Deus, que é seu Pai, para cumprir a sua vontade, ou seja, para oferecer a própria vida pela redenção dos homens. O envio do Filho na carne de um homem permite ao homem participar na plenitude da vida divina. Com efeito, é esse Filho que, por sua vez, envia a Igreja para que esta dê fruto.

Todavia, o Filho enviado pelo Pai graças ao Espírito manifesta o Deus uno e trino ao exterior desde as origens da Criação. É significativo o facto de que, no Livro da Sabedoria, em primeiro lugar, e depois no Novo Testamento, tanto João como Paulo sublinhem a ligação ontológica entre a Criação e Cristo. No Livro da Sabedoria diz-se desta que «se estende vigorosamente de um extremo ao outro e governa retamente o universo» (8,1), mas também que «quem mais do que ela é artífice do que existe?» A sabedoria de Deus, o seu Logos, no qual tudo encontra uma ordem, permeia tudo aquilo que existe. Escreve João, no início do seu evangelho: «No começo Ela [a Palavra] estava voltada para Deus. Tudo foi feito por meio d'Ela, e, de tudo o que existe,

³³ Cf. MERKELBACH, H. *Propter Nostram Salutem. Die Sehnsucht nach Heil im Werk Hans Urs von Balthasars*, Berlim, 2004, 224.

nada foi feito sem Ela.» (Jo 1,2-3) Paulo tenta descrever este raciocínio do ponto de vista da Criação, quando escreve: «Cristo existe antes de todas as coisas, e tudo n'Ele subsiste.» (Cl 1,17) O Espírito que paira sobre as águas (cf. Gn 1,1) toma consistência divinamente revelada neste desígnio de amor da sua vontade que plasma, unindo-as, Criação e redenção.

Esta presença universal de Cristo enquanto sabedoria do Pai, mediação criativa, significa para nós tanto a inteligibilidade de todas as coisas, como o facto de o próprio universo não ser compreensível sem Ele e estar desde sempre destinado à redenção pelo sangue do Filho (cf. Ef 1,7-10). Escreve São Gregório de Nissa: «O mundo é uma coisa boa e tudo nele está invisivelmente ordenado com sabedoria e arte. Tudo, portanto, é obra do Verbo vivo e substancial, porque é o Verbo de Deus.»³⁴ Isso também significa que tudo o que existe manifesta – de um modo próprio – uma lógica interna que anseia por Ele, visto que Ele é a “plenitude”. A criação tem uma espécie de nostalgia em relação àquele no qual e para o qual foi criado. As *semina Verbi* não indicam apenas que a sabedoria deixa as suas marcas espalhadas por toda a parte, mas também que tal semente desejaria germinar no completo conhecimento da verdade, que é Cristo. Não é por acaso, portanto, que São Paulo, na Carta aos Romanos, se refere à expectativa de toda a Criação: «A própria Criação espera com impaciência a manifestação dos filhos de Deus. Entregue ao poder do nada – não por sua própria vontade, mas por vontade d'Aquele que a submeteu –, a Criação abriga a esperança, pois ela também será libertada da escravidão da corrupção, para participar da liberdade e da glória dos filhos de Deus.» (Rm 8,19-21)

Trata-se de um grande e fascinante desígnio que encontra em Cristo a sua chave de compreensão e de plena realização. A missão é, portanto, indispensável, se a Igreja pretende revelar a toda a realidade o seu verdadeiro sentido e, assim, «levar a história à sua plenitude, reunindo o universo inteiro, tanto as coisas celestes como as terrestres, sob uma só Cabeça, Cristo» (Ef 1,10).

³⁴ SÃO GREGÓRIO DE NISSA. *La grande Catechesi*, Roma, 1990, 40.

Podemos assim dizer que a raiz daquela chamada católica, ou seja, universal, de que falámos anteriormente, deve ser procurada na sabedoria universal em que tudo foi criado: Cristo. Tal chamada realiza-se, de um modo geral, na Igreja Católica. Escreve Henri de Lubac, a esse respeito, depois de ter comparado o homem a um órgão: «A Igreja pode tocar estes órgãos porque, tal como Cristo, “sabe o que há no homem”, pois, entre o dogma [...] e a natureza humana [...] há uma correspondência profunda. Ora, pelo próprio facto de chegar ao fundo do homem, a Igreja pode alcançar todos os homens e extrair deles os seus “acordes”.»³⁵

4. A *missio* da Igreja

Também destas considerações se depreende claramente que a Igreja não é autorreferencial, mas olha fundamentalmente para o exterior. Ela é uma Igreja *ad extra* e, por isso, é, por sua natureza, missionária, sejam quais forem os lugares onde esteja radicada. A missão pertence à Igreja, pois ela está aberta a todos os homens, até mesmo a toda a Criação. A missão da Igreja determina, por mandato evangélico e por colaboração sacramental na obra divina, a forma, em estado de realização histórica e dinâmica, de toda a Criação.

A esse propósito, parece oportuno referir a sempre válida tripartição das principais dimensões eclesiais: Palavra, sacramento, vida de caridade. Ela foi magisterialmente reafirmada por Bento XVI na sua encíclica *Deus Caritas Est* (25). Esta tripartição está voltada, por assim dizer, para dentro e articula a atividade da Igreja até à sua mais pequena comunidade. Tal articulação não serve simplesmente para a autoconservação da Igreja e não nos deve induzir a confinar a nossa missão dentro dos nossos muros. A Igreja anuncia, celebra e ama, orientando-se para o exterior, num olhar missionário, de modo a poder continuar a ser verdadeiramente sacramento, ou seja, sinal

³⁵ DE LUBAC, H. *Cattolicismo. Aspetti sociali del dogma*, Milão, 1943, 24.

e instrumento de salvação para todos. A vida eclesial também deve ser um sinal, um testemunho, a partir do exterior, por assim dizer. Isso confere à Igreja vitalidade, pois reúne as suas funções fundamentais numa unidade superior, para a qual a Igreja está orientada: a salvação dos homens e de toda a criação em Cristo.

Num artigo intitulado «*Deus Caritas Est – Programmschrift für eine missionarische Kirche*» [«*Deus Caritas Est – Texto programático para uma Igreja missionária*»], o professor K. Baumann, de Friburgo em Brisgóvia, desenvolve este pensamento especificamente em relação à diaconia da Igreja. Num parágrafo de título eloquente, «Caridade por amor à missão, ou missão por amor à caridade?», afirma ele, entre outras coisas, que Bento XVI, com a sua encíclica, está claramente em linha com o decreto *Ad Gentes*, com a *Evangelii Nuntiandi* e com a *Redemptoris missio*, e conclui, portanto, que: «A ação da caridade não ocorre em nome da missão, mas, pelo contrário, a missão só pode ocorrer por amor à caridade [...]. Se nos interrogarmos sobre qual é o programa missionário da encíclica, o diagnóstico evidente está patente na proposta do Papa relativamente a um testemunho de vida fidedigno dos fiéis e de toda a Igreja como base da missão.»³⁶

O mesmo artigo, num outro parágrafo significativo, que o autor atribui à metodologia do Papa Bento em *Deus Caritas Est*, ajuda-nos a dar mais um passo. Com efeito, na encíclica, o Papa começa por fazer o anúncio direto da mensagem divina da fé e da caridade, e depois tenta argumentar e tornar plausível essa mensagem, inclusive na pluralidade das opiniões, confiante no livre consentimento de quem escuta. Interroga-se o professor Baumann: «Porventura o Papa abandona assim, de modo dialético-teológico, o método, tão elementar para a atividade missionária, de apelar àquilo de que o homem já é portador, indo ao encontro do homem contemporâneo e dos seus desejos? Ou, pelo contrário, não segue precisamente esse método, convencido de que a fé vem da escuta, visto que a mensagem da fé cristã pode aproveitar

³⁶ BAUMANN, K. *Deus Caritas Est – Programmschrift für eine missionarische Kirche*, in J. Kreidler, Th. Broch, D. Steinfort, *Zeichen der heilsamen Nähe Gottes. Auf dem Weg zu einer missionarischen Kirche*, Ostfildern, 2008, 462-463.

uma predisposição constitutiva do homem para essa fé, tendo sido o próprio homem criado à imagem e semelhança de Deus?»³⁷

Com isto, aborda-se um traço também fortemente presente no Papa Francisco e que se tem vindo a tornar cada vez mais decisivo para a missão, hoje. Como a fé consiste num encontro pessoal com Deus, a mensagem deve ter bem presente o carácter concreto da figura do homem. Focar-se na dimensão antropológica não significa, porém, reduzir a mensagem cristã a uma medida humana, mas que devemos cultivar a consciência, a que interrogações do homem devemos responder, onde estão as suas “lacunas”; significa compreender aquilo por que ele anseia e aquilo que espera para ser libertado e salvo³⁸. Não se trata de pôr em dúvida o património da fé ou a instituição enquanto tal, mas de entender que, com a dissolução da *christianitas* e de uma antropologia vulgarmente aceite, a interrogação antropológica assoma cada vez mais à superfície e, com ela, a interrogação acerca do sentido, interrogação essa frente à qual a cultura hodierna, por muito antropocêntrica que seja, se sente bastante intimidada. Quem é o homem? E porque precisa ele do Evangelho?

O relançamento renovado da questão antropológica, ou seja, o retorno a uma sã antropologia e teologia da Criação, portanto, à semelhança do homem a Deus e à sabedoria pela qual ele foi criado, pode ajudar-nos a redescobrir a coincidência da mensagem cristã com as expectativas do homem. Disso resulta a eterna modernidade do Evangelho. Já J. Pieper escrevia numa pequena obra intitulada *Über das christliche Menschenbild* [*Sobre a imagem cristã do homem*]: «A essência do moralismo, que parece ser considerado por muitos um aspeto puramente cristão, reside no facto de o mesmo distinguir ser e dever ser, de anunciar um dever ser, sem conferir e tornar visível a reconexão deste último com o ser.»³⁹ Aquilo que aqui se diz acerca da ética pode ser facilmente aplicado ao nosso esforço de evangelização e à missão:

³⁷ *Idem, ibidem*, 455.

³⁸ Cf. *Dives in misericordia*, 2.

³⁹ PIEPER, J. *Über das christliche Menschenbild*, Einsiedeln-Friburgo, 2010, 26-27.

o anúncio do Evangelho alcança um homem que, pela sua própria essência e constituição, visto ter sido criado pela Palavra de Deus, só pode encontrar a sua plenitude precisamente através dela. O homem, do coração do seu ser, anseia desde sempre pela plenitude em Cristo e, depois do pecado, pela sua redenção: plenitude e redenção em Jesus Cristo representam o centro da missão da Igreja. O Cristianismo não é um moralismo que se enxerta de qualquer modo num ser humano já completo, mas um anúncio em que o homem reencontra aquilo que esperava e continua a esperar.

A atividade missionária deve reapropiar-se, hoje, deste olhar sobre o homem, ou seja, da convicção de que cada homem encontra a sua plenitude no anúncio de Cristo. Mas a que se deve, no homem, a falta de tal plenitude? E por que razão, não obstante todos os sinais de um coração insaciado, por vezes se tem a impressão de que a teologia católica tem dificuldade em identificar essa chaga profunda que continua a sangrar no nosso íntimo? Uma sã antropologia e, portanto, o anúncio cristão, não podem prescindir da consideração do pecado original. Esta verdade que a Igreja sempre tem apresentado e que, ultimamente, o próprio *Catecismo da Igreja Católica* confirmou (CIC, 396-403), merece maior atenção. Com efeito, é à luz do pecado do homem, e do sofrimento que este gera, que o envio de Cristo por parte do Pai e o envio da Igreja por parte de Cristo encontra plena luz. Ele veio para cancelar o pecado do homem, e a missão da Igreja consiste em anunciar o fim do sofrimento do homem na vitória de Cristo ressuscitado. A missão é universal e, portanto, dirige-se a cada homem, precisamente porque cada homem deve ser alcançado pelos méritos de Cristo que o liberta. Um documento recente da Congregação para a Doutrina da Fé pô-lo em destaque: «A fé confessa, pelo contrário, que somos salvos por meio do Batismo, que imprime o carácter indelével da pertença a Cristo e à Igreja, do qual deriva a transformação do nosso modo concreto de viver as relações com Deus, com os homens e com a criação (cf. Mt 28,19). Assim, purificados do pecado original e de todo o pecado, somos chamados a uma nova existência em conformidade com Cristo (cf. Rm 6,4)» (Carta *Placuit Deo*, 13).

Esta base de relançamento antropológico pode tornar-se, hoje em dia, numa instância importante para a missão. Nela tem origem também um método que toma o homem a sério, envolvendo-o diretamente. Na sua Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco evidenciou, nesse sentido, o *kerygma*: «Toda a formação cristã é, em primeiro lugar, o aprofundamento do *kerygma*, que se vai fazendo carne cada vez mais e melhor, que nunca deixa de iluminar o empenho catequético, e que permite compreender adequadamente o sentido de qualquer tema desenvolvido na catequese. É o anúncio que dá resposta ao anseio de infinito presente em todo o coração humano.» (EG, 165)

Como presidente das Obras Missionárias Pontifícias, não posso deixar de reafirmar que é neste vasto contexto de uma Igreja missionária que as Obras também encontram o seu lugar. Enquanto rede de fiéis cristãos que ajudam o Papa a manter vivo e a sustentar o zelo missionário, elas chegam a cada fiel para que este redescubra a dimensão missionária inerente ao Batismo. O dom recebido é dom a partilhar.

Cidade do Vaticano, 24 de junho de 2018

ARCEBISPO GIAMPIETRO DAL TOSO
*Secretário-adjunto da Congregação
para a Evangelização dos Povos
Presidente das Obras Missionárias Pontifícias*

A MISSÃO DA IGREJA E A *MISSIO AD GENTES* ALGUMAS OBSERVAÇÕES INICIAIS

A certeza de que a missão não só representa a natureza própria da Igreja (cf. *Ad Gentes*, 2), mas é a sua origem, fim e vida, impõe-nos que repensemos a sua raiz trinitária e a sua origem cristológica e pneumatológica, a fim de que Deus Pai seja glorificado e a sua criação tenha vida. As relações intratrinitárias (processões e missões) estabelecem o espaço teológico onde situar a Igreja desde a criação em Cristo através da redenção da Páscoa e no cumprimento escatológico. A missão faz a Igreja porque a torna muito mais do que um instrumento de salvação. Constitui-a como comunidade de salvos porque verdadeira família de Deus, filhos e filhas no único Filho, forma escatológica da criação inteira (Páscoa, Batismo e Eucaristia). A Igreja, sacramento universal de salvação (cf. *Lumen Gentium*, 1, 9, 48; *Ad Gentes*, 1; *Gaudium et Spes*, 45), é muito mais do que um meio ou do que um sinal a superar. A Igreja é revelação soteriológica da Verdade plena sobre o mundo e sobre a nossa humanidade em Deus. «A missão não corresponde, em primeiro lugar, a iniciativas humanas; o protagonista é o Espírito Santo, o desígnio é d'Ele (cf. *Redemptoris Missio*, 21). E a Igreja é serva da missão. Não é a Igreja que faz a missão, é a missão que faz a Igreja. Por isso, a missão não é o instrumento, mas o ponto de partida e o fim.» (Papa Francisco, *Discurso* aos participantes na Assembleia Plenária da Congregação para a Evangelização dos Povos, Vaticano, 3 de dezembro de 2015) A missão da Igreja deve, portanto, ser entendida como eficaz participação histórica e sacramental nas missões que Deus Pai confia ao Filho e ao Espírito Santo no mundo.

A Igreja é missionária por natureza, porque nasce na Páscoa da morte e Ressurreição de Jesus e nela está fundada. A cruz, a vida histórica e ressuscitada

de Jesus de Nazaré, a efusão do Espírito, no Pentecostes, fundam a Igreja em permanente estado de missão, caracterizando assim a sua natureza intrínseca de espaço da salvação e de tempo da reconciliação com Deus, situado dentro da história e do mundo. O mandato missionário (cf. Mt 28,19; At 1,6-8) explicita a sua dimensão universal (fazer discípulos de todos os povos), a chamada a participar da Páscoa de Jesus Cristo pelo Batismo (cf. Rm 6) e a sua permanência no tempo e no espaço geográfico até aos extremos confins da terra, sem nunca substituir o seu Fundador e Senhor Jesus Cristo: «Eu estarei convosco todos os dias, até ao fim do mundo.» (Mt 28,20)

A *missio ad gentes* é a forma original, o paradigma e o modelo que configura toda a missão evangelizadora da Igreja porque exprime o anúncio do Evangelho e a transformação sacramental do mundo, fazendo de todos os povos discípulos missionários do Senhor Jesus. A especificidade da *missio ad gentes* no interior da missão evangelizadora da Igreja encontra-se na sua peculiar relação com o ainda não-ocorrido encontro pessoal com Jesus Cristo e com o seu Evangelho, com a ausência de uma fé cristã capaz de gerar novas culturas, com mulheres e homens cujas religiões e cujos povos ainda anseiam pela salvação do pecado e da morte no aqui e agora da história humana. Conhecer Cristo ou não o conhecer, ser batizados ou não o ser, abraçar a fé cristã e pertencer à Igreja, viver o Evangelho da reconciliação e experimentar o perdão de Deus ou não fazem a verdadeira diferença. «Com efeito, para poder colaborar na salvação do mundo, é necessário amá-lo (cf. Jo 3,16) e estar dispostos a dar a vida servindo Cristo, único Salvador do mundo. Nós não temos um produto para vender – não se trata de proselitismo, não temos um produto para vender –, mas uma vida para comunicar: Deus, a sua vida divina, o seu amor misericordioso, a sua santidade! E é o Espírito Santo que nos envia, acompanha, inspira: é Ele o autor da missão. É Ele quem leva a Igreja por diante, não somos nós.» (Papa Francisco, *Discurso* aos diretores nacionais das Obras Missionárias Pontifícias, Vaticano, 1 de junho de 2018) A missão, a conversão, o Batismo, a fé e o amor representam a vontade do Senhor Jesus em relação à sua Igreja. Vender um produto com

objetivos religiosos de lucro ou de aumento do número de adeptos, manipular a liberdade das pessoas nas suas mais profundas necessidades materiais e espirituais de salvação, agregar alguém a ideologias e opiniões religiosas é proselitismo. A missão de Jesus, coração e motivação da missão da Igreja, é verdadeira comunicação de vida divina, de vida eterna, de vida de filhas e filhos amados desde sempre por Aquele que nos criou e que é nosso Pai, em Cristo. Dar a vida de Deus Pai, oferecer a vida do Espírito Santo, sacrificar-se pela vida em Cristo representa a origem e a finalidade da missão, desde a sua forma original da *missio ad gentes* até ao seu cumprimento na Jerusalém celeste, morada de Deus no meio dos homens (cf. Ap 21).

A *missio ad gentes*, como primeiro anúncio a pessoas, lugares e povos ainda não transfigurados pela Páscoa de Jesus, qualifica a evangelização da Igreja guiada pelo Espírito Santo no seu dever irrenunciável de penetrar, converter e transfigurar o mundo até aos extremos confins da terra, a fim de que todos nós possamos ser salvos. A *missio ad gentes* corresponde, embora não se reduza a ela, à necessidade natural inscrita no coração de cada homem de ser salvo, ou seja, de experimentar a plenitude da vida na vitória sobre o pecado, sobre a doença e sobre a morte. Na *missio ad gentes*, a Igreja é conduzida da salvação de Jesus para um mundo que o próprio Deus salvador já tinha criado e constituído para ser salvo no seu Filho Jesus. No anúncio, nos sacramentos e no amor próprios da *missio ad gentes*, os destinatários, tal como os missionários, necessitam todos da salvação de Jesus Cristo, como cumprimento do projeto original de humanidade e de vida em plenitude iniciado na Criação e sempre atuante ao longo do caminho para a eternidade. Toda a criação, na central mediação antropológica da vida inteligente, corpórea e livre do homem, precisa da eternidade da vida de Deus.

«Batizados e enviados: a Igreja de Cristo em missão no mundo.» Foi este o tema que o Papa Francisco escolheu para o Mês Missionário Extraordinário Outubro 2019. Tal tema sublinha que o envio para a missão é uma chamada inerente ao Batismo e diz respeito a todos os batizados. Assim, a missão é envio para a salvação que realiza a conversão do enviado e do destinatário:

«A nossa vida é uma missão, em Cristo! Nós próprios *somos* missão porque somos amor de Deus comunicado, somos santidade de Deus criada à sua imagem. A missão é, portanto, santificação, nossa e do mundo inteiro, desde a criação (cf. Ef 1,3-6). A dimensão missionária do nosso Batismo traduz-se, assim, em testemunho de santidade que dá vida e beleza ao mundo.» (Papa Francisco, *Discurso* aos diretores nacionais das Obras Missionárias Pontifícias, 1 de junho de 2018)

É conhecida a insistência magisterial e parenética do Santo Padre o Papa Francisco em relação à missão, insistência comunicada nas suas expressões pastorais tais como «Igreja em saída», «Igreja, hospital de campanha», «Igreja, santo e fiel Povo de Deus». A *Evangelii Gaudium* (15) afirma que a missão se deve tornar no paradigma da vida e da atuação ordinária da Igreja. Requer-se uma autêntica conversão missionária dos discípulos de Jesus, das estruturas da comunidade eclesial (cf. *Evangelii Gaudium*, 25, 27), como estado permanente de íntima comunhão missionária com Cristo, de encontro pessoal com Jesus, vivo na sua Igreja. Citando São João Paulo II, diz-nos o Papa Francisco que «a intimidade da Igreja com Jesus é uma intimidade itinerante, e a comunhão “configura-se, essencialmente, como comunhão missionária”» (*Evangelii Gaudium*, 23). A missão de Jesus inserida no coração da Igreja torna-se, portanto, no critério de discernimento espiritual para avaliar a eficácia das suas estruturas pastorais, os resultados do seu trabalho apostólico, a fecundidade dos seus ministros e a alegria que somos capazes de comunicar, porque, sem alegria, não somos capazes de atrair ninguém (cf. Papa Francisco, *Encontro* com o Comitê Diretivo do CELAM, Bogotá, 7 de setembro de 2017).

Essa insistência exortativa do magistério pontifício sobre a missão denota, paradoxalmente, uma profunda crise do sentimento eclesial sobre a própria missão e, de modo particular, em relação à *missio ad gentes*. Tem-se difundido entre os batizados, fiéis e pastores, um certo cansaço missionário pelo qual a autorreferencialidade eclesial de certas Igrejas locais se esconde por trás de presumíveis formas de inculturação. A própria introversão burocrático-clerical

da atividade administrativa pastoral parece estruturar a sobrevivência de muitas instituições e de alguns cristãos dedicados à manutenção do que já existe, segundo o critério do “sempre se tem feito assim” (cf. *Evangelii Gaudium*, 33). A irrelevância social e cultural dos cristãos, a par do andar à deriva, ao sabor da necessidade de sermos aceites e apreendidos como comercialmente atraentes na era tecnológico-afetiva, impõe-nos uma espécie de homologação mundana e mediática, que desencadeia uma forte tentação centrípeta. Parecemos mais preocupados em renovar o velho do que em renascer do alto na novidade pascal: o vinho novo tem necessidade de odres novos, porque destruiria os velhos (cf. Mt 9,17). Sentimo-nos muito tentados a reduzir a missão a uma justaposição de adjetivos a estruturas já existentes e talvez caducas, em vez de termos a coragem apostólica e a audácia necessárias para nos deixarmos recriar e reformar mediante novas modalidades de presença e testemunho cristãos (cf. *Gaudete et Exsultate*, 130-132).

«Às vezes perdemos o entusiasmo pela missão, esquecendo que o Evangelho dá resposta às necessidades mais profundas das pessoas, porque todos nós fomos criados para aquilo que o Evangelho nos propõe: a amizade com Jesus e o amor fraterno. Quando se consegue exprimir, de forma adequada e com beleza, o conteúdo essencial do Evangelho, essa mensagem responderá, certamente, às interrogações mais profundas do coração: “O missionário está convencido de que já existe, em cada pessoa e nos povos, por ação do Espírito, uma aspiração, mesmo inconsciente, a conhecer a verdade acerca de Deus, do homem, do caminho que conduz à libertação do pecado e da morte. O entusiasmo por anunciar Cristo deriva da convicção de assim se responder a tal aspiração”.» (*Evangelii Gaudium*, 265)

Parece-me que se podem pôr em destaque alguns pontos essenciais para uma ação positiva na vida eclesial com referência, antes de mais, à experiência da fé e, portanto, à sua inteligência teológica e à sua prática pastoral, a fim de que a missão se torne na forma existencial do batizado. A *missio ad gentes*, como mandato divino da Igreja a ir ao encontro de todos os povos até aos extremos confins da terra (cf. *Ad Gentes*, 1), continua a ser o movimento

do amor de Deus que convida, envia, convoca e atrai, movimento de amor que mede e revela a autenticidade missionária da vida e da atuação eclesial. Parecem ser três as questões cruciais para uma renovação da consciência, do ardor e da responsabilidade missionária.

Em primeiro lugar, devemos reencontrar a ligação intrínseca entre missão e salvação cristã (cf. *Ad Gentes*, 7). Discípulos missionários enviados e destinatários, Igrejas que partem e sujeitos recetores, culturas e experiências religiosas não-marcadas pelo Evangelho de Jesus, cujos membros desejam plenitude de vida, requerem conversão e precisam de ser repensados à luz da necessidade universal de salvação do pecado e da morte. O Mistério Pascal e a missão histórica de Jesus põem em destaque como a necessidade de amor, a necessidade de salvação do mal e da morte, do pecado e da dor, do ódio e da divisão, é constitutiva do homem que, pela sua criação em Cristo, aspira à filiação divina. O interesse pelo diálogo, pela convivência pacífica, pela justiça social e económica, pela ecologia e pela alteridade, deve requalificar-se e reestruturar-se profundamente sobre a oferta superabundante de salvação cujo coração é o Mistério Pascal (cf. *Gaudium et Spes*, 22). Somos chamados a radicar-nos de forma mais consciente na unicidade salvífica universal do Salvador Jesus Cristo, na missão soteriológica da Igreja dentro dos desafios teológicos das religiões e do novo contexto mundial tecnológico digital. Estar preocupados com a salvação realizada por Jesus Cristo, único Mediador entre Deus e os homens, significa estar interessados em que todos tenhamos vida, a tenhamos em abundância e a tenhamos para sempre. Para retomar as palavras do Papa, não nos foi confiado um produto para vender, mas uma vida a comunicar, a vida de Deus, fruto do seu amor que reconcilia, que é plenitude eterna da vida humana. A salvação e a vida eterna, a cruz e o sacrifício oblativo revelam-se um pouco ausentes de certas preocupações pastorais e missionárias excessivas no momento presente, relativas à autogratificação dos números e da exagerada exposição mediática. A insistência do Papa Francisco sobre a santidade no mundo contemporâneo, com a recente Exortação Apostólica *Gaudete et Exsultate* (19 de março de 2018) e o documento

da Congregação para a Doutrina da Fé, aprovado pelo Santo Padre, *Placuit Deo* (1 de março de 2018), referem com insistência o problema da salvação em Jesus Cristo, por graça divina, como experiência de vida nova, de conversão do pecado, de vitória sobre a morte, de vida eterna. A Igreja peregrina, a sua purificação e a sua glória são experiências de comunhão dos salvos, dos santos, na família dos amigos de Deus.

Um segundo elemento, que é crucial para uma verdadeira renovação da Igreja em estado permanente de missão, é a necessidade de recuperar a relação com o mundo (cf. *Gaudium et Spes*) que inclui cada um de nós, o mundo que nos rodeia, o mundo da matéria, do corpo e das coisas, o mundo do tempo e do espaço, das culturas e das religiões. Para salvar o mundo devemos aprender com Deus, que o ama desde a Criação e nos oferece a sua vida divina no Filho enviado e sacrificado por nós. Assim, Deus amou tanto o mundo que mandou o seu Filho a fim de que nós tivéssemos vida plena, diz-nos São João no seu evangelho (cf. Jo 3,16; 10,10). A *missio ad gentes*, para requalificar evangelicamente a Igreja, requer uma recuperação substancial da centralidade batismal dos fiéis leigos e da sua secularidade, do seu estar habitualmente no mundo. O testemunho cristão requalifica a missão do Batismo graças à santidade no mundo, recorda-nos o Papa Francisco na *Gaudete et Exsultate*. O testemunho cristão encontra, na fé eclesial dos discípulos de Jesus e na sua competência profissional, a articulação e a eficácia do estar no mundo, embora não sendo do mundo nem provindo do mundo. O fiel batizado leigo, em virtude da experiência comum do amor conjugal, que gera vida e família, juntamente com a sua radical ligação ao mundo e à sua transformação, graças à sua atividade laboral, precisa de ser colocado no centro da preocupação pastoral do anúncio, da vida litúrgica, da formação catequética e da caridade comunitária. Na sua carta ao cardeal Marc Ouellet (19 de março de 2016), o Papa Francisco reitera: «Olhar para o Povo de Deus é recordar que todos nós ingressamos na Igreja como leigos. O primeiro sacramento, que sela para sempre a nossa identidade, e do qual deveríamos sentir-nos sempre orgulhosos, é o Batismo. Através dele e com

a *unção do Espírito Santo*, [os fiéis] “são consagrados para formar um templo espiritual e um sacerdócio santo” (*Lumen Gentium*, 10). A nossa primeira e fundamental consagração afunda as suas raízes no nosso Batismo. Ninguém foi batizado sacerdote nem bispo. Batizaram-nos leigos, e esse é o sinal indelével que jamais poderá ser eliminado.»

Devemos recordar aqui, seguindo o ensinamento de São João Paulo II na *Christifideles Laici* (59), que «uma fé que não se torna cultura é uma fé “não plenamente recebida, não inteiramente pensada nem fielmente vivida”». A tentação de reduzir a Igreja ao seu elemento clerical e a uma certa pastoral clericalizante, o facto de se ter restringido o amor humano entre o homem e a mulher a simples atividade pastoral de discutível preparação para o matrimónio e para a sua celebração canónico-ritual, a indiferença frente ao mundo do trabalho, à profissão e à transformação do mundo, requerem uma radical renovação dos conteúdos em relação aos quais nos é pedido que empenhemos o nosso Batismo e a nossa fé. Considero que a experiência humana elementar do amor conjugal entre homem e mulher pode representar o lugar da salvação para todos⁴⁰, respeitando a essencial necessidade dogmática da fé cristã, do Batismo e da Igreja para sermos salvos na Páscoa de Jesus Cristo (cf. *Lumen Gentium*, 14; *Ad Gentes*, 7; *Gaudium et Spes*, 22), por um lado, e, por outro, o ditame evangélico de que todos seremos julgados sobre o amor (cf. Mt 25).

Poderá fazer sentido falar de uma *missio inter gentes*, complementar à sua dimensão *ad gentes*, nunca em contraposição ou substituição da mesma, que deveria ser entendida como modalidade de presença dinâmica de anúncio e conversão de povos, culturas, religiões e pessoas que se encontram e se abrem ao Evangelho de Jesus e à sua Igreja. A fé cristã que penetra essa interculturalidade abre novos horizontes, transforma as relações e os povos, transfigura a matéria, os corpos e o mundo para glória de Deus e tendo em vista a vida

⁴⁰ Cf. MERONI, F. *Christ's Salvation, Church and Other Religions in Light of Vatican II*, in F. MERONI (ed.), *Mission Makes the Church*, Aracne, Roma, 2017, pp. 195-225. Cf. MERONI, F. *Il mistero nuziale e le sfide del gender. Uomo e donna: è ancora possibile?*, Cantagalli, Siena, 2015.

plena do homem e da mulher. O diálogo entre as pessoas, as suas culturas e as suas religiões, e o respeito imprescindível pela liberdade religiosa de cada um, representam o horizonte natural e necessário do desempenho da missão da Igreja no mundo. A pacífica e ordenada coexistência de comunidades religiosas diversas e que se respeitam reciprocamente deve garantir a livre possibilidade da missão, da conversão e da pertença religiosa e comunitária. Presenças cristãs significativas e criativas em lugares predominantemente indiferentes ou hostis à fé, onde o testemunho cristão convive diariamente com a tragédia do martírio de sangue, os movimentos eclesiais, as associações laicais, os institutos missionários e as novas formas eclesiais de vida comunitária, são experiências eclesiais a que nos devemos referir para compreender a *missio ad gentes* na sua requalificação paradigmática de toda a missionariedade da Igreja enviada ao mundo, para salvação e transformação do mundo.

Um terceiro elemento de importância vital para que a missão forje a natureza, a vida e as estruturas da Igreja encontra-se na necessidade experiencial e teológica de refundar e de compreender melhor a lógica sacramental do acontecimento Jesus Cristo, da sua Encarnação e da sua Páscoa. Limitar a missão a anúncio e testemunho dos valores do Reino significa não só proceder a uma verdadeira redução, mas privar a Palavra de Deus e a realidade do Reino de Deus da realidade histórico-escatológica concreta da Encarnação e da eficácia salvífica e transformadora da obra missionária da Igreja fundada sobre a Páscoa de Jesus. As bem-aventuranças, o preceito do amor e a libertação dos pobres só são teologicamente concretos e pastoralmente eficazes no âmbito da recíproca fundação sacramental. Aquilo que era muito claro para o Concílio Ecuménico Vaticano II, ou seja, para a Igreja como sacramento universal de salvação (cf. *Lumen Gentium*, 1, 9, 48; *Ad Gentes*, 1; *Gaudium et Spes*, 45), a sua necessidade radicada na necessidade da fé teologal e do Batismo para salvação de todos, batizados ou não, parece embaciado e descorado em algumas reflexões missiológicas contemporâneas.

O *Batismo* e o *Crisma* como imersão e identificação pneumatológica com o Mistério Pascal; a *Eucaristia* como forma de comunhão de verdadeira e

corpórea unidade de Deus em Cristo com a nossa humanidade na ordem do sacrifício e da oblação; o *Matrimónio* como unidade sacramental de Deus com a sua criatura, de Jesus Cristo com a sua Igreja; a *Reconciliação* e a *Unção dos doentes* como verdadeira libertação do pecado e recriação da vida plena; e o *sacramento da Ordem* como ministério ao serviço da forma eucarística do mundo e da Humanidade redimida precisam de ser redescobertos na reflexão teológica e na ação pastoral sobre a missão. Sem o sacramento, o amor e a misericórdia continuam a ser vagas intuições de fraternidade e de reconciliação a plasmar segundo critérios mundanos e a estabelecer assistencialmente como organizações não-governativas, como tantas vezes sublinha o Papa Francisco. Só no sacramento se compreende o verdadeiro sentido do mundo, da matéria e do corpo que, doente pelo pecado, anseia pela recriação pascal da vida. Como bem nos recorda o Papa Emérito Bento XVI na Exortação Apostólica *Sacramentum Caritatis*: «De facto, a doutrina católica afirma que a Eucaristia, enquanto sacrifício de Cristo, também é sacrifício da Igreja e, conseqüentemente, dos fiéis. Essa insistência sobre o sacrifício – «tornar sagrado» – exprime aqui toda a densidade existencial envolvida na transformação da nossa realidade humana alcançada por Cristo (cf. Fl 3,12). O novo culto cristão engloba todos os aspetos da existência cristã, transfigurando-a.» (*Sacramentum Caritatis*, 70-71) A Igreja, portanto, é recebida por Deus e deve ser vivida no Espírito do Senhor Ressuscitado como santo e fiel Povo de Deus, Corpo e Espoça de Jesus Cristo, Templo do Espírito Santo. Esquecendo o sacramento como momento sacrificial ressuscitado pela Palavra de Deus anunciada e encarnada, corre-se o risco de excluir uma grande parte do trabalho pastoral ordinário de muitas comunidades cristãs, de muitos pastores e missionários, para os quais grande parte da reflexão sobre a missão, hoje, parece ter-se tornado insignificante. A articulação ponderada e sensata de anúncio, sacramento e testemunho cristão na *missio ad gentes* poderia ajudar a renovar-nos e a reformar radicalmente, em sentido missionário, toda a vida e atividade da Igreja.

Nesta perspectiva de necessidade urgente do despertar missionário, não nos admira a decisão do Papa Francisco, publicamente comunicada, a 22 de outubro de 2017, durante o Dia Mundial das Missões, de convocar um Mês Missionário Extraordinário para outubro de 2019. A celebração dos cem anos da Carta Apostólica *Maximum Illud* do Papa Bento XV torna-se, para o Papa Francisco, ocasião providencial para pedir a toda a Igreja que se renove e converta cada vez mais a Cristo, requalificando a sua missão segundo o Evangelho. Uma oportunidade cuja qualidade celebrativa de oração, reflexão, formação e caridade missionária revelará o estado de interesse real e de dimensão missionária da vida e da fé dos cristãos. O Papa Francisco incumbiu a Congregação para a Evangelização dos Povos e as Obras Missionárias Pontifícias de coordenar em seu nome a preparação e a celebração do referido Mês. O Mês Missionário Extraordinário representa uma oportunidade providencial para requalificar, segundo o Evangelho, o serviço que prestamos à missão da Igreja. Não simples renovação do velho, mas fiel criatividade, na novidade do Espírito de Deus!

Cidade do Vaticano, 11 de junho de 2018

PE. FABRIZIO MERONI

Outubro
2019

PRIMEIRA PARTE

O ENCONTRO COM JESUS CRISTO

«A intimidade da Igreja com Jesus
é uma intimidade itinerante, uma comunhão missionária.»

(Evangelii Gaudium, 23)

Outubro
2019



MÊS MISSIONÁRIO EXTRAORDINÁRIO OUTUBRO 2019

Batizados e enviados: a Igreja de Cristo em missão no mundo

1 DE OUTUBRO DE 2019

Terça-feira, 26.^a Semana do Tempo Comum

Memória de Santa Teresa do Menino Jesus

Zc 8,20-23

Sl 87,1b-7

Lc 9,51-56

A palavra profética de Zacarias 8,20-23 alimenta a esperança do povo de Deus, cujo cumprimento deve ser entendido para o fim dos tempos: a peregrinação universal dos povos a Jerusalém (cf. Zc 8,22). O Livro de Zacarias, penúltimo entre os livros dos Doze Profetas, é atribuído a um dos últimos profetas ativos, a par de Ageu, depois do exílio da Babilônia, na epopeia da reconstituição da comunidade judaica religiosa e civil na «terra dos pais», para terminar a reconstrução do Templo de Jerusalém.

A promessa profética segundo Zc 8,20-23, pertence à terceira parte do livro (cf. Zc 8,12-14), mas já é antecipada na primeira parte, em Zc 2,10-11, em sintonia com uma tradição profética sobre a peregrinação das nações a Jerusalém, num ato de paz, como em Is 2,1-4, texto quase completamente idêntico a MQ 4,1-4. É sobretudo a tradição da escola de Isaías que desenvolve o tema dessa esperança, que o Judaísmo coloca definitivamente, a partir de então, no fim dos tempos, em simultâneo com a vinda do Messias (cf. Is 49,22-23).

A propósito da conversão final dos povos pagãos ao Senhor, a tradição profética é unânime em afirmar que tal não sucederá como fruto de uma obra de evangelização missionária por parte de Israel. O movimento de conversão partirá da própria ação do Senhor no coração dos povos, que os impelirá para uma verdadeira e plena conversão, no fim dos tempos.

A passagem evangélica sobre a viagem de Jesus até Jerusalém lança uma nova luz sobre a forma como se podem realizar as palavras dos profetas sobre

a conversão dos pagãos ao Senhor, mediante a imagem da grande peregrinação a Jerusalém no fim dos tempos. A referência de Jesus aos dias em que seria elevado ao Alto (cf. Lc 9,51) não diz apenas respeito à sua ascensão ao Céu (cf. Lc 24,50-51; At 7,56), mas também compreende o mistério da sua paixão e morte, em Jerusalém. Jesus já o dissera uma primeira vez aos seus discípulos, esclarecendo o próprio Pedro sobre o sentido da sua profissão de fé n'Ele como Jesus Messias: «O Filho do Homem», disse, «deve sofrer muito, ser rejeitado pelos anciãos, pelos sumos sacerdotes e doutores da lei, deve ser morto e ressuscitar ao terceiro dia.» (Lc 9,22) Repete-o aos mesmos discípulos depois da sua transfiguração (cf. Lc 9,44) e uma terceira vez aos Doze, antes da sua última subida de Jericó a Jerusalém (cf. Lc 18,31-33). Em cada uma dessas três circunstâncias, é-nos dito que os discípulos não conseguiram entender o sentido de tais palavras.

O desígnio de salvação universal, tanto para Israel como para os pagãos, passa por Jerusalém como lugar onde Jesus foi «elevado» (Jo 12,32). É a atração profunda, irresistível e divina do mistério da cruz vivido, testemunhado e transfigurado por Jesus que suscita, promove e acompanha o movimento de conversão dos pagãos rumo a Jerusalém, lugar escolhido pelo Senhor para o mistério da salvação. Jesus envolve na sua missão, primeiro, os Doze, e, depois, a Igreja por Ele eleita mediante uma chamada específica. Os discípulos não podem deixar de seguir Jesus, tendo, naturalmente, muita dificuldade em entender, em fazer suas as palavras e os factos: é um caminho de conversão, que começa com uma chamada e continua por toda a vida.

A passagem através da região habitada pelos samaritanos, durante a viagem de Jesus rumo a Jerusalém, torna-se num episódio emblemático da conversão que os discípulos de Jesus, em cada época, devem experimentar, para poderem acompanhá-l'O e secundá-l'O na sua missão de evangelização e de salvação. Quando envia mensageiros para preparar a sua entrada e hospedagem numa aldeia de samaritanos (cf. Lc 9,52), Jesus está perfeitamente consciente da hostilidade que divide judeus e samaritanos (cf. Jo 4,9.20), mas não desiste; além disso, os próprios discípulos também devem aprender

a gerir de modo diferente uma hostilidade bem arraigada. Frente à resposta negativa dos habitantes samaritanos da aldeia (cf. Lc 9,53), a reação dos discípulos Tiago e João, que o próprio Jesus tinha apelidado, não sem uma certa ironia, «filhos do trovão» (Mc 3,17), é de irritação e violência (cf. Lc 9,54). Os dois irmãos agem levados pelo impulso de uma indevida convicção de serem detentores, em certa medida, de uma verdade religiosa superior. Uma variante da tradição evangélica, conservada também em grego, siríaco e latim, acrescenta uma glosa explicativa à pergunta dos dois discípulos: «Senhor, queres que mandemos descer fogo do céu para acabar com eles, tal como fez Elias?» (cf. 2Rs 1,10-12; cf. Sir 48,3) Para Jesus, tratava-se de uma pergunta errada e de um recurso inoportuno à autoridade das Sagradas Escrituras: «Voltou-Se e repreendeu-os.» (Lc 9,55) A mesma variante da antiga tradição evangélica aprofunda o sentido da censura de Jesus: «dizendo: “Vós não sabeis a que Espírito pertenceis, pois o Filho do Homem não veio para destruir, mas para salvar.”» (Lc 9,55-56) Esta catequese cristã recorda a natureza da missão de Jesus, não certamente enviado para exercer uma vingança divina; a referência ao Espírito que move Tiago e João é significativa na teologia da obra da escola de Lucas, que compreende o seu evangelho e os Atos dos Apóstolos. No relato evangélico, Jesus limita-Se a mudar de povoado (cf. Lc 9,56). Trata-se de uma indicação pastoral (cf. Lc 10,10-11) que Paulo e Barnabé também seguirão na sua primeira viagem missionária a Antioquia da Pisídia (cf. At 13,46). Jesus não diz nada a propósito da recusa dos samaritanos daquela aldeia, mas uma das primeiras missões da Igreja de Jerusalém ocorrerá, precisamente, entre os samaritanos. Será o diácono Filipe a iniciá-la, movido pelo Espírito Santo (cf. At 8,5), seguido mais tarde por Pedro e João, que completarão a sua obra (cf. At 8,14-17).

A missão da Igreja é conformação com a pessoa e com o mistério de Cristo: uma conversão que empenha a vida inteira, deixando ao Senhor a missão de abrir as portas da missão e de mover o coração das pessoas. Os tempos e as modalidades da conversão dos pagãos são obra do Senhor; compete à Igreja converter-se ao Espírito e à pessoa do Senhor Jesus.

2 DE OUTUBRO DE 2019

Quarta-feira, 26.^a Semana do Tempo Comum

Memória dos Santos Anjos da Guarda

NE 2,1-8

SL 137,1-6

MT 18,1-5.10

As duas leituras da liturgia de hoje, de NE 2,1-8 e de MT 18,1-5.10, podem ser entendidas como textos emblemáticos das Escrituras para traçar uma espiritualidade missionária inclusive no nosso tempo.

Neemias, já bem identificado como copeiro do rei (cf. NE 1,11b) na corte do império persa, leva no coração uma viva e sofrida recordação da Jerusalém destruída (cf. NE 1,5-11). Não é um patriotismo nostálgico, mas um aspeto fundamental da oração bíblica da época do exílio e do pós-exílio da Babilónia (cf. SL 137,5-6). É um excerto em sintonia com a mensagem sobre o novo êxodo do exílio da Babilónia, de regresso à «terra dos pais» (cf. Is 40,9-11). É um desígnio que o próprio Senhor traça para o seu povo, chegando a utilizar a própria autoridade de um pagão, Ciro, rei da Pérsia, um dos poderosos da Terra nessa época (cf. ESD 1,1-4). Neemias compreende que, na sua posição na corte do império persa, por volta do mês de dezembro do ano 446 a. C., durante o reinado de Artaxerxes I, quase um século depois do édito de Ciro, a sua vocação ou missão deve ser a reconstrução de Jerusalém, no sentido mais lato da expressão: ocupar-se dos problemas concretos dos judeus que devem reconstituir a comunidade cultural e administrativa na província da Judeia, com epicentro em Jerusalém.

Embora Neemias se encontrasse dentro da corte imperial, sabe que não pode partilhar com ela a sua mais autêntica identidade judaica, porque a sua dor por Jerusalém destruída e abandonada poderia ser entendida

pelo rei persa como o princípio de um movimento subversivo, obra de um expoente de uma minoria étnico-religiosa no interior do império. A pergunta do rei a Neemias é direta: «O que é que gostarias de fazer?» (NE 2,4), quase como se estivesse a sondar as motivações de uma exteriorização semelhante ao sofrimento interior. O judeu, na corte persa, corre o risco de dizer uma palavra excessiva, uma palavra errada: «Rezei ao Deus do Céu.» (NE 2,4) No Livro dos Provérbios, com efeito, diz-se: «O homem faz os seus projetos, mas a resposta vem do Senhor.» (PR 16,1) À luz desta fé, o judeu pode pedir para ser enviado para a Judeia a fim de reconstruir Jerusalém (cf. NE 2,5).

Com efeito, agora tudo se move rapidamente no sentido projetado pelo Senhor. O rei informa-se apenas sobre o tempo necessário para a missão na Judeia, mas o seu consentimento já é óbvio (cf. NE 2,6). Neemias continua a seguir a mesma política prudente, necessária para o cumprimento da sua missão, mas a partir de agora é o Senhor que atua (cf. NE 2,8).

O “missionário” agiu com prudência no mundo que lhe é hostil, dentro do qual se devia mover; todavia, prudência e sabedoria não teriam bastado sem «a mão bondosa» do Senhor. O “missionário” deverá aprender agora a conhecer o mundo da Palestina, no interior do qual se deverá mover para levar a cabo a missão a que o Senhor o chama.

O episódio evangélico, com as palavras de Jesus relativas à necessidade de conversão dos discípulos, tornando-se como crianças, ilumina a profundidade da obra de conversão necessária dentro da própria Igreja para se poder desempenhar a missão a que se é chamado. A missão pode ser contaminada a partir de dentro da comunidade dos discípulos de Jesus pelas tentações do orgulho, de serem os melhores e do poder, mesmo que esteja envolta numa linguagem religiosa (cf. Mt 18,1). No excerto final do mesmo evangelho, em que são delineados, de forma emblemática, os obstáculos que se levantam, impedindo o seguimento de Jesus que sobe a Jerusalém, a última tentação, e também a mais dura de manter sob controlo, depois do exercício desordenado da sexualidade (cf. Mt 19,1-12)

e do apego ao dinheiro (cf. Mt 19,16-26), é a do poder, que parece ser irredutível, inclusive nos discípulos de Jesus (cf. Mt 20,20-28).

Ao inquinamento fatal de qualquer missão, Jesus contrapõe um gesto significativo e um empenho vital: fazerem-se pequenos como as crianças (cf. Mt 18,2-4). Quem quer que se sinta chamado a desempenhar uma missão, tanto dentro como fora da Igreja, precisa de passar por uma conversão muito séria: tornar-se como uma criança. Cada um de nós já foi criança e nunca mais o voltará a ser em sentido puramente humano. Neemias tem de ter uma consciência específica e precisa, quer do mundo em que se move e do qual parte quer do mundo em direção ao qual sente que se deve mover. Assim, cada discípulo de Jesus, que sente uma chamada para determinada missão, deve ter fé em Deus, confiar n'Ele e abandonar-se apenas a Ele. O discípulo missionário deve ter a mesma confiança descomedida que as crianças têm nos seus pais, certas do seu amor e proteção e, portanto, confiantes no presente que, para eles, já é início do futuro.

Trata-se da mesma experiência que Jesus tem como Filho do seu Pai: plenamente consciente da realidade, completamente confiante e disponível para Se abandonar a Ele. Só assim, na total conformação com o próprio Jesus, o discípulo pode avançar para a missão à qual se sente chamado. O cristão que realmente se tornou criança, no sentido entendido por Jesus, aprende com a vida que a fecundidade da sua missão está nas mãos d'Aquele que ressuscitou Cristo da morte e que o envia. Ai daquela comunidade cristã que considerasse insignificante esta fé, desprezando-a ou tornando-a objeto de compaixão: «Cuidado em não desprezar nenhum destes pequeninos, pois Eu digo-vos: os seus anjos, no Céu, estão sempre na presença do meu Pai que está no Céu.» (Mt 18,10)

O tornar-se criança oferece ao discípulo missionário a forma da sua relação com Jesus, seu Mestre e Senhor. N'Ele descobre a sua vocação filial, de filho do Pai, e a sua livre obediência, fruto de uma pertença na fé e na missão. Filho no Filho, cada discípulo é missionário porque é enviado a anunciar, sustentado e acompanhado pelos anjos, mensageiros divinos

que o mantêm aberto à contemplação, fundamento da sua missão, e aos desafios do mundo, que representam o lugar da sua conversão e do seu testemunho. Como o anjo da guarda ao qual cada um de nós é confiado, o discípulo-criança nunca deixa de contemplar, em Jesus, o rosto do Pai, para descobrir sempre e em cada um o rosto do irmão, a existência da irmã, a amar e salvar.



3 DE OUTUBRO DE 2019

Quinta-feira, 26.^a Semana do Tempo Comum

Féria

NE 8,1-4a.5-6.7b-12

SL 19,8-11

LC 10,1-12

Os livros de Esdras e de Neemias propõem, numa epopeia religiosa e de fé, os momentos de destaque da reconstrução da comunidade do povo de Deus na antiga terra dos pais, depois do exílio da Babilónia. Por entre provações e sofrimentos, vai-se cumprindo o projeto do Senhor, já anunciado em Is 55,12-13, e que passa pelas decisões de um monarca pagão, Ciro, rei dos Aqueménidas da Pérsia. Segundo 2Cr 36,22-23 e Esd 1,1-4, a política de Ciro para com a minoria étnico-religiosa judaica deve ser entendida como expressão de um oráculo do próprio Senhor. Todavia, o regresso, nem que seja apenas de uma parte dos exilados, não se apresenta como uma epopeia de felicidade a baixo preço. O projeto do Senhor realiza-se através das várias caravanas de exilados que regressam à terra dos pais, numa “história sagrada” que tem o seu modelo na história do êxodo do Egito até à entrada na terra prometida (cf. NE 8,17). No Livro de Neemias, a obra de reconstrução do Templo e da cidade de Jerusalém encontra o seu cumprimento na consolidação da comunidade segundo as indicações da Lei (cf. NE 8,1-10,40), na vasta participação por parte dos membros da comunidade (cf. NE 11,1; 12,26), na festa da dedicação da «casa de Deus» (cf. NE 12,27; 13,3) e na verificação dos compromissos assumidos (cf. NE 13,4.31).

A celebração solene da liturgia da Palavra para a Festa das Tendões representa uma fase decisiva da reconstrução da comunidade cultural na terra dos pais. No primeiro dia da festa, a liturgia da Palavra tem lugar ao ar livre (cf.

NE 8,1-2), porque toda a terra dos pais é lugar santo, em particular a cidade de Jerusalém, e a Tora também é maior do que o Templo e do que os seus sacrifícios. Esdras, sacerdote e escriba, deve ser visto e escutado por todos enquanto proclama a Lei de Moisés (cf. NE 8,4), enquanto outro grupo de pessoas e os levitas têm a missão de ler alternadamente passagens da Lei e de explicar o seu sentido ao povo (cf. NE 8,7-8). As tradições judaicas subsequentes interpretaram o sentido do verbo «explicar», associado a «ler» o texto bíblico, como o início da tradição de parafrasear em língua aramaica (a mais conhecida dos exilados regressados da Babilónia) o texto bíblico lido em hebraico, ou como o início do comentário (*midrash*) ao texto sagrado, na intenção de procurar o Senhor através da sua Palavra. A compreensão autêntica da Palavra do Senhor suscita a reação do pranto (cf. NE 8,9.11), sinal de verdadeiro arrependimento, sobretudo pela consciência de terem lesado a santidade do próprio Senhor, de terem desprezado o seu amor e a sua misericórdia, segundo a linguagem profética. Por dom do Senhor, a Palavra chegou ao coração de todos e, por isso, começa a mover as pessoas no sentido da conversão. Assim, a celebração litúrgica torna-se ícone, para cada geração de crentes, ultrapassando largamente o mero acontecimento histórico original. A dor e o pranto transformam-se na alegria da Palavra do Senhor reencontrada (NE 8,9); quem explicou a Palavra do Senhor ao povo pode e deve ajudar a transformar o arrependimento em alegria (cf. NE 8,11). Segundo a tradição de DT 16,13-14, a ocasião da festa das colheitas, que já passou a ser também Festa das Tendões em recordação do caminho no deserto durante o êxodo, recomendava que parte das colheitas fosse destinada aos mais desfavorecidos da comunidade. É o próprio governador Neemias, durante a liturgia, que aconselha concretamente a partilhar o banquete festivo com quem não tem nada de seu (cf. NE 8,10). A partilha, como sinal de comunhão da festa, é fonte de alegria e dá testemunho de que a Palavra do Senhor foi entendida com a mente, com o coração e com a vida (cf. NE 8,12).

O chamamento feito por Jesus aos setenta ou setenta e dois discípulos, representando cada grupo de seis uma das doze tribos do Israel de Deus,

tem lugar depois do chamamento dos Doze (cf. Lc 9,1-6). Ambas as missões queridas por Jesus são subsidiárias e preparatórias da sua passagem pessoal. A preparação para a missão consiste na pertença à comunidade dos discípulos de Jesus no sentido mais lato do termo, inclusive entre os não-judeus; é a própria pessoa de Jesus que surge como Palavra de Deus, à semelhança do papel assumido pela Lei de Moisés (cf. NE 8,1) na comunidade dos retornados do exílio, na época de Esdras e Neemias. Na comunidade original dos seus discípulos, o próprio Jesus começa a explicar as Escrituras como um evangelho (cf. Lc 24,44-48), visto ser essencial a função de uma leitura das Escrituras, explicada e entendida, na comunidade dos discípulos de Cristo (cf. Lc 24,25-35).

Ao confiar aos discípulos a missão de anunciar «o Reino de Deus», Jesus também precisa as modalidades da própria missão: equipamento e práxis (cf. Lc 10,1-11). Aí se reconhecem as características circunstanciais, em parte conformes à cultura judaico-palestina da época, como a valorização do “protocolo da hospitalidade” (cf. Lc 10,4-7; cf. Gn 18,1-8), mas também a urgência e a prioridade absoluta da missão em relação à cultura da época (cf. Lc 10,4). É uma práxis missionária capilar, não de massas (cf. Lc 10,2), exposta a perigos (cf. Lc 10,3). É um anúncio de paz (cf. Lc 10,5; 24,36), reforçado por gestos a favor tanto dos evangelizadores como dos evangelizados (cf. Lc 10,8-9a) e que tem por objeto a proximidade do «Reino de Deus» (Lc 10,9b): a chegada do Senhor Jesus e a sua passagem (cf. Lc 10,1). Foi assim, então, no mundo da Palestina, e é sempre assim em qualquer parte do mundo e em qualquer época. As instruções de Jesus sobre as atitudes dos discípulos em caso de recusa de hospitalidade ou de rejeição do anúncio do «Reino de Deus» estão marcadas pela prioridade da missão (cf. Lc 10,10-11), segundo uma práxis que Paulo e Barnabé também adotarão frente à oposição por parte da comunidade judaica (cf. At 13,44-51).

Jesus pretende tranquilizar os seus missionários sobre o facto de que a rejeição que possam sofrer já não lhes diz respeito, está completamente nas mãos do Senhor (cf. Lc 10,12). Até a rejeição e a perseguição de Jesus e

por Jesus podem tornar-se oportunidades de configuração dos discípulos missionários com a Páscoa do seu Mestre, em que a mensagem anunciada, o Reino proclamado, a sua pessoa divino-humana e o seu destino de Messias e Salvador passam a ser uma única preocupação: fazer a vontade do Pai para salvação do mundo. O juízo de salvação das cidades às quais é levado o anúncio da proximidade salvífica da Páscoa de Jesus Cristo, Reino de Deus cumprido na sua pessoa de Filho, continua a ser propriedade divina exclusiva do Pai. A ninguém é permitido antecipar a condenação e a maldição (cf. Mt 13,24-43). Aos discípulos missionários é pedido que ardam com a mesma paixão e com o mesmo amor pelo mundo, a fim de que todos sejam salvos, partindo em busca dos homens e das mulheres de cada geração, de cada lugar e cidade, para que a ninguém falte quem lhe anuncie o evangelho da salvação.

Batizados
e enviados

Outubro
2019

4 DE OUTUBRO DE 2019

Sexta-feira, 26.^a Semana do Tempo Comum

Memória de São Francisco de Assis

BR 1,15-22

SL 79,1-5.8.9

Lc 10,13-16

Para uma compreensão mais profunda da missão à qual todos os cristãos são chamados, é útil partir das palavras de Jesus em Lc 10,13-16, para depois chegar à oração de Br 1,15-22, trazendo assim à luz a história do Israel de Deus, formado por aqueles que pertencem ao Israel histórico e por quantos passam a fazer parte do Israel de Deus mediante a fé em Cristo e o Batismo.

O discurso com que Jesus acompanha o envio em missão dos discípulos é completado por uma severa admoestação contra as povoações de Corazim e de Cafarnaum, na Galileia (cf. Lc 10,13-15). As povoações da Palestina mencionadas tinham assistido aos milagres com que Jesus acompanhara o seu anúncio do Reino de Deus (cf. Mt 11,21); em Cafarnaum tinham-se manifestado os primeiros sinais de rejeição do anúncio de Jesus (cf. Lc 4,34), mas ali Jesus também tinha manifestado o poder do «Reino de Deus» (cf. Lc 4,31-41) e tinha-se tornado patente a fé de um centurião do exército romano, pagão, mas simpatizante do Judaísmo (cf. Lc 7,1-10); de Betsaida provinha Filipe, um dos Doze (cf. Jo 1,44; 12,21). A severa admoestação dirigida por Jesus às povoações da Palestina que tinham sido diretamente beneficiados por Ele e nos quais Ele próprio tinha, inclusive, encontrado respostas de fé surpreendentes, nunca foi uma condenação definitiva e irreversível. No fim do seu discurso aos discípulos enviados em missão, Jesus sublinha a importância da própria missão de evangelização. Evangelizar e ser evangelizados implica responsabilidades inevitáveis frente ao juízo divino, que na realidade não

é antecipado numa condenação precipitada sem possibilidades de recurso, mas que é apresentado como ponto de referência supremo, relativo ao fim dos tempos (cf. Lc 10,14-15). Antes disso, a porta do arrependimento e da conversão sempre esteve aberta, inclusive mediante os misteriosos caminhos da providência e da misericórdia divinas. Jesus identifica-Se com aqueles que enviou e fala explicitamente do risco, nesses casos, de rejeitar o próprio Deus, qualquer que seja o motivo ou a fé religiosa que possa levar alguém a rejeitar a evangelização levada a cabo pelos discípulos de Jesus (cf. Lc 10,16).

O trauma do Israel bíblico na sequência do exílio na Babilônia é o acontecimento sobre o qual devemos meditar e do qual devemos partir para compreender a longa oração atribuída a Baruc (cf. BR 1,5; 3,8) no livro que tem o seu nome. A oração de Baruc parte da constatação de que tudo aquilo que o profeta Jeremias tinha anunciado aos exilados da primeira deportação para a Babilônia (cf. Jr 29,4-23) se tinha realizado, e que chegara o tempo de rezar para que os dominadores da Babilônia vivessem por longos anos, para Israel não ter de sofrer novas e pesadas retaliações (cf. BR 1,11-12), como o próprio Jeremias tinha recomendado, precisamente, no seu tempo (cf. Jr 19,5-7). É fundamental, agora, a tomada de consciência de uma história de pecado que envolveu todas as gerações do Israel bíblico, desde a libertação do Egito (cf. BR 1,15-22). A obstinação em não querer escutar a voz do Senhor precipitou o Israel bíblico no desastre do exílio e no silêncio de Deus, ou na incapacidade de ouvir a sua voz. No centro do pensamento não estão a história e a condição de Israel, mas o Senhor. É esse, precisamente, o verdadeiro arrependimento, o verdadeiro percurso de conversão.

Aquilo que aconteceu ao longo da história, embora também se possa ter devido à prepotência, à crueldade, ao espírito implacável da política internacional, não pareceu estranho aos olhos do Senhor, e deve ser entendido em profundidade como uma expressão da sua «justiça» (BR 1,15), entendida como vontade de reencaminhar o Israel bíblico para o centro da sua vocação. A descoberta dessa justiça de Deus é um dom do próprio Senhor, e não pode ser confundida com o sentimento de culpa nem com a resignação a que as

pessoas se abandonam tentando encontrar uma reconciliação com a vida; também se encontra nos antípodas da rebeldia e da deserção definitiva em relação ao Senhor. A oração parte do presente mais próximo para chegar às origens do Israel bíblico (cf. BR 1,15-16). A catástrofe e o trauma do exílio envolvem toda a sua história, explicável, sobretudo, à luz do pecado contra o Senhor e contra a sua palavra (cf. BR 1,17-18). «Pecar contra o Senhor» é falhar na relação com Ele: uma tragédia estrutural, consumada de forma concreta, consciente, mas também irrefletida, na «desobediência» quotidiana ao Senhor, no «não escutar a sua voz», que se faz ouvir inclusivamente através dos seus «decretos». O Israel bíblico não pode inventar sozinho uma pretensa maneira de entrar em relação com Deus. As palavras de Baruc permitem entender que o desastre vivido na história de pecado e no exílio comprometeu, aos olhos dos pagãos, a própria credibilidade de reis, chefes e profetas (cf. BR 1,16). Essa história de pecado e de castigo não é a última palavra: as catequeses de Moisés tinham previsto que, acolhendo o impulso para a conversão, o Israel bíblico seria novamente congregado pelo Senhor (cf. DT 30,1-4).

A história do Israel bíblico que volta a ser o Israel de Deus também é a história da Igreja que, mediante a fé em Cristo, passa a fazer parte do Israel de Deus. Assim como a dura admoestação contra as cidades da Galileia não é uma sentença de abandono definitiva, também o exílio do Israel bíblico não corresponde à conclusão da história. O caminho de conversão, que deveria ser caracterizado pelo reconhecimento de um pecado pessoal e estrutural, é sempre, decerto, um dom do Senhor, mas corre o risco de ser dissipado numa autoabsolvição precipitada, ou num reatamento predominantemente formal e fundamentalista de gestos, de ritos, de fórmulas e de frases feitas, que nunca terão a mesma força de uma missão evangelizadora.

5 DE OUTUBRO DE 2019Sábado, 26.^a Semana do Tempo Comum*Féria*

BR 4,5-12.27-29

SL 69,33-37

LC 10,17-24

No Evangelho, os setenta (ou setenta e dois) discípulos voltam da missão com alegria, para prestar contas ao seu mestre Jesus do seu êxito pastoral: «Até os demónios nos obedecem por causa do teu nome.» (Lc 10,17) E Jesus entra na alegria dos seus discípulos: «Eu vi Satanás cair do céu como um relâmpago.» (Lc 10,18) Como discípulos de Cristo, nós recebemos o poder de caminhar sobre serpentes e escorpiões e sobre todo o poder do inimigo e nada nos poderá fazer mal (cf. Lc 10,19). Trata-se da mesma promessa que Jesus faz em relação a todos os seus discípulos, em Mc 16,18: «Se pegarem em cobras ou beberem algum veneno, não sofrerão nenhum mal; quando colocarem as mãos sobre os doentes, estes ficarão curados.» Jesus adverte-nos assim de que a missão será árdua e difícil, mas, com o seu Espírito e a sua graça, sairemos sempre vitoriosos sobre as forças do mal no mundo. «Não vos alegréis porque os maus espíritos vos obedecem; alegrai-vos, antes, porque os vossos nomes estão escritos no Céu.» (Lc 10,20) É legítimo que o discípulo de Cristo se sinta orgulhoso e feliz pelos êxitos das suas próprias missões de evangelização, mas o motivo principal da sua alegria deveria ser o escatológico. Devemos entrar na alegria da salvação, na alegria da esperança: «Servo bom e fiel, vem participar da alegria do teu senhor.» (Mt 25,21.23) É a alegria do servo inútil que fez tudo o que devia fazer.

O que importa de verdade para os discípulos é que os seus nomes estejam «escritos no Céu» (Lc 10,20). Na língua hebraica da época, isso significa que

os setenta (setenta e dois) regressados da missão são reconhecidos por Deus como cidadãos do Céu. É essa a sua verdadeira casa, o Reino para o qual Jesus lhes permite convidar os outros a quem são enviados. Depois, de repente, no meio da sua conversa com os discípulos missionários, Jesus dirige-Se a outro interlocutor, ao seu Pai que está nos Céus. Como cidadãos do Reino de Deus acabados de confirmar, os setenta – e nós, observando-os –, escutam uma conversa divina. Somos testemunhas de um momento de profunda oração entre Jesus e o seu Pai. Jesus dá graças ao Pai pela sua misericordiosa vontade: os grandes mistérios foram revelados «aos pequeninos» e não «aos sábios e inteligentes», aos olhos dos quais permanecem invisíveis.

No contexto histórico de Jesus, os discípulos enviados em missão são “crianças”, não só porque estão na sua primeira experiência missionária, mas também porque, provavelmente, não tinham recebido uma educação formal no mundo de Deus semelhante à dos doutos rabinos, dos escribas e dos outros líderes do Judaísmo da época. Isso não significa negar o valor da formação teológica, mas reconhecer que o encontro com Deus é sempre um dom de Deus, que a fé n’Ele é o fundamento de cada missão.

Jesus reflete depois em voz alta, por assim dizer, sobre a natureza da relação entre Ele e o Pai. Aqui, numa passagem bastante semelhante a outra, de Mateus (cf. Mt 11,25-30) e a muitas outras em João (cf. Jo 3,35; 13,3; 14,9-11), Jesus revela o pleno conhecimento recíproco entre o Pai e o Filho e a abertura total de um ao outro: isso é fonte de alegria e de comunhão, é a causa da fecundidade e da missão.

É em virtude de tal relação que Jesus tem o poder de convidar os outros para a relação com Deus, para entrar nessa sua comunhão divina. Nesta intimidade, sabemos quem é o Filho como conhecido e amado pelo Pai, e quem é o Pai como conhecido e amado pelo Filho. Os setenta, chamados a aliviar o sofrimento e a opressão em nome de Jesus, encontram o sentido da sua missão no Pai e no Filho e na respetiva comunhão de amor. Escutando, hoje, esta mensagem evangélica, continuamos a ser convidados mais profundamente a entrar nessa relação. Naturalmente, só com base no encontro

com o Pai, tal como Jesus no-l'O revelou, temos o dom do amor de Deus para oferecer, como missão, aos outros.

A palavra de Deus, hoje, chama-nos não só a observar os diversos aspetos da missão, mas também a descobrir ativamente aquilo que tais realidades nos revelam sobre Deus. Quando reconhecemos com fé os modos como Deus vem a nós e em nós atua, podemos permitir que o seu Espírito desempenhe a sua missão para com os outros através de nós. A profunda comunhão dos discípulos missionários com Jesus, na sua amorosa unidade divina com o Pai, transmite alegria, paixão e zelo pelo empenho missionário. Muito mais do que pelo seu próprio êxito, os discípulos missionários alegram-se pelo amor, pela comunhão com o seu Mestre e Senhor, pela sua vocação para serem filhos e filhas de Deus, cujo nome está escrito nos Céus.

Nesse sentido, escreve o Papa Francisco, na sua exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, parágrafo 21: «A alegria do Evangelho, que enche a vida da comunidade dos discípulos, é uma alegria missionária. Experimentam-na os setenta e dois discípulos, que voltam da missão cheios de alegria (cf. Lc 10,17). Vive-a Jesus, que exulta de alegria no Espírito Santo e louva o Pai, porque a sua revelação chega aos pobres e aos pequeninos (cf. Lc 10,21). Sentem-na, cheios de admiração, os primeiros que se convertem no Pentecostes, ao ouvir “cada um na sua própria língua” (At 2,6) a pregação dos Apóstolos. Esta alegria é um sinal de que o Evangelho foi anunciado e está a dar fruto. No entanto, contém sempre a dinâmica do êxodo e do dom, de sair de si mesmo, de caminhar e de semear sempre de novo, sempre mais além. O Senhor diz: “Vamos para outro lugar, para as aldeias vizinhas, a fim de pregar aí, pois foi para isso que Eu vim.” (Mc 1,38) Depois de ter lançado a semente num lugar, não se detém aí a explicar melhor ou a fazer novos sinais, mas o Espírito condu-l'O, fazendo-O partir para outras aldeias.»

6 DE OUTUBRO DE 2019

Domingo, 27.^a Semana do Tempo Comum

Ano C

HAB 1,2-3; 2,2-4

SL 95,1-2.6-9

2TM 1,6-8.13-14

Lc 17,5-10

O evangelho de hoje oferece-nos um relato significativo sobre a fé e uma breve parábola sobre o nosso papel de servidores de Deus. Estes dois ensinamentos diferentes seguem-se a outro preceito igualmente desafiante da parte de Jesus sobre o pecado e sobre o perdão, e conduzem ao relato da cura de dez leprosos por Jesus nas proximidades de uma povoação samaritana. Não existe uma ligação clara entre os relatos de Jesus em Lucas 17 nem entre os relatos e a história da cura subsequentes. Todavia, ao contemplar o dever cristão da missão, entramos em consonância com os discípulos (aqui denominados apóstolos), quando eles imploram a Jesus: «Aumenta a nossa fé!» (Lc 17,5)

Ao pedido de uma maior fé (aparentemente, um santo pedido de crescimento espiritual), Jesus responde fazendo uma comparação entre dois extremos, equiparando a imagem de uma semente proverbialmente pequena, a semente de mostarda, com a semente de uma grande árvore, a amoreira. Leva-nos a superar a lógica comum mediante o uso de uma imagem original, sugerindo que a fé não atua segundo os critérios humanos normais, mas que, pelo contrário, parece incompreensível aos olhos humanos, como uma amoreira plantada no meio do mar. Subjacente à fé está a profunda confiança em Deus e na forma como Ele atua. Cada missionário com uma certa experiência talvez já tenha experimentado os frutos produzidos pela ação de Deus em circunstâncias que pareciam completamente hostis a qualquer

resultado. O evangelho de hoje desafia-nos a crer em Deus para lá dos limites da lógica humana e do sentido do possível, tornando-nos assim num só com a mente, a imaginação, a lógica e o coração de Deus.

«Os Apóstolos disseram ao Senhor: “Aumenta a nossa fé!”» (Lc 17,5-6). São Lucas chama “apóstolos” aos Doze que Jesus escolheu no início do seu ministério (cf. Lc 6,12-16). “Apóstolos” quer dizer “enviados”. Enquanto os outros evangelhos só utilizam esse termo uma vez, para designar este grupo particular de discípulos de Jesus, Lucas usa-o seis vezes no seu evangelho e vinte e oito vezes nos Atos dos Apóstolos. A Igreja primitiva tinha consciência do privilégio intransmissível daqueles Doze: a autenticidade do seu mandato, da sua missão, tinha por fundamento a escolha pessoal de Jesus. Ele tinha-os escolhido e enviado. Aqueles apóstolos são, portanto, as testemunhas oficiais da Boa Nova do Ressuscitado. E, nesse sentido, deveriam ter suficiente fé n’Ele. São as testemunhas privilegiadas dos ensinamentos e dos milagres de Jesus (cf. Lc 18,31) e, ao mesmo tempo, são homens frágeis como todos nós, dominados pela dúvida, pela falta de fé (cf. Lc 24,11.25.38-39). Daí, a sua oração dirigida a Jesus no evangelho de hoje: «Aumenta a nossa fé!», na certeza de que Ele é Deus.

Quais são os ensinamentos para todos nós, “enviados” de hoje? Devemos reconhecer humildemente que nos falta muita fé na nossa missão de evangelização do mundo. O Senhor talvez não nos diga: «Se tivésseis fé do tamanho de um grão de mostarda, poderíeis dizer a esta amoreira: “Arranca-te daí e planta-te no mar.” E ela obedecer-vos-ia.» (Lc 17,6) Não é possível ter uma fé capaz de deslocar as montanhas se nos falta aquela fé essencial em Jesus Senhor, em Jesus ressuscitado e vivo em nós, sua Igreja. De que serve querer possuir uma fé que realiza milagres diante das multidões, ou poderes de cura, ou poderes excepcionais para iludir pagãos e cristãos de hoje? O próprio Jesus realizou inúmeros milagres diante dos seus contemporâneos e dos seus apóstolos, e isso não aumentou a sua fé. O essencial é ter a humildade dos apóstolos de pedir sem cessar ao Senhor que venha em sua ajuda: «Eu tenho fé, mas ajuda a minha falta de fé!»: assim gritava o pai do endemoninhado

epilético do evangelho (Mc 9,24; cf. Lc 9,37-43). Em cada Eucaristia, encontro com o Ressuscitado, peçamos-Lhe também nós a fé necessária para podermos encontrá-l'O vivo nas nossas vidas e no nosso mundo. Só a oração – alma da missão – torna possível a fé.

Imediatamente a seguir (cf. Lc 17,5-10), o relato evangélico de Lucas coloca-nos perante um cenário extraído da vida doméstica quotidiana, oferecendo um ensinamento sobre o apostolado: por muito maravilhosos que possam ser os resultados do nosso trabalho, todos estamos simplesmente a cumprir a missão que nos foi atribuída por Deus. Na vida de todos os dias, na época de Jesus, as expectativas do amo e do escravo em relação aos respetivos papéis estão bem definidas. O amo ordena e o escravo executa. É legítimo esperar que o escravo passe do trabalho agrícola ao serviço doméstico, sem tréguas. Da parte do servo não estão previstas objeções tais como o cansaço, a fome ou a sede. Ora, o ponto de vista de Jesus não deve certamente ser interpretado como justificação da instituição económica da escravidão da Antiguidade. Jesus estava apenas a recorrer a uma realidade social milenar como metáfora, sugerindo assim uma semelhança entre essa realidade e o serviço que nós prestamos a Deus.

Ao fazer a pergunta retórica: “Será que vai agradecer ao servo por ter feito o que lhe mandou?”, Jesus dirige-Se a um público, incluindo nós próprios, do qual se espera uma resposta, obviamente negativa. Jesus prossegue afirmando que, depois de termos feito por Deus tudo aquilo que nos foi ordenado, deveríamos dizer: “Somos servos inúteis; fizemos o que devíamos fazer.” O exagero deste exemplo pretende converter pedagogicamente o discípulo missionário à lógica da fé: não à eficácia e à utilidade do serviço, mas à fecundidade da fé como comunhão com Jesus.

Através das nossas próprias palavras e através da experiência da vida quotidiana, Jesus coloca-nos perante o facto de que a expectativa da recompensa é desproporcionada em relação à realidade. O que é proporcionado, pelo contrário, é a compreensão de quem é Deus e daquilo que Lhe devemos. Jesus deseja que reconheçamos que Deus espera, da nossa parte, um empenho

sério, um empenho sincero na obra a que nos chama, na missão de dar a conhecer Cristo ao mundo.

As outras duas leituras desenvolvem esses temas da fé e do serviço a Deus, mas segundo várias perspectivas. O profeta Habacuc, escrevendo pouco antes de o povo hebraico ser exilado da sua terra natal, no século VI a. C., invoca a ajuda de Deus no meio da destruição e da violência. Como resposta, o Senhor declara que algumas pessoas se sentem orgulhosas, embora não tenham um espírito «reto», ao passo que «o justo viverá pela sua fidelidade» (HAB 2,4). Habacuc insiste sobre o facto de que, ao contrário daqueles que recorrem à violência e provocam conflitos, algumas pessoas confiam em Deus. Nisto se resume a fé pura e simples, é isto que as faz sentir-se bem com Deus.

Quando Paulo se encontrou com Jesus, o Senhor ressuscitado, a compreensão da fé a que se refere Habacuc é transformada. Tomou conhecimento do modo extraordinário como Deus nos amou, das distâncias que Deus percorreu para nos reconduzir à justa relação com Ele. Paulo viu que, em Cristo, a confiança no poder criativo de Deus também atua em nós. Paulo descobriu a liberdade e a fé na nossa relação com Deus, que o impelem, a ele e a cada crente depois dele, a percorrer o mundo para dar a conhecer a boa notícia do amor regenerador de Deus, a anunciar a Páscoa redentora de Jesus.

«A nova lógica da fé centra-se em Cristo. A fé em Cristo salva-nos, porque é n'Ele que a vida se abre radicalmente a um Amor que nos precede e transforma a partir de dentro, que atua em nós e connosco. Isto vê-se claramente na exegese que o Apóstolo dos gentios faz de um texto do Deuteronomio; uma exegese que se insere na dinâmica mais profunda do Antigo Testamento. Moisés diz ao povo que o mandamento de Deus não está demasiado alto nem demasiado longe do homem; não se deve dizer: “Quem subirá por nós até ao Céu para no-lo trazer?» ou «Quem atravessará por nós o mar para no-lo trazer?» (cf. DT 30,11-14). Esta proximidade da palavra de Deus é concretizada por São Paulo na presença de Jesus no cristão. “Não digas no teu coração: Quem subirá ao Céu? Ou seja, para fazer Cristo descer. Nem digas: Quem descerá ao abismo? Isto é, para fazer Cristo subir dentre os

mortos.” (RM 10,6-7) Cristo desceu à Terra e ressuscitou dos mortos: com a sua Encarnação e Ressurreição, o Filho de Deus abraçou o caminho inteiro do homem e habita nos nossos corações por meio do Espírito Santo. A fé sabe que Deus Se tornou muito próximo de nós, que Cristo nos foi oferecido como grande dom que nos transforma interiormente, que habita em nós, e que assim nos dá a luz que ilumina a origem e o fim da vida, o percurso integral do caminho humano.

Podemos assim compreender a novidade à qual a fé nos conduz. O crente é transformado pelo Amor ao qual se abriu mediante a fé, e, na sua abertura a esse Amor que lhe é oferecido, a sua existência expande-se para além de si próprio. São Paulo pode afirmar: “Já não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim” (GL 2,20), e exortar: “Que Cristo, pela fé, habite nos vossos corações.” (EF 3,17) Na fé, o “eu” do crente dilata-se para ser habitado por Outro, para viver n’Outro, e assim a sua vida dilata-se no Amor. É aqui que se situa a ação própria do Espírito Santo: o cristão pode ter os olhos de Jesus, os seus sentimentos, a sua predisposição filial, porque é feito participante do seu Amor, que é o Espírito. É neste Amor que se recebe, de certo modo, a visão própria de Jesus. Fora desta conformação no Amor, fora da presença do Espírito que o infunde nos nossos corações (cf. RM 5,5), é impossível confessar Jesus como Senhor (cf. 1COR 12,3).» (*Lumen Fidei* 20-21)

Outubro
2019

7 DE OUTUBRO DE 2019

Segunda-feira, 27.^a semana do Tempo Comum

Memória de Nossa Senhora do Rosário

JN 1,1-2,2.11

JN 2,3-5.8

Lc 10,25-37

Lucas apresenta esta parábola como uma história no contexto de um episódio mais amplo, o do encontro de Jesus com um doutor da lei que julga poder pô-lo à prova. Jesus já fora posto à prova precisamente no início da sua carreira pública, quando fora conduzido pelo Espírito Santo até ao deserto e tentado pelo diabo. Por três vezes ao longo do relato da tentação (cf. Lc 4,2.12.13), o diabo leva Jesus ao limite para ver se Ele é verdadeiramente o Filho de Deus e se permanece fiel à vontade de Deus. Na terceira “prova”, Jesus afasta o diabo, pronunciando as últimas palavras do seu combate contra Satanás: «Não tentarás o Senhor teu Deus.» (Lc 4,12)

O trecho evangélico de Lucas reza assim: «Um doutor da lei levantou-se para tentar Jesus...» (Lc 10,25) Cada leitor atento que tenha visto Jesus demonstrar que é verdadeiramente o Filho de Deus sabe que o doutor da lei se propõe fazer qualquer coisa em que até o diabo fracassou e que Jesus, Filho de Deus, proibiu de forma explícita; é muito mais provável que seja o próprio doutor a ser posto à prova.

A parábola do bom Samaritano é célebre e fácil de imaginar, mas o evangelho de hoje começa com o anúncio de que um doutor da lei se aproxima para pôr Jesus à prova. No nosso mundo há tantos especialistas em ciência da felicidade, que tentam pôr à prova os apóstolos do Evangelho dos nossos dias. Que devemos fazer para ter a vida eterna? Como podemos alcançar a felicidade? A nossa resposta não deve ser diferente do ensinamento do

Mestre. Para alcançar a felicidade, devemos amar a Deus com todo o coração, com toda a alma, com todas as forças, com todo o espírito, e amar o próximo como a nós mesmos. Amar a Deus e ao próximo. Amar a Deus através do próximo. Amar o próximo como Deus quer. Mas como fazê-lo, concretamente?

Jesus dá-nos um exemplo através da experiência do bom Samaritano. Lucas, aliás, é o único evangelista a transmitir esta página extraordinária do ensinamento de Jesus. «Um homem descia de Jerusalém para Jericó»: deixa a esfera do Templo, do sagrado, da cidade santa, e dirige-se para a periferia, para o fundo da Terra; Jericó, com efeito, situada a pouca distância do mar Morto, é uma das cidades mais baixas do mundo. Aquele homem deixa o monte Sião para descer aos abismos, lugar de insegurança e de caos. E, como era de prever, cai nas mãos dos salteadores. É precisamente essa a situação do homem contemporâneo que já não acredita, que deserta do sagrado para se afundar dia após dia nos abismos da incerteza mundana e da finitude. E não faltam bandidos no caminho para lhe roubarem tudo, deixando-o meio morto, sozinho e abandonado. Desafortunadamente, um sacerdote que desce por aquela vereda, passa ao lado do moribundo e segue em frente. Também um levita chega àquele lugar, avista o homem e passa adiante. O texto não nos fala do lugar da sua proveniência, mas quer um quer outro, o sacerdote e o levita, faltam à caridade para com o moribundo. «Mas um samaritano, que ia de viagem, chegou perto dele, viu-o e teve compaixão. Aproximou-se dele e fez-lhe um curativo, derramando azeite e vinho nas suas feridas. Depois colocou-o no seu animal e levou-o a uma pensão, onde cuidou dele.» (Lc 10,33-34) O Samaritano atrasa a sua viagem para tomar a seu cargo um desconhecido, seu irmão em humanidade. Jesus fez o mesmo de modo sublime, mediante a sua morte redentora. Lavou-nos com o sangue e com a água que brotaram do seu lado aberto na Cruz. No dia seguinte, o Samaritano recompensa o estalajadeiro com duas moedas de prata, pedindo-lhe que cuide do doente. Assim pagou Jesus, na Cruz, o preço da nossa cura, do nosso resgate. Ele está disposto a pagar todas as dívidas que nós contraímos

pelos nossos pecados quotidianos. Dos três, o próximo daquele que caiu nas mãos dos salteadores é o Samaritano, que teve compaixão dele.

Quais são os ensinamentos decorrentes para nós, que somos chamados à missão? Só o amor evangeliza de forma eficaz. O importante não é desenvolver uma religião do culto, da moral, das prescrições legalistas: o importante é tornar próximos de Cristo as mulheres e os homens que encontramos, feridos, nos caminhos das nossas Jericós. O importante é renunciar aos nossos programas minuciosos para dar prioridade à sorte dos feridos que encontramos nos nossos caminhos. O importante é prestar os primeiros socorros com aquilo que temos, o óleo da misericórdia e o vinho do amor. O importante é tornar a Humanidade cada vez mais próxima da bondade salvífica de Deus, mediante a fé em Cristo. É a fé nele, morto e ressuscitado, que nos familiariza cada vez mais com o modo de atuar de Deus, com os seus critérios de salvação. O Samaritano não é bom por si próprio. É bom porque raciocina e se comporta como se teria comportado Jesus na mesma situação. É bom graças à bondade de Deus que, pela fé, nós próprios podemos receber e comunicar.

Outubro
2019

8 DE OUTUBRO DE 2019

Terça-feira, 27.^a Semana do Tempo Comum

Féria

JN 3,1-10

SL 130,1b-2.3-4ab.7-8

Lc 10,38-42

«Levanta-te e vai a Nínive, [...] e anuncia-lhe o que te vou dizer.» (JN 3,2) Depois de algumas divagações, Jonas encontra-se perante a chamada insistente de Deus. O Senhor não o esqueceu e renova o seu mandato missionário: desta vez não lhe pode escapar. Quantas vezes também nós somos como Jonas, prontos a encontrar desculpas para evitar o nosso dever missionário. O mundo em que vivemos e para o qual somos enviados em missão é tão pagão que Nínive se encontra em cada porta, em cada cidade, em cada encruzilhada com que deparamos. Jonas levantou-se e, segundo a palavra do Senhor, partiu para Nínive, uma cidade extraordinariamente grande: eram necessários três dias para atravessá-la. O mundo a evangelizar também nos parece enorme e, diante de nós, a incredulidade ergue-se, maciça, aparentemente impenetrável. O estilo de vida moderno, a sociedade consumista, a multidão que corre para o dinheiro e para uma felicidade que se revela fictícia são uma grande Nínive.

«Dentro de quarenta dias, Nínive será destruída.» (JN 3,4) Compreendemos as reticências do profeta, visto que ele dirige a palavra àqueles “maus pagãos” que, em seu entender, deveriam ser castigados por Deus. Deus, porém, é Deus, ou seja, é cheio de misericórdia para com os seus filhos e, embora o profeta não confiasse na possibilidade da sua conversão, os ninivitas voltam-se radicalmente para Deus. «Começaram a acreditar em Deus e marcaram um dia de penitência, vestindo-se todos de pano de saco, desde

os maiores até aos menores.» (JN 3,5) A pregação dos profetas ao longo dos séculos não tinha sido suficiente para converter o povo de Israel, mas eis que basta a pregação de um único dia para mudar o coração dos ninivitas, tão desprezados. É esta a maravilha de Deus: Ele surpreende-nos sempre nas nossas expectativas pastorais. O próprio Jesus faz referência a isso no Evangelho: «No dia do julgamento, os homens da cidade de Nínive ficarão de pé contra esta geração e condená-la-ão, porque eles fizeram penitência quando ouviram Jonas pregar. E aqui está quem é maior do que Jonas!» (Mt 12,41) E Deus fez-lhes misericórdia. Por outras palavras, mais simples, Deus não deseja a morte do pecador, mas a sua conversão (cf. Ez 33,11). No próprio momento em que Deus parece ameaçar com um castigo, é o amor, e unicamente o amor, que prevalece, é a fé que salva. O mundo tem necessidade de ouvir este anúncio ainda hoje.

Jonas é enviado a entrar na cidade de Nínive, nas relações dos ninivitas, com a sua presença profética e a sua pregação de conversão. Jesus é enviado pelo Pai a entrar no coração da cidade, em casa de Marta e Maria. A alegria da inesperada conversão dos ninivitas suscita resistência no coração de Jonas. A alegria do serviço e da escuta à presença do Mestre fazem de Marta e Maria verdadeiras irmãs no discipulado missionário de Jesus.

Atravessar o limiar de uma casa significa entrar no coração das relações e descobrir, misturadas com a alegria e os afetos, as feridas e as fragilidades do viver em família. Somos feitos de carne, e isso é-nos revelado por cada relação profunda travada com quem parece aproximar-se da nossa necessidade: Jesus, homem e Senhor da nossa história, tem os traços de quem se sabe fazer extremamente próximo do nosso coração. Tão próximo que entra na nossa casa. Jesus, a caminho de Jerusalém, a caminho do mistério da sua morte e Ressurreição, atravessando a porta daquela casa, não faz outra coisa senão atravessar o limiar do coração de Marta e Maria.

A casa de Betânia, reconhecida como a casa dos afetos, revela-nos a humanidade de Cristo, o seu ser aquele Jesus de Nazaré que não permanece alheio aos sofrimentos e às dificuldades humanas: chora, escuta, consola,

prega, enxuga as lágrimas, oferece-Se a Si mesmo como alimento e como bebida (Eucaristia). É o que significa “dar entrada numa casa”. Jesus entra intimamente na casa de Betânia: fá-lo como amigo, comprometendo o seu coração e as suas relações com os vivos e com os mortos (cf. Jo 11). Na missão que Lhe é confiada pelo seu Pai, Jesus deixa-Se envolver plenamente. Jesus chama-nos a inverter a nossa maneira de pensar e de agir: através da personagem fundamental da mulher, completamente ocupada e agitada pelo serviço. São propostas novas regras sobre a hospitalidade que devem reservar a Cristo os discípulos missionários, sobre a salvação a viver e a comunicar.

As vocações de Marta e Maria são duas vocações diferentes e complementares, movidas por uma mesma intenção: reconhecer a unicidade d’Aquele que bateu à porta (cf. Ap 3,20). As duas mulheres, portanto, não se apresentam em antítese, como demasiadas vezes tem sido sublinhado. O serviço e a escuta revelam-se ações recíprocas, e não opostas, na missão que Jesus confia à Igreja para salvação do mundo. A presença de Jesus pede que nos ponhamos a caminho para entrarmos no coração de cada homem mediante a escuta da Palavra e o serviço fraterno, o anúncio da Páscoa da Ressurreição e o banquete eucarístico da reconciliação, que cria comunhão e unidade. Tudo isto acontece na casa de Betânia, onde a morte do amigo Lázaro é ocasião para purificar e fortalecer a própria escuta, o próprio serviço, a própria fé na morte e Ressurreição de Jesus, Amigo e Senhor.

Outubro
2019

9 DE OUTUBRO DE 2019

Quarta-feira, 27.^a Semana do Tempo Comum

Memória facultativa de São Dionísio, bispo, e seus Companheiros, mártires

Memória facultativa de São João Leonardo

JN 4,1-11

SL 86,3-6.9-10

Lc 11,1-4

O *Pai-nosso* é mais do que uma oração; é, como dizia Tertuliano, «o compêndio de todo o Evangelho», porque nele encontramos os princípios fundamentais, assim como as mais profundas esperanças e as necessidades mais importantes dos discípulos de Jesus.

O evangelho de Lucas apresenta, em primeiro lugar, o dom de chamar Pai ao Deus de Jesus Cristo. Considerar Deus como um Pai não é uma coisa estranha ao Antigo Testamento (cf. Dt 32,6; Ml 2,10; Jr 3,19; 31,9; Sl 103,13); todavia, dirigir-se a Ele, como faz Jesus, com a particular ternura e intimidade de uma criança que exclama “Pai!”, é insólito. O Senhor chama *Abbá* a Deus com razão, visto ser o Filho do eterno Pai. Pela fé, ao mesmo tempo que ensina os discípulos a rezar, Jesus concede-lhes a capacidade de se dirigirem a Deus como a um Pai eternamente misericordioso e infinitamente amoroso. Concede-lhes entrar na sua comunhão filial. No terceiro evangelho, o *Pai-nosso* é o ponto de chegada da pergunta que um doutor da lei faz a Jesus sobre aquilo que se deve fazer para herdar a vida eterna (cf. Lc 10,25ss). É determinante a disponibilidade para a escuta, tal como o trato misericordioso para com todos, sem exceção. A missão de Jesus, na fé e na oração, abre-nos para a paternidade de Deus, fundamento da nossa fraternidade de filhos.

Uma das esperanças mais profundas evidenciadas pelo *Pai-nosso* é a santificação do nome de Deus. É verdade que o nome de Deus é em si mesmo

santo (cf. Lv 11,44; 19,2; Sl 33,21); todavia, a manifestação do desejo da santificação do nome de Deus determina o empenho de viver como o povo da sua propriedade. «Cumpro e ponde em prática os meus mandamentos. Eu sou o Senhor. Não profaneis o meu santo nome, para que Eu seja glorificado entre os filhos de Israel.» (Lv 22,31-32) Segundo a tradição do Antigo Testamento subjacente ao *Pai-nosso*, a melhor forma de o nome de Deus ser santificado é, precisamente, que aqueles que afirmam ser o povo de Deus vivam segundo a sua vontade.

O segundo elemento de esperança contido no *Pai-nosso* é a vinda do Reino. Jesus tem a convicção de que o Reino do seu Pai está presente e atuante na história. Anuncia que Deus está a entrar na história do homem para dar início a um tempo novo, em que ninguém se sentirá só, em que se poderá construir um mundo mais justo, uma sociedade pacífica e fraterna onde a dignidade de cada um seja respeitada. Quando dizemos «venha o teu Reino», manifestamos a esperança de que a vontade de Deus se realize no meio de nós como graça e, ao mesmo tempo, como missão permanente da liberdade e da responsabilidade humanas.

A primeira necessidade implorada, apresentada pelo *Pai-nosso* na versão de Lucas, exprime-se com estas palavras: «O pão nosso de cada dia nos dá hoje.» (Lc 11,3) A explicação deste pedido pode ter duas conotações. Por um lado, frente ao perigo de perder o assombro e a gratidão, o *Pai-nosso* recorda a necessidade de pedir a Deus o alimento de cada dia. Por outro lado, não se pede o “meu”, mas o “nosso” pão, provavelmente para sublinhar a necessidade de partilhá-lo mediante a caridade com os outros: a verdadeira vida é fruto de comunhão e partilha.

O segundo pedido é o perdão. Lucas pressupõe que, para pedir perdão, seja necessário reconhecer honestamente que todos, sem exceção, erramos e precisamos da divina misericórdia (cf. Lc 5,8; 6,39-42). Partindo de tal pressuposto, o terceiro evangelista introduz a consciência de que a eficácia do perdão de Deus nos deve conduzir a perdoar por nossa vez (cf. Mt 6,14-15). O perdão de Deus é-nos sempre dado, gratuitamente oferecido.

A sua eficácia em cada um de nós depende da nossa disponibilidade para o deixarmos atuar na nossa vida, nas nossas relações e nos nossos afetos.

Por fim, o *Pai-nosso* introduz o pedido: «E não nos deixes cair em tentação.» (Lc 11,4; cf. Jo 17,15). Primeiro foi reconhecida a culpa; agora, o nosso Pai ajuda-nos a crescer na consciência da nossa fragilidade, da nossa debilidade. Não peçamos a Deus que nos evite as tentações, mas que as superemos.

A oração é sempre experiência de relação com Deus, de encontro com Jesus Cristo no Espírito Santo. O *Pai-nosso*, como compêndio do Evangelho, oferece-nos os critérios fundamentais para esse encontro e para a missão que dele brota. A graça de nos dirigirmos a Deus como Pai predispõe-nos a viver como irmãos. O empenho de santificarmos o nome de Deus envolve-nos, com a sua graça, na construção do seu Reino. A bênção do perdão oferecida pelo Deus de Jesus Cristo torna-nos conscientes da enorme necessidade de suscitar e de acompanhar autênticos processos de reconciliação, que nos levem não só à experiência do perdão, mas também, gradualmente, à erradicação dos pecados.

A paternidade de Deus, plenamente revelada em Jesus Cristo (cf. Jo 12,45; 14,9) faz da comunidade dos discípulos missionários uma verdadeira família, para cuja mesa da Palavra e da Eucaristia todos são convidados e atraídos. Neste movimento de saída do Pai e de retorno ao Pai, Jesus insere na sua missão a nossa missão, a missão da sua Igreja para salvação do mundo (cf. Jo 8). Se em Deus tem origem toda a paternidade (cf. Ef 3,14-21), na Igreja do seu Filho o Espírito do Ressuscitado regenera todos como filhos e filhas do mesmo Pai, graças ao Batismo. O Reino de Deus, cumprido por Jesus na sua Páscoa, encontra na sua Igreja, ainda peregrina, o seu início e germe aqui na Terra, na qualidade de sacramento universal de salvação oferecido por Deus Pai a todos.

10 DE OUTUBRO DE 2019

Quinta-feira, 27.^a Semana do Tempo Comum

Féria

ML 3,13-20b

SL 1,1-4.6

Lc 11,5-13

No evangelho de hoje (Lc 11,5-13), o tema da amizade adquire uma grande importância. Os evangelhos são ricos em exemplos da forma como Jesus Se aproxima dos outros com amizade. São Lucas mostra um Jesus compassivo, que Se aproxima dos leprosos, dos parálíticos, dos pecadores, dos cobradores de impostos, dos centuriões, das viúvas, dos endemoninhados, dos epiléticos: a lista é longa. O próprio Jesus é o bom Samaritano (Lc 10,29-37) e o pai compassivo (Lc 15,11-32), e estende a sua mão misericordiosa e amiga de forma generosa e espontânea.

O evangelho de João também oferece intuições profundas sobre Jesus e a amizade. A amizade-amor de Jesus por Maria, Marta e Lázaro é descrita no décimo primeiro capítulo: «Jesus amava Marta, a irmã dela e Lázaro.» (Jo 11,5) Quando Jesus é informado da morte de Lázaro, diz: «O nosso amigo Lázaro adormeceu» (Jo 11,11) e, pouco depois, Jesus chora a morte do seu amigo; «então os judeus disseram: “Vede como Ele o amava!”» (Jo 11,36)

Na Última Ceia, oferecendo-nos o mandamento de nos amarmos uns aos outros, Jesus diz: «Não existe amor maior do que dar a vida pelos amigos. Sereis meus amigos se fizerdes o que vos mando. Não vos chamo servos, pois o servo não sabe o que faz o seu senhor; chamo-vos amigos, porque vos comuniquei tudo o que ouvi a meu Pai. Não fostes vós que Me escolhestes, fui Eu que vos escolhi a vós.» (Jo 15,13-16) Assim, Jesus manifesta a profundidade da sua amizade-amor morrendo na Cruz por nós. Como nota São

Paulo: «Deus demonstra o seu amor para conosco porque Cristo morreu por nós quando ainda éramos pecadores.» (Rm 5,8)

Cada um é chamado a experimentar que Jesus é o amigo, ou melhor, é o amigo pessoal de cada ser humano. A amizade com Cristo significa crescer em intimidade com o Mestre, bem como existir em Cristo. Essa profunda dimensão da amizade revitaliza o Espírito Santo dentro de nós. A amizade com Cristo, inclusive na doença e na fragilidade, dá-nos uma força que prevalece sobre a amargura, sobre o cansaço da vida e sobre qualquer desespero. A amizade é uma “questão de coração”, em que uma pessoa revela à outra, com confiança e reciprocidade, aquilo que está no profundo do seu coração. O crescimento na amizade passa pela autorrevelação recíproca. Nesse processo, damos-nos conta de que estamos envolvidos numa relação mais profunda com Deus e com o nosso próximo. As pessoas serão incentivadas a seguir Cristo quando virem como a sua amizade transformou pessoalmente o discípulo missionário que anuncia e testemunha.

A amizade descrita pelo evangelho de hoje não parece suficiente para obter aquilo que se pede. Ela deve ser sustentada pela insistência do pedido e pela certeza da fé de quem pede e pela capacidade de dar por parte daquele a quem se dirige o pedido, até mesmo em momentos inoportunos. A insistência do rezar sempre, sem jamais esmorecer (cf. Lc 18,1), põe à prova e reforça a fé como relação de amizade, se não até de paternidade e filiação. Os pais e o Espírito Santo, claramente mencionados na oração, remetem-nos para evidentes conotações eucarísticas e batismas da amizade com Jesus e da relação com o seu Pai. «O Espírito vem em auxílio da nossa fraqueza, pois nem sabemos o que nos convém pedir; mas o próprio Espírito intercede por nós com gemidos inefáveis. E Aquele que sonda os corações sabe quais são os desejos do Espírito, pois o Espírito intercede pelos cristãos de acordo com a vontade de Deus.» (Rm 8, 26-27)

A insistência da oração para poder ter três pães para partilhar com o hóspede sublinha a comunhão que alimenta e que toma a seu cargo o próximo. A oração, se for autêntica, abre a relação de amizade com Deus ao próximo

e impele-nos para a missão. Pede-se para si próprio e para os outros, para a Igreja, que assim formamos, graças ao Espírito do Pai e ao pão eucarístico que partilhamos. Nunca se pede apenas para si próprio: isso não seria oração. Pede-se para que cresça a comunhão e se alarguem os limites da comunidade de Jesus.

Na sua exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco sublinha: «A Alegria do Evangelho enche o coração e a vida inteira daqueles que se encontram com Jesus.» (EG 1) Francisco prossegue: «Somente graças a este encontro – ou reencontro – com o amor de Deus, que se converte em feliz amizade, somos resgatados da nossa consciência isolada e da autorreferencialidade [...]. Aí está a fonte da ação evangelizadora.» (EG 8) Somos «aqueles a quem Jesus oferece a sua amizade» (EG 27). O Papa Francisco acredita que «todos fomos criados para aquilo que o Evangelho nos propõe: a amizade com Jesus e o amor fraterno» (EG 265). A nossa fé missionária «é sustentada pela experiência pessoal, constantemente renovada, de saborear a sua amizade e a sua mensagem» (EG 266).

O Papa Francisco recorre muitas vezes a uma descrição simples e eficaz da missão: «A missão é uma paixão por Jesus e, simultaneamente, uma paixão pelo seu povo.» (EG 268) Isso significa que quem experimenta, como missionário, um encontro profundo com Jesus através da amizade pessoal, como evangelizador tentará partilhar com os outros os frutos desse encontro. A partir de um encontro pessoal com Deus, nasce o desejo de ser amigo dos outros e a partilha da própria amizade com o Senhor Jesus.

11 DE OUTUBRO DE 2019

Sexta-feira, 27.^a Semana do Tempo Comum

Memória facultativa de São João XXIII

JL 1,13-15; 2,1-2

SL 9,2-3.6.16.8-9

Lc 11,15-26

O evangelho de hoje aprofunda gradualmente o tema da relação com Deus e introduz uma dupla convicção: a neutralidade não é possível e não há estados definitivos na vida do discípulo, a não ser a fidelidade de Deus.

A relação com Deus manifesta-se na redução do mal e na vitória sobre ele. O Evangelho associa o tema anterior da oração (cf. Lc 11,1-13) à atividade de exorcista de Jesus: primeiro pedia-se que viesse o Reino de Deus, agora Jesus afirma que este está a chegar e que o sinal principal do mesmo é a expulsão dos demónios. O mais interessante é que, enquanto nos versículos anteriores se insistia de vários modos na relação de Jesus com o Pai, agora os seus adversários deturpam tudo o que foi dito anteriormente, acusando Jesus de agir em conluio com Belzebu (cf. Lc 11,15). Todavia, o Evangelho continua a afirmar que Jesus, graças à sua profunda comunhão com Deus, é capaz de reduzir e de erradicar o mal que existe nas pessoas e à volta delas.

A neutralidade não é possível. Frente à esperança de uma verdadeira redução e eliminação do mal, não é possível ser-se neutro, porque, como diz Jesus, «quem não está comigo, está contra Mim. E quem não recolhe comigo, dispersa» (Lc 11,23). No empenho de tornar presente o Reino de Deus, devemos tomar a decisão de ser a favor de Jesus, de recolher com Ele; porque não fazer o bem à maneira de Jesus significa que, em certo sentido, se está a consentir no mal. Não há estados definitivos na luta contra o mal a não ser a vitória pascal de Jesus sobre a morte. No caso dos discípulos, a condição

fundamental para se poderem unir à construção do Reino é a convicção de que, durante a peregrinação da vida terrena, não há estados definitivos. Para explicar este conceito, o terceiro evangelista introduz o relato dos versículos 24-26. Torna-se assim claro, por exemplo, que a transformação da realidade ocorre não só porque se faz alguma coisa boa, mas porque isso se faz de modo constante. Conformer-se é uma forma de fazer crescer o mal. Além disso, quando o espírito imundo regressa, a pessoa em causa torna-se pior do que antes, só por ter acreditado que se tinha libertado para sempre.

O discípulo missionário tem a missão, como Jesus, de se deixar envolver na luta contra o mal e na erradicação do mesmo. Este conflito contra o mal deve ser uma das suas principais ocupações, pois demonstra de forma autêntica a sua relação filial com Deus e a sua comunhão com Jesus. Curiosamente, porém, o testemunho exige que o discípulo se confronte com a sua própria humanidade. Com efeito, por um lado é-lhe pedido que admita ser capaz, em virtude da graça e do próprio esforço, participar na missão do Senhor (cf. Lc 9,1-6; 10,1-16). Todavia, a estas grandes possibilidades que o Senhor concede aos discípulos, corresponde também a indicação dos seus limites: são apresentados, na pessoa de Pedro, como pecadores (cf. Lc 5,8); ou também como pessoas vulneráveis à crítica blasfema dos líderes religiosos. É o estar com Jesus, a pertença a Ele, que determina e sustenta a luta contra todo o tipo de mal.

Podemos dizer, portanto, que Lucas não teme a realidade: apresenta os discípulos sublinhando a sua virtude e empenho, mas também os seus defeitos e desânimos. Ao mesmo tempo, o evangelista, mas sobretudo o Senhor Jesus, sabe que no reconhecimento dessa limitação está a sua grandeza, porque cada discípulo deve compreender que estará sempre em crescimento, que nunca estará em condições de alcançar vitórias definitivas, pelo menos na vida presente. O discípulo missionário viverá sempre em gerúndio: convertendo-se, empenhando-se, aprendendo; de facto, será precisamente no dia em que quiser viver no participio – convertido, empenhado, instruído –, que começará a estar cheio de si, desejoso de se salvar sozinho.

12 DE OUTUBRO DE 2019

Sábado, 27.^a Semana do Tempo Comum

Féria

JL 4,12-21

SL 97,1-2.5-6.11-12

Lc 11,27-28

O breve evangelho de hoje é perpassado pela palavra “feliz”: esta refere-se a um estado de bem-estar espiritual, em que se experimenta a verdadeira alegria da alma, mas também pode ser usada para significar “respeitado”, “venerado”. Quem são, portanto, as pessoas que merecem ser chamadas “felizes”? A resposta de Jesus é clara e direta: «Mais felizes são aqueles que ouvem a Palavra de Deus e a põem em prática.» (Lc 11,28) Estas palavras abrem caminho a uma profunda reflexão sobre a nossa vocação missionária cristã. O significado mais profundo da escuta da Palavra de Deus é-nos revelado através de uma imagem extraordinária oferecida por alguns profetas do Antigo Testamento. A Ezequiel é ordenado: «Come isto; come este rolo [...]» Então abri a boca e Ele deu-me o rolo a comer.» (Ez 3,1-2) Diz Jeremias: «Quando recebi as tuas palavras, eu devorava-as. A tua palavra era festa e alegria para o meu coração.» (Jr 15,16)

A escuta autêntica da Palavra de Deus significa “comê-la”, meditá-la, habitar nela, tomá-la a peito. Isso implica deixá-la criar raízes no nosso coração, crescer na nossa consciência, pôr em questão os nossos valores e atitudes. A nossa própria vida e o amor de Deus entretecem-se assim. Isso requer o abandono constante a Deus, que não é simples nem automático. O manjar profético da Palavra de Deus remete para o manjar do banquete eucarístico.

A segunda parte do ensinamento de Jesus concentra-se na vivência da Palavra de Deus. Esta requer um empenho decidido em pôr em prática a

Palavra de Deus, em observar os seus mandamentos, em colocar o amor de Deus nas ações concretas, em traduzir a mensagem de Deus para a vida quotidiana. Embora este ensinamento tenha uma dimensão pessoal, também implica um forte empenho social. Como demonstramos que escutámos de verdade a Palavra de Deus e que lhe respondemos com fé? Podemos partir de São Tiago, que afirma: «Eu, com as minhas obras, te mostrarei a minha fé» (Tg 2,18), e acrescentar: e mostrarei que escutei a Palavra de Deus.

Nos últimos tempos, os Papas têm sublinhado a importância de integrar a “escuta” com o “pôr em prática” a Palavra de Deus; devemos ser ao mesmo tempo “escutadores” e “executores”. A evangelização requer tanto a contemplação como a ação concreta. Recordemos o desafio apresentado pelo Papa Paulo VI na Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* (41): «O homem contemporâneo escuta de melhor vontade as testemunhas do que os mestres, ou então, se escuta os mestres, é porque eles são testemunhas.»

Uma análise atenta do Novo Testamento revela que a primeira pessoa a receber a honra de ser chamada «bem-aventurada» – ou «feliz» – é Maria. Descrevendo a cena da visitação (1,41-45), Lucas refere que «Isabel ficou cheia do Espírito Santo. Com um grande grito, exclamou: “Bendita és tu entre as mulheres e bendito é o fruto do teu ventre! [...] Bem-aventurada aquela que acreditou, porque vai acontecer o que o Senhor lhe prometeu.”» Maria é bendita precisamente porque crê: crê na palavra de Deus pronunciada pelo anjo; crê e dá o seu incondicional *fiat* ao Senhor.

É evidente que as palavras de Jesus se referem à Virgem Maria. Os versículos 27-28 constituem uma clara alusão à sua mãe, como exemplo indiscutível dessa atitude de discípulo disposto a acolher a Palavra (cf. Lc 2,16-21), visto que, desde o início do evangelho de Lucas, se diz que Maria «guardava todos estes factos e meditava sobre eles no seu coração» (Lc 2,19). «Guardar» tem o significado de preservar, conservar, proteger, gravar na memória, implicando sempre atenção e responsabilidade. A Virgem Maria, porém, além de «guardar» estas coisas, medita-as no seu coração; ou seja, tenta apreender o verdadeiro significado daquilo que está a acontecer.

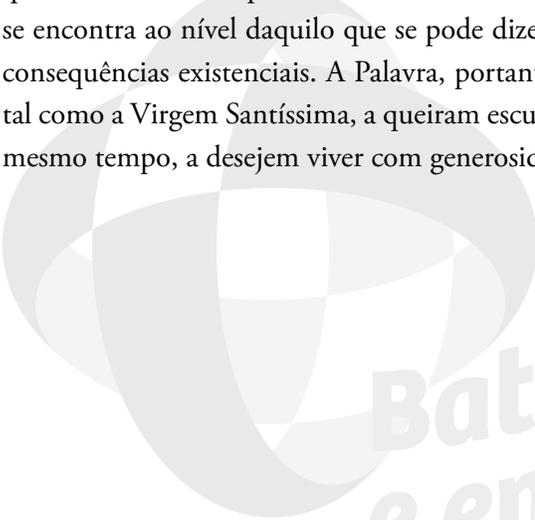
O evangelho de hoje não deve ser interpretado como um repúdio da mãe de Jesus; pelo contrário, sublinha que a atenção prestada à Palavra de Deus, em virtude da fé, é mais importante do que uma relação biológica com Jesus. Essa mesma afirmação encontra-se também em outras passagens do Evangelho (cf. Mt 12,48; Mc 3,33; Lc 8,21), em que Jesus pergunta: «Quem é minha mãe e quem são os meus irmãos?» Jesus indica, claramente, a importância de receber a Palavra de Deus e de obedecer à mesma.

Uma passagem da *Lumen Gentium* (58) do Concílio Vaticano II observa: «Durante a pregação do seu Filho, [Maria] acolheu as palavras com que Ele, colocando o reino acima de todas as relações de parentesco, proclamou bem-aventurados todos os que ouvem a palavra de Deus e a põem em prática (cf. Mc 3,35 e paral.; Lc 11,27-28), como ela própria fazia fielmente (cf. Lc 2,19.51). Assim também a bem-aventurada Virgem avançou na peregrinação da fé, conservando fielmente a sua união com o Filho até à Cruz, junto da qual se manteve, não de forma alheia a um desígnio de Deus (cf. Jo 19,25).»

É a imagem de Maria como “discípula fiel” que vive uma “peregrinação da fé” que estimula a sensibilidade das pessoas modernas e a compreensão da Igreja na sua chamada ao discipulado. O Papa Francisco, referindo-se também à encíclica *Redemptoris Mater* de João Paulo II, escreve na *Evangelii Gaudium* (287): «[Maria] é a mulher de fé, que vive e caminha na fé, e “a sua excecional peregrinação da fé representa um ponto de referência constante para a Igreja”. Ela deixou-se conduzir pelo Espírito, através de um itinerário de fé, rumo a um destino de serviço e fecundidade. Hoje fixamos nela o olhar, para que nos ajude a anunciar a todos a mensagem de salvação e para que os novos discípulos se tornem evangelizadores ativos. [...] Com efeito, foi assim que Maria, durante muitos anos, permaneceu em intimidade com o mistério do seu Filho, avançando no seu itinerário de fé.»

Quando falamos de partilhar a Palavra como Boa Nova, sabemos que a informação é necessária e até indispensável, mas não é a primeira coisa nem a mais importante: a Palavra consiste, principalmente, não em falar, mas em dar testemunho. Lucas apresenta de modo muito coerente esta convicção no

episódio em que João Batista envia dois dos seus discípulos para perguntarem a Jesus se Ele é o Messias (cf. Lc 7,18ss). Jesus, porém, em vez de dar uma resposta, apresenta uma prova irrefutável, mostrando as consequências do Reino de Deus. O Evangelho sublinha claramente: «Nessa mesma hora, Jesus curou muitas pessoas das suas doenças, enfermidades e espíritos maus e fez com que muitos cegos recuperassem a vista.» (Lc 7,21) Isso significa que a bondade mais profunda da Boa Notícia que Jesus Cristo trouxe não se encontra ao nível daquilo que se pode dizer teoricamente, mas nas suas consequências existenciais. A Palavra, portanto, precisa de discípulos que, tal como a Virgem Santíssima, a queiram escutar com disponibilidade e, ao mesmo tempo, a desejem viver com generosidade.



Batizados
e enviados

Outubro
2019

13 DE OUTUBRO DE 2019

Domingo, 28.^a Semana do Tempo Comum

Ano C

2Rs 5,14-17

SL 98,1.2-4

2Tm 2,8-13

Lc 17,11-19

«A gratidão é a memória do coração.» É chocante ler que só um dos dez leprosos curados por Jesus voltou para dizer «obrigado». Ser gratos não é apenas um dever social recíproco, mas uma afirmação da nossa interioridade que também se transforma num ato espiritual.

O episódio evangélico da cura dos dez leprosos também poderia ter sido reformulado com base na história da cura de Naamá, do Antigo Testamento. O comandante do exército sírio, Naamá, é um grande homem, pessoa de confiança do rei e valente guerreiro, mas sofre de lepra, a doença mais temida no mundo antigo. Será necessária a intervenção de uma rapariga, uma prisioneira de guerra israelita, para que este “grande homem” descubra como se pode curar. O tratamento, como essa rapariga anónima aconselha à mulher de Naamá, consiste em dirigir-se «ao profeta da Samaria» (2Rs 5,3). Primeiro, Naamá tem de pedir autorização ao rei de Aram, que lhe diz para se apresentar ao rei de Israel com uma carta sua. Naamá viaja até Israel, levando presentes e também a carta, na qual o rei de Israel é confundido com o profeta. Pensando que o rei de Aram o queria provocar, o rei de Israel rasga as suas vestes. Tomando conhecimento disso, o profeta Eliseu convida o rei a enviar-lhe o doente: «Que ele venha ter comigo e ficará a saber que há um profeta em Israel.» (2Rs 5,8) O encontro pessoal e o reconhecimento são fundamentais para a cura do comandante. Naamá

chega a casa de Eliseu, embora acompanhado por um séquito impressionante. Espera, portanto, do profeta, uma sessão de cura mais complexa e elaborada, digna do seu estatuto de comandante do exército. O profeta Eliseu, porém, sem sair ao seu encontro, envia-lhe um mensageiro que lhe indica o que deve fazer: lavar-se sete vezes no rio Jordão (sinal profético do nosso Batismo). É demasiado simples para que Naamã acredite. Porventura não se deveria encontrar pessoalmente com o profeta? Não existem rios melhores em Damasco? Aqui é sugerido pelo narrador que uma coisa é ser tratado, outra é ser curado. O tratamento é físico, ao passo que a cura é interior. Naamã, embora indignado, obedece. Quando se dá conta de que está curado, “regressa” à presença de Eliseu para lhe agradecer, oferecendo-lhe presentes em sinal de gratidão. É então que finalmente conhece o profeta em pessoa. A cura total, a verdadeira conversão, é o resultado da sua obediência à palavra do profeta, do encontro pessoal com ele e da mediação sacramental da água do rio Jordão. Um encontro que o leva, por fim, a reconhecer o Deus de Israel.

Na perícope evangélica, Lucas permite-nos encontrar de novo a figura do estrangeiro, fazendo-nos seguir o itinerário da viagem de Jesus. Esse caminho tem como meta geográfica Jerusalém, mas, como objetivo existencial, a entrega total da sua vida na Cruz, sinal da disponibilidade ilimitada do Filho frente ao Pai e ao seu projeto salvífico universal. Jesus dirige-Se para a capital da Judeia, a “cidade santa”, mas passa por aqueles territórios que os judeus consideravam demasiado próximos dos estrangeiros (a chamada “Galileia das nações”) ou até impuros, por serem habitados por hereges (a população da Samaria).

É precisamente durante essas travessias arriscadas que Jesus encontra uma categoria humana particularmente marginalizada: um grupo de leprosos, como o sírio Naamã. A lepra era uma doença da pele considerada castigo para os pecadores (cf. o rei Osias em 2Cr 26,20), tornava as pessoas impuras para o culto e determinava o afastamento da comunidade de quem a contraísse, obrigando-o a viver fora do convívio humano (cf. Lv 13,46).

Os leprosos eram, portanto, homens e mulheres excluídos da sociedade, forçados a vagar na solidão, a conviver apenas com outros leprosos e a anunciar sempre a sua chegada quando passavam nas proximidades dos centros habitados. Além disso, também os humilhava o facto de terem de envergar vestes esfarrapadas e a cabeça descoberta.

Um grupo de dez leprosos vai ao encontro de Jesus. Pedem-Lhe ajuda, da forma como lhes é permitido: à distância. Dispõem apenas da sua voz, utilizando-a para gritar o mais alto possível: «Jesus, Mestre, tem compaixão de nós!» (Lc 17,13) Tratando Jesus por «Mestre», relacionam-se com Ele como discípulos, e Jesus vê-os e observa-os, pedindo-lhes que realizem um gesto muito preciso: «Ide apresentar-vos aos sacerdotes.» (Lc 17,14) Em Israel, eram os sacerdotes que tinham a missão de declarar tanto o aparecimento como o desaparecimento dessa doença (cf. Lv 13,9-10; 14,2).

Os dez leprosos aproximam-se de Jesus, mas param à distância. Isso tem que ver com a quarentena subjacente às leis sobre a pureza (cf. Lv 13,45-46). Também pode significar que o doente, tal como os gentios, «que estão longe» (At 2,39), receberá a chamada de Deus, apesar da vergonha traumatizante da sua condição. É um comentário destinado a recordar que Deus é Aquele que toma a iniciativa e que elimina as distâncias. Os leprosos dirigem-se a Jesus como «Mestre» em vez de usarem o título habitual de «Senhor», e isso pode revelar que a fé dos leprosos em Jesus é apenas preliminar. Imploram compaixão a Jesus, obedecem à sua ordem, mas não conseguem perceber o verdadeiro significado da sua cura.

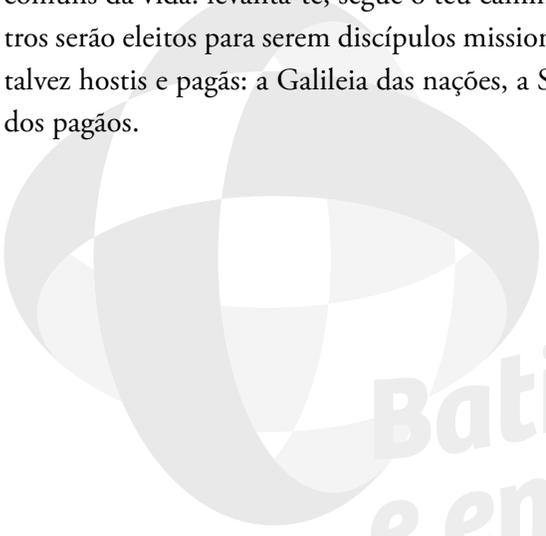
Lucas sublinha o facto de Jesus ter “visto” os dez leprosos, como resposta à oração destes. Também em outro lugar Lucas associa o “ver”, perceber, ao “salvar” (cf., por exemplo, Lc 13,12). Neste encontro inicial, a cura não tem lugar imediatamente, tal como no caso de Naamá. Fiel à Tora, Jesus ordena aos leprosos que se apresentem aos sacerdotes (cf. Lc 17,14). Curar, portanto, implicaria a escuta da palavra de Jesus e, como no caso de Naamá, ficar reconhecidos para com Aquele que os curou. Nove leprosos, por muito boa intenção que tenham de obedecer à ordem de Jesus e mesmo

que tenham tido o privilégio de se encontrar com Ele pessoalmente, não são capazes de correr o risco maior: de se converterem a Jesus. Só um deles o faz: um samaritano e, por isso, um “inimigo”. Quando, porém, “vê” que foi curado, “volta atrás”, ao encontro de Jesus (cf. Lc 17,15). Para Lucas, “ver” significa que os olhos da fé do samaritano foram abertos. Agora, porém, trata-se de tomar uma decisão pessoal relativamente à fé, e isso acontece quando ele decide “voltar atrás”, regressar à presença de Jesus. A apaixonada glorificação de Deus por parte do estrangeiro, que se lança aos pés do Mestre para Lhe agradecer, indica que neste segundo encontro pessoal com Jesus o samaritano não está simplesmente a pagar uma dívida de gratidão, mas experimenta uma cura total e uma mudança interior. A gratidão é habitualmente expressa em relação a Deus; este é o único caso, no Novo Testamento, em que esse reconhecimento se dirige a Jesus. No fim, o estrangeiro, que foi transformado pela sua fé em Jesus, está preparado para ser enviado em missão: «Levanta-te e vai.» (Lc 17,19; cf. Lc 10,3)

A cura de Naamá e a dos dez leprosos são duas histórias ligadas ao tema da conversão interior, que passa por um encontro pessoal com Deus. Tal encontro ocorre a partir de uma crise pessoal, como uma doença grave, por exemplo, e é uma iniciativa divina. Cabe à pessoa dar mais um passo para reconhecer e acolher o significado desse encontro que a levará à conversão.

A cura só é possível para aqueles em quem se entrecem a cura e a gratidão, em quem se intersejam a cura do corpo e a conversão do coração. A água do rio Jordão e a referência aos sacerdotes põem em destaque a importância da ação sacramental na obra da salvação. Não se trata de uma simples cura individual e abstrata. De separados, excluídos e estrangeiros que éramos, somos plenamente reconciliados com a nossa própria pessoa, no nosso corpo, e com a comunidade, porque reconciliados no profundo do nosso coração com Deus, por Deus, em Jesus Cristo, mediante a ação da Igreja. Como no caso de Naamá e do leproso samaritano, só quem faz esta experiência de comunhão purificadora e reconciliadora pode ser reintegrado na comunidade e enviado em missão.

A missão da Igreja leva e comunica a graça salvífica de Deus porque recria homens e mulheres a partir da destruição do pecado e da separação da morte. Acolher o Evangelho significa entrar no Mistério Pascal de Cristo, aceitando a sua morte recriadora e contemplando a sua fidelidade na Ressurreição. Gerados na fonte batismal, novo Jordão da Igreja, e reconhecidos pela nossa imerecida salvação, tornamo-nos missionários nas experiências comuns da vida: levanta-te, segue o teu caminho, regressa a tua casa. Outros serão eleitos para serem discípulos missionários em terras estrangeiras, talvez hostis e pagãs: a Galileia das nações, a Samaria dos hereges e a Síria dos pagãos.



**Batizados
e enviados**

Outubro
2019

14 DE OUTUBRO DE 2019

Segunda-feira, 28.^a Semana do Tempo Comum

Memória facultativa de São Calisto I

Rm 1,1-7

Sl 98,1-4

Lc 11,29-32

A liturgia da Palavra de hoje está focada na potência do anúncio do Evangelho. A palavra anunciada está grávida de salvação e, por isso, precisa de encontrar ouvintes dispostos a acolhê-la e escutá-la: a escuta é o Evangelho, que retoma o Salmo invitatório: «Oxalá escuteis hoje o que Ele diz: “Não endureçais os vossos corações.”» (Sl 95,7-8)

Na primeira leitura, Paulo apresenta-se a si próprio e o seu apostolado aos crentes de Roma, comunidade que ele próprio não fundou, mas que ama profundamente e à qual deseja pedir ajuda para realizar o seu projeto de evangelizar a Hispânia. Para se dar a conhecer melhor e instaurar um bom entendimento espiritual com essa comunidade que ainda não conheceu pessoalmente, o Apóstolo fala longamente do seu ministério e do seu chamado. O seu serviço a Cristo e o seu apostolado junto dos pagãos têm as suas raízes no mistério extraordinário da eleição em virtude da qual Cristo Jesus o designou para anunciar o Evangelho de Deus. O serviço de Paulo tem por fundamento a palavra de Cristo, alimenta-se da palavra de Cristo e comunica a palavra de Cristo. A sua vida é cristocêntrica. Adverte-se, no início desta carta, o dinamismo da salvação de Deus, que, partindo do detalhe, se dirige à universalidade: em Cristo, a salvação já não tem destinatários privilegiados, mas dirige-se a todos, inclusive aos afastados.

A perícopa evangélica fala-nos dos estrangeiros e da sua relação com Deus. O Mestre é cercado pelas multidões que o assediam e denuncia uma atitude

deformadora que avilta a experiência da fé: a busca de sinais. A geração com a qual Jesus tem de lidar é «má» (Lc 11,29) porque pede continuamente demonstrações exteriores, quase como se quisesse encerrar Deus e a sua vontade salvífica dentro dos angustiosos parâmetros de uma relação automática, mágica, de causa e efeito, regulável e domável pelo poder humano.

Jesus não quer dar sinal nenhum a não ser o sinal de Jonas. O Livro de Jonas situa-se entre os livros proféticos e os livros sapienciais e apresenta-se como um relato didático sobre a existência de um profeta que é enviado a pregar fora de Israel, em Nínive, capital dos assírios, inimigos acérrimos e pagãos do povo da aliança: verdadeiros estrangeiros, em todos os sentidos, e afastados por excelência. A inesperada missão leva Jonas a experimentar o ardente desejo que Deus tem de chamar a si os afastados, de anunciar também aos pagãos o seu perdão, de salvá-los graças à penitência e à conversão. Rebelde e relutante frente à Palavra divina, Jonas torna-se sinal da atuação salvífica para os ninivitas.

O Filho do Homem também é apresentado como sinal para a sua geração, o único sinal digno de crédito. Já na sinagoga de Nazaré (cf. Lc 4,25-27), Jesus recorda que Deus enviou os seus profetas, Elias e Eliseu, não só para curar não-judeus, mas pagãos. Ora, Ele mostra que a sua vinda não está destinada a levar a salvação apenas a Israel, mas a todos. No seu Filho feito homem, Deus abre a eleição exclusiva de Israel à universalidade. Precisamente por ser Deus unido a cada homem e a cada mulher, o sinal eloquente da sua humanidade, Jesus requer uma verdadeira conversão de mentalidade, um coração novo disposto à escuta e ao acolhimento da lógica divina, que a todos quer salvar. Jesus mostra à sua geração, ao seu próprio povo, que a rainha de Sabá, embora pagã, reconheceu na sabedoria do rei Salomão os sinais do amor do Senhor, e que os ninivitas, apesar de estrangeiros e de pecadores inveterados, frente ao oráculo de infelicidade pronunciado por Jonas, apreenderam o convite à conversão.

O povo de Deus, pelo contrário, oferece resistência à visita do seu Senhor: por isso será julgado pelos afastados, por aquele “não-Povo” representado

pela rainha do Sul e pelos ninivitas. Perfila-se, portanto, o drama da falta de escuta de Israel, da sua recusa a reconhecer a passagem de Deus, o tempo propício da salvação, da visita do Senhor (cf. Lc 19,44; Rm 9-11). A eleição particular de Israel e as promessas de Deus ao seu povo não criam superioridade exclusiva nem privilégios. A lógica da eleição divina consiste no carácter histórico concreto da salvação e no facto de ela representar todos aqueles que, na sua própria humanidade, partilham a mesma origem e o mesmo destino, enquanto criaturas.

Sendo Jonas, na sua experiência de sepultura no ventre da baleia, uma referência clara à Páscoa de Jesus, a abertura eficaz da missão à salvação para todos encontra-se na Igreja, na sua universalidade e na sua sacramentalidade. Graças à morte e Ressurreição de Jesus, o povo eleito e os pagãos passam a ser um único povo de redimidos (Ef 2,11-19) que, pelo Batismo, é associado à Páscoa do Senhor (cf. Rm 6). A sua presença no mundo como enviados e participantes na missão de Jesus é sinal visível e eficaz da salvação em curso, hoje, no coração das pessoas, sem discriminações nem rejeições da parte de Deus. A sua Igreja, sacramento universal de salvação, em permanente estado de missão, é enviada a todos, convoca todos para Cristo. Na perseguição, revive a paixão redentora do seu Senhor; no acolhimento, experimenta a eficácia da sua Páscoa; e, no crescimento batismal dos seus filhos, a fecundidade generosa da misericórdia e do perdão do seu Senhor, Mestre e Esposo, Jesus Cristo.

Outubro
2019

15 DE OUTUBRO DE 2019

Terça-feira, 28.^a Semana do Tempo Comum

Memória de Santa Teresa de Jesus

Rm 1,16-25

Sl 19,2-5

Lc 11,37-41

Na primeira leitura, o desânimo a que o homem se condenou contra a vontade de Deus é relido por São Paulo através de uma espécie de história do pecado por ele dirigida aos crentes de Roma. Criado por Deus para a verdade e para a justiça, o ser humano voltou-se para a impiedade e para a injustiça. Embora contemplando o mundo e tendo a capacidade de apreender, a partir das obras presentes na Criação, as perfeições invisíveis do Criador, o homem perdeu-se nos seus raciocínios e acabou por desembocar nos becos sem saída da impureza, sujeitando o corpo a todo o tipo de prazeres até fazer dele um objeto, e, na idolatria, adorando e servindo as criaturas em vez do Criador. Ao que parece, esse extravio foi permitido por Deus a fim de que o homem aprendesse a deixar de confiar em si próprio, passando a confiar no Único que nos torna justos. Paulo relê esta história de pecado para mostrar que, embora o homem merecesse apenas a ira de Deus em virtude da insensatez que o tornou soberbo, Deus decidiu amá-lo e, portanto, justificá-lo, salvá-lo. O justo viverá pela fé. A criatura humana não tem de superar provas diante de Deus, mas de acolher um amor imerecido, um amor que realiza uma transformação extraordinária porque faz do pecador um justo, do perverso um redimido. Este Evangelho, ouvido e acolhido, é uma verdadeira *dynamis*, um poder que dilata o coração, abrindo-o à fé e comunicando a salvação. Propaga-se de modo irresistível. É contagioso até aos extremos confins do mundo, como uma espécie de testemunho que o Céu confia à Terra e ao

cosmos inteiro para chegar a cada espaço e a cada época, como recorda o salmo responsorial. Os próprios Céus, cheios dessa redenção, também cantam a glória de Deus.

A perícopre evangélica extraída do evangelho de Lucas faz-nos contemplar, mais uma vez, um obstáculo à difusão da palavra viva e enérgica do Mestre: trata-se do apego descomedido às tradições por parte dos fariseus, atitude que os impede de apreender o alcance salvífico universal da presença e dos atos de Jesus.

Enquanto Jesus ensina as multidões, um fariseu convida-O para jantar. Ser admitido à mesma mesa é um gesto que demonstra não só acolhimento mas também estima e aprovação. Entre dois comensais não pode haver barreiras, mas apenas familiaridade e intimidade. Jesus aceita o convite do fariseu, tal como aceita o dos publicanos, e senta-Se à mesa; contudo, escandaliza aquele que O convidou porque ignora a práxis das abluções que os fariseus costumavam fazer antes das refeições. A relação de Jesus com os fariseus, na realidade, revela-se sempre muito difícil: em Lc 7,36-50, um fariseu escandaliza-se porque Jesus Se deixa tocar por uma mulher pecadora, que, por sua vez, é por Ele louvada pelo seu amor. Em Lc 14,1-6, censura a observância formalista dos fariseus que, só para respeitar a Lei, seriam capazes de atentar contra o próprio amor, que é a síntese e o compêndio da Lei (cf. Mt 22,37). Em Lc 20,45-47, Jesus põe-nos de sobreaviso contra a hipocrisia dos fariseus que ostentam a sua justiça recorrendo a gestos exteriores estéreis e sem significado.

As tradições, os usos e os costumes, quando são impostos e observados de modo inflexível, afastam da sua finalidade secundária e instrumental de educar para o bem e para o amor o coração débil e influenciável do homem. Tornam-se, pelo contrário, verdadeiras barreiras de separação e de contraposição. Só a recuperação da conversão ao diálogo amoroso com Cristo, que não tem medo de superar barreiras, preceitos estéreis e tradições vazias, pode gerar vida e novas relações de comunhão, no interior das quais a própria lei e os preceitos podem ajudar a viver bem e de modo ordenado a novidade da

salvação. Da exterioridade da preservação passa-se para a interioridade do coração enamorado de Deus, unido a Cristo, que não tem medo de arriscar nada, nem sequer a própria vida, para permanecer sempre em comunhão com Ele, para convidar qualquer um para esse banquete de vida e de alegria.



16 DE OUTUBRO DE 2019Quarta-feira, 28.^a Semana do Tempo Comum*Memória facultativa de Santa Edviges**Memória facultativa de Santa Margarida Maria Alacoque*

Rm 2,1-11

Sl 62,2-3.6-7.9

Lc 11,42-46

Na primeira leitura, dirigindo-se aos crentes de Roma, Paulo explica que tanto os judeus como os pagãos cometem o mal. Melhor ainda, ele mostra a extrema facilidade com que os judeus acusam de imoralidade e de degradação social os pagãos, completamente convencidos de que são melhores do que os outros graças à sua observância total da Lei. Para mostrar aos seus compatriotas como estão enganados, o Apóstolo tenta deitar por terra as suas falsas seguranças que ele próprio também tinha, antes do seu encontro com o Senhor Ressuscitado. Confiando inicialmente na carne e na pertença ao povo que tinha recebido a Lei, Paulo acaba por se converter a Cristo mediante a fé, que justifica e atua em virtude do amor e não da observância ritual dos preceitos. Não basta crer de boca, mediante a prática exterior da Lei: é necessário viver na fé. O juízo, com efeito, será sobre o amor, fruto da adesão da fé a Cristo morto e ressuscitado. A fé é participação na natureza divina e no amor divino de Jesus.

Paulo denuncia o pecado da dureza de coração e da obstinação de um povo que julga ser o único a merecer a salvação. Acabou o tempo dos privilégios, começa agora um tempo em que cada um é chamado a decidir-se frente a Cristo e a enfrentar as consequências dos seus próprios atos. Começa agora um tempo em que todos nós precisamos de nos render à paciência de Deus, descobrindo que a sua bondade se quer derramar também sobre aqueles que

estavam muito afastados d'Ele. Só Deus é juiz das pessoas: todos nós estamos sujeitos ao seu juízo, sem exclusão de ninguém. A segurança de estar no caminho certo e a arrogância de nos sentirmos detentores e defensores da verdade e da moral (da Lei) podem conduzir ao desprezo de Deus, considerando a sua misericórdia como debilidade, e à exclusão injusta do irmão relativamente à salvação.

A passagem evangélica de Lucas (cf. Lc 11,42-46), que se assemelha a uma condenação profética dos fariseus e dos doutores da lei, põe de sobreaviso a comunidade cristã de ontem e de hoje contra as tentações do legalismo, do formalismo e do ritualismo discriminante, que alimentam aquele grande inimigo da obra salvífica de Cristo que é a autorreferencialidade soberba e impenetrável. A perversão da Lei no formalismo exterior e a redução da vocação do povo eleito a privilégio exclusivista contra os pagãos minam a universalidade da salvação e a missão dos discípulos de Jesus.

Jesus denuncia, antes de mais, os abusos dos fariseus no âmbito das oferendas. Eles são capazes de observar normas mínimas e marginais, como o dízimo da hortelã, da arruda e de todas as ervas. Jesus não quer eliminar estas práticas (a oferenda anual do dízimo ao Templo, com efeito, era exigida por Dt 14,22), mas colocá-las no seu justo contexto, no âmbito da verdadeira relação de fé para com Deus e de amor para com o próximo. Fazer uma oferenda sem um envolvimento pessoal num caminho de conversão pode transformar-se na desculpa para transcurar preceitos fundamentais, como a justiça e o amor a Deus, realidades que exigem uma transformação decidida e contínua do próprio coração e do mundo.

A outra denúncia é movida por Jesus contra a tendência de procurar honras, de perseguir gratificações e de se dar ares de poder, ocupando os primeiros lugares. A insistente preocupação em aparecer é o resultado de uma corrupção interior que torna o homem semelhante a um sepulcro, talvez sumptuoso por fora, mas cheio de podridão por dentro. Enquanto o interior permanece invisível aos olhos dos outros, o exterior é exageradamente cuidado com fins egoístas.

As palavras de Jesus ressoam com força, atingindo não só os fariseus mas também os doutores da Lei, que se sentem profundamente ofendidos por Ele. Jesus também reserva a estes uma dura repreensão, em particular contra a sua práxis de impor aos irmãos o peso insuportável de observâncias nas quais eles próprios não estão pessoalmente envolvidos, revelando a profunda incoerência entre o seu ensinamento e a sua vida. A Lei é dada para servir a vida, guardando-a e promovendo-a. A fé nunca é realidade que desumaniza: pelo contrário, estimula cada criatura ao seu pleno florescimento.

Encontramo-nos numa perspectiva claramente apostólica: frente à exigência da universalidade da salvação de Deus e da missão de Jesus e dos seus discípulos, os fariseus e os doutores da Lei devem pôr em questão o seu próprio modo de pensar a relação com Deus, de agir e de propor a salvação. Aquilo que dá ocasião à reação crítica de Jesus é o facto de Ele Se sentar à mesa sem ter feito as abluções antes da refeição.

A primeira crítica severa (Lc 11,39-44) denuncia a prática que manifesta uma falsa concepção da vida e da relação com Deus. O fariseu fica admirado (Lc 11,38) com o comportamento de Jesus. Recebe uma resposta imediata e dura da parte de Jesus (Lc 11,39). A importância que Lucas atribui à discussão, o tom das críticas de Jesus e a alusão aos profetas e aos apóstolos relativamente à sabedoria de Deus (Lc 11,49) manifestam a sua seriedade. O que está em jogo na atitude errada dos interlocutores de Jesus é a restrição particularista da salvação à observância exterior da Lei, o que põe em perigo a missão universal fundada sobre a vontade salvífica do Deus da Aliança.

A questão levanta-se, antes de mais, a nível da discriminação entre puro e impuro, em termos de interior e exterior, de normas impostas aos outros e não praticadas por quem as impõe. Isto remete para a visão de Pedro antes do encontro com o centurião Cornélio, com a sua afirmação puritana: «Jamais coisa profana e impura entrou na minha boca.» (At 11,8) Na perícopa evangélica de Lucas, a resposta de Jesus é clara. Deus fez o interior e o exterior, tudo é obra das suas mãos, por isso tudo é puro (cf. At 10,15; Mc 7,15). Nenhum homem pode ser declarado profano ou impuro, compreenderá

Pedro (cf. At 10,28). O apostolado e a missão são a manifestação da benevolência do Pai, Deus criador de todos, que não admite qualquer barreira de separação ritual ou formal. O missionário é chamado a fazer-se próximo de todos (cf. At 10,46-47), porque Deus não faz aceção de pessoas (cf. At 10,34).

Lucas usa uma fórmula carregada de significado para exprimir a abertura universal da salvação oferecida por Deus em Jesus e da missão da sua Igreja: «Insensatos! Aquele que fez o exterior não fez também o interior? Antes, dai em esmola o que possuíis e tudo para vós ficará puro.» (Lc 11,40-41) Para serdes puros, praticai a misericórdia, vivei a caridade. No Reino de Deus, aquilo que regula as relações entre as pessoas, superando barreiras de discriminação e separação, tem por fundamento o mistério da benevolência de Deus que, em Jesus, Se faz próximo de cada homem e usa de misericórdia para com todos. Os discípulos missionários de Jesus são chamados a dar aquilo que possuem dentro de si. Não só a dar de esmola bens materiais, mas a oferecer-se sobretudo a si próprios: a sua própria vida e o seu próprio coração. Não se pedem simples atos exteriores nem a execução de preceitos rituais: ao discípulo missionário pede-se que dê todo o seu ser a Jesus, que se ofereça inteiramente, alma e corpo, interior e exterior, coração e afetos, relações e normas, pela causa da salvação de todos na missão.

Outubro
2019

17 DE OUTUBRO DE 2019Quinta-feira, 28.^a Semana do Tempo Comum*Memória de Santo Inácio de Antioquia*

RM 3,21-30

SL 130,1b-6ab

LC 11,47-54

No fim da sua apresentação (RM 1,18-3,20), Paulo faz uma afirmação dramática: «Todos estão debaixo do império do pecado, tanto os judeus como os gregos.» (RM 3,9) Sendo essa a situação, parece não haver possibilidade de salvação para ninguém, se nos fiarmos apenas nas capacidades humanas. Paulo, porém, crê que a intervenção do Deus de Jesus Cristo é capaz de inverter a desesperada situação do homem: «Agora, porém, manifestou-se a justiça de Deus.» (RM 3,21) Assim, Paulo contrapõe o poder salvífico de Deus à escravidão do pecado. O poderoso gesto libertador do Pai tem a sua ação no tempo presente, visto que a sua livre iniciativa tomou forma histórica em Cristo morto e ressuscitado (cf. RM 3,24-25; 4,25). Desde que o homem adira a Ele pela fé (cf. RM 3,22-28.30), a sua existência transfigura-se por completo: é libertado da subjugação ao poder do mal e da morte (cf. RM 3,24) e passa a viver como fiel companheiro de Deus e do próximo, segundo a lógica da solidariedade própria da aliança, isto é, como «justo» (RM 3,26).

Aqui Paulo apresenta uma teologia completamente oposta à da mentalidade do seu tempo. O Judaísmo tardio tinha reduzido a Lei divina a domínio absoluto, desligando-a da sua relação constitutiva e original com a história e com a aliança divina, assumindo-a como válida por si só. Tinha substituído assim a obediência ao Senhor pela meticulosa e escrupulosa observância das prescrições e das proibições. Com esse modo de pensar, tinha dado lugar a uma arrogante autossuficiência do homem frente ao destino da sua vida.

A redenção com base em «obras da Lei», típicas do Judaísmo rabínico, exalta, de facto, o homem, colocando-o sobre o pedestal de autocrata religioso, ignorante da graça divina e autorreferencial. Daí derivava uma orientação sectária e discriminatória, que estabelecia uma clara distinção entre os judeus, conhecedores e observantes da Lei, e os pagãos, constitucionalmente votados à perdição, por não terem Lei.

O Apóstolo apresenta-nos uma compreensão teológica da justificação como alternativa à doutrina judaica. Apela à justiça salvífica de Deus e indica a fé como única possibilidade de redenção do domínio do pecado e do destino da morte eterna. Na prática, Paulo exclui a imagem severa de um Deus sem misericórdia, revelando o seu verdadeiro rosto de Pai que, por amor, atua e intervém em favor da Humanidade pecadora. Frente à extraordinária iniciativa de Deus, judeus e pagãos são equiparados: uns e outros têm necessidade da salvação oferecida como dom e são constantemente chamados à fé porque tanto uns como outros estão sob a lei do pecado. Neste processo universalizante de conversão, Israel é salvo e recupera o lugar que lhe compete na eleição divina (cf. RM 9-11). Será salvo juntamente com os povos de toda a Terra. A eleição do povo torna-se sinal eficaz do início da salvação para israelitas e pagãos em simultâneo.

«A partir desta participação no modo de ver de Jesus, o apóstolo Paulo deixou-nos, nos seus escritos, uma descrição da existência crente. Aquele que acredita, ao aceitar o dom da fé, é transformado numa nova criatura, recebe um novo ser, um ser filial, torna-se filho no Filho: “*Abbá, Pai*” é a palavra mais característica da experiência de Jesus, que se torna centro da experiência cristã (cf. RM 8,15). A vida na fé, enquanto existência filial, consiste em reconhecer o dom original e radical que está na base da existência do homem, podendo resumir-se nesta frase de São Paulo aos Coríntios: “Que tens tu que não tenhas recebido?” (1COR 4,7) É precisamente aqui que se situa o cerne da polémica do Apóstolo com os fariseus: a discussão sobre a salvação pela fé ou pelas obras da lei. Aquilo que São Paulo rejeita é a atitude de quem se quer justificar a si mesmo diante de Deus mediante as

suas próprias obras. Tal pessoa, mesmo quando obedece aos mandamentos, mesmo quando pratica boas obras, coloca-se a si própria no centro e não reconhece que a origem da bondade é Deus. Quem assim atua, quem quer ser fonte da sua própria justiça, depressa a vê esgotar-se, descobrindo que nem sequer se pode manter fiel à lei. Fecha-se, isolando-se em relação ao Senhor e aos outros, e, por isso, a sua vida torna-se vã e as suas obras estéreis, como árvore longe da água. [...] Quando o homem pensa que, afastando-se de Deus, se encontrará a si mesmo, a sua existência fracassa (cf. Lc 15,11-24). O início da salvação é a abertura a qualquer coisa que nos precede, a um dom original que afirma a vida e preserva a existência. Só abrindo-nos a essa origem e reconhecendo-a podemos ser transformados, deixando que a salvação atue em nós e torne a vida fecunda, cheia de bons frutos. A salvação pela fé consiste em reconhecer o primado do dom de Deus, como resume São Paulo: “Pela graça fostes salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus.” (Ef 2,8)» (*Lumen Fidei*, 19)

Paulo repropõe aos Romanos os horizontes universais da graça de Deus, que estão na base da missão que lhe foi confiada e comunicada à Igreja, nascida da Páscoa de Jesus e enviada ao mundo pelo Espírito do Ressuscitado.

Outubro
2019

18 DE OUTUBRO DE 2019Sexta-feira, 28.^a Semana do Tempo Comum*Festa de São Lucas, evangelista*

2Tm 4,10-17b

Sl 145,10-13.17-18

Lc 10,1-9

Nesta festa de São Lucas, escutamos a carta de Paulo ao seu fiel emissário Timóteo, em que aquele se lamenta por não ter ninguém com quem viajar, excetuando Lucas. O balanço de Lucas das suas viagens com Paulo caracteriza-se por uma repentina mudança da narração: a chamada “passagem ao Nós”, dos Atos dos Apóstolos (cf. At 16,10-17; 20,5-15; 21,1-18; 27,1-28). Até ao versículo 10 do capítulo 16 dos Atos, Lucas ficou fora de cena, escrevendo na terceira pessoa. Nos versículos de 1 a 9, refere-se às viagens de Paulo à Frígia, Galácia, Mísia, Bitínia e Tróade. A partir do versículo 10, porém, Lucas passa à narração na primeira pessoa do plural: «Procurámos imediatamente partir para a Macedónia, pois estávamos convencidos de que Deus acabara de nos chamar para aí anunciar a Boa Nova.» Lucas entra no barco com Paulo e, através da arte do relato, convida o seu público a participar na viagem missionária.

Lucas revela um detalhe sobre si próprio no início do seu evangelho. Escreve ele que está a reorganizar os acontecimentos «que tiveram lugar entre nós» precisamente como os tinha recebido «daqueles que foram suas testemunhas oculares», ou seja, daqueles que estavam com Jesus desde o início do seu ministério público (cf. Lc 1,1-2). Nesta frase introdutória, Lucas revela ao seu público que ele próprio nem sequer é uma testemunha direta dos factos narrados. O evangelista une-se à comunidade cristã emergente graças ao testemunho pessoal daqueles que tinham escutado a

pregação de Jesus e tinham assistido pessoalmente à sua crucificação e à Ressurreição.

Mateus (10,1), Marcos (6,7) e Lucas (9,1) referem-se ao momento em que Jesus chamou «os Doze» e, após uma série de instruções, os enviou em missão para anunciar a Boa Notícia. No entanto, só Lucas refere que, mais tarde, Jesus incumbiu este numeroso grupo de setenta e dois discípulos dos quais nos fala o evangelho de hoje. Segundo Lucas, a primeira evangelização envolveu muito mais missionários do que os Doze. Pouco antes de dar este mandato, Jesus tinha-Se dirigido a Jerusalém (cf. Lc 9,51). Envia os setenta e dois à sua frente para anunciarem a sua chegada a várias cidades. Este segundo envio prefigura a experiência pessoal de Lucas, nas suas viagens com Paulo.

Com o envio dos setenta e dois (ou setenta, segundo alguns manuscritos), a ação missionária junto das nações não só é legitimada, mas antecipada. Na tradição judaica, as nações da Terra que tinham escutado a promulgação da lei no Sinai eram setenta (cf. Gn 10; Dt 32,8). Isso significa que os discípulos são enviados a todas as nações.

O trecho proclamado na liturgia de hoje apresenta o apostolado como revelação do Reino e do juízo já presentes no mundo. Para Lucas, não se trata de anunciar a Israel a grandeza do Reino, mas de proclamar às nações que este está próximo. O evangelista escreve num momento em que já existem testemunhas do Ressuscitado «em todas as nações». É o momento decisivo da história, em que é oferecida a todos a possibilidade de passarem a fazer parte do Reino de Deus.

O método de trabalho missionário dos setenta e dois discípulos, o carácter e as perspectivas da sua obra, são semelhantes aos dos Doze. As recomendações de Jesus abrem-se com um convite a tomar consciência da situação: colheitas abundantes e um número reduzido de trabalhadores contrapõem-se, em significativo contraste. Daí a recomendação categórica: «Pedi, portanto, ao dono da colheita. A oração é a alma da missão.» (*Carta* do Papa Francisco ao cardeal F. Filoni, 22 de outubro de 2017). Deus, que é o proprietário da

colheita, toma a iniciativa: chama e envia. É o convite a unirem-se à oração de Jesus, ao seu êxodo rumo ao Pai, que se exprime, para os discípulos e para o Senhor, na sua entrega às mãos dos homens: «Envio-vos como cordeiros para o meio de lobos.» Os missionários não podem confiar na força, no poder ou na violência. As suas únicas riquezas são a fé e a oração, que os mantêm fundados sobre a relação de amor pessoal com Jesus, o Mestre que os envia.

A pobreza do início passa a ser o fundamento e o sinal da sua liberdade e da plena dedicação à única missão que os liberta de qualquer impedimento ou atraso. Tudo isso é definido com precisão numa série de normas: livres de qualquer obstáculo, os enviados caminham diretamente para a meta, sem se deterem, nem sequer para a saudação habitual que – como exigia o costume oriental – teria requerido muito tempo (cf. 2Rs 4,29). A verdadeira saudação, pelo contrário, está reservada aos destinatários da missão. Tal saudação não é uma simples profecia ou anúncio, mas uma palavra eficaz, que transmite alegria e felicidade. Em suma, é a «paz» messiânica, que corresponde à salvação (cf. Lc 10,5-6). O enviado, tal como o Senhor, estabelece com aqueles que o recebem uma relação na qual se começa a viver a paz do Reino. O seu comportamento leva-o a depender daqueles que o acolhem, a quem confia o seu próprio corpo e a sua própria vida. Portanto, o missionário está completamente exposto, inclusive no que diz respeito ao seu sustento, aos riscos da missão: acolhimento ou rejeição, êxito ou fracasso. «Casa» e «cidade» simbolizam a vida privada e a vida pública. O enviado depende da hospitalidade de quem acolhe a mensagem, mas nada pode fazer parar ou entrar a prossecução da sua missão: é um missionário que leva o último e urgente apelo da possibilidade de salvação, que deve chegar aos ouvidos de todos, aos corações de todos, custe o que custar.

19 DE OUTUBRO DE 2019

Sábado, 28.^a Semana do Tempo Comum

*Memória facultativa dos santos João de Brébeuf e Isaac Jogues, sacerdotes,
e seus Companheiros, mártires*

Memória facultativa de São Paulo da Cruz

Rm 4,13.16-18

Sl 105,6-9.42-43

Lc 12,8-12

No evangelho de hoje, Jesus prevê os vários contextos em que os seus apóstolos serão suas testemunhas, considerando a possibilidade de depararem com uma reação hostil. Comparecendo nas sinagogas e diante das autoridades civis, levarão o seu testemunho de fé ao âmbito secular e também ao religioso. As suas palavras encontram cumprimento nos Atos dos Apóstolos, quando Paulo prega na sinagoga de Salamina (cf. At 13,4-17) e quando dá testemunho de Jesus diante das autoridades romanas (cf. At 21,33; 22,29). Jesus garante aos seus seguidores que o testemunho terreno destes chegará aos Céus: assim como eles reconhecem o Filho do Homem em âmbitos terrenos, civis ou religiosos, também o Filho do Homem os reconhecerá diante dos anjos de Deus.

Imediatamente antes, Jesus tinha convidado os seus discípulos a terem coragem e confiança em tempos de perseguição. Tal como se deduz do resto do discurso missionário, Ele não lhes garante a serenidade nem a imunidade diante da violência e da rejeição, mas indica-lhes a verdadeira raiz da liberdade: a vitória sobre o medo, cuja fonte se encontra na vitória de Jesus sobre a morte. A Páscoa será, para Jesus e para os seus discípulos, a experiência dessa vitória.

Ao processo histórico, no qual os discípulos são chamados a reconhecer publicamente Jesus como Senhor e Messias, corresponde o juízo final diante

de Deus, no qual o próprio Jesus, no seu papel de Filho do Homem, será o advogado e o defensor. Na imagem do processo jurídico (cf. Is 50,8-9; Rm 8,33), o pensamento vai para o Senhor Ressuscitado, que vive junto de Deus, mas que está presente na sua Igreja de maneira eficaz, mediante o seu Espírito, no recontro público com os chefes e os poderosos deste mundo, que os discípulos continuam a enfrentar (cf. Lc 11,11-12).

É surpreendente a afirmação de Jesus, segundo a qual a afronta contra o Espírito Santo nunca poderá ser perdoada, se a compararmos com aquela parte do Evangelho em que se narra a parábola do filho pródigo, cujo tema principal é o perdão dos pecados. Tal ensinamento, porém, deveria ser interpretado à luz da compreensão particular da noção de missão cristã, segundo Lucas. Os seguidores do Filho do Homem rejeitá-l'O-ão no momento em que Ele é preso, como o testemunha a negação de Pedro, o primeiro dos seus apóstolos. Pedro não consegue reconhecer nem aderir completamente a Jesus porque ainda não assistiu à sua Paixão nem à sua Ressurreição, e ainda não recebeu o Espírito Santo, no Pentecostes. Todavia, essa infidelidade é perdoada a Pedro mediante a saudação do Senhor ressuscitado, «a paz esteja convosco!» (Lc 24,36), e o amor (cf. Jo 21,15-9). Depois de ter recebido o Espírito Santo, a experiência do Evangelho está completa, e Pedro, renovado, está agora cheio da força de Cristo ressuscitado, certo do dom da fé. A sua própria profissão cristológica foi fruto do Espírito nele (cf. Mt 16,18).

Lucas tem certamente muito presentes as experiências da Igreja primitiva dos Atos: o corajoso testemunho dos apóstolos (cf. At 4,8ss; 5,32), mas também o empenho das comunidades cristãs expostas ao risco de apostasia ou à falta de fé frente às ameaças e às repressões provenientes do exterior. Recorda, então, uma frase de Jesus que deveria fazer refletir os cristãos, torná-los mais conscientes e fortalecê-los: uma palavra contra o Filho do Homem pode ser perdoada, mas a blasfêmia contra o Espírito Santo parece não ter perdão. Aquele que tiver rejeitado o Filho do Homem durante o seu ministério terreno será perdoado e terá uma nova oportunidade através do dom do Espírito. No Pentecostes receberá, portanto, uma possibilidade de

conversão e de perdão: é o caso de Paulo e de numerosos judeus convertidos. No entanto, como poderá ser perdoado quem rejeita o próprio Espírito, fonte e realização do perdão, do arrependimento e da renovação dos discípulos na Páscoa de Jesus? Lucas vê uma confirmação disto inclusive na experiência do endurecimento e da cegueira daqueles que rejeitaram o testemunho dos apóstolos (cf. At 28,25-28). Trata-se de um encerramento total, livre e consciente à ação do Espírito, ao seu movimento de reconciliação e de perdão, a ponto de que ninguém poderá ser forçado a ser salvo, contra a sua explícita vontade e ação. O encontro com o Espírito de Deus ou a rejeição do mesmo constitui uma misteriosa relação da nossa consciência e da nossa liberdade com Deus: o nosso coração só pode ser plenamente perscrutado por Deus e em Deus. Só Deus, que conhece os nossos corações, concede o perdão dos pecados e a salvação.

Batizados
e enviados

Outubro
2019

20 DE OUTUBRO DE 2019

Domingo, 29.^a Semana do Tempo Comum

Ano C

Dia Mundial das Missões 2019

Ex 17,8-13

Sl 121,1-8

2Tm 3,14-4,2

Lc 18,1-8

Mensagem do Santo Padre Francisco para o Dia Mundial das Missões 2019

BATIZADOS E ENVIADOS: A IGREJA DE CRISTO

EM MISSÃO NO MUNDO

A primeira leitura, que narra a batalha entre Amalec e Israel, calhando precisamente no domingo dedicado pela Igreja à sua missão evangelizadora no mundo, pode provocar um certo embaraço a quem quiser falar da importância desse empenho cristão. O texto pode ser mal interpretado como um incitamento à guerra santa ou a um proselitismo fanático. Pelo contrário, a missão visa o anúncio da Páscoa de Jesus e da sua divina reconciliação. Tem por objetivo dar testemunho de Jesus Cristo, anunciar o seu Evangelho e fundar a sua Igreja num clima de sincera fraternidade e de autêntica e respeitosa liberdade religiosa na busca comum de uma maior comunhão e justiça no mundo. Sem esquecer que o próprio Evangelho, em conformidade com o exemplo de Jesus, nos ensina até a amar os inimigos e a rezar pelos perseguidores. O cristão batizado e enviado não possui um produto para vender nem para impor ao mundo. Como Igreja de Cristo em missão, ele recebe vida divina para anunciar, testemunhar e comunicar para a sua salvação e a salvação de todos.

O texto bíblico de Êxodo 17,8-13 faz memória de um episódio em que Israel, povo fugitivo em busca de uma terra onde se pudesse estabelecer, se vê ameaçado pelo aniquilamento e luta pela sua própria sobrevivência. Certo de que só conseguirá a vitória – tal como a libertação do Egito – graças à ajuda de Deus, o povo de Israel conserva a recordação desta batalha, e das outras que se lhe seguirão, como testemunho da sua fé no verdadeiro Deus, Senhor do Céu e da Terra, Deus dos exércitos, que socorre os débeis e liberta os oprimidos. É este o louvor que o salmista, com confiança e gratidão, eleva ao Senhor, guardião de Israel: «Ergo os olhos para os montes: de onde virá o meu socorro? O meu socorro vem do Senhor, que fez o Céu e a Terra.» (Sl 121,1-2) Os elementos de agressividade, ódio e vingança que acompanhavam historicamente esta modalidade veterotestamentária de interpretar a fé deveriam ser gradualmente purificados, ao longo dos séculos, por pessoas santas como os profetas e os sábios, e, mais tarde, de modo definitivo, pelo Senhor Jesus, Príncipe da Paz e da Justiça, anunciado pelos seus oráculos e esperado há séculos. Aquilo que era significado pela força e a violência do extermínio dos ídolos e dos pagãos, em Jesus torna-se paixão ardente e amor intenso para salvação de todos.

A Cruz de Jesus é o lugar onde o mal é derrotado pelo amor d'Aquele que morre por nós, que morre em nosso lugar fazendo sua a experiência da nossa morte. Ele também morre pela salvação dos seus perseguidores e inimigos. Cada ato de vingança é aniquilado pelo Deus de Jesus Cristo, em que o ódio e a morte causam e provocam, na comunhão trinitária, um amor cada vez maior e uma misericórdia cada vez mais eficaz. Deus destruiu o nosso pecado, a injustiça e a morte, fazendo-os seus, e aniquilou-os através do seu amor sem limites. «Na sua [de Cristo] morte de cruz, cumpre-se aquele virar-Se de Deus contra si próprio, com o qual Ele Se entrega para levantar de novo o homem e salvá-lo — amor, este, na sua forma mais radical. No Mistério Pascal, realizou-se verdadeiramente a nossa libertação do mal e da morte.» (Bento XVI, *Sacramentum Caritatis*, 9). O Novo Testamento e a unidade das Sagradas Escrituras introduzem-nos e educam-nos nessa atuação salvífica de Deus no mundo.

Nesta perspectiva, a segunda leitura mostra-nos como Paulo ensina a Timóteo a importância das Escrituras: «Desde a infância que conheces as Sagradas Escrituras; elas têm o poder de te comunicar a sabedoria que conduz à salvação pela fé em Jesus Cristo.» (2Tm 3,15) Timóteo, com efeito, estudou-as desde pequeno, como qualquer rapaz judeu; a partir de então, também as crianças cristãs aprendem a conhecê-las, com a ajuda dos pais e da comunidade. Timóteo é um jovem que, juntamente com a sua família, abraçou a fé durante a primeira viagem missionária do apóstolo Paulo e que, mais tarde, se torna membro do seu grupo missionário. Filho de mãe judia e de pai grego, Timóteo recebe, desde a infância, uma profunda e firme educação religiosa por parte da sua avó Loide e da sua mãe Eunice, que o introduzem no conhecimento das Sagradas Escrituras. Tal requisito baseia-se no facto de as Escrituras serem inspiradas por Deus e, se forem bem explicadas (em vez de manipuladas e distorcidas, como reza a Segunda Carta de Pedro, cf. 2Pd 1,19-21), incentivam-nos à prática de boas obras e edificam-nos na justiça e na santidade. O autêntico zelo missionário não é violento proselitismo; é o desejo de um coração fraterno cheio de Cristo e impelido pelo Espírito Santo a cooperar em prol da salvação e da felicidade de todas as pessoas, de todas as etnias, partilhando valores éticos e culturais, esperanças e alegrias, em busca de uma vida plena e de uma verdadeira paz, que é Jesus Cristo morto e ressuscitado. Por isso Paulo exorta Timóteo com vigor para que, enquanto espera a Parusia do Senhor, se dedique de corpo e alma ao ensinamento da Palavra.

O Apóstolo menciona muitas vezes nas suas cartas o serviço prestado por Timóteo à obra de evangelização: sempre disponível e atento, acompanha com generosidade e afeto as comunidades eclesiais. Paulo recorda aos Filipenses o seu testemunho e fidelidade: «Espero no Senhor Jesus enviar-vos brevemente Timóteo [...]. Vós mesmos sabeis como Timóteo deu provas do seu valor: como filho junto do pai, ele colocou-se ao meu lado, ao serviço do Evangelho.» (Fl 2,19.22) Escrevendo aos Tessalonicenses, põe em destaque a sua coragem e o seu carisma missionário: «Resolvemos enviar-vos Timóteo, nosso irmão e colaborador na pregação do Evangelho de Cristo. Nós o enviámos para vos

fortalecer e encorajar na fé, para que ninguém fique abalado com as presentes tribulações.» (1Ts 3,2-3) Timóteo, portanto, viaja com prontidão e empenho para se colocar ao serviço das Igrejas recém-fundadas, que de vez em quando teriam necessidade de esclarecimentos frente às suas dúvidas ou de apoio nas suas lutas. A Palavra de Deus é a força e a companhia de Timóteo.

A aclamação ao Evangelho oferece-nos, com o seu magnífico lirismo, com a sua linguagem cuidada, um hino sublime dedicado à Palavra de Deus, descrita como «viva e eficaz» porque penetra a nossa consciência exatamente como uma espada de dois gumes. O Deus justo – como diz o salmista –, sonda os corações e as mentes e vê todos os nossos caminhos. Na Carta aos Efésios também encontramos a metáfora da espada: atribuída ao Espírito, representa o poder intenso e penetrante da Palavra de Deus (cf. Ef 6,17). Um cruel instrumento de guerra serve, portanto, para simbolizar outro combate: aquele conflito espiritual que produz arrependimento e conversão, alegria e vida nova, bondade e fidelidade. São estes os frutos da Palavra divina, espiritual, viva e pessoal; os frutos da Sabedoria que tudo vê e tudo sabe, que tudo penetra e tudo julga, que está presente na parte mais profunda da consciência e que brilha de modo tal que ninguém se pode esconder da sua luz. O Evangelho de Jesus, Sabedoria Divina, é espírito e vida, faz levantar de novo os caídos, restitui dignidade aos excluídos, dá alegria aos aflitos, renova toda a criatura, transforma, santifica e oferece a vida eterna. Ao mesmo tempo que ilumina, a Palavra também julga, porque despoja a alma das suas máscaras, revelando a verdade que está exposta na consciência. No coração em que foi derramado o Espírito do Ressuscitado, o juízo da Palavra penetrante orienta-se sempre para o perdão e para a purificação.

A parábola de Jesus no evangelho deste domingo apresenta uma mulher a quem foi negado o direito de expressão por um juiz corrupto, uma experiência pela qual ainda hoje muita gente passa em todo o mundo. A parábola desenrola-se «numa cidade» (Lc 18,2), numa cidade sem nome, visto que aquilo que é narrado parece acontecer em qualquer parte: para os inimigos, a lei deve ser aplicada; para os amigos, deve ser apenas interpretada.

A viúva da parábola não é amiga do juiz, portanto, não lhe é concedida uma audiência. Esta viúva perdeu o apoio do marido e, no mundo da Palestina do século primeiro, não pôde herdar a sua propriedade. As viúvas eram vulneráveis do ponto de vista económico e podiam ser exploradas, como recorda perspicazmente Jesus quando acusa os líderes religiosos de devorar as casas das viúvas (cf. Lc 20,46-47). Não podendo dar-se ao luxo de recorrer a um advogado, a viúva apresenta-se sozinha em representação da sua causa contra o seu adversário. Jesus expõe o raciocínio interior do juiz, profundamente corrupto, completamente desinteressado frente à denúncia da viúva e absolutamente indiferente àquela mulher: não teme a Deus nem lhe importa o bem dos homens. A viúva está decidida a não permanecer invisível e a fazer-se ouvir, inclusive diante de um juiz desonesto, enquanto o caso não for definitivamente resolvido em seu favor.

Jesus serve-Se desta parábola para exemplificar a necessidade da oração, da sua urgência e continuidade. Se a oração constitui o coração da missão da Igreja é porque, no interior dessa relação pessoal e eclesial com Deus (Liturgia), a pessoa e as comunidades são renovadas segundo os critérios da salvação oferecida e realizada por Jesus. A sua pergunta sobre a fé, aquando do seu retorno, parece indicar uma certa preocupação do Mestre sobre a eficácia da missão e a autenticidade do testemunho dos discípulos missionários. Estes, associados ao Mistério Pascal graças ao Batismo, já foram enviados ao mundo como Igreja de Cristo, ou seja, como comunidade dos redimidos, posta como germe e início do Reino até que toda a história e a Humanidade sejam transfiguradas e redimidas. A eficácia da oração contínua, da súplica constante, da busca insistente do amor pela verdade e pela justiça, forja o discípulo para a missão. Só quem reza com insistência coloca Cristo no centro da sua vida e da missão que lhe é confiada, crescendo na fé. Só quem reza com insistência se torna atento e capaz de escutar, de apreender e de descobrir as necessidades e os pedidos de redenção material e espiritual, tão presentes no coração da Humanidade atual.

21 DE OUTUBRO DE 2019

Segunda-feira, 29.^a Semana do Tempo Comum

Féria

Rm 4,20-25

Lc 1,69-75

Lc 12,13-21

O fio condutor das leituras bíblicas deste dia é a grande temática da vida. Em Abraão (um homem já no ocaso do seu percurso terreno, segundo o relato do Génesis, sem esperança de ver realizada a promessa de uma descendência), Deus confirma que o limiar biológico não deterá o seu desígnio divino. A Abraão e Sara, um casal de “aposentados biológicos”, afetados pelo tormento da esterilidade, é dado Isaac, que significa, literalmente, sorriso, alegria de viver. Aos crentes que aderem à fé “contra toda a esperança” é garantida a mesma oferta de vida e de alegria concedida a Abraão.

O apóstolo Paulo, pretendendo fundamentar com argumentos bíblicos a doutrina da justificação pela fé, recorre à narração da aliança de Deus com Abraão, em que Deus toma a iniciativa e Se empenha com fidelidade. Deus promete-lhe uma descendência numerosa como as estrelas do céu, e Abraão, apesar de a sua mulher ser estéril, acredita na palavra do Senhor. E isso – comenta o autor – é-lhe reconhecido como justiça. A circuncisão, a aliança, a Lei, tudo isso vem mais tarde, observa Paulo. Em suma, a fé em Deus e na sua palavra tem o primado e concede-nos, gratuitamente, os bens prometidos, por pura e livre benevolência divina.

A experiência de Abraão é importante, visto que dela emerge claramente a gratuidade da iniciativa espontânea de Deus ao manifestar a sua misericórdia, sem qualquer crédito anteriormente adquirido por parte daqueles que gozam da graça divina. Com efeito, a narração sobre os factos relacionados com

Abraão começa dizendo, simplesmente: «O Senhor disse a Abraão: “Sai da tua terra, do meio dos teus parentes e da casa de teu pai, e vai para a terra que Eu te mostrar. Eu farei de ti um grande povo, e abençoar-te-ei.”» (Gn 12,1-2) Não é mencionada nenhuma boa ação de Abraão que possa indicar algum seu mérito precedente. Ao povo de Israel não faltaram advertências por parte dos profetas para que aprendesse a acolher com fé a generosidade universal de Deus, não como recompensa devida, mas como um dom, gratuito e livre, da sua bondade. Todos nós devemos reconhecer que o bem que acontece na nossa vida é, pura e simplesmente, um dom de Deus: deve incentivar-nos a retribuir com a mesma generosidade e amor, tornando a nossa atuação semelhante à de Deus. Quanto aos males, a história de Abraão mostra como estes têm outras causas: o erro humano, a mentira, a cobiça, a guerra ou as próprias calamidades naturais. Deus, porém, intervém sempre para transformar esses males no seu oposto e fazer bem às criaturas amadas.

É idêntico o tema central da página do Evangelho: a vida. O contexto é um conflito entre irmãos relacionado com a partilha da herança: um fenómeno tão antigo como o homem, como nos confirma o facto de o primeiro homicídio ter sido um fratricídio. A Caim não basta ser o primogénito e ter herdado o ofício do pai: entra em crise pelo facto de Abel ter merecido o olhar de Deus. As dinâmicas fisiológicas de antítese que se desenvolvem entre irmãos são magistralmente ilustradas, na sua crueza, na parábola do pai misericordioso, em Lc 15,11-32. Em todas estas histórias, o caruncho que corrói as relações fraternas é a cobiça, o desejo de ter tudo para si. Aqui Jesus oferece uma indicação fundamental, se não uma advertência, útil para orientar a vida: «Atenção! Eliminai toda a espécie de ganância. Porque, mesmo que alguém tenha muitas coisas, a sua vida não depende dos seus bens.» (Lc 12,15) O apego visceral ao dinheiro é a raiz de todos os males (cf. 1Tm 6,10). A insentatez censurada por Jesus no evangelho de hoje consiste precisamente nisto: esquecer que a vida, em todas as suas dimensões, é um dom. Uma graça a partilhar, e já não a explorar apenas para proveito próprio. Os frutos da terra são uma bênção de Deus (cf. Dt 28,1-14) que, no entanto,

se podem transformar no oposto, quando decidimos apoderar-nos deles e adquirir o seu controlo total. A riqueza acumulada de forma compulsiva cega o homem, que, por isso, é qualificado como «insensato». Não vê que, atrás da sebe, se perfila a morte. Contudo, as Escrituras põem o homem de sobreaviso: «O homem não é mais do que um sopro! Ele passa como simples sombra! É em vão que se agita: amontoa riquezas e não sabe quem ficam.» (Sl 39,6c-7) O rico é um insensato porque se move esquecendo por completo que a sua vida é um dom, que lhe pode ser pedido a qualquer momento (cf. Sb 15,8). Não se pode viver sempre atormentados pelo terror da morte, mas também é verdade que quem decide fechar-se na gaiola do seu próprio egoísmo é um morto ambulante.

«Que devo fazer?» é uma interrogação recorrente nos escritos lucanos (cf. Lc 3,10.12.14; 16,3.4; At 2,37; 16,30). A escolha entre a vida e a morte é a encruzilhada frente à qual se encontra cada pessoa. Para Israel e, ainda antes, para Adão, o dom da vida (de um valor imenso) está intimamente ligado à obediência a Deus. O homem autocondena-se à fuga, ao exílio e, por fim, à miséria e à morte no momento em que escolhe gozar os bens, excluindo Deus: «Possuis um bom depósito de bens, uma reserva para muitos anos; descansa, come e bebe, alegra-te!» (Lc 12,19) A partir da Criação, os bens materiais formam, no seu conjunto, uma mesa abundante posta pelo próprio Deus em benefício dos homens. O problema surge quando o homem, de sábio administrador dos dons, se arroga o direito de se tornar dono exclusivo dos mesmos, excluindo os outros. Vivemos numa época que pode ser definida como “ansiolítica”: o problema é que “a ansiedade não nos subtrai à dor de amanhã, mas priva-nos da felicidade de hoje”, porque a ansiedade é filha da incerteza. As preocupações deste mundo são enumeradas com detalhe no Sermão da Montanha (cf. Mt 5-7). «Por isso vos digo: não fiquéis preocupados com a vida, com o que comer; nem com o corpo, com o que vestir. Afinal, a vida não vale mais do que o alimento? E o corpo não vale mais do que o vestuário? [...] Pelo contrário, buscai, em primeiro lugar, o Reino de Deus e a sua justiça, e Deus vos dará, em acréscimo, todas essas

coisas. Portanto, não vos preocupeis com o dia de amanhã, pois o dia de amanhã terá as suas preocupações. Basta a cada dia a própria dificuldade.» (Mt 6,25.33-34) Só a fé como vida eterna dá a justa medida a cada coisa, ao nosso tempo, às nossas relações.



22 DE OUTUBRO DE 2019

Terça-feira, 29.^a Semana do Tempo Comum

Memória facultativa de São João Paulo II

Rm 5,12.15b.17-19.20b-21

Sl 40,7-10.17

Lc 12,35-38

O trecho de Paulo proposto na liturgia de hoje situa-se, precisamente, no coração da Carta aos Romanos. Por detrás da afirmação de que o ser humano precisa de ser redimido está a convicção de que este é culpado na sua relação com Deus. Depois de ter demonstrado, com a ajuda da experiência e das Escrituras, que a redenção do homem provém de Deus mediante a fé em Jesus Cristo e não da circuncisão, o Apóstolo começa a falar da “nossa” experiência cristã.

Se alguém quebra uma relação de amizade, ofendendo o amigo, cria-se uma desordem no seu coração, que só será superada quando o amigo o acolher e abraçar de novo, aceitando as suas desculpas. Com efeito, a redenção – diz Paulo – é o motivo e a condição para vivermos em paz com Deus. Todavia, para que os amigos reatem a amizade, é necessário que alguém sirva de mediador entre ambos, dizendo ao culpado que o outro já não sente rancor, que está à sua espera de coração aberto. E quando tudo estiver superado, a ligação será mais forte, e a alegria será maior do que antes. Ora, continua Paulo, sabendo que quem fez de mediador, ou seja, Jesus, teve de sofrer muitas humilhações e sofrimentos para se encontrar comigo e para me convencer a confiar na bondade do Pai, por cujo amor eu sentira desprezo, o meu coração está profundamente grato e dispõe-se, com alegria, a colaborar com Ele na obra de reconciliação, participando nos seus sacrifícios para levar a mensagem aos outros irmãos.

Como podemos duvidar deste amor – pergunta o Apóstolo das nações –, depois da extraordinária demonstração que Deus nos deu? O acontecimento histórico da morte de Jesus tem um significado teológico de sofrimento substitutivo: Ele morreu por nós, no nosso lugar e no lugar de todos, por nós, que nos tínhamos afastado de Deus. Por outras palavras, Aquele que recebeu a missão de mediação revelou-Se também o nosso grande amigo, tomando sobre Si o peso de todos os males que nos atingiram quando ficamos sós e perdidos. Esta demonstração incomparável do amor divino por nós resplandecerá na história para sempre, iluminando o caminho dos povos.

Paulo percorre o mundo de lés a lés, sem se deter, com grande alegria, até ao dom extremo de si, para espalhar esta boa nova. Jesus não Se sacrificou porque nós éramos judeus ou gregos, escravos ou livres, cultos ou ignorantes, ricos ou pobres, homens ou mulheres, mas simplesmente porque éramos pecadores necessitados de perdão. E o seu dom foi dispensado sem que os homens tivessem mérito algum. Aquilo que mais agrada a Deus não é infligir o castigo, mas dar sem medida a sua sublime misericórdia.

Depois de Deus ter levado a cabo este inefável mistério de amor, absolutamente gratuito e universal, é impossível – acrescenta o Apóstolo – que Deus não complete a obra da nossa salvação! A plenitude da salvação, portanto, diz respeito aos bens futuros, aos bens escatológicos: à glória e à vida eterna. Deste modo, a paz e a reconciliação que nós recebemos “agora”, e que saboreamos dentro do nosso coração, são orientadas para o seu cumprimento futuro, visto serem o penhor dos dons que receberemos mais tarde.

Para expor a tripla dimensão desta libertação, isto é, do pecado, da Lei e da morte, Paulo começa a fazer uma comparação que descreve a situação do ser humano antes e depois de Cristo, mostrando as consequências da desobediência de Adão – que é “figura” daquele que havia de vir –, e as consequências da obediência de Cristo, novo Adão. Refletindo sobre a história da queda do homem (Adão), no poema do Génesis, Paulo utiliza a verdade teológica ali presente: o pecado é a causa da trágica condição de escravidão da Humanidade. O carácter etiológico do relato do Génesis aponta o pecado

como causa da miséria geral da Humanidade (dor, aflição, discórdia, violência e morte). A desobediência de Adão – quer em sentido individual quer coletivo (cf. GN 1,27) – introduziu no mundo uma força ativa e nefasta.

Eis, porém, que Jesus Cristo é o libertador. Por meio d’Ele chegou a redenção e a vida eterna para todos. Jesus é o “segundo” Adão, antitético em relação ao nosso progenitor. O primeiro ser humano não teve fé no seu Criador, desobedeceu e quebrou a sua amizade com Ele. Jesus, pelo contrário, é o “novo Homem”, o novo Adão, absolutamente fiel e perfeitamente obediente, que dá a sua vida para restabelecer a nossa amizade com Deus. A antítese sublinha a incomensurável superioridade do benefício trazido por Jesus em contraposição com o dano infligido por Adão. «Se todos morreram devido à queda de um só, muito mais abundantemente se derramou sobre todos a graça de Deus e o dom gratuito de um só homem, Jesus Cristo.» (RM 5,15) O contraste entre «um» e «todos» põe em destaque o alcance universal da nova ligação de amizade trazida pelo Senhor Jesus.

O tema central da passagem evangélica de Lucas é a segunda vinda do Senhor na glória, para julgar os vivos e os mortos, como se professa no *Credo*: «De novo há de vir – em glória – a julgar os vivos e os mortos». O parêntesis que separa o caminho do fiel deste encontro inevitável é o tempo da espera atuante. A ideia mais importante da passagem do evangelho é o carácter invisível do Senhor que, depois de ter confiado um património para cultivar e pôr a render, Se afasta, sem contudo abandonar os seus ao seu próprio destino. Nesta forma de atuação de Deus reside também o mistério da liberdade concedida ao homem, que pode decidir como gerir o dom da vida sem pressões físicas, sem sentir uma presença opressiva.

Nas Sagradas Escrituras, a recomendação de manter os rins cingidos encontra-se pela primeira vez em Ex 12,11. O contexto é a preparação para a ceia pascal antes da passagem do anjo da morte e da saída da terra da escravidão. Passará a ser, mais tarde, uma fórmula comum para indicar a chamada ao serviço, magistralmente exemplificada por Jesus. «Antes da festa da Páscoa, sabendo Jesus que tinha chegado a sua hora, a hora de passar deste

mundo para o Pai, [...] levantou-se da mesa, tirou o manto, pegou numa toalha e atou-a à cintura. Deitou água numa bacia e começou a lavar os pés aos discípulos.» (Jo 13,1.4-5) Neste gesto, o serviço em nome de Deus foi elevado à categoria de sacramento do amor, no interior da Eucaristia, que permite a quem a recebe participar da vida de Jesus (cf. Jo 6,30-58). Não é por acaso que o quarto evangelho inclui o lava-pés na narração da Última Ceia. A Pedro, que tenta esquivar-se a essa iniciativa “indigna” do Mestre, Jesus diz: «Se Eu não te lavar, não terás parte comigo.» (Jo 13,8) Lavar os pés aos irmãos é um gesto que o Mestre confia aos seus discípulos como distintivo do estilo de vida a levar a todas as nações. Com efeito, após a Ressurreição de Jesus, os discípulos são dissuadidos de continuar a olhar para o Céu; são animados, pelo contrário, a partir em missão para levar a cabo tudo aquilo que Jesus tinha dito e feito, com a promessa de que o Mestre voltaria para junto dos seus tal como tinha partido (cf. At 1,11). Espera-se com esperança o retorno do Mestre de rins cingidos, ou seja, servindo os irmãos na fé, anunciando e fazendo-os participar da salvação que lhes é oferecida como penhor na Eucaristia.

A metáfora das lâmpadas que se devem manter sempre acesas (como em Ex 27,20; Lv 24,2) qualifica a espera como um tempo de vigilante atenção. A ausência aparente do amo pode fazer-nos cair na tentação de nos substituímos a ele, pretendendo tornar-nos nos árbitros absolutos da vida, nossa e alheia, e apoderando-nos dos bens que nos foram confiados como guardiões. Na perspectiva de Deus, a espera corresponde à lei do amor. Naquele que vive longos tempos de espera, cresce o desejo do encontro face a face com Deus: é necessário ser forte para suportar o peso de uma palavra dada, mas sem marcação de prazo, sustentados pela promessa do retorno sem aviso prévio. É importante ter consciência de que todas as épocas de uma vida bem gasta, procurando e fazendo a vontade de Deus, são um *kairós*, um tempo favorável para sermos chamados de volta a Casa. A vida será bem-sucedida se o fiel for encontrado preparado para esse encontro.

23 DE OUTUBRO DE 2019Quarta-feira, 29.^a Semana do Tempo Comum*Memória facultativa de São João de Capistrano*

RM 6,12-18

SL 124,1b-8

LC 12,39-48

Paulo afirma, ao longo de todo o texto da Carta aos Romanos, que é inútil apoiar-se na Lei mosaica, visto que esta não liberta o homem, mas o escraviza e condena. Com efeito, até à chegada da Lei de Moisés, o pecado, tal como a morte, já estava no mundo, por causa de Adão. Contudo, como a Lei ainda não tinha sido revelada e ainda não existia preceito nenhum, não era possível imputar aos pecadores as suas faltas, no seu aspeto formal de transgressões, nem se lhes podia aplicar as sanções previstas na Lei. Todavia, segundo a lei natural inscrita no coração, a responsabilidade pessoal pelo pecado continua a ser a mesma para todos. Portanto, depois de terem recebido a Lei, os judeus viram apenas aumentar a sua responsabilidade e, com ela, as suas culpas.

A expectativa judaica era que nos últimos dias, com a chegada do Messias, este trouxesse uma nova lei ou uma reinterpretação da Lei. Este terceiro período – que Paulo designa por «plenitude do tempo» – foi inaugurado a partir do nascimento e da Páscoa de Cristo, o Ungido enviado por Deus. A partir da sua vinda, portanto, fomos libertados da Lei, declara o Apóstolo, porque a graça do Senhor Jesus começou a reinar.

Paulo deixa de lado o relato de Noé e aquilo que este poderia significar em relação à aliança, ao pecado e à lei, e passa diretamente de Adão a Moisés. Pretende abordar o problema exclusivamente em termos da Lei mosaica, pois era com esse argumento que alguns de entre os hebreus, ou judeo-cristãos,

os falsos irmãos, perturbavam as comunidades cristãs por ele fundadas, tentando impor a todos a circuncisão como uma coisa necessária para serem redimidos e salvos por Deus.

Ora, quando Paulo afirma que a Lei foi a causa involuntária da proliferação do pecado e que, embora indiretamente, isso fez com que extravasasse a graça de Deus derramada sobre a Humanidade pecadora, expõe-se à possibilidade concreta de suscitar muitas interrogações e críticas. Antecipando as objeções que teria recebido, Paulo afirma que o cristão, depois de se ter aproximado do Mistério Pascal de Cristo morto e ressuscitado, já não quer saber do pecado e das suas terríveis consequências. O facto de que a justificação de Cristo nos torne a todos redentores e traga vida e liberdade para todos não significa que o pecador possa continuar a pecar tal como antes ou mais ainda, abusando da sua liberdade em Cristo ou provocando Deus a fim de que Este manifeste ainda mais a sua graça. O cristão autêntico considera-se morto por causa do pecado, vivendo exclusivamente para Deus, em Cristo Jesus. Por isso, já não estando sujeito à Lei, mas sob a proteção da graça, o cristão é exortado a oferecer o seu corpo e todo o seu ser à prática exclusiva do bem, do amor recíproco e da justiça; é chamado a consagrar-se inteiramente ao serviço de Deus, em favor dos outros. É essa a grande missão evangelizadora da Igreja. Com efeito, a redenção faz-nos renascer mediante uma ligação de adoção filial e implica o início de uma vida nova à luz do Espírito Santo.

Este ensinamento de Paulo relativamente à Lei está em perfeita sintonia com o de Jesus. O administrador que tiver cometido um erro, desobedecendo a uma ordem explícita do seu amo, será punido com mais severidade do que o servo que tiver cometido o mesmo erro, mas sem ter conhecimento da norma vigente. É este, pura e simplesmente, o ensinamento que o Apóstolo explica na sua carta. A Lei fez aumentar a responsabilidade e, portanto, também a culpa pela transgressão. Todos aqueles que tenham recebido autoridade e meios no campo religioso, social, político, económico, jurídico, militar, etc., receberão um castigo pesadíssimo se abusarem do seu poder para maltratar, explorar e oprimir o povo de Deus ou destruir a sua casa, a sua criação.

A pergunta de Pedro: «Senhor, contaste esta parábola só para nós ou para todos?» (Lc 12,41) abre o horizonte para a dimensão comunitária da vigiância. A parábola de Jesus dirige-se a todos os membros da comunidade eclesial, cada um dos quais é convidado a desempenhar a sua missão com fidelidade, diariamente, sem adiar nada para o dia seguinte. Entre aqueles que são chamados a vigiar, os detentores de papéis de liderança no interior da comunidade têm uma responsabilidade acrescida. O grande desafio de servir Jesus Cristo e o seu Evangelho, em vez de se servirem dos mesmos, diz respeito, em primeiro lugar, aos chefes, aos animadores das comunidades. Quem se senta à cabeceira da mesa deve assegurar-se de que os outros receberem a sua porção antes de se servir. Jesus elogia o administrador sábio e honesto, aquele que não se deixa enredar pelo fascínio do poder e que gere os recursos com o devido desapego. «Feliz o servo que o senhor, ao chegar, encontrar fazendo assim. Em verdade vos digo: o senhor confiar-lhe-á a administração de todos os seus bens.» (Lc 12,43-44) A gestão dos bens terrenos com equidade, justiça e transparência são temas de enorme atualidade no mundo contemporâneo: um mundo flagelado pelas cobiças predatórias à escala mundial e em que muitas vezes o ser humano vale muito menos do que as mercadorias e os objetos. «Mas se esse servo pensar: “O meu senhor vai demorar-se”, e começar a bater nos outros servos e servas, a comer, beber e embriagar-se, o senhor desse servo chegará num dia inesperado e numa hora imprevista. O senhor expulsá-lo-á de casa, fazendo-o partilhar a sorte dos infiéis.» (Lc 12,45-46)

Nestas palavras, é importante prestar atenção à atitude do servo infiel, que no seu coração se convence de que a chegada do Senhor ainda vem longe, e na referência final aos infiéis. Insensatez e ateísmo surgem lado a lado nos Salmos (14,1; 53,2): «O insensato diz no seu coração: “Deus não existe!”» Para quem decide excluir Deus do seu próprio coração, não será certamente fácil acolher o próximo e reconhecer o desígnio divino para o mesmo. Declara o Evangelho que o Senhor virá novamente como juiz e que cada um terá de prestar contas da sua atuação. Não é uma ameaça. Não faz parte da

pedagogia de Deus impor-Se com a ameaça do castigo. A comunidade cristã é a casa do Pai na qual se celebram a vida e o amor. Das opções de cada um dependerá o prémio ou a exclusão.

O mal seriamente considerado, à luz da certeza da vitória de Cristo sobre a morte, constitui, segundo São Paulo e o Evangelho, um sério desafio para a missão cristã. A luta iniciada por Cristo no coração do discípulo missionário, graças à ação do Espírito no Batismo, representa uma dimensão central do anúncio e do testemunho cristão. A missão da Igreja, precisamente por ser movida pela certeza da vitória e do amor misericordioso, não teme a luta contra o mal, sob todas as suas formas. Aos crentes, a quem muito foi dado, muito é pedido que ofereçam, proclamem e partilhem, graças ao anúncio explícito e confiante de que a salvação do mal e da morte vem exclusivamente de Jesus Cristo.

Batizados
e enviados

Outubro
2019

24 DE OUTUBRO DE 2019

Quinta-feira, 29.^a Semana do Tempo Comum

Memória facultativa de Santo António Maria Claret

Rm 6,19-23

Sl 1,1-4.6

Lc 12,49-53

Nos textos bíblicos desta liturgia é possível apreender uma temática comum: a liberdade concedida por Deus a cada pessoa humana, o uso que esta lhe dá e as responsabilidades que daí advêm. A passagem da Carta aos Romanos traça uma linha clara entre um caminho ao serviço do pecado e uma vida sob o senhorio de Cristo. E também prediz o seu desfecho: o produto final das obras pecaminosas é a morte, e a morte representa uma separação sem possibilidades de retorno. É a sorte que inflige a si próprio quem decide obstinadamente excluir Deus da própria vida. O cenário traçado por Paulo corresponde perfeitamente ao do Evangelho. A par da sombria possibilidade de rejeição do Evangelho e da consequente condenação, também existe o vasto horizonte da vida eterna fundada em Cristo Jesus. Paulo, veterano de uma vivência sob a insígnia da estrita observância dos preceitos religiosos como via-mestra para alcançar a salvação, toma a peito sublinhar repetidamente que a comunhão com Deus mediante a pessoa de Jesus Cristo é um dom merecido. Ninguém se pode apresentar como credor de Deus. A salvação é graça, e o homem é convidado a acolhê-la na sua própria vida e a cultivá-la.

Embora muito breve, a passagem do Evangelho de Lucas contém uma mensagem vibrante, tão forte no seu tom e nas suas imagens que não pode deixar nenhum ouvinte indiferente. Trata-se, antes de mais, de um discurso que transmite um sentido de iminência frente à qual é necessário tomar uma posição. A manifestação de Deus na Pessoa de Jesus Cristo ateou uma chama

na história da Humanidade e na história de cada indivíduo. Na Bíblia, o fogo simboliza a palavra do Senhor proclamada pelo profeta (cf. JR 5,14; 23,29; SIR 48,1). Uma palavra semelhante ao martelo que, quando bate na rocha (cf. JR 23,29), produz mil centelhas. «Vim para lançar fogo sobre a Terra.» (Lc 12,49) Nesta passagem, o fogo está associado às respostas contraditórias que a pessoa e a mensagem de Jesus suscitam: a divisão, não só entre estranhos, mas até entre os membros da mesma família. Nota-se uma continuidade entre este texto e a profecia de Simeão segundo a qual aquela criança envolta em faixas viria a ser sinal de contradição (cf. Lc 2,34). Além disso, o fogo é utilizado para transmitir uma mensagem de consolação: «Quando passares pelo fogo, não te queimarás.» (Is 43,2) João Batista batizava com a água, mais tarde Jesus batizará com o fogo (cf. Lc 3,16). Será sob a forma de línguas de fogo que o Espírito Santo descera sobre a Igreja reunida na sala de cima, no dia de Pentecostes (cf. At 2,2-4). O fogo também é utilizado como imagem para expressar o juízo de Deus. Tudo será submetido à prova do fogo que separará a palha do trigo. Daí a exortação do apóstolo Paulo: «Cada um veja como constrói! Ninguém pode colocar um alicerce diferente daquele que já foi posto: Jesus Cristo. Se alguém constrói sobre o alicerce com ouro, prata, pedras preciosas, madeira, feno ou palha, a obra de cada um ficará em evidência. No dia do julgamento, a obra ficará conhecida, pois o julgamento vai ser através do fogo, e o fogo provará o que vale a obra de cada um. Se a obra construída sobre o alicerce resistir, o operário receberá uma recompensa. Aquele, porém, que tiver a sua obra queimada, perderá a recompensa. Entretanto, o operário salvar-se-á, mas como alguém que escapa de um incêndio.» (1COR 3,10b-15)

O fogo que Jesus vem trazer à Terra está ligado, de forma evidente, ao seu Batismo. Quando tiver lugar o seu Batismo, ou seja, a sua Paixão, então também o fogo que Ele veio trazer, ou seja, o dom do Espírito, será ateado. Assim, com duas figuras retóricas, Jesus descreve o Mistério Pascal e o fruto que Ele próprio trouxe para nós. João Batista, com efeito, tinha anunciado que Aquele que estava a chegar era mais poderoso do que ele, era Alguém ao

qual João nem sequer era digno de desatar a correia das sandálias. Se João batizava com água para preparar o caminho do Senhor, convidando as pessoas ao arrependimento e à conversão, o Filho do Altíssimo viria para batizar com o Espírito Santo e com o fogo, a fim de que toda a criatura visse a salvação de Deus e os seus grandes prodígios. A realização desta promessa é descrita por Lucas nos Atos dos Apóstolos, com o relato do Pentecostes, quando o Espírito, dom pascal, desceu sobre a Igreja sob a forma de línguas de fogo, revestindo-a de força profética para dar início à missão evangelizadora.

Lucas deve ter sido testemunha de muitos conflitos familiares durante as suas viagens missionárias por todo o mundo, evangelizando sem cessar, com Paulo, em certas ocasiões, e também com outros companheiros. Muitos desses conflitos tinham lugar nas próprias sinagogas, como se torna patente nos relatos contidos nos Atos, devido à aceitação do anúncio por parte de alguns e da rejeição por parte de outros. É óbvio que vários membros da mesma família participavam nos ritos da sinagoga. Isso traz-nos à mente outra frase de Jesus, que exige dos seus discípulos um amor maior do que o amor que eles têm pelos seus próprios parentes. A razão é muito simples: a fonte do amor é Ele. É Ele que nos ensina a amar de verdade, dando a vida pelas pessoas a quem amamos. O amor apenas motivado pelos laços familiares é muito frágil. Pelo contrário, quando alguém se torna seguidor de Jesus, não só aprende a amar de verdade os seus próprios familiares mas também abandona toda a cobiça e hipocrisia, todo o egoísmo e discriminação, abrindo o coração à fraternidade universal, acolhendo com amor sincero pessoas diferentes de si em termos de religião, etnia, cultura, cor da pele e estatuto social: pessoas até então desconhecidas. Tal facto, porém, pode provocar inimizade da parte da família e da comunidade às quais não agrada aquilo que é diferente: não aceitam novidades capazes de minar as suas tradições e convicções, não compreendem e rejeitam esta nova maneira de viver, que é uma verdadeira revolução, tanto espiritual como social. Como diz o próprio Lucas: «A Lei e os profetas chegaram até João; daí para a frente o Reino de Deus é anunciado, e cada um se esforça por entrar nele.» (Lc 16,16)

A paz é uma constante nos discursos de Jesus (cf. Mt 5,9) e nas suas reações, inclusive frente a provocações e a atitudes de violência: Ele é o Príncipe da Paz, é a «nossa paz» (Ef 2,14). Compete a quem é interpelado por Jesus decidir em que campo se deve empenhar. O fogo que Jesus oferece aquece os corações, sobretudo daqueles que não sabem para onde hão de ir. Que seja Ele a acompanhar-nos, como fez, incógnito, com os discípulos de Emaús, que no fim de um dia marcado pelo cansaço e pelo desânimo, professaram: «Não ardia o nosso coração quando Ele nos falava pelo caminho e nos explicava as Escrituras?» (Lc 24,32) E foi o início de uma nova partida, a renovação de uma vocação que, apesar das vacilações dos apóstolos, o Senhor nunca tinha revogado. «Os dons e o chamamento de Deus são irrevogáveis.» (Rm 11,29)

Batizados
e enviados

Outubro
2019

25 DE OUTUBRO DE 2019

Sexta-feira, 29.^a Semana do Tempo Comum

Féria

Rm 7,18-25a

Sl 119,66.68.76-77.93.94

Lc 12,54-59

Foi mencionada a afirmação de Paulo segundo a qual a Lei foi motivo da proliferação do pecado e das críticas que contra ele foram movidas pelos adversários. O objetivo do Apóstolo é apenas o de sublinhar como a Lei, em si, não tem o poder de transformar e salvar o ser humano: ela mostra apenas aquilo que é justo e aquilo que é errado, acabando assim por tornar patentes todas as suas faltas. Por isso Paulo responde sem a mínima hesitação: a Lei é boa e santa, mas o problema é que, através dela, o pecado, ou seja, a transgressão dos mandamentos, se manifesta com todo o seu peso. A Lei coloca diante do povo o caminho da vida e o caminho da morte.

Paulo conhece muito bem o drama interior que cada pessoa vive, sobretudo quando se esforça por seguir o caminho da perfeição. Através da razão e da vontade, o ser humano compreende e deseja fazer o bem, em conformidade com os mandamentos, mas encontra em si uma tendência, um impulso para fazer o mal. Isso demonstra que ele é escravo e tem necessidade de uma força libertadora que não pode vir de si mesmo. Nós nascemos na culpa pessoal, mas trazemos em nós as marcas do pecado, da desordem cósmica, e sofreremos as suas consequências. Com efeito, diz Paulo: «Eu não faço o bem que quero, mas o mal que não quero.» (Rm 7,19) O ser humano experimenta esta dramática contradição e interroga-se: quem me poderá libertar do meu próprio “eu” frágil, carnal, para viver o novo “eu” curado, espiritual, que agrada a Deus? Paulo sabe que Jesus é a única fonte de graça e a nossa

redenção. Exorta-nos, portanto, a louvar e a dar graças a Deus, juntamente com ele, e, assim, podemos rezar com o salmista, dizendo: «Que o teu amor seja a minha consolação, conforme a promessa que fizeste ao teu servo. Que a tua misericórdia venha a mim, e viverei.» (Sl 119,76-77)

Quem observa fielmente a Lei deve prestar a máxima atenção para não cair no grave pecado do orgulho, como o fariseu no Templo, que, desprezando os outros, se considerava justo diante de Deus, contradizendo as palavras das Escrituras: «Diante de ti nenhum vivente é justo.» (Sl 143,2) Também pode acontecer que não tenha coragem para prosseguir até ao passo seguinte, até onde a própria Lei o conduz. Quem observa os mandamentos está no caminho que conduz à vida eterna, como mostra o episódio da pessoa que perguntou a Jesus: «Bom Mestre, que devo fazer para receber em herança a vida eterna?» (Lc 18,18) O Senhor confirmou que aquele jovem estava no caminho certo. A questão é que esse caminho o tinha conduzido a Jesus para que continuasse na sua busca, sendo o próprio Jesus o «caminho» para a vida (cf. Jo 14,6) e a «porta» de entrada no Reino (cf. Jo 10,7-9). Quando Paulo, mediante a luz da graça, compreendeu isso, não hesitou em seguir o caminho de Jesus com todas as suas forças, o seu coração e a sua mente. Aquele homem que era muito rico, porém, não teve a mesma coragem.

Quando Jesus interpela as multidões que sabem discernir os sinais da natureza com a sua experiência e inteligência, duas faltas são censuradas pelo Mestre Divino: a incapacidade de discernir o tempo presente e a incapacidade de julgar aquilo que é justo. Sabem interpretar o tempo cronológico e o tempo meteorológico, mas não conseguem perceber a presença do tempo salvífico. No seu discurso programático na sinagoga de Nazaré, citando o profeta Isaías, Jesus tinha declarado que estavam a inaugurar o ano do Senhor, o “hoje” da salvação, no qual as promessas das Escrituras chegam ao seu cumprimento (cf. Lc 4). A partir daí, toda a atuação de Jesus, por palavras e por obras, foi sempre uma incansável missão evangelizadora. Muitas pessoas que O escutavam e que eram testemunhas das suas obras ficavam estupefactas e, dando glória a Deus, diziam: «Hoje vimos maravilhas.» (Lc 5,26) Aos

discípulos de João Batista que Lhe perguntavam se Ele era verdadeiramente o Messias ou se deviam esperar outra pessoa, Jesus respondia mostrando os frutos da sua ação evangelizadora: «Os cegos recuperam a vista, os coxos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e a Boa Nova é anunciada aos pobres.» (Lc 7,22) E se, por um lado, Jesus Se mostra aflito por ser perseguido e hostilizado pelas autoridades políticas e religiosas, pelos poderosos e pelos proprietários de terras que não conhecem arrependimento algum e que rejeitam todas as oportunidades de conversão, por outro, fica extasiado ao ver a alegria e a simplicidade dos humildes que acolhem a luz da sua palavra e se tornam seus discípulos para entrar no Reino. Por isso, exultando no Espírito, Jesus irrompe em louvores e ações de graças ao Pai, por ter escondido estas coisas aos sábios e inteligentes e as ter revelado aos pequeninos.

Como aquilo que está em jogo é muito importante, dever-se-iam mostrar menos experientes na leitura dos fenômenos naturais e mais lúcidos na compreensão do tempo da história e do tempo de Deus; esta última atitude seria menos prejudicial do que a atitude posta em causa por Jesus. Como se trata, essencialmente, da graça da revelação messiânica, é urgente e decisivo acolhê-la no momento preciso em que ela se apresenta, para lhe dar todas as possibilidades de produzir os frutos da salvação de que é portadora. Isto só se poderia verificar respondendo em liberdade e obediência aos apelos especiais à conversão, dirigidos pelo Senhor a caminho de Jerusalém. É igualmente necessário prestar a devida atenção aos sinais particulares deste tempo que a presença de Cristo enriquece com uma novidade absoluta, fazendo-os assumir um inacreditável significado histórico e providencial para a nossa salvação.

26 DE OUTUBRO DE 2019

Sábado, 29.^a Semana do Tempo Comum

Féria

Rm 8,1-11

Sl 24,1b-4ab.5-6

Lc 13,1-9

O ensinamento de Jesus, no evangelho de hoje, começa por uma notícia que Lhe é dada por pessoas anónimas: o caso de vários galileus massacrados por Pilatos, enquanto ofereciam um sacrifício no Templo. A condenação não só é executada dentro das muralhas do Templo, mas, ainda por cima, o sangue humano é misturado ao dos animais sacrificados, o que provoca uma grande vergonha e indignação. Não é claro o motivo pelo qual as tais pessoas contam este episódio a Jesus. Talvez porque, sendo Jesus um galileu, O tivessem querido pôr de sobreaviso – precisamente como acontece imediatamente a seguir, por causa da perseguição de Herodes Antipas, que O queria matar. Ou então, tratava-se de uma sórdida ameaça, porque, se Jesus tivesse sido denunciado ao procurador romano, talvez tivesse sofrido a mesma sorte; ou, pura e simplesmente, pelo gosto de bisbilhotar sobre as tragédias alheias: as pessoas que se alegram com os males dos outros deviam retirar-se; aqueles que rejubilam com as doenças dos outros deveriam ter vergonha.

A resposta de Jesus, porém, leva-nos a pressupor a presença de qualquer coisa ainda mais grave nessa gente: um juízo condescendente em relação às vítimas, como se estas merecessem morrer dessa forma tão violenta, no momento sagrado da adoração a Deus; como se a brutalidade dos romanos fosse um juízo de Deus contra aqueles que tinham sido mortos. Jesus não comenta o acontecimento, mas tira uma lição da atitude daqueles que Lhe falam daquele triste episódio: a ninguém é permitido interpretar o sofrimento,

a doença, os acidentes e as tragédias dos outros como castigo divino pelos pecados cometidos, mas cada um deve considerar os seus próprios pecados como a pior desgraça e tentar converter-se com sincero arrependimento. A ninguém foi dada autoridade para julgar e dividir as pessoas, classificando-as como “boas” ou “más”. Só o Senhor conhece toda a verdade dos nossos corações.

Mal a notícia Lhe é comunicada, Jesus rejeita imediatamente a leitura segundo a qual haveria uma ligação causal entre a morte violenta e a enormidade do pecado. Jesus quer sublinhar que os incidentes não revelam necessariamente a gravidade de algum pecado escondido da pessoa que deles é vítima, mas são como que advertências, recordando-nos que a morte pode bater sempre à nossa porta, e sobretudo quando menos o esperamos. Daí a tomada de consciência de que cada um deve despertar para a necessidade e a urgência da conversão interior, que deve ser aceite e posta em prática antes que seja tarde demais. É por isso que Jesus, rejeitando a ideia de que os judeus massacrados por Pilatos e as dezoito pessoas esmagadas pelo desmoronamento da torre de Siloé possam ser considerados mais pecadores do que os outros, prossegue o seu discurso dando a entender que se aqueles que O escutam não se converterem, poderão perecer do mesmo modo. Converter-se, não porque o seu arrependimento os protegeria da morte, mas porque a conversão dispõe bem a pessoa, tanto espiritual como humanamente, para o encontro com o Senhor da vida, em total paz e serenidade de coração. Se a conversão pode libertar da morte, é da morte eterna, e não já do desaparecimento físico. A imagem de Deus subjacente à ideia segundo a qual a morte violenta revelaria um grave pecado da vítima não corresponde ao Deus-Pai revelado por Jesus. Este não é um Deus que se vinga dos pecadores, mas um Deus paciente, que espera, concedendo o tempo necessário, até que, a um dado momento, a Humanidade acabará por se aperceber do amor louco com que é amada, o que lhe trará os frutos do amor fraterno e da solidariedade que espera.

De qualquer modo, é esta a perspectiva indicada pela parábola, o ponto teológico que ela dramatiza com a ajuda da história de um homem, da sua figueira e da sua vinha. Desiludido por não ter recebido os frutos que tinha o

direito de esperar, ao fim de tantos anos de cuidados e de trabalho, o homem decide cortar a sua figueira pois não seria bom continuar a deixá-la esgotar a terra em vão. Para sua surpresa, porém, o seu vinhateiro intervém, intercedendo por que seja concedida àquela figueira uma prorrogação, o tempo necessário para verificar se, trabalhando e adubando a terra, a situação não poderia mudar. A sequência da história não é contada, mas a execução do veredicto parece ter sido suspensa; tal facto abre caminho à esperança. Se nos virmos refletidos na imagem da figueira, a boa notícia é que o tempo de vida que nos é dado pelo Senhor do universo abre-nos um espaço para deixarmos que a graça divina atue e produza os seus frutos de paz, de alegria, de justiça e de amor em nós. É um presente, uma espécie de segunda oportunidade, agora sem margem de erro. Por outro lado, se somos representados pela figura do vinhateiro, devemos entrever nela a nossa parte de intercessão e os esforços que devemos fazer como contributo a oferecer pela conversão alheia. Como comunidade eclesial, é evidente que somos chamados a um duplo empenho: convertermo-nos sem parar, tornando-nos cada vez mais transparentes frente à palavra de Deus e dóceis ao Espírito de amor que vivifica e prodigalizarmo-nos pela conversão do mundo, sem ofuscar o rosto misericordioso e paciente de Deus, Pai de Jesus Cristo, cuja primeira e única vontade é salvar e não condenar. Mostra a experiência que se obtém mais do coração humano transmitindo-lhe confiança: não conquistamos as pessoas para o amor divino metendo-lhes medo ou aprisionando-as nas suas desgraças. Possa esta pedagogia guiar a nossa ação missionária sem que isso atenuie a sua perspicácia profética ou a sua profunda compreensão da natureza humana e do conteúdo da salvação.

A imagem da figueira plantada na vinha talvez sugira que o Reino de Deus (a vinha) é muito maior do que Israel ou do que Jerusalém, representados pela figueira. Assim, Jesus, o Messias, o divino viticultor, veio procurar na Cidade Santa frutos de misericórdia, de justiça e de fidelidade. São estes os frutos que agradam a Deus, os frutos esperados pelo “proprietário da vinha”. Contudo, o tempo está a chegar ao fim, e a decisão de cortar a figueira é

tomada, visto não terem sido encontrados esses frutos. Também é este o significado do episódio da figueira estéril de Marcos (Mc 13,28) e de Mateus (Mt 21,18-22; 24,32), que levou à maldição da árvore.

Surpreendentemente, porém, na parábola de Lucas, é o viticultor que intercede junto do proprietário, para que tenha um pouco de paciência com a sua figueira e, portanto, para que tenha misericórdia de Jerusalém. E como se isso não bastasse, Ele próprio se empenha em fazer todos os possíveis por tornar frutífera essa árvore tão amada. Porque decerto, como o profeta Ezequiel declara na aclamação do *Aleluia*, Deus não sente prazer pela morte dos malvados, pelo contrário, deseja a sua conversão, para que possam abandonar o seu percurso errado e a sua vida de pecado. «Convertei-vos do vosso mau comportamento! Porque quereis morrer, israelitas?» (Ez 33,11) Infelizmente, o convite à conversão não foi aceite, as advertências não foram escutadas, os sinais não foram entendidos, e o tempo da graça não foi aproveitado. No entanto, antes que se verificasse a tragédia final de Jerusalém, Jesus, a própria Árvore da Vida, aceitou ser cortada a fim de que a raiz de todos os males acabasse por ser extirpada e pudesse germinar no nosso coração, vivificando-o eternamente com a seiva do Espírito Santo.

Outubro
2019

27 DE OUTUBRO DE 2019

Domingo, 30.^a Semana do Tempo Comum

Ano C

SIR 35,15b-17.20-22a

SL 34,2-3.17-19.23

2TM 4,6-8.16-18

Lc 18,9-14

O ensinamento do sábio Ben Sirá, herdeiro da milenar doutrina profética da justiça e do amor preferencial de Deus pelos pobres e oprimidos, conduz aos cumes da verdadeira espiritualidade bíblica. O Deuteronomio advertiu-nos de que Deus «não faz diferença entre as pessoas e não aceita subornos» (Dt 10,17), ao contrário dos homens, que têm os seus favoritismos baseados em preconceitos sociais, raciais ou ideológicos, prejudicando a vida dos humildes. Esta doutrina será largamente aplicada por Jesus na sua práxis de pregação e de libertação, tal como pelos apóstolos e pelos evangelistas, que a registaram nos seus escritos e a difundiram universalmente. Na sua infinita misericórdia, Deus nunca falta ao encontro com todos aqueles que, conscientes dos seus próprios defeitos e debilidades, procuram a sua ajuda e o seu perdão. Aos soberbos, pelo contrário, deixa-os vaguear, confusos, nos orgulhosos pensamentos do seu coração.

A parábola que Jesus contou a propósito do publicano e do fariseu mostra a sua maneira de ver as pessoas, que é a forma correta do olhar de Deus, porque não julga pelas aparências nem com base em preconceitos, mas por aquilo que vê com clareza nas profundezas do coração humano, discernindo a verdadeira motivação que gera as ações e as orações das pessoas.

Com efeito, encontramos pela primeira vez a declaração do sábio Ben Sirá, segundo o qual Deus não faz aceção de pessoas, na boca dos adversários de

Jesus que, embora estivessem a conspirar contra Ele, tiveram de reconhecer publicamente a sua perfeita integridade moral, dizendo: «Mestre, sabemos que falas e ensinas com retidão. Não levas em conta as aparências, mas ensinas de verdade o caminho de Deus.» (Lc 20,21; cf. Mt 22,16) É este o caminho de Deus, que Jesus praticou e ensinou. É uma práxis evidente, não só na forma como Ele Se aproxima das pessoas humildes e daquelas que são excluídas e marginalizadas por serem consideradas pecadoras, como as prostitutas e os publicanos, ou impuras e malditas, como os leprosos, mas que se distingue em toda a sua ação evangelizadora, abatendo todas as barreiras da discriminação, quer religiosa quer social ou racial. Jesus, com efeito, aceita escutar o humilde pedido do centurião romano e vai a sua casa para curar o seu servo. Além disso, nas suas viagens contínuas como Mestre itinerante, visita a região dos samaritanos e muitas vezes os elogia. Entrando nos territórios pagãos, chega à região de Tiro e cura a filha de uma mulher sirofenícia. Atravessando para o outro lado do lago de Tiberíades, encaminha-Se para a Decápole e cura pessoas atingidas por várias doenças. As repetidas travessias do lago da Galileia revelam o senhorio de Jesus sobre a realidade simbolicamente significada pelo mar: Ele é capaz de acalmar a sua força ameaçadora e de caminhar sobre o seu abismo. O mar aterrador, símbolo negativo, deixa de ter uma função de separação, transformando-se numa ponte e, através do ministério de Jesus, realiza a reconciliação das duas partes: a judaica e a pagã.

Na sinagoga de Nazaré – onde tinha apresentado o programa do seu ministério –, Jesus tinha desafiado os seus ouvintes sobre a posição de Israel em relação aos outros povos considerados eleitos. Com efeito, os presentes tinham reagido de forma negativa, condenando a sua afirmação sobre o cumprimento das profecias. O exemplo de Elias, que foi enviado à viúva fenícia, e de Eliseu, que curou o leproso sírio, Naamã, foram suficientes para demonstrar que Deus não faz aceção de pessoas, mas que todas as criaturas são preciosas aos seus olhos. Como diz o salmista: o Senhor é muito bom para todos, a sua ternura abraça toda a criatura. Está próximo de todos aqueles

que o invocam com sinceridade (cf. Sl 145,17-18). O salmista não menciona qualquer raça ou nacionalidade específica nem o estado ou a cor da pele. Se o amor de Deus permeia todas as criaturas, é porque todas elas são obra sua e, portanto, o seu amor é um amor universal, cheio de solicitude para com todos os seres humanos, sem discriminação alguma.

Isso não nega o facto de Israel ter sido escolhido por Deus para entrar numa relação especial de aliança com Ele. Essa eleição, porém, estava em função de uma missão específica em favor de todos os povos, como testemunho da presença do Deus vivo na história como o libertador dos oprimidos e o salvador do ser humano em toda a sua realidade: «As minhas testemunhas sois vós – oráculo do Senhor –, vós sois os meus servos, aqueles que Eu escolhi, para que saibais e acrediteis em Mim e compreendais que Eu sou: nenhum Deus existiu antes de Mim, e depois de Mim nenhum outro existirá.» (Is 43,10) Com efeito, Deus não só escolheu o seu servo, mas também o constituiu e instruiu: «Eu, o Senhor, chamei-te para a justiça, tomei-te pela mão, dei-te forma e coloquei-te como aliança de um povo e luz para as nações. Para abrires os olhos dos cegos, para tirares os presos da cadeia, e do cárcere os que vivem nas trevas.» (Is 42,6-7) Analisando mais a fundo o ensinamento de Jesus na parábola do publicano e do fariseu no Templo, apercebemo-nos de que o que faz a diferença é precisamente aquilo que se encontra no coração humano posto a nu pela presença de Deus na oração.

Seja como for, é com a intenção de rezar que o publicano e o fariseu se dirigem ao Templo, partilhando assim, por uns instantes, o mesmo lugar sagrado. No entanto, será o modo particular como cada um deles concretizará essa intenção que determinará o seu destino respetivo e o seu estado espiritual final. O publicano, tendo tido a humildade e a sinceridade de reconhecer a sua indignidade e o seu pecado e de implorar o perdão de Deus, regressa a casa como um homem melhor, interiormente transformado, reconciliado: frente à sua oração autêntica, a graça divina não se fez esperar. Mais uma vez se verificou que «quem se exalta será humilhado, e quem se humilha será exaltado» (Lc 18,14b).

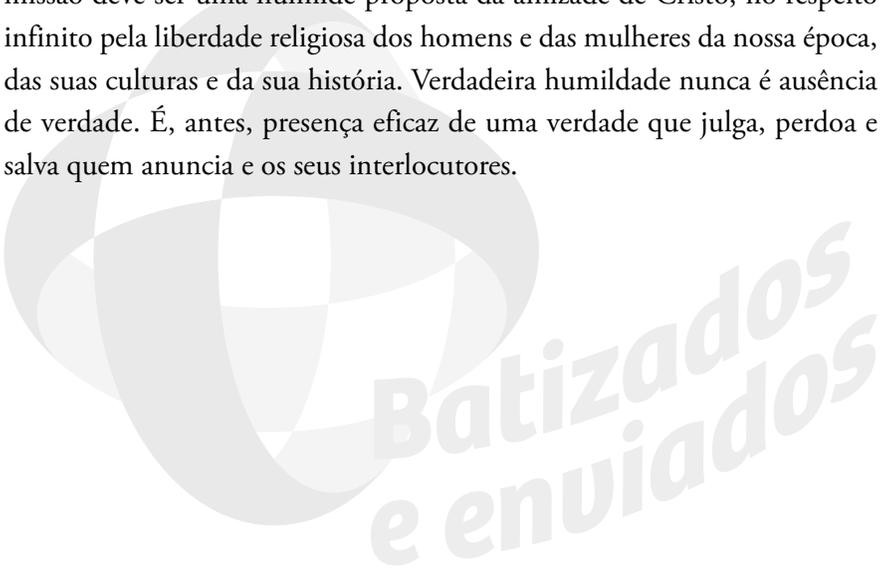
O fariseu, pelo contrário, é prisioneiro da sua torre de orgulho espiritual. Demasiado consciente das suas próprias obras pias meritórias e da excelência da sua classe socioreligiosa, julga-se superior e melhor do que todos os outros, levantando barreiras entre si e eles, insultando-os e desprezando-os. Ele talvez fosse bom e piedoso até àquele momento, mas a atitude manifestada revelou a arrogância presente no seu coração, minando a sua suposta virtude a partir do seu interior.

Além disso, não nos devemos colocar diante de Deus, no Templo, para nos autocelebrarmos e contemplarmos numa postura autorreferencial, olhando os outros de alto. Devemos colocar-nos diante d'Ele para um encontro de amor e para encontrarmos os outros n'Ele. Nesse sentido, a oração é contemplação do Senhor, celebração das maravilhas que a sua graça realiza em cada dia no seio da fragilidade humana, celebração da sua incansável misericórdia, que reanima aquele que está caído e que deseja levantar-se.

Escutando esta parábola, a tentação imediata seria metermo-nos na pele do publicano, simplesmente porque ele ocupa um lugar positivo. E se isso acontecesse, seria sinal da enganosa mania humana de tranquilizar a consciência. Por outro lado, a parábola convida-nos a olhar para dentro de nós a fim de removermos toda a nossa autossuficiência e todo o nosso desprezo pelos outros, a fim de reencontrarmos um coração simples, humilde e fraterno, que saiba pousar sobre si próprio e sobre os outros um olhar misericordioso e cheio de esperança. Nesse sentido, devemos interrogar-nos com frequência sobre o modo como rezamos. O que nos revela o mesmo sobre a profundidade e a qualidade do nosso coração? O que nos revela sobre nós próprios, sobre a maneira como nos relacionamos com os outros, como os vemos espontaneamente na sua relação connosco? O que nos revela da nossa relação com Deus e com a sua salvação?

O Papa Francisco recorda-nos constantemente a centralidade da oração para a Igreja e para a sua missão. A oração é a alma da missão: quase como se dissesse que a eficácia do encontro pessoal com Cristo, a justa medida da relação consigo mesmo e com o mundo à luz do Espírito Santo, estão na

raiz da experiência da verdade que salva. O discípulo missionário, graças à oração, inclui-se sempre a si próprio na necessidade de salvação que é chamado a anunciar e nos sacramentos a comunicar. A verdade é que a missão da evangelização que nos é confiada enquanto Igreja não poderia ser conduzida com verdade se adotássemos uma atitude dominadora no encontro com os outros, seguros e convencidos da nossa superioridade moral e religiosa. A missão deve ser uma humilde proposta da amizade de Cristo, no respeito infinito pela liberdade religiosa dos homens e das mulheres da nossa época, das suas culturas e da sua história. Verdadeira humildade nunca é ausência de verdade. É, antes, presença eficaz de uma verdade que julga, perdoa e salva quem anuncia e os seus interlocutores.



Batizados
e enviados

Outubro
2019

28 DE OUTUBRO DE 2019Segunda-feira, 30.^a Semana do Tempo Comum*Festa de São Simão e São Judas Tadeu, apóstolos*

EF 2,19-22

SL 19,2-5

Lc 6,12-16

A Liturgia continua a série das festas dos Apóstolos recordando hoje dois deles quase desconhecidos, cujas relíquias são veneradas na basílica de São Pedro, junto ao altar de São José. Aqueles Doze, símbolo de um povo completamente novo, foram escolhidos, não com base nas suas qualidades e méritos, mas, como diz Lucas, depois de uma noite de oração, de intensa comunhão com o Pai, quase como se Jesus tivesse ido buscar abundantemente a Ele aquele Espírito que seria transmitido aos chamados, fazendo deles apóstolos. Nos seus relatos evangélicos, Lucas mostra-nos em numerosas ocasiões como a oração, aquele encontro de diálogo íntimo e amoroso com o seu Pai Celeste, era importante para Jesus.

Em certas ocasiões, Lucas detém-se a descrever estes episódios e até o conteúdo das orações de Jesus, de modo que cada discípulo possa aprender a rezar como deve ser. Assim, o devoto deve estar disposto a escutar aquilo que o Senhor tem para lhe dizer e a fazer aquilo que Ele manda, em vez de multiplicar as suas palavras inúteis para pedir a Deus que satisfaça todos os seus pedidos egoístas. A verdadeira oração cristã nasce em Deus, impregna a nossa ação, transforma a nossa existência e regressa a Deus com sentimentos de gratidão, obediência filial, oferta de si e solidariedade para com os outros. Lucas sublinha, portanto, como todas as decisões cruciais da vida de Jesus foram tomadas num contexto de oração, desde o Batismo – poderíamos até regressar à sua infância –, até ao Getsémani e à Cruz.

No episódio evangélico de hoje, podemos contemplar Jesus que passa toda a noite em oração porque está prestes a fazer uma eleição que reforçará para sempre a sua ligação com os seus discípulos. Trata-se de um empenho definitivo, porque Ele instituirá com os Doze a sua comunidade messiânica; escolherá as doze colunas sobre as quais edificará, como fora prometido pelos profetas, o povo da nova aliança, a Igreja. Por este povo, e por toda a Humanidade, derramará o seu sangue, de forma livre e consciente, para perdão dos pecados. Os «apóstolos» – palavra que significa «enviados» – são escolhidos antes da Paixão-Morte-Ressurreição, mas só depois da Páscoa e do Pentecostes a sua missão desenvolverá todo o seu potencial, cumprindo-se plenamente. Antes disso, porém, são chamados a fim de serem formados e preparados para aquilo que os espera, quando o Mestre Se tornar presença no Espírito. A oração, portanto, revela-se como alma da missão, ou seja, como fiel e eficaz presença de Deus na atuação da sua Igreja para salvação do mundo a quem é enviada.

O Papa Bento XVI, na audiência geral de 11 de outubro de 2006, refletia assim sobre a fé e sobre a vocação dos Santos Apóstolos Simão, *o Cananeu*, e Judas Tadeu:

«Queridos irmãos e irmãs, hoje tomamos em consideração dois dos doze Apóstolos: Simão, *o Cananeu*, e Judas Tadeu (que não se deve confundir com Judas Iscariotes). Consideramo-los juntos, não só porque nas listas dos Doze são sempre mencionados um ao lado do outro (cf. Mt 10,4; Mc 3,18; Lc 6,15; At 1,13), mas também porque as notícias que a eles se referem não são muitas, excetuando o facto de o Cãnone neotestamentário conservar uma carta atribuída a Judas Tadeu.

Simão recebe um epíteto que varia nas quatro listas: Mateus e Marcos qualificam-no como “cananeu”, ao passo que Lucas o define como “zelota”. Na realidade, as duas qualificações são equivalentes, pois significam a mesma coisa: na língua hebraica, de facto, o verbo *qana*’ significa “ser zeloso”, “dedicado”, e pode referir-se quer a Deus, porque é zeloso relativamente ao povo por Ele escolhido (cf. Ex 20,5), quer a homens que são zelosos no

serviço prestado ao Deus único com dedicação total, como Elias (cf. 1Rs 19,10). Portanto, é possível que este Simão, se não pertencia exatamente ao movimento nacionalista dos zelotas, tivesse pelo menos, como característica, um fervoroso zelo pela identidade judaica, por conseguinte, por Deus, pelo seu povo e pela Lei divina. Sendo assim, Simão coloca-se no antípoda de Mateus, que, pelo contrário, sendo publicano, provinha de uma atividade considerada completamente impura, sinal evidente de que Jesus chama os seus discípulos e colaboradores das camadas sociais e religiosas mais diversas, sem exclusão alguma. Ele interessa-Se pelas pessoas, não pelas categorias sociais nem pelos rótulos! E a maravilha é que, no grupo dos seus seguidores, todos eles coexistiam, apesar de diferentes, superando as imagináveis dificuldades: de facto, o motivo de coesão era o próprio Jesus, que a todos unia. Isto constitui claramente uma lição para nós, com a nossa frequente propensão para sublinhar as diferenças e porventura as contraposições, esquecendo que em Jesus Cristo nos é dada força para superar os nossos conflitos. Tenhamos também presente que o grupo dos Doze é a prefiguração da Igreja, na qual devem ter lugar todos os carismas, povos e raças, todas as qualidades humanas, que encontram a sua conciliação e a sua unidade na comunhão com Jesus.

No que se refere a Judas Tadeu, ele é chamado assim pela tradição, unindo ao mesmo tempo dois nomes diferentes: de facto, enquanto Mateus e Marcos lhe chamam simplesmente “Tadeu” (Mt 10,3; Mc 3,18), Lucas chama-lhe “Judas, filho de Tiago” (Lc 6,16; At 1,13). O sobrenome Tadeu tem uma derivação incerta e é explicado como sendo proveniente do aramaico *taddā*, que significa “peito” e, por conseguinte, significaria “magnânimo”, ou como abreviatura de um nome grego como “Teodoro, Teódoto”. Dele, poucas coisas chegaram até nós. Só João assinala uma sua pergunta feita a Jesus durante a Última Ceia. Diz Tadeu ao Senhor: “Senhor, como é possível que Te devas manifestar a nós e não ao mundo?” É uma pergunta de grande atualidade, que também nós fazemos ao Senhor: por que razão o Ressuscitado não Se manifestou em toda a sua glória aos seus adversários para mostrar que o

vencedor é Deus? Por que razão Se manifestou apenas aos Discípulos? A resposta de Jesus é misteriosa e profunda. O Senhor diz: “Se alguém Me tem amor, guardará a minha palavra; o meu Pai o amará, e Nós viremos a ele e nele faremos morada.” (Jo 14,22-23) Isto significa que o Ressuscitado deve ser visto, deve ser apreendido também com o coração, de modo que Deus possa fazer morada em nós. O Senhor não aparece como um objeto. Ele quer entrar na nossa vida e, por isso, a sua manifestação é uma manifestação que implica e pressupõe o coração aberto. Só assim vemos o Ressuscitado.

Foi atribuída a Judas Tadeu a paternidade de uma das cartas do Novo Testamento, que são chamadas «católicas» porque não se destinam a uma determinada Igreja local, mas a um círculo muito amplo de destinatários. De facto, ele dirige-se “aos eleitos que são amados por Deus Pai e guardados por Jesus Cristo” (v. 1). A preocupação central deste escrito é pôr de sobreaviso os cristãos contra todos os que, com o pretexto da graça de Deus, desculpam a própria devassidão e desviam outros irmãos com ensinamentos inaceitáveis, introduzindo divisões dentro da Igreja “deixando-se levar pelo seu delírio” (v. 8); assim define Judas estas suas doutrinas e ideias especiais. Ele compara-os, inclusivamente, aos anjos caídos, e com palavras fortes diz que “seguiram pelo caminho de Caim” (v. 11). Além disso, classifica-os sem hesitar como “nuvens sem água que os ventos levam; árvores de outono sem fruto, duas vezes mortas, desenraizadas; ondas furiosas do mar que repelem a espuma da sua torpeza; estrelas errantes condenadas à negrura das trevas eternas” (vv. 12-13).

[...] Vê-se bem que o autor destas frases vive plenamente a própria fé, à qual pertencem realidades grandes como a integridade moral e a alegria, a confiança e, por fim, o louvor, sendo tudo isto motivado apenas pela bondade do nosso único Deus e pela misericórdia de nosso Senhor Jesus Cristo. Por isso, tanto Simão, *o Cananeu*, como Judas Tadeu nos ajudam a redescobrir cada vez mais e a viver incansavelmente a beleza da fé cristã, sabendo dar um testemunho forte e simultaneamente sereno da mesma.»

29 DE OUTUBRO DE 2019

Terça-feira, 30.^a Semana do Tempo Comum

Féria

Rm 8,18-25

Sl 126,1b-6

Lc 13,18-21

O salmista, fascinado com a beleza da Criação, interroga-se: «Quando contemplo o céu, obra dos teus dedos, a lua e as estrelas que fixaste... O que é o homem para dele te lembrares? O ser humano, para que o visites?» (Sl 8,4-5) Quantas vezes ficámos fascinados com a beleza da Criação, ao contemplar uma noite estrelada, sentados na margem de um rio, acariciados por uma brisa suave, ao admirar um pôr do sol ou o arco-íris, ou ao ver as crianças a brincar juntas, felizes, sem distinção de raça, cor e classe social? Quantas vezes nos temos interrogado: por que razão este mundo maravilhoso, que nos acolhe e nos alberga por um período tão breve, tem de sofrer tanta violência por nossa causa? Por que motivo não podemos viver em paz e harmonia, fazendo da casa comum um paraíso de convivência humana, um lugar agradável para todos? Quanta insensatez nos projetos humanos!

Na passagem de hoje, da Carta aos Romanos, Paulo parece indicar uma ligação profunda e misteriosa que une o homem a todas as outras criaturas, uma ligação que faz do ser humano o porta-voz de toda a obra divina da Criação e também o responsável por ela. O universo inteiro encontra nele a sua consciência e, através dele, manifesta-se, dá-se a conhecer e revela gradualmente os seus inúmeros e magníficos segredos. O Apóstolo refere-se à longa tradição bíblica, que vê o homem como o intérprete do louvor que toda a Criação eleva ao seu Senhor: a natureza, os seres vivos e todos os elementos do mundo inteiro, incluindo o tempo e o espaço.

Os autores bíblicos, mulheres e homens que se sucederam ao longo dos séculos, utilizaram muitas formas literárias para falar do mundo e das suas criaturas, naturalmente tal como eram conhecidos na sua época. Exprimiam-se de forma poética, com salmos ou hinos, com cânticos e doxologias, prosopopeias e contos, mas sempre com um olhar de fé, com assombro e gratidão pela bondade de tudo aquilo que Deus chamava à existência, pelo poder da sua Palavra. Por este motivo, toda a Criação traz impressa em si própria a Palavra do Criador, e manifesta qualquer coisa da glória divina e da sua beleza infinita, qualquer coisa do seu amor terno e inocente, qualquer coisa da sua sabedoria e inteligência, que perpassam tudo, unindo-se harmoniosamente numa silenciosa sinfonia de vida poliédrica.

A atividade criadora de Deus, porém, ainda não terminou, visto que o Pai Criador nunca deixou de estar presente no mundo e na história da Humanidade, transmitindo vida e esperança, conduzindo o destino das nações e preparando para elas um futuro maravilhoso, um mundo com novos céus e nova terra. Em todos os principais acontecimentos da história de Israel (a promessa feita aos patriarcas, a libertação do Egito, a realeza, os oráculos proféticos, o exílio, o regresso, a esperança messiânica, o estudo da palavra dos sábios) apercebemo-nos da presença de Deus e da iniciativa por Ele tomada para suscitar tais acontecimentos. Podemos dizer, portanto, que no rio da história humana corre, impetuosa, a água da graça de Deus. É com imenso amor, pedagogia paterna e doçura materna que Ele vai revelando progressivamente, mediante factos e palavras, o seu projeto de salvação que envolve toda a Criação. Isaías descreve assim a alegria do universo pela libertação do seu povo: «Céus, gritai de alegria, porque o Senhor agiu; exultai, profundezas da Terra; gritai de alegria, montanhas, e tu, floresta, com todas as tuas árvores, porque o Senhor redimiu Jacob e manifestou o seu poder em Israel.» (Is 44,23) A intervenção libertadora do Senhor faz com que a história, apesar da teimosia e da rebelião dos homens, se torne, com efeito, uma história de salvação, que será certamente

bem-sucedida porque depende do seu amor eterno, do seu poder infinito e da sua comprovada fidelidade. Nisto reside a autêntica esperança cristã.

Embora o homem se afaste de Deus e se queira libertar dele, tentando ocupar o seu lugar para possuir o mundo, semeando guerra, ódio e destruição, na tentativa constante de prevalecer sobre os outros, Deus continua a guiar o mundo, fazendo-o passar do caos à ordem, da esterilidade à fertilidade, da solidão à comunhão, da divisão à união. Fá-lo escolhendo as pessoas, iluminando os corações, distribuindo dons e talentos, reforçando a vontade de fazer o bem. No decorrer da sua história, o povo de Deus alimentou a sua confiança no amor de Deus e no seu plano de salvação. É Isaías, mais uma vez, que reaviva essa esperança: «Olhai! Eu vou criar um novo céu e uma nova terra. As coisas antigas nunca mais serão lembradas, nunca mais voltarão ao pensamento. Por isso ficam para sempre alegres e contentes, por causa daquilo que Eu vou criar. Farei de Jerusalém uma alegria, e do seu povo um regozijo.» (Is 65,17-18)

A partir do Mistério Pascal, no qual resplandece toda a luz da potência e do amor fiel de Deus, Paulo pode contemplar, na esperança, o fim glorioso da história, com a participação de toda a Criação. Semeado nos nossos corações, é o dinamismo do Reino que se desenvolve rumo à sua plenitude; misturado com a nossa humanidade, é o fermento da Palavra que nos faz atuar como nova criatura. O Espírito faz-nos desejar, torna-nos ativamente empenhados e leva-nos a esperar com perseverança a manifestação da glória prometida aos filhos de Deus.

A irmã Terra «clama contra o mal que lhe provocamos por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens que Deus nela colocou. Crescemos a pensar que éramos seus proprietários e dominadores, autorizados a saqueá-la. A violência, que está no coração humano ferido pelo pecado, vislumbra-se nos sintomas de doença que notamos no solo, na água, no ar e nos seres vivos. Por isso, entre os pobres mais abandonados e maltratados, conta-se a nossa Terra oprimida e devastada, que “geme e sofre as dores do parto” (Rm 8,22)» (*Laudato si'*, 2).

Uma séria e proativa crítica cristã ao antropocentrismo moderno, usurpador do papel criativo de Deus, destruidor da comunhão entre homem e mulher e das relações pacíficas entre comunidades e povos humanos, é a verdadeira preocupação da carta encíclica do Papa Francisco sobre a Criação. Reduzi-la a um convite genérico a preservar a natureza e o planeta significa esvaziá-la da sua força crítica e construtiva, que lhe vem da fé em Jesus Cristo, centro do cosmos e da história. O cumprimento renovador da Criação na Páscoa de Jesus manifesta com quanta solícitude e amor Deus Se revê nas suas obras, que nunca deixará cair no nada da destruição do nosso pecado.

E se a contemplação da natureza é fascinante, ainda mais encantador é contemplar essa história de salvação, a história de um amor divino que nunca se rende, que vence o nosso pecado e que nos faz aclamar festivamente: «Sim, o Senhor foi grande connosco e, por isso, estamos alegres.» (Sl 126,3)

Batizados
e enviados

Outubro
2019

30 DE OUTUBRO DE 2019

Quarta-feira, 30.^a Semana do Tempo Comum

Féria

Rm 8,26-30

Sl 13,4-6

Lc 13,22-30

É o Espírito Santo que reúne em nós o grito da Criação e de toda a Humanidade sedentas de salvação. Envolvidos em questões passageiras, nas muitas vicissitudes da vida, não sabemos o que é verdadeiramente essencial pedir. Assim, é o Espírito que alimenta em nós o pedido e a esperança do verdadeiro bem que Deus preparou para nós. O cristão abre o seu coração ao Espírito, que transforma a sede de salvação do universo inteiro em invocação e espera premente. O Pai não Se imporá como uma solução necessária, mas satisfará este poderoso desejo do nosso coração, como num esperado encontro de amor. Criados com esse anseio, a sua satisfação ocorre mediante a invocação e a livre adesão.

O nosso pecado e a nossa morte são introduzidos pelo Espírito Santo na comunhão divina do Pai e do Filho. Deus, no seu infinito e superabundante amor, queima dentro de Si toda a forma de mal, reconduzindo-o à sua origem criacional de bem e de verdade, abrindo a porta da salvação para todos. «Para quem está com Jesus, o mal é um desafio a amar cada vez mais.» (Papa Francisco, *Mensagem para o Dia Mundial das Missões 2018*, Roma, 20 de maio de 2018) A salvação, fruto da vitória de Cristo sobre a Cruz, graças à Pascoa da Ressurreição, transforma-se no conteúdo, na motivação, na finalidade e no método de todo o empenho missionário da sua Igreja enviada ao mundo.

São poucos aqueles que se salvam? (cf. Lc 13,23). Eis uma pergunta muito controversa na época de Jesus e talvez também ainda hoje. E nós, pequenos

ou grandes, porventura contar-nos-emos entre os benditos? O tema da salvação é um dos mais caros a Lucas, aparecendo em primeiro plano no seu evangelho. Com efeito, destaca-se já desde os relatos da infância de Jesus: no *Magnificat*, Maria exulta no Senhor, seu salvador (cf. Lc 1,47); o anjo anuncia aos pastores: «Hoje, na cidade de David, nasceu-vos um Salvador, que é o Messias, o Senhor.» (Lc 2,11) Ele é verdadeiramente a “força da salvação” calorosamente acolhida por Zacarias no seu cântico, pois veio para salvar o seu povo dos inimigos e para lhes trazer a remissão dos pecados (cf. Lc 1,67-79). O próprio Jesus é a salvação que Lucas tem a alegria de anunciar no seu evangelho, a «luz das nações» (cf. Lc 2,32), como ele tanto gosta de O definir, citando o profeta Isaías (Is 42,6; 49,6). Este título corresponde perfeitamente à nova aurora da Humanidade, que tem início quando surge «o sol que nasce lá do alto» (Lc 1,78).

A vida humana está exposta a muitas ameaças: o tempo, a doença, a discriminação, a opressão, a fome, a morte. Jesus tinha poder para salvar o homem? Paradoxalmente, Jerusalém fechou os olhos para não ver a sua luz nem os sinais da salvação de Deus. Estes sinais, com efeito, estavam presentes na ação evangelizadora de Jesus, como sublinha Lucas, usando o termo «salvar» inclusive no que diz respeito à cura física, como no caso da mulher que sofre de hemorragias («Minha filha, foi a tua fé que te salvou. Vai em paz!», Lc 8,48), do leproso («Levanta-te e vai. A tua fé te salvou!», Lc 17,19), do homem cego curado em Jericó («Vê. Salvou-te a tua fé», Lc 18,42), da ressurreição da filha de Jairo («Não tenhas medo; crê somente, e ela será salva», Lc 8,50).

Esta característica encontra-se em outros dois episódios: no caso da pecadora perdoada, à qual Jesus diz: «Salvou-te a tua fé. Vai em paz!» (Lc 7,50), e na conversão do rico e corrupto Zaqueu: «Hoje a salvação entrou nesta casa, porque este homem também é filho de Abraão.» (Lc 19,9) Todos estes sinais, porém, requerem que o doente, o pecador ou qualquer pessoa se abram, pela fé, à dimensão última da salvação. As curas revelam a salvação integral trazida por Jesus e consumada na sua Páscoa. O evangelista, portanto, fala de uma

salvação que requer uma mudança de coração, pois o arrependimento e a conversão são necessários para acolher a Boa Nova.

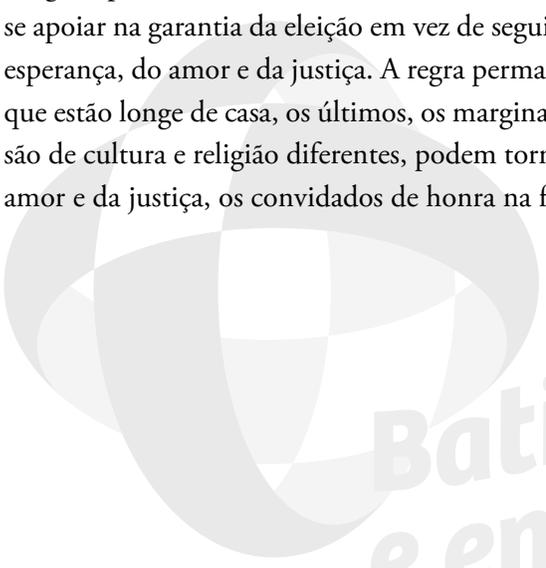
A resposta de Jesus à pessoa que O interroga sobre o número limitado daqueles que se salvam é extremamente completa e reveladora, abrindo uma janela sobre o horizonte da história humana. O Senhor usa a metáfora da porta estreita para indicar o desafio que tem de enfrentar quem quer entrar na salvação prometida, e a parábola do banquete do Reino para designar os critérios que permitem aos convidados entrar na casa de Deus.

Àqueles que declaram: «Nós comíamos e bebíamos contigo, e Tu ensinavas nas nossas praças!» (Lc 13,26), o dono da casa responde, por duas vezes, que não sabe de onde deles vêm. Terrível e inesperada condenação contra aqueles que praticam a injustiça com a pretensão de serem dos seus e de terem direito à salvação. Salta à vista, de modo extremamente dramático, a urgência da conversão no “hoje” da nossa vida. Muitos ricos encontraram Jesus, escutaram a sua pregação, falaram com Ele e até O convidaram para jantar em sua casa. No entanto, quantos deles acolheram a sua chamada à conversão e à solidariedade para com os pobres, como fez Zaqueu?

A parábola põe de sobreaviso sobre o resultado final da opção de vida dos ricos insensíveis e corruptos: «Mas ai de vós, os ricos!» (Lc 6,24), tinha advertido Jesus. Alertados, portanto, para o perigo das riquezas, que é capaz de impedir a entrada no Reino, os ouvintes perguntam: «Quem pode então salvar-se?» O evangelista não dá azo a ambiguidades. Estão muito enganados aqueles que imaginam que o simples conhecimento do Jesus histórico e da sua doutrina ou a participação nas suas refeições e nas práticas litúrgicas sejam uma garantia de salvação, mesmo que vivam no pecado da rejeição de Deus, da corrupção, da exploração ou de qualquer tipo de injustiça. Não há compatibilidade entre falta de fé, injustiça e salvação. Todos são chamados, judeus e pagãos, mas para todos é a mesma exigência de passar pela porta estreita. A violação da justiça e dos direitos humanos, universalmente discriminatória, pode barrar-nos a porta do Reino. A porta é estreita, mas ainda não está fechada. A porta até pode ser estreita (cf. Lc 13,24), mas, sendo o

próprio Cristo a porta do Pai (cf. Jo 10,7.9), torna-se mais forte a esperança de podermos sempre entrar e ser salvos.

Lucas adverte-nos de que isto também vale para os cristãos. Com efeito, o título de «Senhor» dado a Jesus na parábola é usado apenas por aqueles que reconhecem o valor pascal desse nome. A advertência de Jesus também é dirigida, portanto, à comunidade eclesial, a fim de que não cometa o erro de se apoiar na garantia da eleição em vez de seguir Jesus no caminho da fé, da esperança, do amor e da justiça. A regra permanece válida: também aqueles que estão longe de casa, os últimos, os marginalizados, os pecadores, os que são de cultura e religião diferentes, podem tornar-se, mediante a prática do amor e da justiça, os convidados de honra na festa do Reino.



Batizados
e enviados

Outubro
2019

31 DE OUTUBRO DE 2019

Quinta-feira, 30.^a Semana do Tempo Comum

Féria

Rm 8,31b-39

Sl 109,21-22.26-27.30-31

Lc 13,31-35

À medida que nos aproximamos do fim do ano litúrgico, a palavra de Deus acompanha-nos na subida de Jesus a Jerusalém, onde o Senhor celebrará o seu «êxodo», ou seja, o Mistério Pascal da sua morte e Ressurreição. São muitos os obstáculos e os perigos com que Se deparou e que superou com coragem ao longo do caminho, desde a tentativa dos seus conterrâneos de Nazaré de O empurrarem do alto do monte à ameaça de morte por parte de Herodes Antipas. Ser procurado por Herodes, na Galileia, é apenas outra perseguição, e não será a última. Embora sabendo que algo ainda mais terrível O espera ali, na cidade santa, confirmando a triste tradição da impiedade de Jerusalém, Jesus não volta atrás. Nenhuma ameaça O pode impedir de avançar, preparando-Se para enfrentar o dia marcado, nem de O fazer vacilar na sua determinação de realizar o plano de salvação que o Pai Lhe tinha confiado.

Muitos profetas e justos já tinham denunciado à Samaria e a Jerusalém as culpas e os crimes das autoridades políticas e religiosas de Israel. Quase todos aqueles que foram enviados sofreram perseguições e morte. O homicídio de João Batista é apenas o último de uma longa série de crimes cometidos.

Jesus não precisa de revelações nem de visões extraordinárias para saber o que sucederia se interferisse com os poderosos da cidade de Jerusalém, a cidade do Senhor Deus, o grande Rei; a cidade que Lhe pertencia por direito, como proclama o *Aleluia*: «Bendito seja aquele que vem como Rei, em nome

do Senhor! Paz no Céu e glória no mais alto dos Céus!» (Lc 19,38) Veio em paz, cheio de ternura materna, para reunir e salvar os seus filhos, como uma galinha protege a sua ninhada debaixo das suas asas. Veio para perdoar e salvar o seu povo, não obstante as muitas culpas do passado. Deles – e de todos nós –, pretende apenas o fruto de uma conversão sincera: a prática da fé em Deus e da justiça.

O que sucederia se a conversão prevista não se desse? E se Jesus fosse rejeitado e perseguido, como os profetas? E se a sua audácia O levasse a ser lapidado ou a morrer numa cruz, valeria a pena? Porque havia alguém de correr esse risco e de colocar a sua vida nas mãos de homens notoriamente corruptos e cruéis? O apóstolo Paulo tem uma única resposta: pela força do seu amor por nós. Tudo, absolutamente tudo aquilo que Deus poderia fazer para nos demonstrar o seu amor, fê-lo enviando-nos o seu Filho. Como podemos continuar a duvidar do amor salvífico de Deus depois de tudo aquilo que o seu Filho fez por nós, pecadores?

O Livro da Sabedoria já profetizava a vitória final dos justos por amor a Deus e à sua eterna fidelidade, dizendo: «Aos olhos humanos pareciam cumprir uma pena, mas a sua esperança estava cheia de imortalidade» (Sb 3,4) Aquilo que o sábio proclamou é que os justos que sofrem provações se tornam dignos de Deus porque confiam no seu amor até ao fim, até à morte. Portanto, não é na prosperidade terrena nem no facto de serem poupados à tribulação que se manifesta a bênção e a recompensa divina, mas na glória da vida imortal, que se recebe por não se ter duvidado do seu amor e das suas promessas, mesmo nas provas mais difíceis.

Agora que esta experiência foi confirmada e se tornou realidade em Cristo, Paulo não pode conter a voz do Espírito que grita no seu coração, elevando o seu cântico de louvor ao indescritível mistério do amor de Deus por nós. Este hino, cheio de intenso lirismo, talvez seja a síntese mais poética do Evangelho de Deus, do Evangelho do seu Filho, do Evangelho de Cristo, da Boa Nova anunciada pelo Apóstolo a todos, judeus e pagãos, com determinação inquebrantável e de incansável dedicação, para que todos possam ser

fecundos de salvação através da obediência da fé. É esta a resposta de Paulo à pergunta feita por Jesus aos discípulos: «E vós, quem dizeis que Eu sou?» Jesus é o Filho de Deus que Se entregou a Si próprio por todos nós, por toda a Humanidade e por toda a Criação.

Escreve o Papa Francisco: «Esta transmissão da fé, coração da missão da Igreja, verifica-se através do “contágio” do amor, onde a alegria e o entusiasmo expressam o sentido reencontrado e a plenitude da vida. A propagação da fé por atração requer corações abertos, dilatados pelo amor. Ao amor, não se podem colocar limites: forte como a morte é o amor (cf. Ct 8,6). E tal expansão gera o encontro, o testemunho, o anúncio; gera a partilha na caridade com todos aqueles que, afastados da fé, se mostram indiferentes e, por vezes, adversos e contrários à mesma. Ambientes humanos, culturais e religiosos ainda alheios ao Evangelho de Jesus e à presença sacramental da Igreja constituem as periferias extremas, os “últimos confins da Terra”, aos quais, desde a Páscoa de Jesus, são enviados os seus discípulos missionários, na certeza de terem sempre consigo o seu Senhor (cf. Mt 28,20; At 1,8). Nisto consiste o que designamos por *missio ad gentes*. A periferia mais desolada da Humanidade carente de Cristo é a indiferença frente à fé ou mesmo o ódio contra a plenitude divina da vida. Toda a pobreza material e espiritual, toda a discriminação de irmãos e irmãs é sempre consequência da rejeição de Deus e do seu amor.» (*Mensagem para o Dia Mundial das Missões 2018*. Roma, 20 de maio de 2018)

Cristo é o amor que habita sempre em nós e que desperta aqueles que dormem no sono da morte; que atravessa a nossa história desde o início para chegar até ao fim dos tempos e para lá dele; que desce às profundezas e penetra nos céus; que nos salva de todos os medos e escravidões, de todos os inimigos e opressores; que nos liberta na glória da vida em comunhão. É o amor que nos fortalece, que nos torna confiantes, audazes, invencíveis, não só em relação aos inimigos humanos e visíveis, mas também frente aos espíritos invisíveis, porque Deus está connosco. A acusação dirigida contra nós foi retirada, o pecado foi perdoado, o amor venceu o ódio, a injustiça

foi derrotada. Aflição e angústia receberam a sua consolação, o abismo foi nivelado e as alturas desceram até nós, a morte cedeu frente à vida, e o tempo abriu as suas portas à eternidade. No seu Filho Jesus foram demonstrados o amor e a fidelidade do Deus da vida. Agora, nada nem ninguém jamais nos poderá separar desse Amor. Chegou o momento também para nós de levantar a voz com alegria, dizendo: «Bendito Aquele que vem em nome do Senhor!», Aquele que vem para nossa salvação.



Outubro
2019

HOMILIAS E *ANGELUS* DO PAPA FRANCISCO¹

1 de outubro de 2019

Meditação na Capela da *Domus Sanctae Marthae*

«A humildade é a força do Evangelho», terça-feira, 1 de outubro de 2013

2 de outubro de 2019

Meditação na Capela da *Domus Sanctae Marthae*

«O anjo e o menino», sexta-feira, 2 de outubro de 2015

3 de outubro de 2019

Meditação na Capela da *Domus Sanctae Marthae*

«A alegria da memória cristã», quinta-feira, 3 de outubro de 2013

4 de outubro de 2019

Meditação na Capela da *Domus Sanctae Marthae*

«A graça do arrependimento», sexta-feira, 6 de outubro de 2017

5 de outubro de 2019

Meditação na Capela da *Domus Sanctae Marthae*

«A força dos pequeninos», terça-feira, 29 de novembro de 2016

6 de outubro de 2019

Viagem apostólica à Geórgia e ao Azerbaijão (30 de setembro – 2 de outubro)

¹ Meditações extraídas da pregação do Papa Francisco (2013-2018) sobre as leituras bíblicas dos dias do mês de outubro de 2019. Os textos podem ser encontrados no site www.vatican.va.

de 2016), Santa Missa na Igreja da Imaculada, Baku, Homilia do Santo Padre, domingo, 2 de outubro de 2016

7 de outubro de 2019

Meditação na Capela da *Domus Sanctae Marthae*

«Aqueles que passam adiante», segunda-feira, 9 de outubro de 2017

8 de outubro de 2019

Meditação na Capela da *Domus Sanctae Marthae*

«A misericórdia em primeiro lugar», terça-feira, 6 de outubro de 2015

9 de outubro de 2019

Audiência geral, Praça de São Pedro, quarta-feira, 9 de outubro de 2013

10 de outubro de 2019

Meditação na Capela da *Domus Sanctae Marthae*

«A coragem da oração», quinta-feira, 10 de outubro de 2013

11 de outubro de 2019

Meditação na Capela da *Domus Sanctae Marthae*

«Vigilantes contra a mundanidade», sexta-feira, 13 de outubro de 2017

12 de outubro de 2019

Carta Apostólica *Maximum Illud* do Papa Bento XV

13 de outubro de 2019

Santa Missa, Homilia do Santo Padre, Praça de São Pedro, domingo, 13 de outubro de 2013

14 de outubro de 2019

Meditação na Capela da *Domus Sanctae Marthae*

«A síndrome de Jonas», segunda-feira, 14 de outubro de 2013

15 de outubro de 2019

Meditação na Capela da *Domus Sanctae Marthae*

«Amor a Deus e ao próximo, contra a idolatria e a hipocrisia», terça-feira,
15 de outubro de 2013

16 de outubro de 2019

Audiência geral, Praça de São Pedro, quarta-feira, 16 de outubro de 2013

17 de outubro de 2019

Meditação na Capela da *Domus Sanctae Marthae*

«Discípulos de Cristo, não da ideologia», quinta-feira, 17 de outubro de 2013

18 de outubro de 2019

Meditação na Capela da *Domus Sanctae Marthae*

«O ocaso do apóstolo», sexta-feira, 18 de outubro de 2013

19 de outubro de 2019

Audiência geral, Aula Paulo VI, quarta-feira, 28 de dezembro de 2016

20 de outubro de 2019

Santa Missa, Homilia do Santo Padre, Praça de São Pedro, domingo, 16 de
outubro de 2016

21 de outubro de 2019

Meditação na Capela da *Domus Sanctae Marthae*

«Quanto e como», segunda-feira, 19 de outubro de 2015

22 de outubro de 2019

Meditação na Capela da *Domus Sanctae Marthae*

«Inteligência, coração e contemplação», terça-feira, 22 de outubro de 2013

23 de outubro de 2019

Angelus, Praça de São Pedro, domingo, 11 de agosto de 2013

24 de outubro de 2019

Meditação na Capela da *Domus Sanctae Marthae*

«A lógica do antes e do depois», quinta-feira, 24 de outubro de 2013

25 de outubro de 2019

Meditação na Capela da *Domus Sanctae Marthae*

«Capazes de sentir vergonha», sexta-feira, 25 de outubro de 2013

26 de outubro de 2019

Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*

«III. A nova evangelização para a transmissão da fé»

27 de outubro de 2019

Santa Missa, Homília do Santo Padre, Adro da Basílica do Vaticano, domingo, 27 de outubro de 2013

28 de outubro de 2019

Meditação na Capela da *Domus Sanctae Marthae*

«Um dia particular», segunda-feira, 28 de outubro de 2013

29 de outubro de 2019

Meditação na Capela da *Domus Sanctae Marthae*

«Se a pastoral não tiver coragem», terça-feira, 31 de outubro de 2017

30 de outubro de 2019

Angelus, Praça de São Pedro, domingo, 25 de agosto de 2013

31 de outubro de 2019

Meditação na Capela da *Domus Sanctae Marthae*

«Como uma galinha choca», quinta-feira, 29 de outubro de 2015

SEGUNDA PARTE

TESTEMUNHAS DA MISSÃO

«A santidade é o rosto mais belo da Igreja.»

(*Gaudete et Exsultate*, 9)

Batizados
e enviados

Outubro
2019



MÊS MISSIONÁRIO EXTRAORDINÁRIO OUTUBRO 2019

Batizados e enviados: a Igreja de Cristo em missão no mundo

SANTA TERESA DO MENINO JESUS (1873-1897)

Teresa Martin nasceu em Alençon, França, a 2 de janeiro de 1873, filha de Luís Martin e Zélia Guérin, canonizados em 2015. Após a morte da mãe, ocorrida a 28 de agosto de 1877, Teresa mudou-se com toda a família para a cidade de Lisieux. Algumas graças extraordinárias acompanharam o amadurecimento humano e espiritual de Teresa, permitindo-lhe crescer na consciência da infinita Misericórdia divina que espera ser reconhecida e acolhida por cada ser humano. No dia de Pentecostes de 1883 teve a graça singular da cura de uma grave doença, por intercessão de Nossa Senhora das Vitórias; em 1884 recebeu a Primeira Comunhão e experimentou a graça da união íntima com Cristo.

O grande desejo de seguir as irmãs Paulina e Maria, ingressando no Carmelo de Lisieux, optando pela vida contemplativa, levou-a a implorar ousadamente ao Papa Leão XIII – aproveitando uma peregrinação a Itália e a audiência que o Papa concedeu aos fiéis da diocese de Lisieux – que lhe fosse concedida autorização para entrar no Carmelo contando apenas quinze anos. Tendo-lhe sido concedida, atravessou o limiar do mosteiro em 1888 e professou os seus votos a 8 de setembro de 1890.

O caminho de santidade de Teresa foi reforçado pela sua confiança em Deus nos momentos de maior prova, como testemunhou através dos seus *Manuscritos*, *Cartas* e *Orações*. A sua doutrina também se dá a conhecer através de poesias e de pequenas representações teatrais escritas para os recreios com as Irmãs. Como colaboradora na formação das noviças, empenhou-se em transmitir as suas experiências espirituais condensadas no *Pequeno caminho da infância espiritual*. Além disso, foi incumbida de acompanhar,

mediante o sacrifício e a oração, dois “irmãos missionários”, oportunidade para consolidar a vocação apostólica e missionária que a impelia a arrastar todos consigo, ao encontro do Senhor sedento de almas.

A 3 de abril de 1896, durante a noite de Quinta para Sexta-feira Santa, teve uma primeira manifestação da doença que a levaria à morte. Esse período foi determinante para reconhecer, de modo definitivo, a sua vocação no interior da Igreja, como coração pulsante que é amado, que ama e que faz amar. Transferida para a enfermaria devido ao agravamento da sua saúde, morreu a 30 de setembro de 1897, contando apenas vinte e quatro anos. Como ela própria afirma na sua noite escura da fé, «eu não morro, entro na vida», pronunciando as palavras: «Meu Deus, amo-Te.»

Canonizada por Pio XI a 17 de maio de 1925, dois anos mais tarde foi proclamada padroeira universal das missões, juntamente com São Francisco Xavier. A 19 de outubro de 1997, São João Paulo II proclamou-a Doutora da Igreja. A sua festa litúrgica celebra-se a 1 de outubro.

Na *História de uma alma: Manuscrito C*, escrito autobiográfico de Santa Teresa, aparece descrita a força com a qual Deus a atrai para o vórtice da união com Ele: «Senhor, eu compreendo, quando uma alma se deixou cativar pelo odor inebriante dos teus perfumes, que não seria capaz de correr sozinha, e todas as almas que ama são arrastadas no seu seguimento; isso acontece sem constrição, sem esforço, é uma consequência natural da sua atração por Ti. À semelhança de uma torrente que se lança, impetuosa, no oceano, e que leva atrás de si tudo o que encontrou pelo caminho, também a alma que mergulha, meu Jesus, no oceano do teu amor, arrasta consigo todos os tesouros que possui... Senhor, Tu o sabes: não tenho outros tesouros além das almas que Te aprouve unir à minha.» (*História de uma alma: Manuscrito C*, 334-335).

O ardor de Santa Teresa do Menino Jesus da Santa Face é ateadado e alimentado pela vida de união com o seu Senhor através da oração incessante, da meditação da sua Palavra, da vida sacramental e da fraternidade vividas no mosteiro. A contemplação é uma via de amadurecimento de uma mais

profunda compaixão por todas as realidades. Quem se torna propriedade absoluta de Deus também se transforma em dom de Deus para todos, e a sua existência, inteiramente entregue ao serviço do louvor divino na gratuidade, proclama e difunde por si mesma o primado de Deus e a transcendência da pessoa humana, criada à sua imagem e semelhança. O ardor desta pequena grande santa exprime-se na sua confiança total em Deus e no seu desejo de estender a sua própria experiência de encontro com Ele a todos os irmãos, num abraço universal de comunhão. Ela vê na confiança em Deus um poderoso meio de conversão, vivendo para responder ao desejo de Jesus de ser amado. Deseja amá-l'O e fazê-l'O amar, dar-Lhe amor em troca de Amor. O maior desejo de Teresa, a santidade, é inseparável do desejo de salvação para todos os seus irmãos, com particular solicitude pelos mais pobres. O apostolado especial, que uma contemplativa vive entre as quatro paredes que delimitam um espaço reservado exclusivamente ao Senhor, está ligado ao coração do corpo místico de Cristo, um coração que ama e que transmite amor, permitindo a cada um viver o carisma específico, a própria missão, a própria identidade, o serviço pelo Reino.

Uma vida oferecida a Deus, unida ao sacrifício do Calvário, obtém a graça de O poder servir com fidelidade, criatividade e energia gastas em favor dos irmãos: é esta a parte fundamental em que se radicam o cuidado pastoral das almas e o trabalho missionário. Uma fusão de vida ativa e contemplativa que tem lugar no coração de quem responde à chamada do Senhor e se desenvolve no corpo místico de Cristo, no qual os diversos membros desempenham, em harmonia, a sua missão específica, sustentando-se e fecundando-se reciprocamente. É assim que também um lugar reservado exclusivamente ao louvor do Senhor, o mosteiro de clausura, se torna adequado para a obra missionária, enquanto lugar de intercessão e de participação orante e fraterna nos trabalhos missionários.

«Gostaria, ao mesmo tempo, de anunciar o Evangelho nas cinco partes do mundo e até nas ilhas mais remotas. Gostaria de ser missionária, não só por alguns anos, mas gostaria de o ter sido desde a criação do mundo e de

o ser até à consumação dos séculos. Mas gostaria sobretudo, meu amado Salvador, gostaria de derramar o meu sangue por Ti, até à última gota... O martírio, é esse o sonho da minha juventude [...] pois não me saberia limitar a desejar um único martírio. Para me satisfazer, gostaria de passar por todos [...]. Jesus, se eu quisesse pôr por escrito todos os meus desejos, teria de pegar no teu livro da vida, onde estão narradas as ações de todos os santos, desejando ter sido eu a praticar todas essas ações por Ti.» (*História de uma alma: Manuscrito B*, 251-252)

Teresa oferecia de bom grado os seus sofrimentos para apoiar a vocação e a obra dos missionários, e explicava-o às Irmãs que observavam os seus esforços sem compreenderem as fortes motivações que a impeliam a enviá-los. Teresa não se poupou a si própria durante a vida, mas o seu grande zelo levou-a a exprimir o desejo de nem sequer depois da morte repousar, a fim de continuar a viver a sua missão pelos irmãos conduzindo-os ao Amor, com uma determinação ainda maior na sua condição de alma profundamente unida ao seu Senhor.

Na relação epistolar com os missionários, seus irmãos espirituais, sublinha que as armas apostólicas que lhes foram dadas pelo Senhor Jesus são usadas com maior desenvoltura em virtude da oração e do amor postas à disposição deles por Teresa. Ela insiste na beleza do Pequeno Caminho por si percorrido para chegar ao Coração do Senhor, a fim de conduzir a Ele todos os missionários e as almas que lhes foram confiadas. Numa sua oração particularmente carregada de referências às Escrituras, Teresa dirige-se a Deus da seguinte forma:

«Ó meu Jesus, eu Te dou graças por satisfazeres um dos meus maiores desejos: o de ter um irmão sacerdote e apóstolo [...]. Tu bem sabes, Senhor: a minha única ambição é dar-Te a conhecer e a amar, e agora o meu desejo será realizado. Eu não posso deixar de rezar e de sofrer, mas a alma à qual Te dignas unir-me pelos doces vínculos da caridade irá combater na planície para conquistar corações para Ti, e eu, na montanha do Carmelo, suplicar-Te-ei que lhe dê a vitória.

Divino Jesus, escuta a oração que Te dirijo por quem quer ser teu missionário: guarda-o no meio dos perigos do mundo; fá-lo sentir cada vez mais o nada e a vaidade das coisas passageiras e a felicidade de as saber desprezar por teu amor. Que o seu sublime apostolado se exercite desde já sobre aqueles que o rodeiam, que ele seja um apóstolo, digno do teu Sagrado Coração.»
(*Oração de 1895*)



Outubro
2019

SÃO FRANCISCO XAVIER (1506-1552)

Francisco Xavier é conhecido como o maior santo missionário da época moderna, a ponto de Bento XV, na sua encíclica missionária *Maximum Illud* (1919), o ter comparado aos apóstolos. Francisco Xavier nasceu a 7 de abril de 1506 no castelo de Xavier, em Navarra (Espanha), e morreu a 3 de dezembro de 1552, na ilha de Sanchoão, na China. Foi um dos primeiros companheiros de Inácio de Loyola; com ele, com Teresa de Ávila e com Filipe Néri, foi canonizado por Gregório XV em 1622, no mesmo ano em que o pontífice erigia a Sagrada Congregação da *Propaganda Fide*. Mais tarde foi «declarado padroeiro do Oriente pelo Papa Bento XIV, em 1748, e depois, em 1904, foi nomeado padroeiro para a propagação da Fé por Pio X. Finamente, em 1927, com Santa Teresa do Menino Jesus, foi proclamado padroeiro de todas as missões por Pio X)» (*San Francesco Saverio. Le lettere e altri documenti*, organizado por Caboni, Adriana, Roma, Città Nuova, 1991, p. 35). Ele é, portanto, um dos mais significativos representantes daquela Igreja tridentina definida como «uma Igreja para as almas».

A vida e a obra de Francisco Xavier enquadram-se, com efeito, naquele período caracterizado pela reforma da Igreja, pela luta contra o Protestantismo e também pela missão *ad gentes*, inaugurada na esteira das grandes viagens oceânicas dos séculos XV e XVI e da consequente nova compreensão da geografia mundial, primavera missionária no início da Idade Moderna. Nesse contexto, Francisco Xavier desenvolveu uma tal obra de evangelização que mereceu o título de «apóstolo da Índia e do Japão», título que só se pode compreender devidamente à luz das condições de vida da época, bem como das condições relativas às viagens, às distâncias e ao tempo que

duravam as deslocções (entre 1541 e 1552, por exemplo, Xavier percorreu 63 000 km por mar).

A vida de Francisco Xavier desenvolveu-se em duas etapas: a europeia, de 1506 a 1541, marcada pelo encontro em Paris com Inácio, o qual, repetindo constantemente a frase de Jesus, «com efeito, que adianta ao homem ganhar o mundo inteiro se perder a sua vida?» (Mt 16,26), “conquistava” Xavier como um dos seus primeiros companheiros daquela aventura que viria a receber o nome de Companhia de Jesus, e da aventura missionária asiática, de 1541 a 1552, caracterizada pelo apostolado *ad gentes*, que teve como metas principais a Índia (1541-1545), as ilhas Molucas (1545-1549) e o Japão (1549-1552), até à sua morte, na ilha de Sanchoão. Através dele, o “espetáculo da santidade” chegava a terras e a povos até então desconhecidos da Igreja, que podiam agora escutar o anúncio do Evangelho e acolher a salvação universal pela fé em Jesus Cristo ressuscitado.

A relação com Inácio e a experiência de amizade em Cristo entre os primeiros membros da Companhia de Jesus são dois elementos iniciais e permanentes da fisionomia espiritual de Xavier. A centralidade permanente da Pessoa de Jesus Cristo pode ser apreendida desde a origem da própria Companhia de Jesus, assim chamada porque não havia ninguém a dirigir os seus membros, a não ser Jesus Cristo, único a quem queriam servir. Disso derivava, sem interrupção, a pertença ao Corpo de Cristo na história: embora, no seu conjunto, a Igreja fosse guiada pelo Papa enquanto sucessor de Pedro, tratava-se, de modo particular, da pertença à Companhia de Jesus como lugar da familiaridade com Jesus ressuscitado, vivo e presente no meio daqueles que se tinham tornado seus amigos e companheiros.

A espiritualidade e a ação missionária de Xavier tinham, portanto, por fundamento, a consciência expressa por São Paulo: «O amor de Cristo é que nos impulsiona, quando consideramos que um só morreu por todos e, conseqüentemente, todos morreram. Ora, Cristo morreu por todos, e assim, aqueles que vivem, já não vivem para si, mas para Aquele que por eles morreu e ressuscitou. Por isso, doravante não conhecemos mais ninguém pelas

aparências. Mesmo que tenhamos conhecido Cristo segundo as aparências, agora já não O conhecemos assim.» (2COR 5,14-16)

Naturalmente, tudo isto se verificava no contexto concreto em que Francisco vivia e desenvolvia o seu apostolado. Das cartas é possível extrair indicações significativas, como no caso da carta dirigida a Inácio a 28 de outubro de 1542 e da carta dirigida aos companheiros de Roma, de 15 de janeiro de 1544, da qual se transcrevem algumas passagens: «Quando eu chegava a esses lugares, batizava todas as crianças ainda não batizadas, de tal modo que administrava o sacramento a uma grande multidão de bebês que não sabem distinguir a mão direita da esquerda. Mal chegava às aldeias, as crianças nem sequer me deixavam recitar o ofício, nem comer nem dormir, sem antes lhes ensinar algumas orações. Comecei então a compreender por que razão delas é o reino dos céus [...]. Conheci entre elas grandes talentos e, se houvesse quem as amestrasse na santa fé, tenho a certeza absoluta de que viriam a ser bons cristãos.» (*San Francesco Saverio. Le lettere e altri documenti*, cit., pp. 102-103).

«Nestes lugares, muitos transcuram de se tornarem cristãos, porque não têm pessoas que se ocupem de coisas tão pijs e santas. Muitas vezes sou dominado pelo pensamento avassalador de ir às universidades e daí, gritando como um homem que tivesse perdido o juízo, e sobretudo à Universidade de Paris, dizendo a todos os que frequentam a Sorbona, que têm mais ciência do que vontade de fazê-la frutificar: “Quantas almas não poderiam ir para o paraíso e vão para o inferno pela vossa negligência!”» (*San Francesco Saverio. Le lettere e altri documenti*, cit., pp. 110-111)

Depreende-se destes textos que a espiritualidade de Francisco Xavier está em relação constante com o apostolado para salvação das almas: apostolado feito de movimento itinerante, de pregação kerigmática, de instrução catequética basilar, de conhecimento e partilha do ambiente desde as suas condições de extrema pobreza. A propósito do apostolado, este era caracterizado por uma «maneira afável e cheia de compreensão e respeito por todas as pessoas de quem se aproximava, [que] era certamente um dos seus dotes humanos mais belos e atraentes, mas que certamente servia para esconder, sob um véu de

discrição e do melhor dos modos, aquela vida espiritual intensíssima e aquela união íntima com Deus que lhe ardiavam no coração.» (*San Francesco Saverio. Le lettere e altri documenti*, cit. p. 38)

A estes elementos devia somar-se a experiência do sacrifício e da prova, como Francisco escrevia a Inácio a 9 de abril de 1552, em virtude daquilo que tinha vivido no Japão: «Pela experiência que tenho do Japão, aos padres que lá forem para fazer frutificar as almas, sobretudo àqueles que forem às Universidades, são necessárias duas coisas: a primeira é que tenham sido postos muito à prova e que tenham sido perseguidos no mundo, e que tenham grande experiência e muito conhecimento interior de si mesmos, visto que no Japão talvez venham a ser mais perseguidos do que jamais o foram na Europa. É uma terra fria e com pouca roupa. Não dormem em camas, porque não as há. Os alimentos escasseiam. Desprezam os estrangeiros, sobretudo aqueles que vão para pregar a lei de Deus, e isto até começarem a saborear Deus. Os sacerdotes do Japão persegui-os-ão sempre, e aqueles que forem às universidades, não creio que possam levar as coisas necessárias para dizer missa por causa dos inúmeros ladrões que se encontram nos lugares aonde forem. Entre tantas penas e tribulações, há também a falta da consolação da Missa e das forças espirituais concedidas às pessoas que tomam o Senhor: veja vossa santa Caridade que virtude se requer dos Padres que tiverem de ir às universidades do Japão.» (*San Francesco Saverio. Le lettere e altri documenti*, cit., p. 422)

As penas, as renúncias e as provas, porém, eram vividas por Xavier com confiança, paz e alegria que lhe advinham das graças que, como ele próprio testemunha nos seus escritos, recebia de Deus. Além disso, era ajudado pelo testemunho de autêntica e fiel amizade que experimentava ao receber as inúmeras e tão esperadas cartas de Inácio e dos seus amigos. O amor de Cristo, que se lhe tinha manifestado em Paris no encontro com Inácio, era a experiência que acompanhava Francisco e que se manifestava através da sua pessoa e da sua vida, dedicada ao anúncio do Evangelho e à salvação dos homens e das mulheres que encontrou no Extremo Oriente da primeira metade do século XVI.

SÃO FRANCISCO DE ASSIS (1182-1226)

Em 1206, Francisco Bernardone, filho de um rico mercador de Assis, iniciou o seu caminho de profunda conversão e mudou radicalmente o seu estilo de vida. De rapaz despreocupado e vaidoso, enveredou por uma sincera e apaixonada busca de Deus. Cerca de dois anos mais tarde, na sua igreja predileta de Santa Maria dos Anjos, ficou profundamente impressionado ao escutar a passagem do Evangelho sobre o envio dos discípulos de Jesus. Quando ouviu que os apóstolos não deviam possuir ouro, nem prata, nem dinheiro, mas apenas pregar o Reino de Deus e a penitência, exclamou, cheio de alegria: «É isto que eu quero, é isto que eu peço, é isto que anseio fazer de todo o coração.» (*Vita Prima di Tommaso da Celano*, 22: *Fonti Francescane* [FF], 356) O Evangelho indicou-lhe o caminho, impelindo-o para a missão.

A sua conversão amadureceu quando, na igreja de São Damião, ouviu o crucifixo revelar-lhe a vontade divina: devia reparar a Casa do Senhor que estava em ruínas. A imagem do crucifixo tornou-se para ele no espelho em que se refletiam os rostos de todos os homens crucificados. Francisco pôs literalmente em prática as palavras do Evangelho, despojando-se de todos os bens, inclusive das suas próprias vestes. Num gesto simbólico, foi coberto pelo manto episcopal, na praça de Assis: a partir desse momento, ficaria sob a proteção do bispo Guido.

Mal se formou o primeiro grupo de oito companheiros, Francisco enviou-os aos quatro cantos do mundo a anunciar a palavra de Deus. Tinha consciência de que Deus confiara à sua comunidade uma missão universal e procurava o reconhecimento do Sumo Pontífice. Essa sua sensibilidade evangelizadora global também se apreende no colóquio entre Francisco e o

cardeal Hugolino. Contrário à rápida e caótica expansão da Ordem, Francisco afirmou: «Não penseis, meu senhor, que Deus tenha enviado os frades apenas para bem destas regiões. Digo-vos, na verdade, que Deus escolheu e enviou os frades para proveito espiritual e salvação das almas dos homens do mundo inteiro; eles serão recebidos não só nas terras dos cristãos, mas também nas terras dos infiéis.» (*Leggenda perugina*, 82: *Fonti Francescane* [FF], 1638)

O anúncio do Evangelho era uma consequência natural da total adesão de Francisco a Jesus Cristo. O critério cristológico foi decisivo para o *Poverello* nos momentos de dúvida e de perplexidade. A *sequela Christi* implicava não só a pobreza, a itinerância e a fraternidade, mas também o empenho missionário. Francisco desejava ardentemente dedicar-se ao trabalho apostólico até ao sacrifício de si próprio, à maneira de Jesus. O anseio de chegar à conformidade com o Senhor suscitou nele a ideia de levar a Boa Nova aos infiéis.

Após duas tentativas falhadas de chegar à Terra Santa e a Marrocos (1212-1215), e depois de ter enviado frei Egídio à Tunísia e frei Elias à Palestina, em 1219 Francisco juntou-se à expedição dos cruzados e chegou ao Egito. No acampamento cristão, junto da cidade de Damietta, no delta do Nilo, desempenhou o papel de assistente espiritual, tomando a seu cargo os soldados feridos. Durante um armistício, Francisco e frei Iluminado chegaram ao acampamento muçulmano e pediram audiência ao sultão al-Malik al-Kamil. «Aos sarracenos que o tinham feito prisioneiro, repetia durante o trajeto: “Sou cristão, conduzi-me ao vosso senhor.” Quando chegou à presença do sultão, essa besta cruel, observando o aspeto daquele homem de Deus, sentiu-se transformada em homem manso, e durante muitos dias escutou-o com muita atenção, enquanto Francisco pregava Cristo diante dele e dos seus.» (Giacomo da Vitry, *Historia Occidentalis* 14: FF 2227) Al-Malik al-Kamil, que, segundo o juízo unânime das fontes era um homem sábio e generoso, acolheu os irmãos com cortesia e benevolência. Francisco não se limitou a trocar palavras de cortesia, mas, com simplicidade, franqueza

e força, professou a fé cristã, anunciando o *kerygma* da salvação em Cristo. Ao contrário dos discursos de muitos cristãos da época e até das alocuções papais, o *Poverello* não usou uma linguagem ofensiva em relação à fé islâmica nem feriu a sensibilidade religiosa do seu interlocutor. O objetivo da sua missão, porém, manteve-se bem definido: converter o sultão e – seguindo a linha dos missionários medievais –, em seguida converter também o povo que lhe estava sujeito. Algumas fontes narram que, como a sua ardente pregação não tivesse obtido os resultados esperados, Francisco recorreu a outro estratagema, propondo a ordália – a prova de fogo – como última comprovação e confirmação das suas palavras. Ao ver o pânico e a cólera dos seus conselheiros, o sultão não aceitou o desafio, mas ficou profundamente impressionado com a fé e a coragem do frade. A sua presença e os seus discursos espirituais revelavam um rosto diferente da cristandade, pondo em destaque uma viva e sincera experiência de Deus. A viagem de Francisco ao Oriente revelou-se aparentemente infrutífera: o frade não converteu o sultão nem obteve a palma do martírio. Todavia, o *Poverello* conquistou um amigo e confiou à sua Ordem o encargo de continuar a missão e o diálogo pacífico com o mundo islâmico. A experiência por ele vivida permitiu-lhe, depois de regressar à pátria, elaborar um projeto missionário para a sua Ordem, prestando particular atenção aos irmãos muçulmanos.

A ausência de Francisco de Itália provocou uma crise no governo da comunidade dos frades: a Ordem nascente, de carácter internacional, tinha uma necessidade urgente de uma regra jurídica precisa e eficaz. Francisco é o primeiro fundador de uma Ordem religiosa que insere na sua legislação uma secção inteira dedicada às missões. O capítulo XVI da *Regola non bollata*, redigida em 1221, é um verdadeiro “tratado de metodologia missionária” e, juntamente com o capítulo XII da *Regola bollata*, aprovada em 1223 pelo Papa Honório II, traça um programa válido para todos os irmãos. Pela primeira vez, o anúncio do Evangelho não é apenas um encargo de personagens carismáticas individuais, mas toda a Ordem franciscana é incentivada a seguir linhas de atuação concretas para desempenhar essa missão.

A novidade do plano missionário concebido por Francisco manifesta-se no título do capítulo XVI da *Regola non bollata*: «Daqueles que se dirigem aos sarracenos e a outros infiéis». Com efeito, enquanto naquela época os cruzados investiam “contra” (*contra*) os muçulmanos, o *Poverello* envia os seus frades não só “a” (*ad*) eles, mas envia-os até “entre” (*inter*), para o meio deles. A criação de uma colónia ocidental é completamente estranha ao espírito franciscano. Os pressupostos para uma eficaz atividade missionária são a solidariedade e a amizade com a gente local e o conhecimento do ambiente islâmico. Seguidamente, Francisco apresentou duas modalidades de comportamento dos missionários no território muçulmano: «Um modo é que não provoquem litígios ou disputas, mas que se submetam a toda a criatura humana por amor a Deus e confessem que são cristãos. O outro modo é que, quando virem que isso agrada ao Senhor, anunciem a palavra de Deus para que eles creiam em Deus omnipotente, Pai e Filho e Espírito Santo, Criador de todas as coisas, e no seu Filho Redentor e Salvador, sejam batizados e se façam cristãos.» (*Regra non Bollata* cap. XVI, 7-10: FF 43)

Nesta passagem vê-se uma nova e original estratégia missionária de Francisco. Em primeiro lugar, destaca-se o testemunho da vida animada pelo amor de Deus. A própria presença deve ser significativa e eloquente. O exemplo de fraternidade constitui o método mais eficaz e credível da evangelização. Os frades devem renunciar, portanto, a toda a pretensão de superioridade e de domínio, respeitar os diversos costumes e inserir-se, como cristãos, no contexto local. Mediante a prática das virtudes cristãs, as testemunhas silenciosas do Evangelho são chamadas a confessar com coragem e humildade a sua fé. A segunda atitude é o anúncio explícito da palavra de Deus, que só poderá ocorrer depois de uma ponderada avaliação das circunstâncias e após uma paciente espera do momento oportuno. O missionário não poderá, então, apropriar-se da Palavra, não poderá ser o usurpador impetuoso da Boa Nova, mas deverá mergulhar na escuta de Deus e perceber a sua vontade. Francisco não perde de vista o objetivo principal da missão, ou seja, a conversão dos infiéis. A adesão à fé deve ser uma escolha pessoal e

não precipitada, ou antes, deve ser vista como a eficácia do testemunho e do anúncio dos frades.

A viagem missionária do *Poverello* ao Oriente deixou marcas na sua espiritualidade, levando-o a assimilar algumas formas de piedade e oração que encontrou no ambiente islâmico, como se lê em algumas das suas cartas. Na *Carta aos governantes dos povos* (Cgp), Francisco sugere que se crie, nos países cristãos, o cargo de animador público que – à maneira de um muezim – pudesse reunir as pessoas para a oração: «E deveis dar ao Senhor tanta honra entre o povo que vos foi confiado, que todas as tardes um pregoeiro, ou outro sinal, apele a que sejam elevados louvores e ações de graças ao Todo-poderoso, Senhor Deus de todo o povo.» (Cgp 9: FF 213) Um eco remoto da proposta de Francisco foi a iniciativa de frei Bento de Arezzo, então ministro provincial na Terra Santa, a quem se deve o uso do sino durante a recitação do *Angelus*, prática que foi imediatamente acolhida e difundida pela Ordem franciscana através de toda a cristandade.

A ideia da missão está presente na vida de Francisco desde o início da sua conversão. Deriva do desejo de viver o Evangelho e de seguir as pegadas do Divino Mestre. A invenção do presépio para o Natal de 1223, em Greccio, e o dom dos estigmas, manifestam a sua profunda identificação espiritual e corporal com Jesus Cristo, fonte e razão da sua fé e da sua missão. Doente e debilitado pela sua vida de privações, extinguiu-se em Assis, na tarde do dia 3 de outubro de 1226.

Outubro
2019

BEATO PAULO MANNA (1872-1952)

«No padre Paulo Manna, apreendemos um reflexo especial da glória de Deus. Gastou toda a sua existência pela causa missionária. De todas as páginas dos seus escritos emerge, viva, a pessoa de Jesus, centro da vida e razão de ser da missão.»

Estas palavras de São João Paulo II (*Homilia* da beatificação de Paulo Manna, 4 de novembro de 2001) reproduzem, sinteticamente, a fisionomia espiritual deste grande apóstolo da evangelização *ad gentes*, considerado pelos estudiosos precursor do Concílio Vaticano II.

Paulo António Manna nasceu em Avellino, a 16 de janeiro de 1872, sendo o quinto de seis filhos. Após os estudos elementares e técnicos em Avellino e Nápoles, prosseguiu os seus estudos em Roma. Enquanto tirava o curso de Filosofia na Universidade Gregoriana, sentiu a chamada do Senhor para a vida missionária e entrou no seminário do Instituto para as Missões Estrangeiras em Milão, a fim de estudar Teologia. Foi ordenado sacerdote a 19 de maio de 1894, na catedral de Milão.

Destinado pelos superiores à Birmânia (hoje Myanmar), partiu a 27 de setembro de 1895 para a missão de Toungoo. Embora condicionado por uma saúde precária, dedicou-se com incansável solicitude à evangelização¹ e à promoção humana dos Carianos (em particular dos *Ghekhù*, sobre os quais escreveria mais tarde uma apreciada monografia). Os esforços das viagens,

¹ Os pais do primeiro beato nativo da Birmânia (atual Myanmar), Isidoro Ngei Ko Lat, catequista, martirizado com o padre Mario Vergara, IPME, também foram evangelizados pelo padre Manna. Ambos, tanto o missionário como o catequista, foram beatificados a 24 de maio de 2014, na catedral de Aversa (diocese homónima, província de Caserta).

as febres maláricas e uma tuberculose incipiente forçaram-no à repatriação definitiva a 7 de julho de 1907.

Em Itália, o padre Paulo lançou-se de cabeça numa atividade intensa e diversificada de animação missionária, pondo a render os seus dotes de observador perspicaz da realidade eclesial a nível global, de conferencista, publicista e culto escritor. «Toda a Igreja para todo o mundo» viria a tornar-se no seu lema. «Alma de fogo»², transferiu para os seus livros a sua ardente visão de fé sobre os múltiplos e complexos problemas da missão *ad gentes*. Desenvolveu, nesse sentido, uma análise audaz e penetrante, com intuições muitas vezes consideradas “proféticas” pelos especialistas.

Em 1909, foi nomeado diretor da revista *Le Missioni Cattoliche*, que recebeu novo impulso sob a sua orientação experiente e dinâmica. Publicou opúsculos e livros e escreveu artigos sobre os temas de cariz missionário que tomava mais a peito. Lançou várias iniciativas de cooperação missionária: adoções, bolsas de estudo, folhetos de orações pelas missões... Fundou novos periódicos, como *Propaganda missionaria*, para as famílias, *Italia missionaria*, para os jovens, e, mais tarde, *Venga il Tuo Regno*, também para as famílias, sobretudo do Sul.

Em 1915 o padre Manna deu os primeiros passos em vista da fundação da União Missionária do Clero (hoje Pontifícia União Missionária): «a pedra preciosa da sua vida», como a definiria Pio XII. Um apoio decisivo para realizar esse seu projeto veio-lhe de Dom Guido Maria Conforti, bispo de Parma, fundador dos Missionários Saverianos (canonizado em 2011). Os estatutos da União, apresentados ao Papa pelo próprio Conforti, foram aprovados a 31 de outubro de 1916. Na Encíclica *Maximum Illud* (1919), Bento XV exaltou a União Missionária do Clero, manifestando o seu desejo de que esta fosse «instituída em todas as dioceses do orbe católico».

A ideia de base, plenamente partilhada por Dom Conforti, era a necessidade de partir do clero para colocar em estado de missão todo o povo de Deus. O padre Manna estava convencido que «cada sacerdote é missionário, por

² Assim o definiu o padre Gian Battista Tragella (1885-1968), insigne missiólogo, historiador do IPME, grande amigo e colaborador do padre Manna, bem como seu primeiro biógrafo.

natureza e por definição», mas tem constantemente necessidade de reavivar a chama do zelo apostólico no seu próprio coração. «O missionário é, por excelência, o homem da fé: nasce da fé, vive da fé, por esta de bom grado trabalha, padece e morre. [...] Sem a fé, o missionário não se compreende, não existe; e, se existe, não é o verdadeiro missionário de Jesus Cristo.» (Paulo Manna, *Virtù Apostoliche – Lettere ai missionari*, EMI, Bologna, 1997, p. 89)

Em 1924 foi-lhe confiada uma nova responsabilidade, particularmente exigente, a de guiar, como superior-geral, o Instituto das Missões Estrangeiras de Milão, que em 1926 passaria a ser Instituto Pontifício das Missões Estrangeiras (IPME), por vontade de Pio XI, que o uniu ao análogo Seminário Missionário dos Santos Apóstolos Pedro e Paulo de Roma. Nos seus dez anos de governo, a paixão missionária de Manna revelou-se sobretudo nas “conversas em família”: cartas-meditações dirigidas aos seus confrades e publicadas no boletim intitulado *Il Vincolo*, instrumento de animação, informação e ligação entre os membros do IPME espalhados pelo mundo. Reunidos mais tarde num volume intitulado *Virtù Apostoliche*, esses escritos constituem um clássico da espiritualidade missionária.

Estava profundamente convencido do papel fundamental da oração na vida do missionário. «Sede homens de vida interior, homens de oração. [...] É importante saber pregar, mas é muito mais importante saber rezar. O missionário que domina bem a língua e que sabe pregar, mas que reza pouco, exporá na perfeição a verdade da nossa santa religião, mas deixará as almas frias. O missionário que tem muita intimidade com Deus na oração, mesmo que não seja feliz na sua exposição, terá sempre o dom de instilar o espírito de Jesus Cristo nas almas, que, aliás, é aquilo que a pregação deve conseguir, em primeiro lugar. O primeiro ensinará Jesus Cristo, o outro torná-lo-á visível. Entendeis a diferença? “Se aquele que ensina não é homem de vida interior, a sua língua dirá coisas vazias” (São Gregório).» (Paulo Manna, *Virtù Apostoliche – Lettere ai missionari*, EMI, Bologna, 1997, p. 100)

O pensamento do padre Manna tornou-se mais rico e mais preciso na sequência de uma longa viagem missionária ao Oriente, que durou cerca de

dois anos (1927-1929). Da observação das inúmeras realidades ambientais, culturais e eclesiais, e dos encontros tidos com numerosas personalidades e com os missionários em campo, nasceu o *Pro-memoria Osservazioni sul metodo moderno di evangelizzazione*, umas noventa páginas com notas, comentários e propostas audazes e inovadoras. Esse escrito, enviado à *Propaganda Fide*, permanecerá inédito até 1977.

Em 1934, terminado o seu mandato como superior-geral do Instituto, outra grande obra, por ele iniciada e preparada com cuidado, será levada a cabo, por ordem da Assembleia Geral do IPME, pelo seu sucessor à frente do Instituto, Dom Lorenzo Maria Balconi: a fundação das Missionárias da Imaculada (Milão, 8 de dezembro de 1936). Esta nova congregação feminina reconhece no padre Manna o “inspirador” do seu próprio carisma missionário.

De 1937 a 1941, o padre Manna foi secretário internacional da União Missionária do Clero. Estabeleceu uma rede de relações com núncios, bispos e sacerdotes de todo o mundo. Continuou a escrever cartas, livros e artigos. Particularmente sensível aos problemas levantados pela divisão entre os cristãos, tornou-se “profeta do ecumenismo”. Em 1941, publicou *I fratelli separati e noi*, com várias traduções no estrangeiro. Esta obra foi bem acolhida entre os cristãos não-católicos, tanto no Oriente como no Ocidente, embora as posições respetivas tenham permanecido distantes. Em 1950 escreveu *Le nostre Chiese e la propagazione del Vangelo*; as ideias contidas nesta obra serão retomadas por Pio XII na encíclica *Fidei Donum*.

O padre Paulo Manna morreu em Nápoles, a 15 de setembro de 1952. Os seus restos mortais repousam em Ducenta. Foi beatificado por João Paulo II, a 4 de novembro de 2001.

VENERÁVEL PAULINA MARIA JARICOT (1799-1862)

Paulina Maria Jaricot nasceu numa família de fiéis católicos, a 22 de julho de 1799, imediatamente a seguir à Revolução Francesa. Era a sétima e última filha de Antoine e Jeanne Jaricot, comerciantes de seda de Lyon, cidade cujas raízes cristãs remontam ao século II e que se orgulha de ter tido o Padre da Igreja Santo Ireneu como seu segundo bispo.

Paulina foi batizada no dia do seu nascimento. Os seus pais tinham pedido a um sacerdote fiel ao Papa que batizasse a sua última filha na casa de família, porque o seu pároco de San Nizir tinha prestado o juramento exigido pelo Governo revolucionário, um juramento que minava a autoridade da Igreja em França. Portanto, foi num clima de instabilidade civil e durante um período de profundas mudanças sociais que Paulina viveu neste mundo e levou ao seu termo um trabalho que viria a ser crucial para a atividade da evangelização.

De todos os relatos se depreende que foi uma criança feliz e muito viva, determinada e até obstinada. Na sua autobiografia – que deve ser lida com ponderação, visto que Paulina era muito severa consigo mesma – escreve: «Nasci com uma imaginação ardente, uma atitude superficial e um carácter violento e preguiçoso. Seria capaz de me deixar dominar completamente por outras coisas... [mas] Deus deu-me um coração fiel, que se abandonava facilmente à devoção.» Era muito afeiçoada ao seu irmão Phileas, dois anos mais velho do que ela, que estava decidido a tornar-se missionário na China. Quando Phileas anunciou o seu propósito, Paulina comunicou de imediato a sua intenção de o acompanhar para se ocupar dos pobres e dos doentes e para arranjar as flores na igreja.

Durante a sua adolescência e os primeiros anos da sua idade adulta, era inconstante na devoção: alternava momentos de oração intensa, em que brotava dela o desejo de passar longos períodos na igreja diante do Santíssimo Sacramento a rezar, por intercessão da Virgem Maria, com outras ocasiões em que sentia um desejo profundo de participar em eventos mundanos, envergando roupas elegantes e sendo admirada e cortejada por rapazes sobre os quais fantasiava idílicos e possíveis casamentos. A 16 de abril de 1812, aos treze anos de idade, após uma séria e fervorosa preparação, recebeu a Primeira Comunhão com enorme devoção.

A sua vida, porém, sofreria uma mudança drástica aos quinze anos de idade, após um acidente doméstico. Estava a fazer limpezas quando caiu de um escadote, embatendo violentamente no chão. A queda abalou gravemente o seu sistema nervoso, afetando-lhe os movimentos dos membros e a fala. Embora os médicos tivessem experimentado várias terapias, mostravam-se pessimistas sobre a possibilidade de encontrar um remédio. A mãe, muito preocupada com a saúde de Paulina, também adoeceu, e a sua doença agravou-se ainda mais com a notícia da morte inesperada do seu primogénito Narcisse, aos vinte e um anos de idade. Antoine Jaricot decidiu enviar a sua filha para uma pequena aldeia fora de Lyon, na esperança de que, separando mãe e filha, pudesse acelerar a cura de ambas. Infelizmente, porém, a 29 de novembro de 1814, Jeanne Jaricot morreu. Por medo de que se agravasse ainda mais a saúde de Paulina, a família decidiu não a informar da morte da mãe.

O pároco local convidou Paulina a retomar a prática religiosa, e ela decidiu pedir livremente o Sacramento da Reconciliação e da Eucaristia. A experiência do perdão e do alimento espiritual exerceu um efeito profundo sobre ela. A partir desse momento, começou a recuperar o uso dos membros e, quando finalmente lhe foi anunciada a morte da mãe, admitiu que já o tinha suspeitado. Mal conseguiu caminhar, pediu que a acompanhassem à Basílica de Notre-Dame de Fourvière, em Lyon, para poder rezar diante da magnífica imagem de Nossa Senhora, que apresenta o Menino Jesus ao mundo.

A partir de então, Paulina decidiu dedicar a sua vida exclusivamente ao serviço dos pobres e dos doentes, visitando diariamente os hospitais e as pessoas incuráveis, ligando as suas feridas e dirigindo-lhes palavras de conforto. A ajuda aos necessitados era acompanhada por uma vida de intensa oração, recebendo diariamente a Eucaristia e intercedendo pela conversão dos pecadores e pela evangelização do mundo. Aumentou muito nela a devoção ao Sagrado Coração, e ingressou na Associação dos Sagrados Corações de Jesus e Maria. Isso levou-a a criar uma nova associação chamada *Réparation*, convidando a associar-se à mesma muitas mulheres de Lyon que trabalhavam quase como escravas nas fábricas de seda da cidade. As suas meditações diante do sacrário inspiraram-na a escrever e publicar o livro *O Amor infinito na Divina Eucaristia*, uma fonte de consolação e de alimento espiritual para muitos.

Nessa época, o seu irmão Phileas estava no seminário, em Paris; informou Paulina de que a Sociedade para as Missões dessa cidade queria enviar sacerdotes para a Ásia, e de que as igrejas deveriam encontrar uma forma de angariar fundos suficientes para garantir o êxito do empreendimento. Foi então que Paulina teve uma ideia que mudaria a história: decidiu convidar cada membro da Associação *Réparation* a encontrar dez novos membros que rezassem e oferecessem um cêntimo de franco por semana para a evangelização do mundo, ou, como se dizia no tempo de Paulina, para a propagação da Fé. À frente de cada grupo de dez membros colocou um *dizeneire* (capitão de dez), à frente de cada grupo de cem membros, um *centenaire* (capitão de cem) e, por cada grupo de mil membros, um *millenaire* (capitão de mil).

A ideia era simples: rezar pessoalmente e angariar os fundos, criando uma rede de relações pessoais. O capitão de dez encontrar-se-ia com os respetivos membros e recolheria os cêntimos todas as semanas, o capitão de cem recolhê-los-ia dos capitães de dez e, por fim, o capitão de mil recolheria os cêntimos dos capitães de cem. Os consistentes fundos recolhidos eram repartidos e enviados para todo o mundo. A ideia difundiu-se e assim foi fundada a Sociedade para a Propagação da Fé, que pouco depois começaria

a estender-se para fora de França, transformando-se num fenómeno mundial. A 22 de maio de 1922, por decisão do Papa Pio XI, foi transformada na Pontifícia Obra da Propagação da Fé. Desse modo, o Santo Padre queria expressar a sua paternal solicitude para com as Igrejas locais nascidas da atividade missionária.

A sua reputação de mulher devota e resoluta na fé granjeou a Paulina um grande respeito por parte do Santo Padre, dos cardeais, dos bispos e de vários santos seus contemporâneos, alguns dos quais lhe pediam ajuda e se aconselhavam com ela. O fundador da Sociedade para a Santa Infância (hoje conhecida como Pontifícia Obra da Infância Missionária ou da Santa Infância), consultou-a, tentando encontrar a melhor forma de recolher fundos para as crianças das missões dos vários países. Mais tarde, quando a sua saúde começou a piorar, Paulina decidiu fazer uma peregrinação a Roma, mas adoeceu. Enquanto estava confinada ao leito num convento próximo da igreja da Santíssima Trinità dei Monti, no alto da escada conhecida como escadaria da praça de Espanha, o Santo Padre visitou-a, animando-a e abençoando-a.

Apesar de todos estes enormes êxitos espirituais e missionários, a vida de Paulina foi marcada por inúmeros sofrimentos físicos, emocionais e espirituais. Paulina nunca tinha pensado na vocação religiosa, estando convencida de que fora chamada por Deus como mulher leiga para dedicar a sua humilde existência a ajudar os pobres e as missões. Tendo caído na miséria, foi forçada a inscrever-se na lista dos pobres de Lyon, a fim de poder receber qualquer coisa que comer. O seu amor a Deus, à Virgem e às missões nunca vacilou. Morreu em paz, a 9 de janeiro de 1862, e foi proclamada Venerável pelo Papa João XXIII. A sua causa de beatificação está a ser analisada pela Congregação para as Causas dos Santos, e rezamos para que em breve seja reconhecida como Beata.

Vale a pena recordar outra sua preciosa iniciativa missionária de oração. Em 1826, animada pelo êxito da sua abordagem pessoal à organização da Igreja Missionária através da criação de pequenos grupos, Paulina seguiu o mesmo critério para iniciar e propor o *Rosário Vivo*. Começou por organizar

os seus amigos e colaboradores por grupos de quinze pessoas, baseando-se no número dos Mistérios do Rosário. Pediu a cada membro que se compromettesse a rezar diariamente uma dezena do Rosário e a meditar sobre um Mistério por dia, durante um mês inteiro. Desse modo, o Rosário era recitado diariamente na íntegra, sendo meditados os seus quinze Mistérios por cada grupo. No início do mês, o responsável do grupo redistribuía pessoalmente os Mistérios pelos membros, assegurando-se de que cada um recebia um Mistério diferente para meditar durante a oração da dezena do Rosário, nas quatro semanas seguintes. Em cada mês, a vida inteira de Cristo era assim meditada pelo grupo. Recorrendo à intercessão da Virgem Maria, rezava-se a Deus, transformando a oração do Rosário numa realidade “viva” de apoio à Missão da Igreja, tendo em vista, de modo particular, a proclamação do Evangelho àqueles que ainda não o tinham recebido.

O sonho de Paulina relativamente ao *Rosário Vivo* transformou-se em muito pouco tempo num fenómeno a nível mundial. Em 1831, escrevia ela: «Os grupos de quinze continuam a multiplicar-se a uma velocidade incrível em Itália, na Suíça, na Bélgica, em Inglaterra e em várias partes da América. O Rosário espalhou as suas raízes até à Índia e sobretudo ao Canadá.» A esperança de Paulina era que o *Rosário Vivo* unisse as pessoas, espalhadas pelo mundo, em fervorosa oração pela Missão da Igreja.

Assim, a iniciativa do *Rosário Vivo* teve tanto êxito que, após a morte de Paulina, no ano de 1862, havia mais de cento e cinquenta mil grupos, com dois milhões e duzentos e cinquenta mil membros só em França! Atualmente, o Rosário vivo ainda é rezado em muitas partes do mundo, e os grupos de quinze deram lugar a grupos de vinte, devido à inclusão dos novos mistérios luminosos, estabelecidos pelo Santo Padre João Paulo II.

CARLOS DE FORBIN-JANSON (1785-1844)

Carlos de Forbin-Janson nasceu em Paris no ano de 1785, no seio de uma nobre família militar. Apenas quatro anos mais tarde, a Revolução Francesa obrigou os seus pais a exilar-se na Alemanha, o que o fez experimentar, desde criança e na sua própria pele, a vida de refugiado, a perseguição, a insegurança, o medo e a pobreza. É esse um dos inúmeros “detalhes” significativos que, desde o início, vão traçar a sua biografia em torno de dois polos: a impotência da infância e a missão como paradigma de apostolado.

Após o regresso à pátria e depois da Primeira Comunhão, o adolescente Forbin-Janson revelou a sua caridosa sensibilidade, inscrevendo-se numa associação que ajudava os mais desfavorecidos nas prisões e nos hospitais. Na capela do Seminário das Missões Estrangeiras, em Paris, onde tinham lugar os encontros, teve a oportunidade de ouvir notícias da missão na China. Discretamente, a dimensão missionária foi-lhe assim apresentada de modo explícito. Carlos tinha à sua frente uma carreira promissora quando Napoleão o nomeou supervisor do Conselho de Estado. Todavia, apercebendo-se da chamada de Deus, não se deixou seduzir por tal perspectiva e, em 1808, ingressou no Seminário de Saint Sulpice, em Paris. Ordenado sacerdote em 1811, e depois de outros destinos iniciais, acabaria por regressar a Paris, onde se ocupou, com alegria, da formação cristã das crianças da sua paróquia.

A apaixonada obra de apostolado que então desenvolveu manifestou-se de modo especial através da sua dedicação às “missões populares”, para reavivar a fé na descristianizada França pós-revolucionária. Assim se destacaram os seus dotes de eloquência, bem como o seu amor e a sua generosidade, que o

levavam até a renunciar ao seu próprio vestuário para dá-lo aos mais necessitados. Esta fase terminou com a sua partida para a Terra Santa, em 1817.

Em 1824, De Forbin-Janson foi consagrado bispo de Nancy-Toul, no nordeste de França. Nessa época, manteve um contacto muito próximo com os missionários que lhe escreviam, pedindo-lhe ajuda. Não só tinha conhecimento da situação das missões na China, mas ele próprio tinha acaalentado, desde muito cedo, a ideia de ser missionário. Com efeito, quando a nova revolução de 1830 o forçou a deixar a sua diocese, foi ter com o Papa pedindo-lhe que o enviasse para o Extremo Oriente. Embora Pio VIII tenha acedido ao seu pedido, o seu desejo nunca se pôde concretizar.

Dom Carlos de Forbin-Janson continuou a desenvolver uma grande atividade no campo da caridade e da assistência, até um novo acontecimento providencial lhe ter permitido seguir livremente a sua inclinação para a evangelização *ad gentes*: tendo sido convidado pelos bispos missionários, partiu para a América do Norte, onde permaneceu de 1839 a 1841. No Canadá, tendo por cenário uma natureza assombrosa, desenvolveu a sua pregação dirigindo-a às tribos nômadas; em seguida, também visitou os Estados Unidos. Entretanto, brotou nele o desejo de criar uma fundação em favor das missões.

Ao regressar a França, continuaram a impressioná-lo as notícias sobre muitas crianças – sobretudo meninas – da China que, sendo abandonadas ou friamente mortas, morriam sem sequer poderem receber o Batismo. Os angustiosos pedidos de ajuda lançados pelos sacerdotes daquela Sociedade das Missões Estrangeiras de Paris na qual ele próprio tinha pensado ingressar. Ia sendo forjada a ideia de salvar a inocência das crianças das terras de missão através da inocência das crianças cristãs. Os dois polos da sua vida entraram definitivamente em contacto: infância e missão.

Com tais preocupações, no verão de 1842, Dom Carlos de Forbin-Janson foi a Lyon para falar com Paulina Jaricot, a jovem leiga que, vinte anos antes, tinha lançado as bases da Pontifícia Obra da Propagação da Fé. A partir desse diálogo decisivo, começou a entrever a modalidade a seguir na organização

da ajuda às crianças da China, que acabaria por se concretizar num “duplo gesto” das crianças da sua diocese: a recitação diária da Ave-Maria, acrescida de uma breve oração pelas crianças da missão, e a oferenda de uma moedinha por mês.

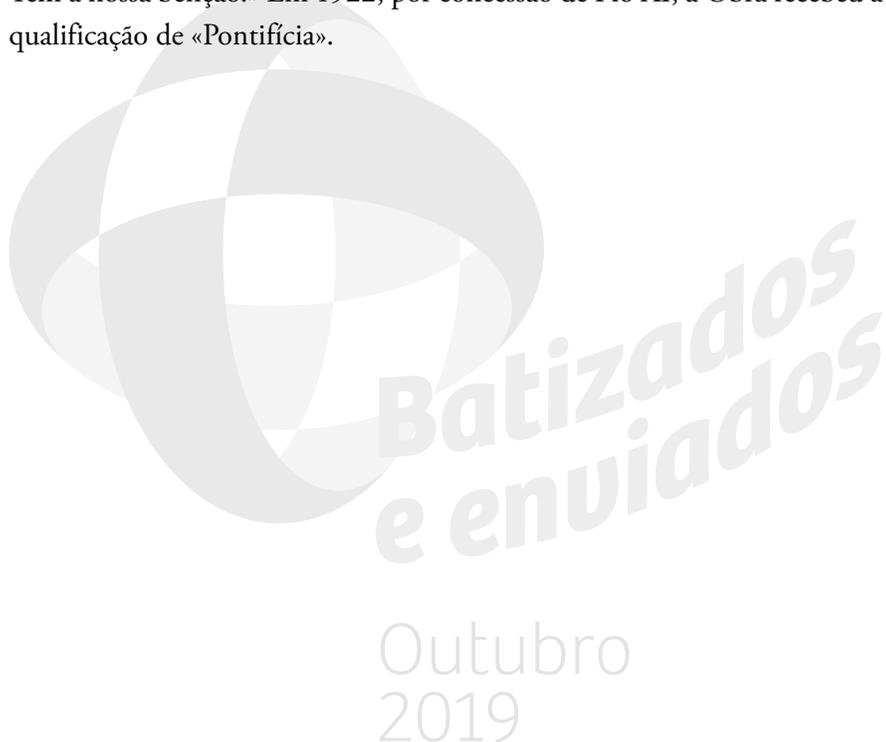
O bispo consagrou-se a este projeto destinado a mobilizar as crianças cristãs em favor dos seus irmãos das terras de missão, uma obra que, dando pelo nome de Santa Infância – em referência à infância de Jesus –, foi fundada a 19 de maio de 1843. Era a resposta à sua inquietação que durara quase quarenta anos! Para difundir a sua iniciativa, viajou até à sua pátria e chegou à Bélgica, onde recebeu o apoio dos reis e do nuncio, Dom Gioacchino Pecci, futuro Papa Leão XIII. A Santa Infância seria imediatamente muito bem acolhida em França, granjeando adeptos em todo o mundo, embora também tenha tido de superar algumas resistências. Ao contrário do que temiam os mais desconfiados, a nova Obra não se debilitou, pelo contrário, reforçou a obra da Propagação da Fé e, além disso, antecipou a Obra de São Pedro Apóstolo – fundada em 1889 –, cobrindo aspetos vocacionais que, mais tarde, viriam a ser assumidos por esta última.

Na contemplação da infância do Senhor, De Forbin-Janson descobriu uma forma excepcional de aceder ao Mistério da Encarnação, de se fazer um com Cristo e de partilhar o seu amor salvífico. Nos episódios do Evangelho em que Jesus se refere às crianças, encontrou «uma nova linguagem cheia de ensinamentos e exemplos» da qual transparece «a sua vontade formal de restituir à infância os seus direitos desprezados e de aumentar os seus privilégios».

Para explicar o significado da Obra e organizar o seu funcionamento, quatro meses antes da sua morte anunciou a criação – que teria lugar mais tarde, em 1846 –, dos *Anais da Santa Infância*, uma espécie de correspondência entre as crianças das Igrejas mais consolidadas e as crianças das missões.

Exausto, Dom Carlos de Forbin-Janson morreu perto de Marselha, em julho de 1844, quando a Santa Infância ainda não contava um ano e meio de vida. Não pôde realizar o seu sonho de partir para a China depois de iniciada a Obra, nem chegou a assistir às expedições das religiosas que, a

partir de 1847, e em linha com outra das suas intuições, se ocupariam matematicamente das necessidades das crianças desfavorecidas, na missão. A sua iniciativa foi imediatamente apoiada pelos Sumos Pontífices, apoio esse que dura há cento e setenta e cinco anos e que ainda hoje pode ser resumido com as palavras de encorajamento que Gregório XVI dirigiu ao bispo, no princípio: «Continue a fundar a Obra. Na verdade, é uma Obra de Deus. Tem a nossa bênção.» Em 1922, por concessão de Pio XI, a Obra recebeu a qualificação de «Pontificia».



JOANA BIGARD (1859-1934)

Joana Bigard nasceu a 2 de dezembro de 1859 em Coutances, cidadezinha da Baixa Normandia, em França. A sua mãe, Stéphanie Cottin, era uma mulher de carácter forte e de amor possessivo. Entre mãe e filha desenvolveu-se uma tal simbiose de sentimentos e de ideais, que quase as tornava indispensáveis uma à outra.

A idade escolar foi passada por Joana, de saúde precária, confinada à sua casa de Caen, cidade para onde o seu pai, magistrado, tinha sido transferido por razões de trabalho. A instrução que lhe foi dada em casa era certamente superior à recebida pelas meninas da sua época, tendo em conta o alto nível cultural da família Bigard, mas não lhe permitia desfrutar da liberdade, da despreocupação, das brincadeiras e do calor da amizade.

A juventude de Joana desenrolou-se na época do pleno desenvolvimento daquela rede de cooperação missionária dos tempos modernos que teve as suas raízes na França pré-napoleónica. O Instituto das Missões Estrangeiras de Paris tornar-se-ia no fulcro do despertar missionário e no centro propulsor de algumas associações missionárias que, mediante a oração e as ajudas espontâneas, se propunham apoiar os missionários enviados para o Extremo Oriente e para a América do Norte.

Por iniciativa de várias pessoas, em particular de Paulina Jaricot (1799-1862), tinha surgido, em Lyon, a Obra da Propagação da Fé (1822). No espaço dos primeiros trinta anos, esta obra conseguiu difundir-se por muitos Estados europeus, incluindo Itália, suscitando o interesse popular pelas missões, sobretudo através de publicações de carácter edificante, como os *Anais da Propagação da Fé*, que permitiam divulgar as arrojadas e benéficas

experiências dos missionários, mas também os diversos problemas daqueles povos.

Através de tais leituras, Stéphanie e Joana Bigard, já em estreita relação com as Missões Estrangeiras de Paris, travariam conhecimento com alguns sacerdotes missionários que trabalhavam no Extremo Oriente, dos quais se viriam a tornar confidentes e apoiantes. Ao mesmo tempo que se iam multiplicando as forças missionárias, na Europa advertia-se, precisamente, da necessidade urgente de instaurar nos territórios de missão uma hierarquia local, livre de qualquer pressão política e autónoma em termos de exercício pastoral. As duas Bigard, graças aos seus contactos já habituais com os missionários, intuíram o problema e começaram a elaborar mentalmente uma resposta adequada. A Sociedade das Missões Estrangeiras de Paris, que frequentavam habitualmente, já tinha inserido há algum tempo, no seu programa, a constituição imediata da Igreja local com uma hierarquia formada por elementos nativos. Não era fácil implementar tal programa.

A Congregação romana *de Propaganda Fide* começou a abordar com insistência o problema do clero local, baseando-se na célebre Instrução de 1659³, pela qual se exortavam os missionários a usar da máxima solicitude na formação do clero local. Com a Instrução de 1845⁴, convidavam-se os vigários apostólicos, diretamente ligados à *Propaganda Fide*, a passar para as mãos dos sacerdotes nativos a responsabilidade pelas missões e a não ter medo de subordinar aos mesmos os próprios missionários europeus. As perseguições, com a possibilidade de uma expulsão em massa dos missionários estrangeiros, aconselhavam, como solução urgente, a criação de um clero nativo. Para poder garantir o crescimento das Igrejas locais nos territórios de missão, a questão central a resolver continuaria a ser, durante muitos anos, a formação do clero nativo. Nisso se concentraram as duas mulheres Bigard.

O ponto de partida seria uma carta que lhes foi endereçada a 1 de junho de 1889 pelo bispo de Nagasaki, Dom Giulio Alfonso Cousin, das Missões

³ CONGREGAÇÃO DE PROPAGANDA FIDE. *Istruzione* 1659, *Collectanea* 1 (1622-1866), n. 135, 42-43.

⁴ CONGREGAÇÃO DE PROPAGANDA FIDE. *Collectanea* 1 (1622-1866), n. 1002, 541-545.

Estrangeiras de Paris. Preocupado por terem de mandar de volta para as respetivas famílias (apenas por falta de fundos) «alguns rapazes que poderiam vir a ser excelentes seminaristas e, mais tarde, bons sacerdotes»⁵, pediu a Joana e Stéphanie Bigard que ajudassem o seu seminário, tornando-se suas patrocinadoras. Sugeriu ainda a «adoção de um seminarista que, mais tarde, levará diariamente ao santo altar a recordação dos seus pais adotivos, tanto ao longo da sua vida, como depois da sua morte»⁶. Para Joana e Stéphanie, aquela carta soou como uma chamada. O clero nativo viria a ser a vocação à qual poderiam dedicar, sem reservas, toda a sua vida. Dedicaram-se imediatamente à angariação de fundos para os seminaristas de Nagasaki e, ao mesmo tempo, recolheram informações dos bispos e dos vigários apostólicos das Missões Estrangeiras de Paris sobre o estado do clero local nos seus países.

O caminho empreendido teria resolvido o problema central da Missão, garantindo a presença do clero local. A fundação da Obra de São Pedro Apóstolo passou por várias fases: num primeiro momento, para satisfazer os pedidos de Dom Cousin e de outros missionários, conseguiu várias bolsas de estudo para seminaristas e foram confeccionados paramentos litúrgicos para as missões. Joana compreendia que a sua Obra deveria volver o olhar para as missões do universo⁷, porque todo o mundo missionário tinha necessidade de sacerdotes.

Em perspetiva, a Obra queria estar aberta às pessoas que, em todo o mundo, contribuíam ou teriam contribuído, segundo as suas possibilidades, para apoiar:

1. a criação de bolsas perpétuas;
2. a adoção de um seminarista;
3. a oração, as oferendas e o trabalho.

No entanto, para garantir um lançamento seguro, eram necessárias duas condições imprescindíveis: a graça de Deus e a bênção do Papa. Será o pró-

⁵ P. LESOURD-A. OLICHON. *Jeanne Bigard. Fondatrice della Pontificia Opera di S. Pietro Apostolo per il Clero Indigeno* (trad. e reelaboração a cargo de P.F. Casadei), Ed. PP.OO.MM., Roma 1979 (abrev. JB), 32

⁶ JB 32.

⁷ JB 38.

prio Leão XIII a proporcionar uma oportunidade nesse sentido, com a sua Encíclica *Ad Extremas Orientis*⁸, com a qual declarou a urgência da formação dos sacerdotes nativos.

Os missionários que ignoravam a língua e os costumes do lugar eram considerados estrangeiros, ao passo que os sacerdotes nativos seriam ajudados no seu ministério. Devia, portanto, ter-se presente que o número dos missionários estrangeiros não conseguiria acompanhar o ritmo do aumento das conversões.

A Obra de São Pedro Apóstolo já tinha no seu ativo mil associados e uma longa lista de bolsas de estudo, no valor de cem mil francos, destinadas a seminaristas asiáticos e africanos. Era lícito esperar um sinal de aprovação vindo de Roma. A bênção do Papa chegou em 1895, quando o episcopado francês também concedeu o *nihil obstat* à Obra de São Pedro Apóstolo para o Clero indígena das Missões, que assim passou a pertencer plenamente à Igreja universal. A *Propaganda Fide* garantiu o seu pleno apoio à Obra através dos seus prefeitos, os cardeais Ledochowski e Jacobini. Este último antecipou, por carta, a inserção da mesma nas Obras Missionárias Pontifícias, ocorrida a 3 de maio de 1922, por vontade de Pio XI.

A solidão e o abandono que experimentam muitos fundadores e fundadoras também impressionaram Joana. A 5 de janeiro de 1903, à cabeceira da mãe Stéphanie, moribunda, está só ela, Joana Bigard, que ofereceu a Deus o seu sofrimento e o amor daqueles que a tinham ajudado e seguido. Temia a escuridão espiritual, e rezava a Jesus, pedindo-Lhe que fosse o seu companheiro de viagem «até ao dia em que me perderei no vosso amor»⁹. Estava preocupada com a continuidade da obra que, no fim, confiaria à Congregação Religiosa das Franciscanas Missionárias de Maria¹⁰.

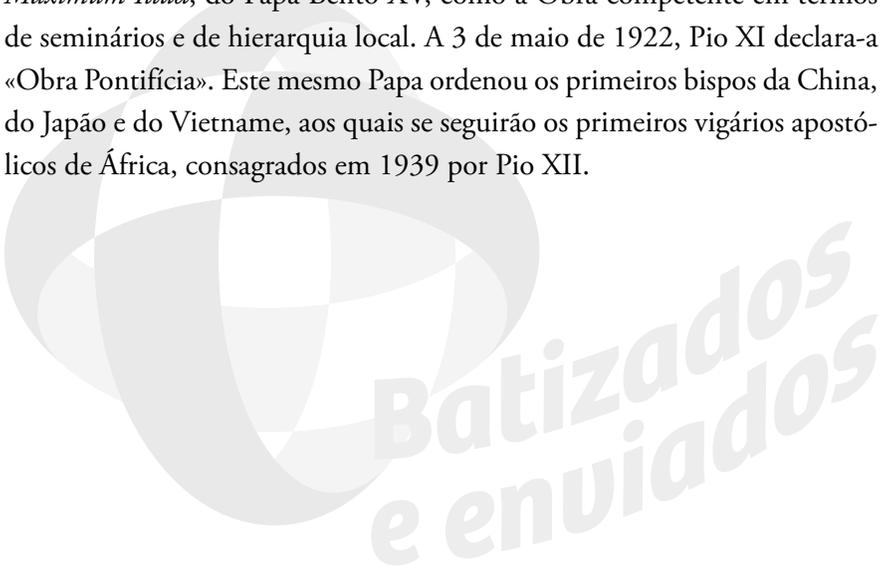
⁸ LEÃO XIII. Enc. *Ad Extremas Orientis* (24/6/1893), *Acta Leonis XIII*, 13 (1894), 190-197.

⁹ JB 88.

¹⁰ O Instituto das Franciscanas Missionárias de Maria foi fundado por Helena Chappotin de Neuville (1839-1904), que, como religiosa, tomou o nome de Maria da Paixão. Aprovado a 17 de julho de 1890, o Instituto, dado o seu carácter essencialmente missionário, obteve a aprovação das suas constituições pela Congregação *de Propaganda Fide* a 8 de julho de 1922.

A longa doença que a conduzirá à morte, ocorrida a 28 de abril de 1934, revela a lógica misteriosa das obras de Deus, que muitas vezes concede a abundância dos seus dons como resposta a pessoas que sabem entregar completamente a sua própria vida até à cruz.

A Obra de São Pedro Apóstolo já fazia plenamente parte da vida da Igreja. Apareceu pela primeira vez num documento solene do magistério, a *Maximum Illud*, do Papa Bento XV, como a Obra competente em termos de seminários e de hierarquia local. A 3 de maio de 1922, Pio XI declara-a «Obra Pontifícia». Este mesmo Papa ordenou os primeiros bispos da China, do Japão e do Vietname, aos quais se seguirão os primeiros vigários apostólicos de África, consagrados em 1939 por Pio XII.



Batizados
e enviados

Outubro
2019

ANA DENGEL (1892-1980)

Ana Dengel nasceu em Steeg, na região do Tirol, na Áustria, a 16 de março de 1892. Na sequência da morte prematura da sua mãe (ocorrida quando Ana contava apenas nove anos), ela e os seus irmãos foram criados pelo pai que, depois de se ter voltado a casar, teve mais quatro filhos. Ana ficou profundamente afetada pela perda da mãe, e esse acontecimento influenciou o seu trabalho e, sobretudo, a solicitude com que viria a cuidar das mulheres e das mães. A sua família era abastada, e o pai dedicou-se profundamente à educação dos filhos.

Terminados os seus estudos em Hall e Innsbruck, contando apenas 17 anos, Ana começou a trabalhar como professora de alemão em Lião. Nesse período teve conhecimento de uma escola de enfermagem feminina, onde trabalhava uma das primeiras mulheres formadas em Medicina, Agnes McLaren. O objetivo principal desta médica era prestar assistência clínica às mulheres indianas e, sobretudo, às mulheres muçulmanas que não podiam ser assistidas devido às leis islâmicas. Aos setenta e dois anos de idade, e com a bênção do Papa Pio X, a médica McLaren partiu para a Índia onde, em 1910, fundou o hospital de St. Catherine para tratar mulheres e crianças.

Inicialmente a médica tentou persuadir as ordens religiosas para que prestassem assistência clínica nos territórios de missão, mas os seus intentos falharam devido a um decreto eclesiástico do século XII que proibia as irmãs de estudar e de praticar Medicina. A Dra. McLaren começou então a procurar mulheres jovens europeias e americanas que quisessem aprender a profissão e que estivessem dispostas a mudar-se para a Índia a fim de levarem por diante a missão. Ao saber disso, Ana Dengel, que então contava cerca de

vinte anos, pensou imediatamente que essa opção seria perfeita para ela, por isso escreveu-lhe uma carta: «Eis a resposta ao meu maior sonho e profundo desejo: ser uma missionária com um objetivo específico, desempenhar uma missão tão urgente, que só uma mulher pode levar a cabo. É este o meu sonho de infância.»

A correspondência entre Ana e a Dra. McLaren revelou-se complicada desde o início, visto que a médica não falava alemão e Dengel não sabia inglês. A médica incentivou a jovem tirolesa a estudar Medicina em Cork, na Irlanda, pois era necessário obter uma qualificação em inglês para trabalhar na Índia, que então ainda era colônia inglesa. Infelizmente, as duas mulheres nunca se chegaram a encontrar, porque a Dra. McLaren morreu em 1913.

Ana conseguiu terminar os seus estudos em Cork no ano de 1919. Em dezembro desse ano chegou a Rawalpindi (no atual Paquistão) e começou a trabalhar no hospital de St. Catherine. A sua rotina, entre o trabalho no hospital, o estudo da língua, as visitas às casas e os problemas da vida quotidiana, esgotava toda a sua energia. Todos os dias, pelo menos cento e cinquenta pacientes dirigiam-se ao hospital em busca de assistência e de tratamentos. Passados cerca de três anos, Ana foi acometida por uma certa inquietação interior. Um sacerdote apercebeu-se que Ana tinha sentido a chamada, e aconselhou-a a ingressar na ordem missionária. Ana, porém, encontrava-se frente ao mesmo problema que atormentara a Dra. McLaren: se tivesse feito os votos, teria tido de renunciar à sua carreira médica.

Em 1924, Ana confiou a gestão da clínica a um médico indiano e regressou a Innsbruck para fazer um retiro. Aí cresceu dentro de si o desejo de fundar uma ordem religiosa de médicos, projeto apoiado, por sua vez, pelo sacerdote que conduzia o retiro. Dirigiu-se, portanto, aos Estados Unidos por seis meses, a fim de angariar fundos e de procurar mulheres que acolhessem a ideia do seu projeto. Em breve se uniram a ela uma médica e duas enfermeiras. Assim, a 30 de setembro de 1925, nasceram em Washington as Irmãs Missionárias Médicas. Como as religiosas ainda estavam proibidas de praticar Medicina, a comunidade foi fundada como uma *pia societas* sem votos.

Ana Dengel trabalhou muitos anos em prol de uma mudança na lei canónica e de acabar com a proibição de as irmãs religiosas praticarem Medicina. Em 1936, o Papa Pio XI publicou o decreto *Constans ac Sedula* que revogava essa proibição e, em 1941, as irmãs das Irmãs Missionárias Médicas tornaram-se, finalmente, numa congregação religiosa com votos; mais tarde, em 1959, receberam o decreto da Santa Sé que fazia delas uma congregação de direito pontifício.

Tendo começado com apenas quatro irmãs originais, a congregação conta agora com mais de quinhentos membros que trabalham em África, Ásia, Europa e América. Muitos dos primeiros hospitais fundados passariam a ser mais tarde geridos pela população local, precisamente como as irmãs fundadoras desejariam. Hoje, já não está centrada apenas nos serviços médicos ou cirúrgicos, mas no trabalho em prol do bem-estar integral da pessoa e da sua salvação em Cristo.

A aluna da Dra. Ana Dengel mais famosa de entre as Irmãs Missionárias Médicas é, sem dúvida, Santa Teresa de Calcutá. As duas mulheres não se encontraram pessoalmente até quase ao fim da vida de Ana Dengel e, embora não tendo sempre a mesma linha de pensamento, partilhavam o empenho e o amor pela caridade para com os mais pobres. Ambas fundaram congregações, e o seu zelo conseguiu mudar para sempre a Igreja e o mundo.

Em 1973, a Dra. Ana Dengel passou a direção das Irmãs Missionárias Médicas para a geração seguinte com estas palavras: «O futuro pertence-vos. Tentai compreender as dificuldades do vosso tempo tal como eu compreendi as dificuldades do meu.» Na primavera de 1976, teve um AVC que a deixou parcialmente paralisada. Ainda se encontrava no hospital de Roma quando a Madre Teresa a foi visitar. A Dra. Dengel reconheceu-a e pediu-lhe que lhe impusesse as mãos, gesto habitual na Índia, como símbolo de herança e de bênção espiritual. Morreu em Roma, a 17 de abril de 1980, e foi sepultada no Cemitério Teutónico.

BEATO BENEDICT DASWA (1946-1990)

No seu decreto de beatificação, o Papa Francisco descreveu-o como «catequista diligente, professor dedicado e testemunha do Evangelho até ao derramamento de sangue». Tshimangadzo Samuel Daswa nasceu a 16 de junho de 1946, na aldeia de Mbahe, província do Limpopo, diocese de Tzaneen, na África do Sul; morreu mártir pela fé a 2 de fevereiro de 1990 e foi beatificado a 13 de setembro de 2015.

Quando Benedict se tornou católico, compreendeu que havia aspetos da cultura africana, como a prática difusa da bruxaria, da magia e do homicídio ritual, que não podia continuar a aceitar. A sua posição contra esses problemas profundos e obscuros da sua cultura levou-o a pagar o preço último do martírio. A sua morte brutal por lapidação e espancamento fez dele um herói para todos os cristãos de África e de qualquer outro lugar em que se lute pela libertação da escravidão da bruxaria. Benedict Daswa viveu a sua vocação cristã com satisfação e entusiasmo, mas, ao mesmo tempo, com modéstia e humildade, como o demonstra o seu testemunho cristão nas várias áreas da sua vida. Após o seu Batismo, e em particular depois do seu casamento pela Igreja, em 1974, com Shadi Eveline Monyai, Benedict tornou-se num guia para os jovens, passando com eles muitas horas e fins de semana, catequizando-os e instruindo-os.

Quando se formou o primeiro Conselho Pastoral Paroquial, foi eleito presidente. Ajudou, ensinando o catecismo a crianças e adultos, conduzindo a celebração dominical na ausência do sacerdote, visitando os doentes e os não-praticantes e ajudando os pobres e os necessitados. Na igreja, colaborou na criação de um jardim de infância. De vez em quando, a pequena comunidade

cristã reunia-se em sua casa e, durante esses encontros, rezava-se o terço e partilhava-se a Palavra de Deus.

Em família, Benedict era um verdadeiro modelo de referência como marido e pai, sendo completamente dedicado ao ideal da família como “Igreja doméstica”. Nas aulas, não só se preocupava em transmitir aos alunos um bom nível de instrução, mas transmitia-lhes sobretudo os valores morais fundamentais para a formação da sua personalidade. Sendo um desportista hábil e motivado, Benedict inculcou nos jovens os valores do trabalho árduo, da disciplina, da honestidade e do espírito de equipa. Como diretor da escola, muito respeitado e escrupuloso, motivou e formou o seu pessoal para que desse a melhor instrução possível aos alunos, envolvendo os pais como colaboradores de todo o processo educativo.

Na esfera pública, Benedict não fez segredo da sua posição contra a bruxaria, a magia e o homicídio ritual, que ainda hoje têm poder para impedir o desenvolvimento e o progresso da sociedade. As acusações de bruxaria são muitas vezes movidas por ciúmes, medo e suspeitas contra aqueles que parecem estar mais empenhados e ter êxito nos seus empreendimentos. Benedict deu-se conta da necessidade de libertar os indivíduos desses efeitos paralisantes, a fim de lhes permitir assumir a responsabilidade pessoal das próprias vidas e tornarem-se adultos maduros.

Assim, o seu papel na ajuda que dava às pessoas para alcançarem a verdadeira liberdade interior foi importante não só para a Igreja, mas para toda a sociedade. Tanto na comunidade local, como conselheiro e consultor do chefe da aldeia, como na comunidade eclesial, enquanto catequista e responsável pela oração, Benedict demonstrou um espírito de genuíno amor cristão, respeito, generosidade, honestidade e liberdade. Benedict era um homem de oração cuja vida espiritual era constantemente alimentada pelos Sacramentos, de modo especial pela Eucaristia, e pela Palavra de Deus. Este grande mistério de fé e amor significava tudo para ele: era o centro da sua vida.

Nunca se envergonhou de admitir a sua grande fé em Deus: era Deus que lhe dava força. As pessoas que o conheciam muito bem têm testemunhado

que o crescimento na sua relação com Deus era claramente visível, tal como a fidelidade com que vivia os valores que tinha abraçado pelo Batismo. Queria que as pessoas sentissem orgulho na sua fé católica e assumissem uma verdadeira responsabilidade para com a Igreja que ele tanto amava. Isso significava trabalhar a nível local pelas vocações sacerdotais e pela vida religiosa, serem ativas na Igreja e apoiá-la financeiramente.

A sua posição contra a bruxaria não era muito popular por se opor a uma realidade profundamente arraigada na cultura local. Havia outros que, tal como Benedict, consideravam o mundo da bruxaria fruto do mal, do medo, da desconfiança, da inimizade, da injustiça e da violência, que, em seu entender, as pessoas deveriam abandonar, tornando-se livres. Esses, porém, entre os quais os ministros religiosos, calavam-se por medo de represálias. Benedict era diferente. Falava aberta e fortemente em público, opondo-se às pessoas que recorriam à bruxaria. Benedict Daswa nunca fez pactos desonestos. Sempre aderiu à sua fé cristã.

Defendia as pessoas que se recusavam a pagar para consultar o *sangoma* (o xamã), pois não queria que as pessoas pagassem por uma coisa que não existia. Acima de tudo, Benedict não queria que nenhum inocente fosse morto ou banido da aldeia como suposto bruxo. Normalmente, devido aos boatos, mexericos e intrigas, apontava-se alguém a dedo, muitas vezes alguma mulher idosa ou qualquer outra pessoa vulnerável. As pessoas não procuravam provas de culpa, mas dirigiam-se a um *sangoma* que habitualmente confirmava as suas suspeitas. O imputado não tinha qualquer possibilidade de se defender.

Entre novembro de 1989 e janeiro de 1990, abateu-se um temporal sobre a aldeia onde Benedict morava com a sua família. A 25 de janeiro de 1990, durante uma tempestade, os telhados de algumas cabanas foram atingidos pelos raios e incendiaram-se. Era opinião comum entre os habitantes locais que se um raio atingia uma casa, isso fora provocado por alguém que, no entender do povo, praticava bruxaria. Segundo a cultura tradicional, os bruxos deviam ser capturados e mortos, bem como aqueles que os tivessem

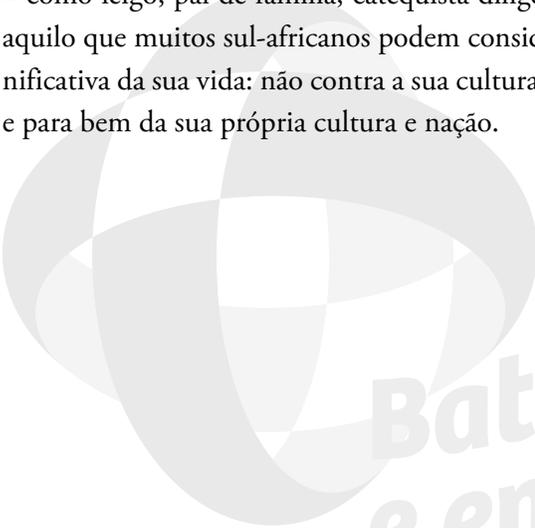
protegido, visto representarem uma ameaça para a sociedade. Era esta a cultura tradicional. Benedict estava consciente da crescente pressão contra ele.

Assim, no domingo seguinte, o chefe da aldeia convocou uma reunião do conselho para abordar essa questão. Benedict ainda não tinha chegado quando foi decidido que alguns membros da comunidade deveriam dirigir-se a um *sangoma* para descobrir o bruxo que tinha enviado os raios. Antes disso, porém, teriam de juntar o dinheiro necessário para lhe pagar. Quando Benedict chegou, tentou imediatamente fazê-los mudar de ideias, sublinhando que a sua decisão provocaria a morte de vários inocentes. O encontro terminou com o reforço da decisão do conselho e a recusa de Benedict em colaborar. Os seus inimigos reuniram um grupo de jovens e adultos para o matar. Aquela sexta-feira, 2 de fevereiro de 1990, Festa da Apresentação do Senhor no Templo, tornou-se no dia de festa da entrada de Benedict Daswa no paraíso.

O aspeto mais significativo do testemunho de Benedict tem que ver com a sua capacidade de abraçar criticamente aquilo que havia de bom na sua cultura, embora desafiando com coragem aqueles elementos culturais que impediam a realização da vida na sua plenitude. Benedict acreditava firmemente que o matrimónio era uma relação entre pares, para toda a vida, uma fiel associação de vida e de amor. Numa comunidade rural, patriarcal e tradicional africana, na África do Sul do *apartheid*, Benedict deu testemunho profético de uma atitude respeitadora da igualdade das mulheres. Acreditava no matrimónio fiel e monogâmico que encontra no sacramento cristão o seu pleno sentido. Como foi testemunhado pelos seus filhos, nunca se envergonhou de ajudar Eveline, sua mulher, na lide doméstica, geralmente reservada às mulheres. Rezava todos os dias com a sua família e animava todos os pais a rezar com os seus filhos. Organizava reuniões de família regulares e servia de mediador e consultor aos casais em dificuldades. Por fim, Benedict foi um fervoroso professor e educador, chegando a diretor da Escola Primária de Nweli, onde ensinou durante muitos anos. E talvez, acima de tudo, como foi sublinhado por aqueles que o conheciam, era um homem profundamente

humilde, que recorria sempre à força do diálogo, que lhe vinha da sua fé e amizade com Jesus.

Nunca renegou a sua cultura africana, mas abraçou os seus melhores aspetos, purificados e amadurecidos pela fé. A sua história reflete o empenho sincero nos valores da ética ubuntu, um empenho em prol do bem comum e do serviço à vida. O exemplo que oferece com a sua atitude quotidiana – como leigo, pai de família, catequista diligente e professor dedicado – é aquilo que muitos sul-africanos podem considerar hoje a herança mais significativa da sua vida: não contra a sua cultura, mas para bem de si mesmos e para bem da sua própria cultura e nação.



Batizados
e enviados

Outubro
2019

CATARINA ZECCHINI (1877-1948)

A Madre Catarina Zecchini nasceu em Veneza, a 24 de maio de 1877, e morreu na mesma cidade, a 17 de outubro de 1948. Não conhecemos muito da sua juventude: batizada a 3 de junho de 1877 na igreja de San Giacomo dell’Orio, crismada na igreja de São Jeremias e Santa Lúcia, a 25 de maio de 1885, era dotada de um carácter exuberante, vivo e espirituoso, mas muito sensível. Terminou a escola primária depois dos dez anos de idade, tendo começado a trabalhar em casa, ajudando o pai, comerciante de vinhos, na contabilidade. Dela foi brotando uma solicitude cada vez mais forte para com os pobres, sobretudo para com as crianças que encontrava nas ruas da sua paróquia e que muitas vezes levava para sua casa para lhes matar a fome e as vestir.

Esta caridade que ia germinando no seu coração parece ter sido destinada, com a graça de Deus, a crescer no tempo até já não se poder limitar àqueles pobres ocasionais, manifestando-se na necessidade de trabalhar com todas as suas forças pela difusão do Reino de Deus sobre toda a terra, ao serviço daqueles a quem Catarina chamará os verdadeiros pobres: os que ainda não conhecem Deus. Em 1905, Catarina teve um encontro fundamental para a sua vida espiritual: o encontro com o padre dominicano Giocondo Pio Lorgna, que, durante mais de vinte e cinco anos, até morrer, foi seu diretor espiritual, tendo-a feito crescer no amor à Cruz e à Eucaristia.

O encontro eucarístico era para Catarina o encontro com uma pessoa real, com o Deus que ela denominava «aniquilado, escondido», mas que sabia ser o único poderoso e capaz de transformar a vida do homem. Depois de ter recebido a Eucaristia, sentia um desejo cada vez maior de perfeição e

de união com Deus; se, por um lado, a contemplação eucarística a levou a um autêntico conhecimento de si mesma e do seu próprio nada, por outro, também lhe deu forças para estender as asas e lançar o olhar mais além, onde tantos irmãos esperavam a sua ajuda.

A comunhão com Cristo gerou a missão, que se manifestou em sentimentos de comoção e de amor e naquela sede que ela equiparava à sede de almas de Cristo: «Tenho sentido uma grande sede de almas [...] dá-me muitas dessas almas, Jesus, quero reconduzi-las aos teus pés, belas e purificadas.» (16 de setembro de 1912) Contemplando Cristo na sua paixão, sob o rosto do Crucificado e na presença eucarística, partilhando a sua ânsia de amor, Catarina não podia deixar de desejar como meio principal para saciar essa sede o meio escolhido pelo próprio Cristo: o sofrimento. Nasceu assim o desejo de se oferecer com Cristo e em Cristo como vítima pelos irmãos. O ato de Oblação ao Amor Misericordioso, de 8 de dezembro de 1920, constitui uma síntese desse caminho, dessas intuições que se fundam num único e grande ideal: «Sinto em mim desejos imensos. Gostaria de ser apóstola do teu amor, ó grande Deus! Morrer mártir da caridade, gastar cada instante da minha vida para que o Amor seja conhecido, para glória de Deus e para bem das almas.»

Sob a luz eucarística, compreendem-se as diversas atividades missionárias empreendidas por Catarina. A difusão da «Pequena Pagela Apostólica», por ela composta em 1915, consiste num dia por mês de oração e de oferta do trabalho a favor das missões, para obter vocações missionárias, todas as ajudas espirituais e materiais que lhes são necessárias e a conversão daqueles que ainda não conhecem Cristo. Na Hora de Adoração, diante de Jesus, convidava as pessoas a rezar pelas missões do mundo inteiro. A União Missionária Santa Catarina de Sena era um grupo de mulheres, ligadas por votos privados, que se encontravam uma vez por mês para oferecer algumas horas de trabalho para as missões e a adoração com o mesmo objetivo, sendo acompanhadas ainda por um sacerdote num caminho de formação missionária.

O duplo movimento de trabalho e adoração também marcou outra iniciativa de Catarina: o laboratório missionário, que, num segundo momento, dará vida ao laboratório missionário diocesano: «Só a oração e o trabalho teriam sido capazes de alcançar o objetivo que Catarina Zecchini tinha proposto a si própria entre os fiéis, para os infieis.» Por fim, a instituição dos Pequenos Apóstolos da Santa Infância e de uma Companhia Filodramática, com as suas récitas, cujo produto era encaminhado para as missões.

O chamamento particular de Catarina a ser “mártir”, a sua sede cada vez maior de oração, o progressivo aniquilamento de si própria diante de Deus, são apenas um sinal de uma vocação que não se limita a uma só pessoa, mas que se alarga à comunidade com a fundação de um instituto religioso. A intuição da Obra ocorre-lhe, mais uma vez, diante de Jesus Eucaristia. Estamos em 1912, em Castel di Godego, quando lhe surgiu claramente a ideia de uma comunidade religiosa, toda ela dedicada à missão universal da Igreja. Contudo, seriam necessários muitos anos de interiorização, de caminho de fé, de busca apurada da vontade de Deus e de discernimento, com a ajuda de alguns sacerdotes, para que essa ideia se tornasse realidade.

Obrigada a refugiar-se em Novara por causa da guerra, Catarina conheceu, no início de outubro de 1918, na igreja de Santa Maria das Graças, o padre Luigi Fizzotti, passionista. Na confissão subsequente, sem que Catarina lhe tivesse manifestado fosse o que fosse, ele incitou-a a iniciar a Obra sem hesitações, visto ser essa a vontade do Senhor. O padre Luigi manteve-se sempre ao lado de Catarina, apoiando-a no seu papel de fundadora, tentando aplanar-lhe o caminho através de cartas e recomendações e, quando foi necessário dar um rosto institucional à Obra, tornando-se no seu principal garante.

Assim, Catarina, à qual já se tinham agregado espiritualmente algumas companheiras, pediu ao cardeal-patriarca de Veneza, Pietro La Fontaine, que abençoasse a Obra por ela iniciada. A 10 de novembro de 1922, foi assinado o decreto de ereção como Pia União por parte do cardeal, mas apenas a 30 de maio de 1923, Catarina Zecchini, com as duas primeiras

companheiras, deu início ao primeiro cenáculo de vida comunitária, emitindo no dia seguinte, Festa do Corpo de Deus, o Ato de Consagração por meio do padre Lorgna. A primeira etapa durou desde 1923 a 1933: dez anos de longo e intenso trabalho, de oração e sacrifício, antes da esperada ereção como instituto diocesano.

Após várias dificuldades, divergências e obstáculos de todo o tipo, a 20 de abril de 1933 seriam finalmente constituídas as Servas Missionárias do Santíssimo Sacramento. «Foi decidido pelo sim», lê-se no diário do patriarca, que quis datar o decreto com o dia de Sexta-feira Santa. Data certamente apropriada porque – como também se lê no decreto –, «estamos no décimo nono centenário da Redenção; é o dia em que o Senhor derramou o seu sangue pelos homens. E a nova Congregação, além do fim comum a todos os institutos religiosos, impõe às suas filhas este detalhe: trabalhar entre os fiéis pelos infiéis, ajudando as missões católicas mediante obras espirituais e materiais, o que condiz bastante bem com os objetivos da própria Redenção». Para Catarina e para as suas companheiras, foi uma Páscoa antecipada.

Ela própria o tinha expressado assim na primeira Pequena Regra de 1923: «Uma obra toda ela formada no espírito apostólico e no espírito eucarístico, que tenha a missão de conquistar para o coração de Cristo as almas dos pobres infiéis, aumentando assim o número dos seus adoradores.» Catarina estabelece o amor à Igreja, descoberta na sua natureza maternal e missionária, como pedra miliar para o seu instituto. A obra, portanto, deve ter como sua primeira qualidade um carácter apostólico geral (Reg. 1923): «Todas as missões, sem excluir nenhuma, terão o sufrágio das nossas orações, sacrifícios e oferendas.»

A contemplação missionária universal assim vivida suscitou em Catarina uma opção bem determinada. «Queremos desempenhar a nossa missão aqui, no meio dos fiéis, para benefício dos infiéis. Tentaremos, portanto, com a ajuda do Senhor, zelar o mais possível pelo bem espiritual e material das missões católicas e propagar a ideia missionária em todo o tipo de pessoas.» (Patriarca Pietro La Fontaine, 25 de julho de 1922) A vida e a espiritualidade

de Catarina encontraram força e significado na fonte da vida de toda a Igreja: a Eucaristia, fonte da missão.

Catarina sabia que o ideal que a animava só seria exequível através do sofrimento: nunca rejeitou a Cruz, mesmo quando, nos últimos anos de vida, esta a veio visitar sob a forma de uma dolorosa doença e de uma série de incompreensões. Ainda encontrava força e coragem junto do sacrário rezando longamente, inclusive durante a noite, pedindo graças para o Instituto e para que o Reino de Deus se estendesse por toda a terra. Após uma vida completamente dedicada ao ideal eucarístico-missionário, a sua morte, ocorrida a 17 de outubro de 1948, realizou para ela aquilo que tinha escrito havia tantos anos na Pequena Regra do Instituto: «No termo da nossa vida mortal, a última nota de amor que brotará do nosso pobre coração será a do Cristo moribundo, *Consummatum est*: tudo está consumado.»

Batizados
e enviados

Outubro
2019

BEATO CYPRIAN MICHAEL IWENE TANSI (1903-1964)

O Beato Cyprian Michael Iwene Tansi, primeiro beato da Nigéria, nasceu em 1903, em Igboezunu, à beira da floresta, nas proximidades da antiquíssima cidade de Aguleri, na diocese de Onitsha, na zona meridional da Nigéria. Poucos anos antes do seu nascimento, em 1890, os missionários católicos alsacianos tinham levado até lá o primeiro anúncio da fé, e rapidamente lhes tinham sucedido os missionários irlandeses da Congregação do Espírito Santo.

Os seus pais, camponeses, eram pagãos praticantes da “religião tradicional” do povo Igbo. Em 1909, contando apenas seis anos, o pequeno Iwene foi mandado pelos pais para a capital de Aguleri. Aí, na aldeia cristã denominada Nduka, viveu em casa de uma tia materna, cujo filho, Robert Orekie, cristão, era professor na escola da missão. Aos nove anos de idade, foi batizado, tendo-lhe sido dado o nome de Michael. Os jovens da sua idade descrevem-no como um rapaz estudioso e muito exigente consigo mesmo, com um forte ascendente sobre os companheiros, que ficavam fascinados com a sua decidida e precoce personalidade, quer a nível humano quer religioso, e com a sua piedade profunda.

Em 1913, mudou-se para Onitsha, onde se inscreveu na Escola Primária Holy Trinity e, em 1919, obteve o diploma que o habilitava para o ensino. Em 1924, assumiu o cargo de diretor na St. Joseph School. Sentiu a chamada de Deus para a vida sacerdotal e, em 1925, aos vinte e dois anos, vencendo resolutamente a oposição dos seus familiares, entrou no Seminário de St. Paul, de fundação recente, em Igbariam, primeira vocação indígena da zona. Em 1932, era tal a confiança que tinha inspirado aos seus superiores que lhe

foi confiado o cargo de ecónomo do Training College. A 19 de dezembro de 1937, foi ordenado sacerdote pelo bispo missionário Dom Charles Heerey C.S.Sp., na catedral de Onitsha.

Os subsequentes doze anos de sacerdócio revelaram os seus dotes excepcionais, confirmados por muitas pessoas, testemunhas do seu zelo e do seu total abandono a Deus. O primeiro cargo de Michael foi na paróquia de Nnewi. Elisabeth Isichei, no seu livro maravilhoso *Totalmente per Dio. La vita di Michael Iwene Tansi*, resume as suas principais linhas pastorais: «Ascetismo pessoal; grande capacidade de empenho e resistência física; bondade para com os doentes e os pobres; preocupação pela santidade do matrimónio e a formação espiritual das mulheres; carisma pessoal.»

Em 1940, conseguiu deitar por terra, corajosamente, um mito supersticioso sobre a terra dada aos missionários, definida como «floresta maldita». Pensava-se que quem se atrevesse a entrar nela seria morto ou contrairia alguma doença terrível. A primeira coisa que o padre Michael fez foi percorrê-la, aspergindo-a com água benta; ao vê-lo sair incólume, as pessoas encheram-se de coragem e abateram as árvores da floresta. O passo seguinte foi construir uma igreja e uma escola, um presbitério e casas de acolhimento; eram edifícios muito pobres, mas ele próprio participou nas obras, revelando-se, concretamente, um trabalhador incansável. Ao ver um sacerdote trabalhar tão intensamente, muitos o ajudaram, e o seu exemplo suscitaria empreendimentos de construção semelhantes em toda a região.

No que diz respeito às mulheres, tomava a peito a sua dignidade e a defesa da virgindade; com esse objetivo, tinha organizado nas suas paróquias casas onde acolhia as jovens a fim de prepará-las para o matrimónio e para evitar que fossem viver com o futuro marido antes do casamento. A Legião de Maria, por ele instituída, ajudava-o em cada aldeia da paróquia, informando-o dos doentes que queriam ser batizados, promovendo a moralidade dos habitantes e preparando os catecúmenos. Empenhou-se na construção de escolas e na qualificação dos professores. Construiu também casas para acolher os estudantes das classes mais avançadas, uma para rapazes e outra

para raparigas. Acompanhava muitos órfãos e certificava-se de que todos recebiam uma educação escolar adequada.

Em relação às vocações sacerdotais, parecia ter um dom especial para incentivá-las, a tal ponto que pelo menos setenta sacerdotes saíram das paróquias onde trabalhou o padre Michael. Era um bom pregador. As pessoas sentiam-se tocadas por tudo o que dizia e recordavam o seu ensino. Era duro sobretudo contra alguns usos e superstições dos pagãos e, mesmo quando não os conseguia erradicar completamente, conseguia reduzir os seus efeitos sobre os seus paroquianos.

Nas atividades pastorais, apercebeu-se da beleza da vida contemplativa. Por ocasião de um dia de retiro com o clero, o arcebispo Heerey manifestou o desejo de que alguns dos seus sacerdotes abraçassem a experiência monástica, para poderem levar em seguida para a sua diocese a semente da vida contemplativa. O padre Tansi, sem hesitar, declarou-se disposto a aceitar a proposta do seu bispo, tendo-se-lhe juntado o seu coadjutor, o padre Clement Ulogu. Em julho de 1949, entraram em contacto com a abadia cisterciense de Mount Saint Bernard, em Leicester, Inglaterra, que aceitou acolher os dois sacerdotes. O padre Michael chegou a Mount Saint Bernard a 3 de julho de 1950, acompanhado pelo arcebispo Charles Heerey.

Sob a ação do Espírito, aquele que tinha sido um autêntico pioneiro e “gestor” na recentíssima igreja missionária da diocese de Onitsha, adaptou-se, como monge dócil e humilde, ao seu novo estilo de vida. Abraçou o austero e silencioso dia a dia da vida trapista, onde ninguém a não ser o mestre dos noviços, padre Gregory Wareing, fazia ideia do magnífico trabalho que ele tinha desenvolvido como sacerdote. Uma das recordações partilhadas por quantos o conheceram em Mount Saint Bernard é a imagem dele em oração na capela de Nossa Senhora, com a cabeça inclinada para o lado, como se estivesse à escuta daquilo que o seu Senhor lhe dizia.

A ideia original que levava os dois nigerianos a ingressar na comunidade fora a de receberem formação para a vida monástica, com o objetivo de implantá-la na Nigéria, mas rapidamente se tornou evidente a dificuldade

de criar uma fundação apenas com duas pessoas. Acabaram por pedir, na sua liberdade, para serem admitidos à profissão monástica em Mount Saint Bernard, ficando à espera até que a comunidade estivesse em condições de formar um grupo. Em 1963 foi decidido constituir uma fundação em África, mas nos Camarões e não na Nigéria: tal decisão desagradou ao padre Michael, mas este aceitou-a como vontade de Deus.

Quando foi nomeado o grupo para a fundação nos Camarões, o padre Michael foi escolhido como mestre dos noviços: parecia a pessoa mais indicada para formar as vocações africanas que iriam surgindo. Os primeiros quatro fundadores partiram de Mount Saint Bernard a 28 de outubro de 1963, a fim de preparar os edifícios para a chegada do grupo, prevista para a primavera do ano seguinte. Contudo, o projeto de Deus para o padre Michael era outro, e manifestou-se passado muito pouco tempo.

Em janeiro de 1964 foi tomado por dores lancinantes numa perna, que ficou terrivelmente inchada. O médico diagnosticou-lhe uma trombose, propondo o seu internamento no hospital. Internado de urgência na Royal Infirmary de Leicester, foi-lhe diagnosticado um aneurisma na aorta. Durante a noite piorou e, na manhã do dia 20 de janeiro de 1964, na pobreza e no desapego mais total, o padre Cyprian Michael Iwene Tansi transpôs, em silêncio, a meta final do seu longo caminho de fé e de amor.

Quando, a 22 de janeiro de 1986, vinte e dois anos após a sua morte, com grande solenidade e afluência de fiéis vindos de todas as partes da Nigéria, foi aberto, na catedral de Onitsha, o processo de canonização do padre Cyprian Michael Iwene Tansi, a Igreja nigeriana já tinha visto florescer algumas comunidades monásticas de vida contemplativa. Os restos mortais do padre Michael foram exumados em 1988 e restituídos a Onitsha. Durante as exéquias deu-se a cura prodigiosa de uma rapariga de dezassete anos, Philomina Emeka, afetada por um tumor inoperável, a quem o bispo tinha permitido aproximar-se para tocar no féretro do padre Michael Tansi. Este milagre conduziu à beatificação, celebrada pelo Santo Padre João Paulo II a 22 de março de 1998.

VENERÁVEL DÉLIA TÊTREULT (1865-1941)

«**P**ois Deus amou de tal forma o mundo que entregou o seu Filho único.» (Jo 3,16) No século passado, estas palavras conquistaram o coração de Délia Tétreault. Escreveria ela, em 1916: «Deus deu-nos tudo, inclusive o seu Filho; que meio melhor haverá para retribuir-lhe – na medida em que uma tão débil criatura o pode fazer neste mundo – do que dando-lhe filhos, eleitos, que, também eles, cantarão a sua compaixão pelos séculos dos séculos?»

Maravilhada com a gratuidade do amor de Deus por nós, Délia Tétreault respondeu com reconhecimento a esse amor. Mulher de coração universal, a Madre Maria do Espírito Santo (seu nome de religiosa), foi a fundadora do primeiro instituto missionário feminino do Canadá, tendo desempenhado um papel determinante e inegável para a Igreja missionária. No início do século XX, no Canadá e, em particular, no Quebeque, a Igreja ocupava um lugar de relevo no seio de uma sociedade marcada pelo jansenismo, em que a mulher era pouco reconhecida. Os meios de comunicação eram elementares, e os textos escritos desempenhavam um papel importantíssimo na transmissão das notícias. Nesse contexto socio-ecclesial, Délia Tétreault, inspirada pelo Espírito Santo, será portadora de um vento de frescura. Graças à sua visão audaciosa e à sua ação criativa, contribuirá para a abertura do seu país e da sua Igreja ao mundo.

Délia nasceu a 4 de fevereiro de 1865, em Sainte-Marie de Monnoir, hoje Marieville, Quebeque. De saúde precária e órfã de mãe, aos dois anos de idade foi adotada pela sua tia Julie e pelo seu padrinho Jean Alixe, tendo tido uma infância feliz. Desde os seus primeiros anos, Délia gostava muito

de se refugiar no celeiro para ler os *Anais da Santa Infância e da Propagação da Fé*, que encontrara dentro de uma velha caixa. Os relatos missionários fascinavam-na e já se delineavam os primeiros frutos da sua vocação. Nesse período, teve um sonho significativo: «Eu estava ao lado da cama e, de repente, avistei um campo de trigo maduro que se estendia a perder de vista. Num dado momento, todas aquelas espigas se transformaram em cabeças de criança, e eu compreendi de imediato que estas representavam as almas de bebês “pagãos”.»

A sua visita a alguns missionários do noroeste do Canadá impressionou-a muito: «Embora sentisse uma admiração inexprimível pela vida apostólica, nunca me teria atrevido a enveredar por ela. Aliás, a vida apostólica não me parecia possível, visto não existir no Canadá nenhuma comunidade de religiosas missionárias.» Aos dezoito anos, depois de ter sido rejeitada pelo Carmelo de Montreal, ingressou nas Irmãs da Caridade de São Jacinto, mas uma epidemia forçou-a a voltar para casa. Um acontecimento determinante marcou a sua breve passagem por aquela comunidade: «Uma noite, recorda ela, enquanto me encontrava com algumas postulantes numa pequena divisão, pareceu-me que Nosso Senhor me dizia que eu, mais tarde, deveria fundar uma congregação feminina para as Missões Estrangeiras e trabalhar na fundação de uma sociedade semelhante masculina, de um Seminário das Missões Estrangeiras segundo o modelo de Paris.»

Anos mais tarde, conheceu o padre John Forbes, missionário em África. Délia planeava partir com ele para África, mas adoeceu precisamente na noite da partida. O padre Almiré Pichon, SJ, ajudou-a a fundar «Betânia», projeto dedicado às obras sociais, em Montreal. Cheia de dúvidas, trabalhou aí durante dez anos, mas sentia que o Senhor a chamava a uma coisa muito diferente. Nos últimos tempos em «Betânia», Délia conheceu o padre Gustave Bourassa e o padre A. M. Daigneault, s.j., sacerdote em África, que a apoiaram no seu desejo missionário. Outros homens e mulheres de Deus desempenharam um papel fundamental na sua vocação, de modo particular Dom Paul Bruchési, arcebispo de Montreal.

Um forte espírito missionário perpassava a Igreja no início do século XX. Todavia, o Canadá não era considerado um dos grandes países que contribuíam, a nível universal, tanto para as Obras Missionárias Pontifícias como para as vocações missionárias. Doações e recursos passavam pelas comunidades religiosas estrangeiras ativas no Canadá. Os jovens que aspiravam à vida missionária tinham de se formar no estrangeiro. Em 1902, depois de muitas provas, Délia fundou com duas companheiras, em Montreal, uma escola apostólica destinada à formação de raparigas para as comunidades missionárias.

Em novembro de 1904, estando Dom Bruchési de visita em Roma, o padre Gustave Bourassa, que apoiava a jovem comunidade, morreu num acidente. Tinha pedido a Dom Bruchési que falasse ao Papa em favor daquela comunidade nascente; apesar das suas hesitações, o arcebispo acedeu a esse desejo, falando com o Papa Pio X. E este exclamou: «Fundai, fundai... e todas as bênçãos do céu descerão sobre essa fundação.» A 7 de dezembro, o Papa atribuiu-lhe o nome de Sociedade das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição, apontando o mundo inteiro como campo de apostolado. A 8 de agosto de 1905, Délia fez a profissão perpétua: «Todos os países de missão estão abertos para vós.» Délia só podia dar graças a Deus. O seu sonho missionário tornara-se realidade.

A fundadora intuiu que chegara o momento, para a Igreja do Canadá, de dar o seu contributo ao serviço da missão universal da Igreja. Esforçou-se por despertar e formar a consciência missionária no país, criando um terreno fértil do qual emergiriam as vocações missionárias e onde se encontrariam os recursos necessários para sustentar as missões em outros países. O primeiro pedido chegou-lhe do bispo de Cantão, na China; em 1909, Délia mandou para lá seis jovens irmãs. Abriu, no total, dezanove missões no Oriente. Com base nos pedidos dos bispos, Délia Tétréault favoreceu todas as obras de misericórdia: jardins de infância e orfanatos para crianças abandonadas, leprosas para mulheres, casas para idosos ou para deficientes, a primeira escola para raparigas de Cantão, um hospital para doentes mentais, atividades

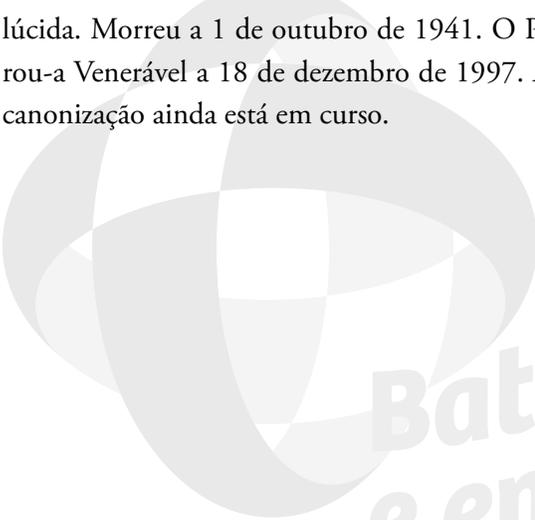
de formação para as virgens catequistas e as religiosas locais. Os obstáculos eram numerosos. Como demonstra a sua volumosa correspondência, Délia encorajava as suas filhas à distância, insistindo sobre os valores cristãos.

Embora a sua frágil saúde nunca tenha permitido a Délia deixar o seu país, o Canadá beneficiou do seu zelo apostólico pela missão. Entre as suas obras missionárias preferidas, as da Santa Infância e da Propagação da Fé passaram imediatamente a beneficiar do empenho de Délia e da sua comunidade. Embora já presentes no Canadá, estas duas obras estavam a enlanguescer. Em 1908, Délia e as suas filhas deram a conhecer a Santa Infância em Outremont e em Montreal. Em 1917, Dom Paul Bruchési confiou-lhes oficialmente o relançamento da obra da Santa Infância na sua diocese de Montreal. Fizeram tudo o que estava ao seu alcance para animar as crianças e abrir-lhes o coração para as necessidades das outras crianças do mundo que não conheciam Jesus, visitando todas as paróquias e as escolas do Quebeque e de outras partes do Canadá, com um zelo sem limites. Em 1917, perante o declínio da Propagação da Fé, Délia empenhou-se em tomar a seu cargo esta última. Durante todos esses anos, as Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição colaboraram ativamente com as OMP a todos os níveis, no Canadá, na América do Sul, no Haiti e em Madagáscar. Para favorecer a animação missionária no país e sustentar as missões no estrangeiro, Délia Tétreault aproveitou o poder dos meios de comunicação. Em 1920, lançou a revista missionária *Le Précurseur*, cuja versão inglesa nasceu em 1923. Muitas vocações missionárias nasceram graças à sensibilização promovida por estas obras.

Tentando cumprir a vontade de Deus, Délia perseverou na tentativa de realizar a segunda parte do seu sonho: colaborar na fundação de um seminário de sacerdotes missionários. Tinha até um plano para sustentar essa obra. Discretamente, mas com audácia, visitou os bispos das várias dioceses. Insistia que não se tratava apenas de uma extensão canadiana do Seminário das Missões Estrangeiras de Paris. A 2 de fevereiro de 1921, os bispos do Quebeque fundam a Sociedade das Missões Estrangeiras do Quebeque.

Délia solicitou a colaboração dos leigos no apoio às missões desde o início. Fez deles missionários nos seus âmbitos de vida quotidiana. Inaugurou os retiros espirituais femininos e as escolas apostólicas. Respondeu ainda a uma necessidade evidente de prestar assistência aos imigrantes chineses do seu país. Abriu hospitais, escolas e centros e inaugurou a catequese em chinês: a sua compaixão evangelizava.

Em 1933, Délia Tétreault sofreu um AVC que a deixou parálitica, mas lúcida. Morreu a 1 de outubro de 1941. O Papa São João Paulo II declarou-a Venerável a 18 de dezembro de 1997. A sua causa de beatificação e canonização ainda está em curso.



Batizados
e enviados

Outubro
2019

SERVO DE DEUS EZEQUIEL RAMIN (1953-1985)

A vida missionária e o martírio do padre Ezequiel Ramin podem ser sintetizados por uma frase que ele próprio pronunciou durante a homilia da missa dominical de 17 de fevereiro de 1985, em Cacoal, passados apenas doze meses sobre a sua chegada ao Brasil: «O padre que vos fala recebeu ameaças de morte. Querido irmão, se a minha vida te pertence, pertencer-te-á também a minha morte.»

Ezequiel nasceu em Pádua, a 9 de fevereiro de 1953, filho de Mario Ramin e de Amirabile Rubin. Era o quarto dos seus seis filhos. Os pais, de cultura modesta, conseguiram, com grandes sacrifícios, realizar o seu sonho de pôr todos os filhos a estudar; contudo, o seu primeiro pensamento fora o de lhes dar uma educação humana e cristã sólida, que os preparasse para enfrentar as provas da vida. Passou uma infância e uma adolescência serenas, enraizadas nos valores da fé e da prática religiosa, do estudo e do trabalho, do sacrifício e da sobriedade, do amor e da ajuda mútua, da simplicidade e da honestidade. Uma família moldada sobretudo pela dedicação total da mãe, cuja jornada era iluminada pela Missa quotidiana e pela oração com que muitas vezes acompanhava a lide doméstica.

Ezequiel completou o seu percurso escolar, na convicção de que o estudo era importante para a vida, além de ser o seu “trabalho” daqueles anos. A tomada de consciência da pobreza em que vivia grande parte da Humanidade – então chamada Terceiro Mundo –, induziu-o a procurar formas práticas de solidariedade para com os oprimidos. Aderiu assim, em Pádua, à Associação Mãos Estendidas, empenhando-se como animador dos campos de trabalho de verão, para financiar microprojetos no Terceiro Mundo, mediante a

recolha de material usado: papel, vidro, ferro e trapos. Ezequiel tinha sempre presente a necessidade de abrir os olhos para a marginalização dos pobres presente na nossa própria sociedade.

Numa sua intervenção por ocasião do Dia Mundial das Missões, em outubro de 1971, contando apenas dezoito anos, Ezequiel afirmou: «Cristo vai agora pelas ruas, a caminho de Emaús; é o rosto do irmão pobre, é o velho devorado pela lepra, são os milhões de famintos, são as seiscentas mil crianças malnutridas. O nosso Cristianismo é um forte empenho que, se nós quisermos, pode tornar-se numa palavra de vida para quem está ao nosso lado, porque a Deus nunca ninguém chega sozinho.» A experiência de Mãos Estendidas foi tão intensa e significativa para ele que viria a prosseguir-la também em Florença, em 1973-74, durante um período de prova junto dos missionários combonianos.

No fim do verão, quando os seus pais o interpelaram sobre qual a faculdade universitária em que pretendia inscrever-se, ele convidou-os a entrar no automóvel e levou-os até ao Instituto dos Missionários Combonianos, em Verdara: «Eis a minha faculdade!» disse ele, deixando-os surpreendidos. Ficaram perplexos, como todos aqueles a quem comunicou a sua decisão. Com efeito, nunca tinha falado dela até então: fora uma opção meditada em silêncio, amadurecida no segredo da sua consciência, enquanto fazia o percurso casa-escola, trilhava as sendas no cume das montanhas ou pedalava entre as suas amadas colinas Eugêneas. Não fora uma opção fácil. Revela-o o episódio do seu encontro com um padre comboniano que tinha visitado a turma de Ezequiel para falar da vocação pessoal de cada um. No fim do encontro, o jovem Ramin tinha-lhe confessado: «O senhor falou de Jonas, que tinha medo de ir a Nínive. Esse Jonas cheio de medo sou eu, precisamente.» Teria medo de pretender seguir uma vocação dura como é a vocação missionária? O medo de não corresponder a ela, de não ser fiel até ao fim? Desconhecemos os temores que precederam a sua decisão, porque as suas cartas são datadas a partir de 1972, quando já tinha tomado uma decisão que nunca mais poria em causa. Com efeito, terminado o trabalho da escolha,

sucedera-lhe a serenidade decorrente da certeza de ter correspondido a uma chamada insistente: «Levar Cristo é levar alegria. Eu sigo o caminho do missionário», escrevia ele, «não por minha iniciativa, mas porque Deus me procura e continuamente me pergunta se eu O quero seguir».

Assim, em setembro de 1972, Ezequiel deixou Pádua, a família e os amigos, para iniciar o percurso que o levaria ao sacerdócio. A 26 de maio de 1976, pediu para se consagrar a Deus, assumindo os votos de pobreza, castidade e obediência, e para passar a fazer parte da congregação missionária dos combonianos. Feitos os votos, Ezequiel foi enviado para Inglaterra, a fim de aprender bem a língua inglesa, prevendo-se que viria a ser enviado para o Uganda, onde completaria os estudos teológicos. No entanto, o seu destino não seria o Uganda, devido à precária situação política local e à dificuldade de obter a licença de residência, mas os estudos teológicos, em Chicago, onde permaneceria até junho de 1979. Durante as férias de verão, foi enviado a uma paróquia negra de Richmond (Virgínia), no sul dos Estados Unidos: era a América dos excluídos, dos vencidos, de quem ficava para trás na corrida da competição, precisando de ajuda e, por vezes, pedindo apenas que alguém os escutasse. Falou disso a um dos seus irmãos: «A pobreza estava presente em cada casa [...]. Encontrei pessoas de quarenta anos que recorriam a mim, perguntando-me o que deviam fazer. Estive com alcoólicos, com sem-abrigo, com rapariguinhas grávidas, de treze anos. Tudo gente que pedia apenas para ser escutada, compreendida.» Em suma, Ezequiel demonstrava possuir uma predisposição e uma sensibilidade particulares para apreender as necessidades prementes dos mais pobres e colocar-se a seu lado.

Chegou ao Brasil no dia 20 de janeiro de 1984, após uma permanência de vários meses em Lisboa, para aprender a língua portuguesa. Passou algumas semanas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em março, deslocou-se a Brasília para ter aulas de cultura e pastoral brasileira. Além da situação da Igreja, ia conhecendo, durante as suas deslocações pelo território do país, a condição dramática da população pobre, sobretudo dos camponeses expulsos das suas terras pela invasão prepotente de empresas multinacionais que destinavam

grandes extensões de terreno a pastagens, tendo em vista a criação de gado e a exportação da sua carne para os países ricos. Em finais de junho ficou concluído o período de preparação, e Ezequiel chegou à missão de Cacoal, no estado de Rondônia, na Amazônia.

Dentro deste já difícil contexto geral, o estado da Rondônia estava envolvido, naquela época, em dois processos explosivos: por um lado, um contínuo fluxo migratório, sobretudo a partir do nordeste, por outro, uma invasão das terras habitadas por índios. Na Rondônia, com efeito, vivia mais de metade dos índios de todo o Brasil. Um foco de tensão situava-se, naqueles meses, no limite extremo da paróquia de Cacoal, precisamente na fronteira entre o estado da Rondônia e o estado de Mato Grosso: tratava-se da ocupação de alguns terrenos incultos por um grupo de famílias de camponeses. O padre Ezequiel, que já há algum tempo conhecia a zona do conflito, pertencente à sua jurisdição pastoral, a 22 e 23 de julho tinha-se dirigido ao local para desempenhar o seu ministério religioso, tendo sido acompanhado pelo presidente do sindicato rural de Cacoal. Numa das comunidades visitadas, as mulheres dos colonos tinham suplicado ao sacerdote que se dirigisse aos seus maridos que estavam a desbravar os terrenos no recinto da empresa, dissuadindo-os de prosseguir. A sua permanência ali certamente provocaria um confronto armado com muitos mortos, tanto mais que já tinham recebido ameaças e atos de intimidação por parte dos próprios guardas armados. Segundo aquelas mulheres, só o padre, graças à sua autoridade e credibilidade, granjeadas durante aqueles meses de trabalho pastoral, poderia convencê-los a retirar-se, ficando à espera de tempos melhores. Antes do jantar, o padre Ezequiel apresentou a situação aos seus confrades que viam com ele. Todos concordaram que, dada a extrema gravidade das condições em que viviam aquelas pessoas, na manhã seguinte iriam ter com elas. Foram momentos cruciais: um ou outro discordavam do plano estabelecido, embora Ezequiel sublinhasse repetidamente o enorme perigo que corriam os camponeses e o sentido apelo que as suas mulheres lhe tinham dirigido.

Uma onda de pensamentos e de preocupações angustiosas deve tê-lo assediado durante as horas noturnas, visto que, no dia 24 de julho, de manhã muito cedo, enquanto os seus confrades ainda descansavam, decidiu partir no jipe da comunidade, acompanhado por um amigo sindicalista. Às onze horas chegaram ao município de Aripuanã (Mato Grosso), situado a cerca de cem quilómetros de Cacoal: no lugar de reunião dos trabalhadores encontraram uma dezena destes. A pouca distância ficava o local de encontro dos guardas contratados pelo latifundiário. Ambos falaram aos camponeses, convidando-os a evitar qualquer tipo de violência e provocação, tendo em conta o perigo de incidentes incontroláveis com os guardas armados. O encontro foi breve, confirmando o facto de que o próprio Ezequiel julgava tê-los persuadido a manter a calma e a não recorrer à violência. Enquanto se preparavam para partir, os guardas armados precederam-nos com um veículo todo-o-terreno. Ao fim de poucos quilómetros, Ezequiel e o seu companheiro de viagem depararam com o todo-o-terreno atravessado no meio da estrada: mal tinham intuído o que estava prestes a suceder, deflagra um tiroteio com fogo cruzado. Precipitaram-se ambos para fora do jipe, mas os disparos dos sicários concentraram-se em Ezequiel. Este gritou: «Sou padre! Vamos conversar, minha gente!» Não tiveram piedade: caiu trespassado por setenta e cinco projéteis antes de conseguir refugiar-se sob a densa vegetação da floresta. Foi uma verdadeira execução. Era cerca do meio-dia do dia 24 de julho de 1985. O companheiro do padre Ezequiel, ligeiramente ferido pelos vidros do jipe, ao fim de várias horas de caminho através da floresta, reencontrou os camponeses que se tinham afastado do lugar da reunião. Transportados por um camião com destino a Cacoal, à uma da manhã avistaram os confrades de Ezequiel. Estes partiram imediatamente para avisar a polícia e o bispo, mas a polícia só aceitou levá-los de manhã até ao local do tiroteio. Ezequiel jazia a cinquenta metros do jipe, crivado de balas e de chumbos de espingarda. Não havia dúvida de que tinham querido matar um sacerdote que encarnava a opção da Igreja diocesana a que ele próprio pertencia e que se tinha colocado claramente ao lado dos mais pobres e

oprimidos pela injustiça: camponeses sem terra e indígenas. Aliás, a cruz ao peito da qual nunca se separava e que lhe fora arrancada no momento da execução viria a sofrer uma última afronta: a grande cruz erigida no lugar do seu martírio viria a ser arrancada umas três vezes pelo pessoal da fazenda Catuva. A comunidade batizada com o seu nome substituiu-a agora por uma cruz de cimento.



**Batizados
e enviados**

Outubro
2019

SERVO DE DEUS FÉLIX TANTARDINI (1898-1991)

O Servo de Deus irmão Félix Tantardini, missionário leigo do Instituto Pontifício das Missões Estrangeiras (IPME) na Birmânia (Myanmar), nasceu a 28 de junho de 1898 em Introbio, província de Lecco (Itália), sendo o sexto de oito filhos. Participou na Primeira Guerra Mundial, foi feito prisioneiro pelos austro-húngaros e evadiu-se do campo de concentração. Ingressou no IPME em 1921 e em 1922 partiu para a Birmânia, onde permaneceu até à sua morte (23 de março de 1991), regressando apenas uma vez a Itália, entre abril de 1956 e janeiro de 1957. As vicissitudes da sua vida terrena não foram marcadas por factos particularmente extraordinários. O que mais impressiona e suscita admiração é “o extraordinário no ordinário”, neste homem rico de humanidade e transbordante de fé, que fez da sua própria vida um dom total de si ao serviço do Evangelho e dos irmãos.

A primeira virtude que se destaca do quadro de conjunto da sua vida é a fé. Os critérios que inspiravam as suas palavras, os seus escritos, a sua atuação, as suas relações com as pessoas, derivavam, não de cálculos nem de lógica humana, mas do Evangelho. O seu olhar era um olhar de fé. Bem se pode dizer que ele via e julgava as coisas, os acontecimentos e as pessoas com os olhos e o coração de Jesus, do qual estava profundamente enamorado. No seu percurso de fé, deixou-se “plasmado” docilmente por uma educadora de exceção: a sua «querida Nossa Senhora», que ele invocava continuamente com afeto e ternura filial. A fé do irmão Félix era constantemente alimentada pela Palavra de Deus, pela oração e pelos sacramentos. A estes ia ele buscar luz e força para enfrentar todo o tipo de dificuldades e de provas sem

se lamentar, com um sorriso nos lábios e paz no coração. A esse respeito, eis alguns testemunhos extraídos das declarações constantes do seu processo:

«Tinha uma fé pura e simples. Deus e Nossa Senhora eram tudo para ele.» «Todas as manhãs fazia pelo menos uma hora de meditação e só depois tocava o sino. E repetia-o todas as manhãs, sem nunca se cansar... Também era fiel à adoração eucarística, que fazia sobretudo ao fim da tarde, depois do trabalho.» «Quando rezava, entrava em verdadeiro recolhimento... parecia estar a falar com Deus como se O visse.» «A sua devoção a Nossa Senhora era proverbial: tinha sempre o terço na mão.»

Para compreendermos como e com que espírito trabalhava, vêm em nossa ajuda duas testemunhas. Uma irmã birmanesa declara: «Era um homem cheio de virtudes, completamente dedicado ao seu trabalho... Além disso, nunca perdia tempo. Era um homem todo oração e trabalho, e o seu trabalho era todo para Deus... Preferia trabalhar em silêncio e escondidamente... Era uma maneira de se manter recolhido e completamente dedicado a Deus e ao seu serviço.»

Um sacerdote birmanês atesta: «Recordo-o como um homem muito trabalhador, entusiasmado com o seu trabalho e que conseguia entusiasmar quem trabalhava com ele. Lembro-me que era sempre muito prudente, nunca procurando um trabalho mais difícil ou extenuante do que lhe permitiriam as suas forças... Mostrava-se sempre muito sereno e brincalhão, transmitindo-nos a todos alegria e serenidade enquanto trabalhávamos.» Sintetizando, podemos dizer o seguinte: o irmão Félix gostava muito de trabalhar bem, com alegria, para o Senhor, sabendo educar os outros para o trabalho e, portanto, para a vida. Porque não há vida digna sem trabalho!

«A fé atua mediante a caridade», afirma São Paulo (GL 5,6). Do amor ao «bom Deus» brotava a caridade do irmão Félix para com todos, caridade que se traduzia concretamente no serviço solícito que prestava sobretudo aos mais necessitados: leprosos, deficientes e doentes, sem distinção de religião.

A doação de si próprio também se exprimia na obediência praticada de maneira exemplar. Ia para onde quer que o bispo ou os superiores o mandassem,

sobretudo quando se tratava de ajudar os habitantes da floresta. Dizia que as pessoas da cidade gozavam de um certo bem-estar e tinham operários à sua disposição, ao passo que os habitantes da floresta estavam muitas vezes abandonados e carentes de tudo. Despojava-se de tudo em favor dos pobres, com naturalidade, sem o mostrar, reservando para si apenas o estritamente necessário. Era querido por todos, mas mantinha-se humilde e reservado. Podemos dizer que a humildade fazia parte do seu ser.

Espírito de sacrifício, capacidade de enfrentar com paciência e coragem as dificuldades, as provas e as adversidades da vida, tudo isso faz parte da rica bagagem humana e cristã do missionário Tantardini. Sabemos que não cresceu numa família abastada; depois viera a prova de fogo dos anos passados no serviço militar e da prisão durante a Grande Guerra, que tinham temperado o carácter do jovem Félix. Mais tarde, consagra-se à vida missionária numa terra e numa época repassadas de miséria, fome, conflitos e carestias, e flageladas, durante a Segunda Guerra Mundial, pelos bombardeamentos e pela invasão chinesa e japonesa, com toda a sua carga de lutas e sofrimentos inenarráveis. Sabemos ainda que arriscou a vida sob os bombardeamentos, sempre que se deslocava durante a invasão japonesa, que durou dois anos. No entanto, saiu-se sempre bem, graças à proteção especial do «bom Deus» e da sua «querida Nossa Senhora», como ele dizia, mas também em virtude do seu engenho.

Todavia, os anos passam para todos. As dificuldades, as viagens extenuantes e algumas intervenções cirúrgicas com complicações pós-operatórias iam minando o seu organismo. Não obstante, era raro lamentar-se, tendo sempre a preocupação de não ser um fardo pesado para os outros. Era sustentado em todas as tribulações sobretudo pela sua fé inabalável e pela sua fidelidade à oração. Nunca teria conseguido aguentar tantas tribulações sem fortes motivações interiores e uma especial ajuda do Alto, continuamente implorada com humildade e confiança.

Morreu em missão, com quase noventa e três anos, a 23 de março de 1991, num sábado, dia mariano, como tinha desejado. Certamente ainda

hoje mantém, no paraíso, a sua promessa de continuar a trabalhar como missionário, «já não batendo na bigorna, mas martelando sem cessar no coração do bom Deus», pela salvação daquela gente pobre e humilde a quem tanto tinha amado.



JEAN CASSAIGNE (1895-1973)

Dom Jean Cassaigne nasceu em Grenade-sur-Adour, no departamento das Landes (França), a 30 de janeiro de 1895. Perdeu prematuramente a mãe e foi enviado pelo pai para Espanha, a fim de seguir os seus estudos num colégio dos Irmãos das Escolas Cristãs, exilados em Lez, perto de San Sebastian. Tendo regressado a França por volta dos dezassete anos, ajudou o pai no seu trabalho, mas sentia-se atraído pelas missões e manifestou o seu desejo de se tornar missionário. Precisamente no momento em que se preparava para entrar no Seminário da Rue du Bac, teve notícia da declaração de guerra entre a França e a Alemanha. Alistou-se então, aos dezanove anos de idade. Passou cinco anos na frente como agente de ligação, participou na batalha de Verdun e foi condecorado com a Cruz de Guerra. Após a desmobilização, em 1920 ingressou no Seminário das Missões Estrangeiras de Paris, foi ordenado sacerdote a 19 de dezembro de 1925 e partiu para a Indochina a 6 de abril de 1926. Primeiro foi mandado para Cai-Mon (Vietname), importante comunidade cristã da província de Ben-Tre, a fim de aprender a língua vietnamita.

Ao chegar à missão, Jean Cassaigne, tal como os outros, dedicou os primeiros meses da sua vida missionária ao estudo da língua e dos costumes locais e foi iniciado na pastoral em ambiente vietnamita, na grande paróquia de Cai-Mon. No ano seguinte, foi enviado pelo seu bispo, Dom Dumortier, para Djiring (Di-linh), situada nos planaltos do Alto Dong Nai, para fundar aí uma nova comunidade cristã junto das populações das montanhas daquela região, habitada pelo povo Sré, também conhecido por Koho. Na época, a região de Djiring era quase exclusivamente habitada por

minorias étnicas, porque os vietnamitas ainda não se tinham estabelecido nos planaltos.

Desde a sua chegada a Djiring, Jean Cassaigne estudou a língua local, muito diferente da língua vietnamita. Estudante empenhado, rapidamente conseguiu compilar um léxico e um manual de conversação. O jovem missionário começou de imediato a entrar em contacto com as populações animistas, que, no entanto, não se fiavam e provavelmente tinham medo daquele estrangeiro barbudo. Era possível que os homens da floresta (conhecidos por *Moïs*, ou seja, “selvagens”) nunca tivessem visto um europeu de pele branca. Pouco a pouco, porém, com o seu sorriso e a sua amabilidade, Jean Cassaigne conseguiu aproximar-se deles.

Descobriu então a miséria daqueles homens, obrigados, por vários acontecimentos, a afastar-se do seu ambiente natural. Forçados a deixar a floresta na qual encontravam habitualmente o seu sustento, subalimentados, sem roupa, eram presa fácil de todo o tipo de doenças. E, entre eles, Jean Cassaigne descobriu os mais doentes, os mais infelizes de todos: os leprosos, expulsos pelas suas famílias, abandonados na floresta, sem abrigo nem cuidados, esperando apenas que a morte viesse pôr termo aos seus sofrimentos. Aquela pobre gente, excluída da sociedade, comoveu profundamente o seu coração de missionário. Foi então que se comprometeu a dedicar todas as suas forças ao seu serviço. Pouco a pouco, os *Moïs* foram aceitando a sua presença e começaram a procurá-lo.

Naquela época, muitos proprietários de plantações franceses, que tinham obtido do governo colonial concessões de terrenos para desbravar no planalto de Djiring, pediram à missão que criasse uma comunidade cristã. As Missões Estrangeiras de Paris acharam a proposta interessante e digna de ser acolhida com benevolência. Dom Dumortier, pelo seu lado, viu nisso uma ocasião providencial para dar início à evangelização naquela região. A missão adquiriu então uma casa, que servia ao mesmo tempo de residência para o missionário e de escola para as crianças das populações das montanhas. Com a ajuda de alguns homens, Jean Cassaigne construiu para eles

a pequena fração de Kala, situada a pouca distância da aldeia de Djiring. Formada por cabanas sobre estacas, como eram habitualmente construídas pelos habitantes da região, foi batizada por Jean Cassaigne «Cidade da Alegria». Mais tarde, pouco a pouco, foi reunindo os leprosos à sua volta. Considerava-os os seus próprios filhos, alimentando-os e cuidando deles todos os dias. Em 1929, a aldeia dos leprosos tinha crescido e já contava com cem doentes.

Em 1930, o padre Cassaigne tinha batizado os seus dois primeiros catecúmenos e várias famílias pediam para se tornarem cristãs. No centro da aldeia havia uma enfermaria onde, três vezes por semana, o missionário passava receitas e distribuía os medicamentos. Ele próprio fazia os curativos aos leprosos e, dando-lhes acesso à instrução religiosa, preparava-os para morrer como cristãos. A um canto da aldeia erguia-se a capela dos leprosos onde, ao domingo, as orações eram recitadas em língua koho e onde tinham lugar as lições de catequese.

Em 1935, Jean Cassaigne, com a ajuda do seu fiel catequista Joseph Braï e a colaboração de cem leprosos, fundou em Kala, perto de Djiring, uma aldeia autónoma para reunir e tratar os *Moïs* leprosos da região. Meses mais tarde, teve a alegria de batizar vinte e seis catecúmenos numa capela completamente nova. Foi o início da primeira comunidade cristã das populações das montanhas, que continuaria a desenvolver-se. Em 1936 já eram duzentos.

Em 1937, a Visitadora das Filhas da Caridade, Irmã Clotilde Durand, tocada pela dedicação do missionário, que medicava pessoalmente os leprosos, prometeu-lhe a ajuda das Irmãs de São Vicente de Paulo. Quatro Filhas da Caridade chegaram à aldeia no mês de fevereiro de 1938 e começaram a tratar dos leprosos.

Em 1941, um telegrama de Roma arrebatou Jean Cassaigne aos seus leprosos. O Papa tinha-o nomeado bispo e responsável pelo Vicariato Apostólico de Saigão. Apesar da sua repugnância pelas honrarias, teve de aceitar “descer” a Saigão. Recebeu a ordenação episcopal durante a festa de São João, a 24

de junho. Uma multidão de três mil pessoas aglomerou-se na catedral de Saigão para a cerimônia, e entre a mesma contava-se uma importante delegação das populações das montanhas em trajes tradicionais, que ocorrera em representação da comunidade cristã de Djiring.

Em Saigão, Dom Cassaigne impôs o seu estilo pessoal. Não faltou, decerto, às suas responsabilidades e respeitou os usos do seu ministério, mas, na vida quotidiana, continuou a ser o padre Cassaigne, homem simples e acolhedor. Deixava sempre a porta aberta: todos podiam ser recebidos sem se fazerem anunciar, pobres e ricos, sem distinção de raça nem de estrato social. Durante quinze anos manteve-se nesse difícil cargo, tendo por isso de enfrentar muitas dificuldades, quer durante a ocupação japonesa quer durante a guerra franco-vietnamita. Durante esse período agitado, colocou as suas energias ao serviço de todos, organizando ajudas e socorros para os mais carenciados, sem preferências nem exceções. Os próprios japoneses prestaram homenagem ao amor ao próximo e à dedicação de que deu provas Dom Cassaigne.

Dom Cassaigne, porém, tinha no coração um único desejo: voltar a viver com a sua querida gente das montanhas. Quando percebeu que ele próprio tinha contraído lepra, fez chegar o seu pedido de demissão do cargo de vigário apostólico de Saigão à Santa Sé. O Papa aceitou-o e ele teve assim a grande alegria de poder voltar, em dezembro de 1955, para junto dos seus leprosos, que nunca mais abandonaria.

De volta a Djiring, a sua única preocupação foi garantir uma adequada assistência material à sua gente e, sobretudo, oferecer-lhe largamente a ajuda espiritual que transformava os seus em seres felizes. Amou-os tanto, estava tão próximo deles, misturou-se tão intimamente com eles que, tendo sido também ele atingido pela lepra, aceitou viver com eles os mesmos sofrimentos. Por fim, no termo da sua vida, embora no meio de dores e confinado ao leito pela doença, manteve sempre a alegria, uma alegria radiosa e comunicativa, que um dia lhe fez dizer aos seus amigos: «O bom Deus ama-me pois escolheu para mim a melhor oração, o sofrimento, que Ele reserva para os seus amigos.»

Dom Cassaigne morreu a 31 de outubro de 1973 e, segundo o seu desejo, foi sepultado no pequeno cemitério da leprosaria, ali onde ele próprio tinha cavado a sepultura para o seu primeiro convertido. A gratidão dos leprosos para com Dom Cassaigne foi expressa de modo comovente no dia da sua sepultura por um dos leprosos, que, tomando a palavra em nome dos seus irmãos doentes, lhe dirigiu esta mensagem:

«Ó pai, tu mostraste-nos o verdadeiro caminho para o céu, e esta leprosaria é obra tua. Graças a ti, não nos tem faltado nada: alimentos, roupa, medicamentos, tudo isso ias buscar para nós... Queridíssimo pai, embora carentes de tudo, não podemos deixar de te agradecer e de rezar ao Senhor por ti. Hoje queremos viver o teu ensinamento, manter vivo no meio de nós o vínculo da caridade e o modo como nos amaste, sofrer na nossa carne de dor, como tu nos ensinaste a sofrer enquanto viveste no meio de nós. Pai, quando estavas vivo, quiseste identificar-te connosco, desejaste contrair a lepra como nós, sofrer de malária, sofrer no teu corpo de carne como nós e morrer no meio dos teus filhos. Eis a nossa última súplica, e é a ti que a dirigimos: reza por nós, para que um dia o Senhor também nos considere dignos de nos encontrarmos contigo no seu paraíso, no Paraíso da unidade.»

Outubro
2019

BEATO JUSTO TAKAYAMA UKON (1552-1615)

Entre os muitos santos da história da Igreja no país do Sol Nascente (quarenta e dois santos e trezentos e noventa e três beatos, incluindo missionários europeus), todos os mártires mortos *in odium fidei* durante diversas vagas de perseguições, a história de Takayama é especial. Trata-se, com efeito, de um leigo, um político, um militar (era senhor feudal e samurai), que chegou à glória dos altares sem ter sido morto, mas por ter escolhido viver seguindo Cristo, pobre, obediente e crucificado. Ukon renunciou a uma posição social de alto nível, à nobreza e às riquezas, para permanecer fiel a Cristo e ao Evangelho.

Ao nascer, entre 1552 e 1553, no castelo de Takayama, nas proximidades de Nara, recebeu o nome de Hikogoro Shigetomo; era filho de Takayama Zusho, que viria a tornar-se senhor do castelo de Sawa. Takayama é o nome de família, derivado do território da sua propriedade feudal. A sua casa pertencia à classe da nobreza, ou seja, dos *daimyō*, senhores de um castelo com as suas respetivas propriedades. Vinham imediatamente a seguir aos *shogun* (senhores de mais territórios, dos quais os vários *daimyō* eram fiéis aliados, colocando à sua disposição um exército e combatentes profissionais, os samurai) que muitas vezes entravam em guerra entre si para alargar as suas áreas de influência.

Em 1563, o pai fora incumbido pelo seu *shogun* de julgar um missionário jesuíta, o padre Gaspar Videla, que anunciava o Evangelho precisamente em Quioto, futura cidade imperial. O Evangelho tinha sido introduzido no Japão pelo jesuíta Francisco Xavier, em 1549, e tinha-se espalhado rapidamente. Escutando-o, o pai de Justo ficara tão impressionado que se quisera

fazer cristão, pedindo o Batismo e tomando o nome de Dario. Tendo regressado ao seu castelo acompanhado por um catequista, mandou catequizar e batizar muitos dos seus soldados, a sua mulher e os seus filhos, entre os quais também Justo, o primogénito, que nessa época contava cerca de doze anos. A partir desse momento, o seu pai tornou-se protetor dos cristãos. Para ele, filho e herdeiro de um importante *daimyō*, era uma vocação natural tornar-se samurai, guerreiro sempre pronto a defender a família, a lei e o *shogun*, seu senhor. Devido à frequência dos conflitos entre os *daimyō*, participou nas guerras e nos combates, distinguindo-se pela sua coragem. A sua convalescença forçada, devido a um ferimento recebido em duelo, foi para ele um tempo providencial e, em 1571, contando então vinte anos, convenceu-se de que, mesmo continuando a ser samurai, deveria colocar a sua perícia no manejo das armas ao serviço dos mais débeis, dos órfãos e das viúvas. Em 1573, a sua família recebeu um novo feudo, e Justo tornou-se no seu *daimyō*, devido à idade demasiado avançada do seu pai. Dois anos mais tarde tomou por mulher Justa, uma cristã, e teve três filhos (dois dos quais morreram ainda pequenos) e uma filha. Mandou construir uma igreja na própria cidade imperial de Quioto e um seminário em Azuchi, sobre o lago Biwa, para formação de missionários e de catequistas japoneses. A maioria dos seminaristas provinha das famílias do seu feudo.

Justo utilizou a típica cerimónia japonesa do chá, em que se reforçam as relações entre os participantes e se aprofundam os laços de amizade, para evangelizar, transformando-a numa ocasião de anúncio do Evangelho e de diálogo com outros nobres sobre a fé cristã. No primeiro período do *shogun* Toyotomi Hideyoshi, que subiu ao poder em 1583, a sua influência foi aumentando entre os nobres, vários dos quais aceitaram tornar-se cristãos. Toyotomi, porém, tendo-se tornado tão poderoso que conseguiu unificar todo o Japão sob a sua autoridade, começou a temer os cristãos e, em 1587, promulgou um édito que proibia a sua religião no país e continha a ordem de expulsão dos missionários estrangeiros e o exílio para os catequistas nativos.

Todos os grandes senhores feudais aceitaram a disposição, entre os quais Justo, que preferiu renunciar ao seu feudo e sofrer o exílio de preferência a abjurar. Após a morte inesperada de Toyotomi, o seu sucessor revelou-se pior do que ele. A perseguição contra os cristãos foi alargada e intensa, com o objetivo de erradicar aquilo a que chamavam «a erva daninha» ou «a religião perversa». A 14 de fevereiro de 1614, Justo Takayama e os seus familiares foram presos e transferidos para Nagasaki, enquanto esperavam o próprio julgamento juntamente com os missionários que também tinham sido levados para lá. Após vários meses de prisão, a 8 de novembro de 1614, Justo e trezentos dos seus companheiros foram condenados ao exílio e metidos num barco de juncos com destino a Manila, nas Filipinas. Durante o período passado na prisão, ele tinha alimentado a esperança de partilhar a sorte dos mártires de Nagasaki. Estava certo que seria morto e tinha esperado o seu fim com grande serenidade. A expulsão e o lento avanço naquele navio extremamente carregado fizeram Justo progredir ainda mais na sua fé. Embora tenha sido acolhido com todas as honras pelos espanhóis, esgotado pela prisão e pela longa viagem, morreu em Manila a 3 de fevereiro de 1615, quarenta dias depois da sua chegada às Filipinas.

O exemplo de Justo é muito importante e precioso. Levou uma vida cristã autêntica, honesta, sincera e profunda. Foi reconhecido como mártir, apesar de não o terem matado, por ter sido perseguido e ter tido de abandonar todas as suas riquezas e o seu estatuto social. Sentia-se muito feliz por ter recebido de Deus o dom da fé cristã e foi uma testemunha contagiante junto de todos aqueles que encontrava: nobres da sua classe, superiores, súbditos e amigos.

Foi beatificado em Osaka a 7 de fevereiro de 2017, sob o pontificado do Papa Francisco.

BEATO LUCIEN BOTOVASOA (1908-1947)

Lucien Botovasoa nasceu no ano de 1908 em Vohipeno, pequena aldeia da costa sudeste de Madagáscar, na diocese de Farafangana, a mais de mil quilómetros de Antananarivo, a capital. Os seus pais eram camponeses pobres, como tantos outros da região, sempre dependentes dos riscos associados ao clima. Seguíam a religião tradicional, mas tinham uma mentalidade aberta. Quando os habitantes da aldeia descobriram a fé cristã, muitos deles converteram-se e pediram o Batismo. Entre estes contava-se também Lucien Botovasoa, batizado a 15 de abril de 1922, Sábado Santo, com treze anos de idade, antes dos seus pais, que se converteram à fé cristã muito mais tarde. Lucien Botovasoa foi crismado no ano seguinte, a 2 de abril de 1923. Desde a sua infância, Lucien desejava viver a sua fé com empenho e seriedade.

O ideal de vida de Lucien era ser um bom cristão, apóstolo de Jesus no coração do mundo. Aquilo que mais caracterizou o martírio de Lucien foi o amor pelos seus compatriotas e pelos seus perseguidores. Não foi por acaso que recebeu o cognome de *Rabefihavanana*, «o Reconciliador».

Seguindo o lema dos padres jesuítas, *Ad majorem Dei gloriam*, Lucien Botovasoa estudou em Ambzontany Fianarantsoa, no colégio Saint Joseph, durante quatro anos. Tendo obtido assim o diploma do magistério, que lhe permitiria ensinar, regressou a Vohipeno como vice-diretor da escola paroquial e professor. No terreno, continuava a sentir o desejo de ler e de aprender tudo. Era um pedagogo maravilhoso e um professor excepcional, competente, consciencioso e cheio de zelo na forma de explicar aos seus alunos, com clareza e doçura, todas as matérias escolares. No entanto, também era um mestre cristão, preocupando-se sempre com a educação religiosa das

crianças, às quais ensinava o catecismo quer nas horas escolares quer depois das aulas. Todas as tardes, depois da escola, lia as histórias dos santos àqueles que o desejavam. Aquilo de que mais gostava era das vidas dos mártires: sabia contá-las a quem o escutava com um fervor muito particular, que inflamava os corações.

A 10 de outubro de 1930, Lucien casa-se pela Igreja com Suzanne Soazana. Tiveram oito filhos, dos quais apenas cinco sobreviveram. Lucien amava os seus filhos, educava-os e ensinava-os a rezar. No entanto, também dedicava imenso tempo aos filhos dos outros, visitando os doentes, dando aulas à noite e animando vários grupos aos quais dava catequese: os Cruzados do Coração de Jesus, em que ingressara, a Guarda de Honra do Sagrado Coração de Jesus e os Jovens Católicos Malgaxes. Suzanne gostaria que o marido trocasse o ofício de professor pelo de contabilista. Lucien, porém, continuava o seu serviço de formação na vida cristã com alegria e generosidade. O lugar em que o viam com mais frequência era a igreja: Lucien tocava acordeão e dirigia o coro, não só durante a missa dominical, mas também diariamente, na missa das seis da manhã.

Por volta de 1940, procurando um livro sobre a vida de um santo casado que lhe servisse de modelo, Lucien Botovaso descobriu a Ordem Terceira Franciscana (a partir de 1978, Ordem Franciscana Secular), e estudou a sua Regra. Com Marguerite Kembarakala, que o tinha formado na fé, constituiu uma primeira comunidade de irmãos em Vohipeno. A regra era muito exigente, e Lucien aplicava-a à letra. Lucien Botovaso começou a destacar-se pela sua piedade e pobreza. Levantava-se várias vezes durante a noite, rezando de joelhos aos pés da cama; depois, às seis da manhã, dirigia-se à igreja para fazer uma hora de meditação diante do sacrário. Às quartas e sextas-feiras animava a refeição em família, mas, fiel à Regra, jejuava, para desagrado de Suzanne.

Em outubro de 1945 e em junho de 1946, houve eleições políticas em Madagáscar. Os dois partidos políticos desejavam ter Lucien Botovaso como seu candidato. Lucien, porém, recusou categoricamente o convite de

ambos, denunciando que «a vossa política alimenta-se de mentiras e só poderá acabar em sangue».

No dia 30 de março de 1947, Domingo de Ramos, enquanto Lucien participava na Santa Missa, teve de seguir o seu irmão até à floresta, por ordem do seu pai. Os dois refugiaram-se ali quando os insurretos atacaram a cidade. Os combates duraram até quarta-feira. As matanças às mãos do Partido dos Deserdados de Madagáscar mancharam de sangue a Semana Santa. O resultado foi um massacre total, com dezoito igrejas e cinco escolas incendiadas. Naturalmente, no dia de Páscoa não foi possível celebrar a Eucaristia na igreja paroquial. No segundo domingo da Páscoa, Lucien regressou à cidade depois de ter levado a sua família para um lugar seguro, na floresta. Aí conseguiu reunir os refugiados numa oração comum, na qual participaram católicos, protestantes e muçulmanos. Lucien comentou o Evangelho, exortando todos a reanimar a sua própria fé e a ter coragem para enfrentar o martírio, caso tal fosse necessário. Falava e conduzia os cânticos com uma alegria intensa e um grande júbilo.

A 16 de abril de 1947, o rei Tsimihono, responsável local do Movimento Democrático da Renovação Malgaxe (MDRM), convocou toda a gente com o intuito de expulsar da cidade os inimigos do partido, incluindo Lucien Botovasoa. Na quinta-feira, 17 de abril, o rei propôs um posto muito importante a Lucien Botovasoa: pediu-lhe que se tornasse secretário do MDRM, mas ele recusou. Entretanto, Lucien tinha comunicado à mulher que ia ser condenado. Suzanne desejava que ele se escondesse, mas Lucien recusou e, tirando da parede uma imagem de São Francisco, disse: «Será este o meu guia.»

Após um almoço sereno, em família, e depois da oração, Lucien respondeu sem a mínima hesitação àqueles que tinham vindo para prendê-lo: «Estou pronto.» Entregou-se sem a menor resistência. Sabia que ia ser morto e, quando o chamaram, avançou. Sentado à direita do rei, no lugar de honra, disse em voz alta: «Sei que estais prestes a matar-me e não me posso opor. Se a minha vida pode salvar outras, não hesiteis em matar-me. A única coisa que vos peço é que não toqueis nos meus irmãos.»

Se tivesse aceitado o cargo de secretário do MDRM, teria salvado a sua vida. No entanto, respondia: «Vós matais, queimais as igrejas, proibis a oração, mandais espezinhar os crucifixos e destruir as imagens sagradas, os rosários e os escapulários, quereis profanar a nossa igreja, transformando-a num salão de baile, fazeis um trabalho sujo. Sabeis como a religião é importante para mim: não posso trabalhar para vós.» Uns trinta rapazes de Ambohimananarivo, a maior parte seus antigos alunos, acompanharam-no até ao Matadouro, local onde tinham lugar as execuções, na saída sul da cidade, numa localidade chamada Ambalafary. Lucien pedia: «Dizei à minha família que não chore porque eu estou feliz. É Deus que me leva consigo. Que os vossos corações nunca abandonem o Senhor!» Caminhava como um homem livre, como um vencedor.

O grupo dos rapazes chegou ao lugar da execução. Três homens designados pelo rei já estavam no seu posto. Para lá chegar, o cortejo tinha de atravessar um canal. Antes de o atravessar, Lucien pediu que o deixassem rezar, o que lhe foi concedido. «Ó meu Deus, perdoa aos meus irmãos, que agora têm uma difícil missão a cumprir. Possa o meu sangue ser derramado para salvação da minha pátria!» Lucien repetiu várias vezes estas palavras. Também rezou em latim, e talvez tenha entoado o cântico quaresmal de que tanto gostava: «Poupa, Senhor, poupa o teu povo, faz com que a tua cólera não permaneça para sempre sobre nós!»

Em seguida quiseram ligar-lhe as mãos, mas ele recusou. «Não me ligueis para me matar. Eu ligo-me sozinho.» Cruzou os pulsos um sobre o outro, segurando na mão a cruz do rosário que tinha ao pescoço. Já de joelhos, rezou mais uma vez, repetindo as palavras que já dissera antes: «Ó meu Deus, perdoa aos meus irmãos...» Era o primeiro a perdoar aos verdugos, intercedendo por eles, enquanto estes escarneciam dele: «A tua oração é demasiado longa! Acreditas que te salvará?», e alguns deles, que tinham ficado na outra margem do canal, insultavam-no aos gritos. Lucien, porém, respondia: «Ainda não acabei! Deixai-me mais um momento.» Ergueu as mãos ao céu e prostrou-se três vezes por terra, como Jesus durante a Paixão, depois voltou-se para eles,

dizendo: «Apressai-vos agora, porque o espírito está pronto, mas a carne é fraca.» Enquanto o matavam, os verdugos zombavam da sua vítima: «Agora vai tocar o teu acordeão.» Tendo expirado por amor a Cristo e à sua Igreja, o seu corpo foi lançado ao rio Matitanana. Reconhecendo o seu martírio e o testemunho da sua fé, a Igreja Católica beatificou-o a 15 de abril de 2018, em Vohipeno, no Madagáscar.



MON FILOMENA YAMAMOTO (1930-2014)

Mon Filomena Yamamoto, missionária de Maria, saveriana, japonesa, deixou este mundo a 28 de abril de 2014, em Miyazaki. Contava oitenta e três anos.

Cerca de dez anos antes, tinha contado ao pequeno jornal das saverianas o seu encontro com Cristo: «Pensando no ambiente em que cresci e nos acontecimentos que precederam a graça do meu Batismo, vejo claramente a mão amorosa de Deus que me conduziu de modo silencioso e escondido. Nasci numa família budista da corrente Zen. Em casa havia um pequeno altar onde eram veneradas as placas mortuárias dos nossos antepassados. Todas as manhãs oferecíamos uma pequena taça de chá e outra de arroz e detínhamo-nos a rezar de mãos postas. Quando passavam por ali peregrinos com destino a qualquer templo ou apareciam pobres, oferecíamos-lhes arroz e alimento.

Tínhamos uma ligação profunda com o templo. Desde criança que eu o visitava com frequência, escutava os sermões do Bonzo e interrogava-me porque é que o homem nasce e depois morre, por que razão existe o sofrimento e como é possível que, no mundo, quem pratica o bem muitas vezes sofra, ao passo que quem pratica o mal seja bem-sucedido e leve uma vida regalada. Refletia muitas vezes sobre estas coisas, mas não me atrevia a interrogar os adultos, pois tinha a impressão de que estes não me saberiam responder.

Creio que o Senhor me falava através da natureza, com o espetáculo maravilhoso da mudança das estações. Sentia que, acima das divindades das antigas religiões do Japão, devia haver um Deus criador do céu e da terra e que eu devia procurar a verdadeira religião. Rezava, pedindo que me fosse concedido descobri-la, mas não sabia onde procurá-la.

Aos vinte e três anos deixei a minha cidade e fui para Miyazaki. Convidada por uma amiga, comecei a frequentar a Igreja Católica e as aulas de catequese. Ao princípio ofereci uma certa resistência à fé num único Deus, porque a cultura japonesa está impregnada da presença de numerosas divindades que não se excluem umas às outras. Todavia, continuando a estudar o Cristianismo, quando pude escutar a passagem da Paixão e da Ressurreição do Senhor e compreender a obra maravilhosa da redenção, senti dentro de mim a firme convicção de que finalmente tinha encontrado aquilo que procurava há anos.»

Desde o início da sua juventude, Mon desejava uma vida completamente dedicada aos outros, mas só quando conheceu Cristo encontrou a resposta. Ainda catecúmena, fascinava-a a ideia de entregar toda a sua vida à Misericórdia de Deus: «Quando eu ainda era catecúmena, o missionário saveriano padre Sandro Danieli emprestou-me a autobiografia de Santa Teresa de Lisieux, e eu li como ela se oferecera a si própria ao Amor misericordioso. Foi a primeira vez que me confrontei com essa ideia. Mais tarde, tendo entrado para as missionárias saverianas, fiquei surpreendida ao descobrir que o fundador, o padre Giacomo Spagnolo, tinha uma profunda devoção pela onipotência e pela Misericórdia de Deus, e que todas nós, aquando da profissão perpétua, confiávamos a nossa vida à misericordiosa Onipotência do Senhor.»

O amor a Maria contribuiu para orientar a sua escolha. Quando Mon ingressou na congregação das Missionárias de Maria, em 1961, as saverianas estavam no Japão havia apenas dois anos. Recorda uma delas, Madalena: «Mon foi uma irmã fiel à opção da sua vida. Criava harmonia em qualquer comunidade à qual a obediência a tivesse destinado. A sua serenidade, o seu sentido de humor e a sua simplicidade permitiam que cada um se sentisse acolhido. Era uma pessoa “verdadeira”, evangélica, daquelas pessoas que pertencem ao Reino dos céus. Aceitava tudo e vivia o momento presente, oferecendo tudo com Jesus, na oração. Estava em paz e difundia paz.»

«De mentalidade aberta, sabia enfrentar as situações novas e imprevistas de forma magnífica, com um certo sentido de humor», acrescenta outra saveriana do Japão. «Mantinha-se atualizada sobre os problemas mundiais e nacionais,

apresentando-os na oração e partilhando-os connosco e com as pessoas com quem se encontrava. Tinha uma predileção pelas visitas aos doentes, aos idosos e às pessoas sozinhas.»

«Na paróquia, havia muitas pessoas doentes», recorda um padre saveriano que a conheceu no início do seu serviço missionário, «e Mon propôs-me que as fosse visitar e levar-lhes a comunhão juntamente com ela. Era a primeira vez que eu desempenhava esse ministério, e Mon ajudou-me muito. Aprendi com ela a aproximar-me dos doentes, a rezar com eles, a reconfortá-los e a levar Jesus à sua vida. Mon abriu-me o caminho para ser um verdadeiro missionário. Demonstrava uma sensibilidade imensa frente aos sofrimentos físicos dos outros, mas o seu olhar penetrava até aos mais profundos recônditos do seu coração, e Mon desejava prepará-los para acolher a obra salvífica do Médico divino.»

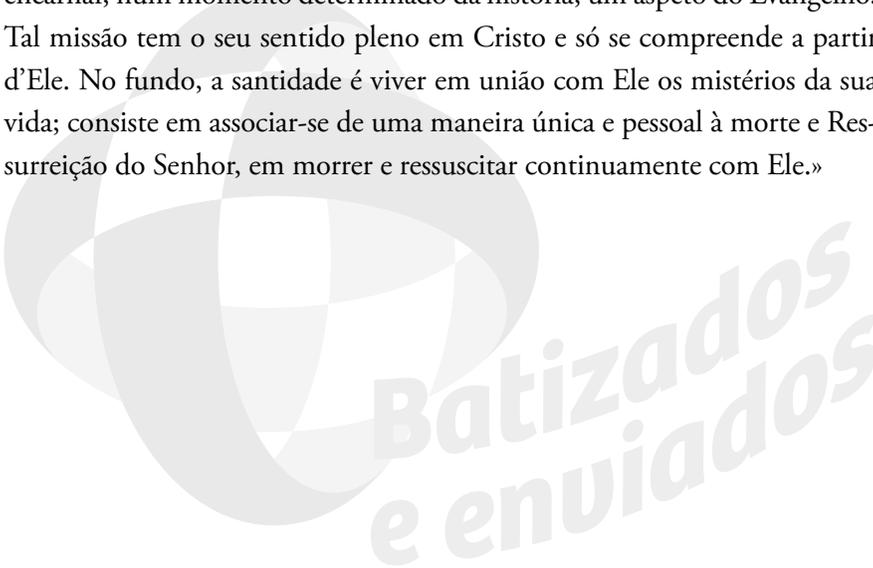
O diretor do Centro de Diálogo Inter-religioso Shinmeizn deixou este testemunho: «Sinto muita gratidão pela irmã Yamamoto Mon, não só porque durante uns bons três anos contribuiu generosamente para a vida e as atividades de Shinmeizan, mas mais ainda pela qualidade da sua presença e pelo seu exemplo de vida religiosa. Sempre serena e jovial, também era muito séria e precisa na observância da vida comunitária e nos outros aspetos da vida religiosa. A oração era muito importante na sua vida. Era sóbria e simples e fugia de mexericos inúteis, sendo laboriosa e muito diligente na execução do trabalho que lhe era confiado.»

Em 2011, foi-lhe diagnosticado um tumor. «Fui visitá-la ao hospital», escreve um amigo, missionário saveriano. «Também recordo ainda a sua preocupação pelos outros. Tinha feito do seu quarto uma “pequena igreja” onde estava na companhia de Jesus.» «Enquanto fazia quimioterapia teve a possibilidade de se preparar para a morte e falava disso com todos os que a iam visitar, deixando atrás de si um testemunho de fé e de serenidade que provinham da sua confiança incondicional em Jesus.»

«Ao vê-la sorridente, as pessoas interrogavam-se se ela estaria verdadeiramente doente. Tinha palavras de agradecimento para com todos: “É graças

às vossas orações...”, dizia sempre. Durante os vários internamentos, a sua serenidade impressionou muita gente: “As pessoas que têm fé são diferentes”, diziam. Nos últimos dias, rezava continuamente: “Senhor, vem buscar-me depressa.”»

«Cada santo», escreveu o Papa Francisco na Exortação Apostólica *Gaudete et Exsultate* (19-20), «é uma missão; é um projeto do Pai, que visa refletir e encarnar, num momento determinado da história, um aspeto do Evangelho. Tal missão tem o seu sentido pleno em Cristo e só se compreende a partir d’Ele. No fundo, a santidade é viver em união com Ele os mistérios da sua vida; consiste em associar-se de uma maneira única e pessoal à morte e Ressurreição do Senhor, em morrer e ressuscitar continuamente com Ele.»



Batizados
e enviados

Outubro
2019

BEATO PETER TO ROT (1912-1945)

Peter To Rot, primeiro beato da Papua Nova Guiné, foi um marido e um pai exemplar, bem como um catequista excepcional. Em 1945, foi morto às mãos dos soldados japoneses em virtude da sua corajosa defesa do matrimónio cristão.

A Nova Guiné está cercada por numerosos arquipélagos habitados por milhares de etnias que falam cerca de oitocentos dialetos diferentes. Os missionários levaram o Evangelho para essa região em 1870, e, em 1882, o primeiro grupo de Missionários do Sagrado Coração de Jesus chegou a Matupit (hoje Nova Bretanha). Para surpresa de todos, o chefe da aldeia de Rakunai, Ângelo To Puia, anunciou que se queria tornar católico, como a maior parte dos habitantes da aldeia. Maria Ia Tumul, mulher de Ângelo, deu à luz o seu filho Peter em 1912; foi o terceiro dos seus seis filhos. Ângelo To Puia fez com que todos eles fossem batizados, e ele próprio ensinou-lhes as verdades fundamentais do catecismo, enquanto Maria os ensinava a rezar.

Desde criança, durante a escola missionária, Peter revelou-se um estudante excepcional e trabalhador, nutrindo particular interesse pela religião. O rapaz tinha uma veia especialmente viva, mas era solícito e disponível. Costumava trepar às árvores para apanhar cocos que oferecia aos habitantes idosos da aldeia, embora, sendo filho de um grande chefe, pudesse ter deixado que fossem os outros a servi-lo.

Em 1930, o pároco disse ao pai de Peter que os seus jovens filhos talvez tivessem vocação para o sacerdócio. To Puia, porém, respondeu sabiamente: «Creio que o tempo não está maduro para que um ou outro dos meus filhos ou qualquer outro homem desta aldeia se torne sacerdote. No entanto, se

quiseres mandar algum para a escola de catequistas de Taliligap, estou de acordo.»

O trabalho missionário a desenvolver na Oceânia era imenso, mas os missionários eram poucos e, por isso, os jovens do lugar eram instruídos para virem a ser catequistas e trabalhar com eles. Peter dedicou-se com alegria à sua nova vida no St. Paul's College: exercícios espirituais, aulas e trabalho manual. A escola tinha uma exploração agrícola que a tornava praticamente autossuficiente. Peter dava o exemplo incentivando os estudantes a participar também no trabalho agrícola. Era um «alegre companheiro», que muitas vezes punha termo aos litígios com as suas frases apaziguadoras. Através da confissão frequente, da comunhão diária e do rosário, ele e os seus companheiros de estudos conseguiram combater as tentações e crescer na fé, tornando-se cristãos e “apóstolos” maduros.

Em 1934, Peter To Rot recebeu do bispo a sua cruz de catequista e foi enviado de volta para a sua aldeia natal a fim de ajudar o pároco, o padre Laufer. Ensinava o catecismo às crianças de Rakunai, instruía os adultos na fé e conduzia encontros de oração. Incentivava a população a participar na Missa dominical, tendo sido um conselheiro fidedigno dos pecadores, ajudando-os a preparar-se para a confissão. Além disso, empenhou-se em combater com zelo a bruxaria, praticada por muita gente, inclusive por alguns que se denominavam cristãos.

Em 1936, Peter casou com Paula Ia Varpit, uma jovem mulher de uma aldeia vizinha. Formavam um casal cristão exemplar. Manifestava grande respeito pela sua mulher e rezava com ela todas as manhãs e todas as noites; além disso, era muito dedicado aos seus filhos, passando muito tempo com eles.

Em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, os japoneses invadiram a Nova Guiné e transferiram de imediato todos os sacerdotes e religiosos para os campos de concentração. Como era leigo, Peter pôde ficar em Rakunai. Depois dessa ocorrência, teve de assumir muitas responsabilidades novas, conduzindo a oração dominical e exortando os fiéis a perseverar, dando testemunho durante os casamentos, batizando os recém-nascidos e presidindo

aos funerais. Conseguiu ainda levar os habitantes da aldeia para a floresta, onde um missionário se tinha refugiado depois de ter conseguido escapar aos japoneses, a fim de que todos pudessem receber os sacramentos em segredo.

Embora inicialmente os japoneses não tivessem proibido por completo o culto católico, rapidamente começaram a saquear e a destruir as igrejas. To Rot teve de construir uma capela de madeira no meio do mato e criou esconderijos subterrâneos para os vasos sagrados; continuou o seu trabalho apostólico com prudência, visitando os cristãos durante a noite por causa dos numerosos espíões que dominavam a região. Viajou muitas vezes até Vunapopé, uma aldeia distante, onde um sacerdote lhe dava o Santíssimo Sacramento. Graças a uma autorização especial do bispo, To Rot levava a comunhão aos doentes e moribundos.

Aproveitando-se das divisões internas entre a população da Nova Guiné, os japoneses reintroduziram a poligamia para conseguirem o apoio dos chefes locais. Implementaram um plano para contrariar a influência “ocidental” sobre a população nativa. Por luxúria ou por medo de represálias, muitos homens tomaram então uma segunda mulher.

O catequista Peter To Rot viu-se forçado a falar: «Nunca falarei o suficiente aos cristãos sobre a dignidade e a grande importância do sacramento do matrimónio.» Chegou mesmo a tomar posição contra o seu irmão Joseph, que defendia publicamente o regresso à prática da poligamia. Além disso, outro dos seus irmãos, Tatamai, voltou a casar-se e denunciou Peter às autoridades japonesas. A sua mulher, Paula, temia que a determinação do marido prejudicasse a sua família, mas Peter respondeu às suas súplicas: «Se tiver de morrer, está tudo bem, porque morrerei pelo Reino de Deus no meio do nosso povo.»

«A comunhão primordial é aquela que se instaura e desenvolve entre os cônjuges: em virtude do pacto de amor conjugal, o homem e a mulher “já não são dois, mas uma só carne” (Mt 19,6; cf. Gn 2,24). [...] A poligamia contradiz radicalmente uma tal comunhão. Nega de facto, diretamente, o plano de Deus como nos foi revelado nas origens, por ser contrária à igual

dignidade pessoal entre o homem e a mulher, que no matrimónio se doam com um amor total e por isso mesmo único e exclusivo.» (*Familiaris Consortio*, 19).

Certo dia de 1945, enquanto Peter To Rot estava a plantar feijão num campo requisitado pelos japoneses, foi preso pelos polícias que tinham acabado de saquear a sua casa, encontrando vários objetos religiosos. Durante o interrogatório subsequente, Peter admitiu que tinha conduzido um encontro de oração na véspera, e o chefe da polícia, Meshida, bateu-lhe. Quando se declarou contrário à bigamia, foi preso. Como disse em seguida à sua família, «para Meshida, era esse o meu principal delito».

Peter foi metido numa pequena cela sem janelas de onde o tiravam de vez em quando apenas para tratar dos porcos. A sua mãe e a sua mulher levavam-lhe comida. Certo dia, Paula levou consigo os seus dois filhos (estava grávida do terceiro) e implorou ao marido que dissesse aos japoneses que deixaria de trabalhar como catequista se o libertassem. «Não tens nada que ver com isso», replicou Peter. Fazendo o sinal da cruz, acrescentou: «Devo glorificar o Nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e, assim, ajudar o meu povo.» Pediu, portanto, à sua mulher que lhe levasse a sua cruz de catequista, que manteve consigo até ao fim. Nesse mesmo dia confessou à sua mãe que a polícia tinha chamado um médico japonês que viera medicá-lo, acrescentando: «Eu não estou doente! Volta depressa para casa e reza por mim.» No dia seguinte, um polícia chegou a Rakunai e anunciou: «O vosso catequista morreu.»

O tio de Rot, Tarua, dirigiu-se ao local acompanhado por Meshida para identificar o corpo. Tinham enrolado um cachecol vermelho ao pescoço do mártir, que estava inchado e ferido. Notava-se claramente a marca de uma injeção no seu braço direito. A julgar pelo cheiro, o “médico” tinha injetado nele um composto de cianeto. O veneno tinha atuado lentamente, e os soldados tinham estrangulado e trespassado as costas da vítima com uma espada. Peter To Rot foi sepultado no cemitério de Rakunai, e o seu túmulo tornou-se local de peregrinação. O seu irmão Tatamai arrependeu-se e,

depois da guerra, reconstruiu a igreja de Rakunai com o seu próprio dinheiro, como ato de contrição. Nos cinquenta anos subsequentes à morte de To Rot, a aldeia de Rakunai viu nascer pelo menos uma dúzia de sacerdotes e religiosos para a Igreja Católica.

Durante a sua visita pastoral à Oceânia, em 1995, o Papa João Paulo II beatificou Peter To Rot em Port Moresby. O Papa descreveu assim a sua morte: «Condenado sem processo, sofreu o seu martírio em paz. Seguindo as pegadas do seu Mestre, o “Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo”, também ele foi “conduzido como cordeiro ao matadouro”. No entanto, este “grão de trigo” caído silenciosamente na terra produziu uma colheita de bênçãos para a Igreja em Papua Nova Guiné! Graças ao Espírito de Deus que habitava nele, proclamou corajosamente a verdade sobre a santidade do matrimónio.»

Batizados
e enviados

Outubro
2019

BEATO PIERRE CLAVERIE (1938-1996)

Em janeiro de 2018, o Papa Francisco aprovou a beatificação de «Dom Pierre Claverie e dos seus dezoito companheiros mártires». O homicídio de Pierre Claverie, dominicano, bispo de Oran (Argélia), foi o último de uma série de trágicos assassinatos que lançaram no luto a Igreja da Argélia, entre 1994 e 1996. As outras vítimas foram sete monges trapistas, quatro missionários de África, um frade marista e várias religiosas pertencentes a diversas congregações. A sua morte inscreve-se numa década negra, durante a qual entre cento e cinquenta mil e duzentas mil pessoas foram mortas, quer pela violência quer pela repressão religiosa. É precisamente a sua livre opção de permanecer ali, por amor a Cristo e à Igreja, apesar da referida violência, que nos permite hoje qualificar esses cristãos como «mártires».

Pierre Claverie nasceu em Argel no ano de 1938: era filho da Argélia colonial. Na idade adulta, confessou que tinha vivido toda a sua juventude no meio dos árabes, sem nunca se ter encontrado com eles: «Passei a minha infância em Argel, num bairro popular desta cosmopolita cidade mediterrânica. Ao contrário de outros europeus, nascidos no campo ou em cidades pequenas, nunca tive amigos árabes. Não éramos racistas, apenas indiferentes, ignorando a maior parte da população deste país. Os árabes faziam parte da paisagem dos nossos passeios, do pano de fundo dos nossos encontros e das nossas vidas. Nunca foram nossos companheiros... Sendo cristão e também escuteiro, tive de escutar numerosos sermões sobre o amor ao próximo, mas nunca me tinha apercebido de que os árabes também eram o meu próximo. Foi necessário haver uma guerra para que a bolha rebentasse», diria muito mais tarde, reconhecendo que tinha vivido toda a sua juventude dentro

de uma «bolha colonial». Esta tomada de consciência, que correspondeu ao deflagrar da guerra da Argélia e à proclamação da sua independência, constituiu para ele um verdadeiro ponto de viragem, que o faria ingressar, em 1958, na vida religiosa e na ordem dominicana.

Estudou em Saulchoir, com os melhores professores, os teólogos dominicanos que prepararam a eclesiologia do Concílio Vaticano II: Yves Congar, Marie-Dominique Chenu e André Liégé. Saiu de lá em 1967, com uma sólida formação intelectual e espiritual, que mais tarde se viria a revelar preciosa. Das cartas que escreveu à sua família emerge a sua precoce maturidade intelectual: «Esta manhã, durante a oração, descobri finalmente o Deus Trindade, que sempre me tinha parecido, até então, uma argúcia de teólogo. Creio que é o essencial do Cristianismo: ainda mais do que a vida de Jesus, do que o seu ensinamento, do que a sua Igreja, Ele revela-nos Deus, não só como um Deus Pai, mas transmitindo-nos a imagem daquilo que somos chamados a ser: aqueles que participam numa corrente de amor que une o Pai ao Filho através do Espírito Santo», escreveria ele em maio de 1959.

Ordenado sacerdote, aceitou com alegria juntar-se à pequena comunidade dominicana de Argel que, orientada pelo cardeal Duval, contribuía para a existência de um novo tipo de Igreja, uma Igreja para um país maioritariamente muçulmano. Por esse motivo, aprendeu tão bem árabe, que mais tarde o pôde ensinar. Mas, acima de tudo, «aprendeu a Argélia», conquistando assim uma magnífica rede de amigos argelinos que seriam muito importantes para ele. O país deu início ao percurso de reconstrução após uma guerra muitíssimo sangrenta (1954-1962): havia muito a fazer em matéria de educação e de formação dos líderes. Pierre Claverie também contribuiu, juntamente com os sacerdotes e as religiosas da Argélia, que se tinham colocado inteiramente ao serviço da formação de cooperantes, empenhados no desenvolvimento do país. Foi um período muito feliz da sua vida. Mais tarde prestaria uma bela homenagem a esses seus amigos, presentes na catedral de Argel, no dia da sua ordenação episcopal: «Irmãos e amigos argelinos, também a vós vos devo o facto de ser aquilo que sou hoje. Também vós me

acolhestes e apoiastes com a vossa amizade. Devo-vos a minha descoberta da Argélia. Embora seja este o meu país, vivi aqui como estrangeiro durante toda a minha juventude. Convosco, aprendendo o árabe, aprendi sobretudo a falar e a compreender a linguagem do coração, a linguagem da amizade fraterna através da qual comunicam entre si os povos e as religiões. A este propósito, tenho a debilidade de acreditar que esta amizade é capaz de resistir ao tempo, à distância e à separação. De facto, creio que ela vem de Deus e a Deus conduz.»

A sua sólida formação levou-o a participar de forma decisiva na reflexão teológica de uma Igreja que devia repensar o sentido da sua presença. Ela não estava ali para fazer proselitismo entre os muçulmanos. Pelo contrário, através do testemunho da fé e da sua ação gratuita ao serviço do país e dos mais humildes, a Igreja podia oferecer uma presença atuante do amor evangélico e contribuir para curar as feridas herdadas do passado colonial e da guerra da libertação. Só a fecundidade do testemunho e a obra do Espírito Santo podem converter os corações e suscitar a liberdade em relação a Cristo e à sua Igreja. Nesse sentido, Pierre Claverie assumiu a direção do centro de estudos diocesano de Argel e colaborou com os bispos na redação de documentos teológicos que tentavam articular o sentido de uma presença cristã num mundo muçulmano.

Em 1981, a sua forte personalidade e o seu carisma pessoal valeram-lhe a nomeação para bispo de Oran, na zona oeste do país. A sua diocese contava com poucos fiéis, mas era internacional: Pierre viria a sentir um grande amor por esse papel de artesão da comunhão, não só entre cristãos de diversas origens, mas também com os amigos muçulmanos da Igreja. Optou por disponibilizar os locais e as estruturas da sua diocese para satisfazer as necessidades da região: bibliotecas para alunos e estudantes, um centro de acolhimento para pessoas portadoras de deficiência, um centro de formação para mulheres. Com os seus companheiros muçulmanos, estabeleceu relações de confiança e de amizade que se viriam a revelar preciosas durante a trágica década dos anos noventa. Só Deus pode converter. Os fiéis cristãos são pouco

numerosos, mas um verdadeiro testemunho cristão pode ser dado a todos os muçulmanos com os quais os cristãos vivem e trabalham diariamente.

Por ocasião de uma conferência na mesquita de Paris, em junho de 1988, Pierre decidiu rejeitar toda a hipocrisia política e sublinhou, sem hesitar, que «no conjunto das relações que têm caracterizado o encontro entre cristãos e muçulmanos, o diálogo nem sempre tem sido a regra», ou melhor, tem-se verificado precisamente o contrário: «A polémica e o conflito têm prevalecido.» Fiel à sua honestidade, começou, portanto, por reconhecer os obstáculos. Para lá das vicissitudes da história – afirma ele –, o problema de fundo é a dificuldade em «admitir e aceitar a alteridade».

Quando o diálogo se limitava às palavras, muitas vezes ambíguas, por vezes enganosas, Pierre Claverie privilegiou o encontro, pois este último implicava as pessoas. Afirmava ele que nada se podia fazer se não se comesse por criar laços de confiança e de amizade. São estes que permitem fazer, imediatamente, coisas juntos, enfrentar desafios comuns e também questões mais complexas. O cristão deve poder explicar que, para ele, a Trindade não é politeísmo; o muçulmano, por sua vez, poderá sublinhar até que ponto o comove o texto do Corão ou a personalidade de Maomé, tão estranhos para um cristão. Um dos milagres que estes encontros podem realizar é contribuir para curar as feridas do passado, que fazem com que a relação entre cristãos e muçulmanos seja muitas vezes entravada por medos e preconceitos persistentes. O recíproco e honesto conhecimento de um são diálogo entre religiões ajuda a promover a liberdade religiosa, o direito ao anúncio e ao testemunho, o direito à livre conversão e adesão religiosa.

A partir de 1990, a Argélia precipitou-se numa década de violência. A tardia abertura política ao multipartidarismo, após vinte e cinco anos de regime de partido único, favoreceu o surgimento dos partidos religiosos radicais. No momento das eleições legislativas locais, estes obtiveram a maioria dos votos e quase tinham chegado ao poder quando o regime militar decidiu, em 1992, interromper o processo eleitoral para evitar que se instaurasse uma ditadura religiosa. Frustrados por não terem alcançado o poder através das eleições,

os fanáticos fundamentalistas tentaram tomá-lo pelas armas. Começaram por assassinar centenas de representantes do Estado (juízes, polícias), passando depois às figuras simbólicas de uma sociedade civil aberta (jornalistas, escritores) e, por fim, voltaram-se contra os estrangeiros. O homicídio dos dois primeiros religiosos cristãos, em maio de 1994, constituiu um trauma para todos. O dos sete monges trapistas, em 1996, escandalizou a grande maioria dos muçulmanos.

Pierre Claverie foi o último dos cristãos assassinados. Devemos acrescentar que ele não só tinha optado por permanecer no país, mas também e sobretudo continuou a falar com coragem, manifestando-se publicamente a favor de uma «Humanidade plural, não exclusiva». «Nós estamos precisamente no nosso posto, pois só neste lugar se pode entrever a luz da Ressurreição e, com ela, a esperança de uma renovação do nosso mundo.» Foi assassinado no dia 1 de agosto de 1996, juntamente com um amigo muçulmano, Mohamed Bouchikhi, que tinha tomado a decisão de ficar com ele, apesar dos riscos. A sua morte chocou os cristãos, mas também muitos argelinos muçulmanos que, nas suas exéquias, afirmaram ter vindo para chorar aquele que também era o «seu» bispo.

Outubro
2019

SIMON MPECKE (1906-1975)

Simon Mpecke nasceu em 1906 em Log Batombé, nos Camarões. Em 1914, aos oito anos de idade, Mpecke começou a frequentar a escola primária da missão católica de Édéa. Tratava-se de uma missão aberta pela congregação dos padres palotinos, na época das colónias alemãs. Aos onze anos, Mpecke terminou o ensino primário. A 14 de agosto de 1918, aos doze anos, Mpecke foi batizado em Édéa pelo padre Louis Chevrat, assumindo, a partir desse momento, o nome de Simon Mpecke. No dia seguinte ao do seu Batismo, Mpecke fez a Primeira Comunhão. A seguir, Simon viria a ser professor nas escolas da savana e depois na missão central de Édéa. Em 1920 obteve o diploma de professor nativo na missão católica de Édéa e, em 1923, tornou-se no primeiro professor da missão.

A 8 de agosto de 1924, Simon Mpecke entrou no pequeno seminário de Yaoundé. De outubro de 1927 a dezembro de 1935, na sequência da abertura do grande seminário de Mvolyé, seguiu, durante dois anos, os estudos de Filosofia e, durante quatro anos, os de Teologia. A 8 de dezembro de 1935, Simon foi um dos primeiros camaronenses a serem ordenados sacerdotes. Esta ordenação sacerdotal constituiu uma etapa importante na história da Igreja dos Camarões, tendo inaugurado uma nova era para o país.

Como seu primeiro ministério, Simon foi nomeado vigário da missão de Ngovayang, onde tomou firmemente posição contra as práticas das religiões tradicionais da região. Em 1947 foi nomeado para a paróquia do bairro New-Bell, em Douala, e no ano seguinte passou a ser o seu pároco. Impulsionou a paróquia e incrementou várias confrarias e congregações laicais. Apoiou os movimentos da Ação Católica e a escola, revelando uma grande

disponibilidade e uma generosidade total. Ainda em 1947, por acaso, o padre Simon Mpecke leu um artigo em que tomou conhecimento da existência de populações pagãs no norte dos Camarões. A partir desse momento, sentiu nascer dentro de si uma grande simpatia por essas populações. O estabelecimento das fraternidades dos Irmãozinhos e das Irmãzinhas de Jesus na sua paróquia aproximou-o da espiritualidade de Charles de Foucauld. Em 1953, o padre Simon Mpecke ingressou no Instituto secular dos Irmãos de Jesus e partiu para fazer um ano de noviciado na Argélia. Foi um dos fundadores a nível internacional da União Sacerdotal Iesus Caritas, e viria a ser o seu primeiro responsável nos Camarões. Durante um certo período, pensou ingressar pessoalmente na sua fraternidade.

A 21 de abril de 1957, o Papa Pio XII publica a encíclica *Fidei Donum*; foi, portanto, com esse espírito, que o padre Simon Mpecke partiu para o norte dos Camarões como missionário e como sacerdote *Fidei Donum*. Em fevereiro de 1959, a pedido de Dom Plumey, o padre Simon chegou a Tokombéré para fundar uma missão e tentar chegar aos *kirdi*, nome que significa “pagãos”. Embora o sul dos Camarões, na sua maioria bantu, se tivesse convertido quase todo ao Cristianismo, o norte, habitado por povos de origem sudanesa, era um feudo do Islão.

O médico suíço Joseph Maggi tinha-se instalado na aldeia para fundar um hospital, num lugar onde havia apenas alguns dirigentes da administração colonial francesa e vários técnicos que estavam a introduzir a cultura do algodão. Os primórdios da missão católica de Tokombéré deram ocasião a uma experiência missionária excepcional. A missão não era fácil: Simon Mpecke, com efeito, era considerado um perigo, pois não pertencia à tribo local; no entanto, o facto de ser africano facilitou as coisas. Desde o início, a escolarização dos *kirdi* tornar-se-ia na sua preocupação quotidiana. A sua lendária bondade rapidamente lhe granjeou a alcunha de “Baba”, que significa papá, patriarca, sábio e guia ao mesmo tempo. Todos – homens e mulheres, adultos e crianças, *kirdi* e muçulmanos – passaram a tratá-lo espontaneamente por Baba. Em Tokombéré, Baba Simon cumpriu a promessa

feita por Deus a Abraão: o seu êxodo, a sua missão, permitiu o nascimento de um povo.

A fé e a amizade travada com Jesus convenciam-no de que só o amor pelo homem integral o salvaria do mal espiritual do pecado e da ignorância, e do mal material da miséria e da discriminação étnica e religiosa. Para Baba Simon, a escola era a vida: a sua escola suscitou a esperança de fazer desabrochar o homem na sua luta contra a ignorância, a tirania e o medo e foi a sua forma de lutar em prol da dignidade humana. Decidiu levar a instrução “ao domicílio”, dando a todos a possibilidade de assistir à “escola debaixo da árvore”: uma escola à vista de todos, no próprio coração da vida dos *kirdi*.

Em seguida construiu a escola Saint-Joseph de Tokombéré e obteve autorização para abrir outras escolas em Bzeskawé, em Rindrimé e em Baka. Criou um internato para rapazes e outro para raparigas, gerido pelas Servas de Maria. Baba Simon ensinou os *kirdi* a amar os muçulmanos como seus irmãos de sangue, e fez o mesmo com os muçulmanos em relação aos *kirdi*. Através da escola, das estruturas sanitárias, do empenho contra a injustiça e do apelo à fraternidade universal, permitiu uma verdadeira melhoria das condições de vida das populações *kirdi*, durante muito tempo esquecidas pelo resto do país. A sua preocupação por um diálogo constante com os responsáveis das religiões tradicionais faz dele um precursor profético do diálogo inter-religioso professado pelo Concílio Vaticano II. Gostava muito de viajar, e a primeira razão que o impelia a fazê-lo era encontrar a ajuda necessária para as suas obras em favor dos *kirdi*, sobretudo para os estudantes, pertencentes ou não à comunidade. Com esse objetivo, foi a França, à Suíça, a Itália, a Espanha e a Israel. Partilhou a vida dos *kirdi*, a sua pobreza e a sua luta contra a miséria. A sua evangelização era impregnada de oração, amor à Igreja e caridade para com as suas tradições.

A 13 de agosto de 1975, esgotado pela doença, Baba Simon morreu em Édéa – depois de ter passado um período em França, para ser tratado –, longe de Tokombéré, sem poder voltar a ver os seus *kirdi*. Foi sepultado em Tokombéré.

BEATO TITUS BRANDSMA (1881-1942)

Anno Sjoerd Brandsma nasceu a 23 de fevereiro de 1881, em Oegeklooster (Frísia Oriental, Holanda). Enquanto frequentava o liceu dos franciscanos de Megen, começou a compreender a sua vocação. Entrou no convento dos carmelitas de Boxmeer a 22 de setembro de 1898, tendo tomado o nome de Titus. Em 1901 publicou o seu primeiro livro, uma antologia dos escritos de Santa Teresa de Ávila, traduzida do espanhol. Depois de ter sido ordenado sacerdote, em 1905, foi enviado para Roma e frequentou a Pontifícia Universidade Gregoriana. Tendo regressado à Holanda, teve várias experiências como professor e continuou a cultivar atividades jornalísticas, tendo publicado as obras de Santa Teresa em holandês.

Pouco antes da afirmação do partido nacional-socialista na Alemanha, foi nomeado magnífico reitor da Universidade de Nimega. Poucos anos mais tarde, recebeu a nomeação de assistente eclesiástico da Associação dos Jornalistas Católicos. Nas suas aulas universitárias sobre a ideologia nacional-socialista, não poupou críticas nem denúncias declaradas ao sistema; como carmelita, docente, jornalista e, por fim, presidente da Associação das Escolas Católicas, opôs-se firmemente à pressão nazi.

Tendo sido preso no seu convento, foi conduzido à prisão de Scheveningen, onde foi sujeito a um apertado interrogatório no qual reafirmou com firmeza a sua posição. No cárcere, traduziu para holandês a vida de Santa Teresa de Jesus. Transferido para o campo de concentração de Amersfoort, foi obrigado a trabalhar e a viver em condições muito duras. Reconduzido a Scheveningen para completar o interrogatório, foi levado para Kleve, campo de triagem onde encontrou maior dignidade e alívio, tanto em termos humanos como espirituais.

Durante o mês de junho de 1942, foi levado numa carruagem de transporte de gado, juntamente com outros prisioneiros, para o campo de Dachau, onde as condições de vida eram extremas, quer devido aos trabalhos forçados e à escassez da alimentação, quer pelas experiências científicas a que eram sujeitos alguns prisioneiros, sorte que também tocou a Titus. Tendo sido internado no hospital do campo, doente e completamente exausto, morreu a 26 de julho de 1942, depois de lhe ter sido injetado ácido fénico por uma enfermeira à qual tinha oferecido um rosário e que, convertida, viria a testemunhar no processo de beatificação. A sua memória litúrgica celebra-se a 27 de julho.

«A oração não é um oásis no deserto da vida, mas a vida na sua totalidade»: esta bela expressão do sacerdote carmelita, jornalista e docente universitário, encerra o testemunho da sua intensa vida de oração, que o predispunha para uma particular atividade apostólica vivida com grande equilíbrio e que alimentava a sua coragem – no tempo das barbaridades nazis – para anunciar a verdade, defender a liberdade da fé, acolher todo o tipo de pobreza e viver até ao fim o mandamento do amor. Citando as palavras de Jesus, «deixo-vos a paz, dou-vos a minha paz» (Jo 1,27), expressava assim o seu ardente desejo: «Gostaria de repetir esta palavra, de fazê-la ressoar por todo o mundo, sem me preocupar com quem a escutará. Gostaria de repeti-la tantas vezes que aqueles que da primeira vez tivessem virado a cabeça, acabassem por escutá-la, até que todos a tivessem ouvido e entendido [...] a nossa vocação e a nossa felicidade consistem em tornar os outros felizes.» (Conferência *Paz e amor pela paz*, Bergkerk de Deventer, 11 de novembro de 1931) Titus tinha um temperamento generoso e missionário. As experiências internacionais vividas na sua família religiosa, em particular no período dos seus estudos em Roma, alimentaram o sonho de poder ser enviado como carmelita missionário para anunciar o Evangelho. Não pôde realizar esse desejo, submetendo-se à obediência aos superiores, preocupados com a sua frágil saúde.

Embora não tivesse podido partir para terras de missão por motivos de saúde, conservou sempre uma atitude de universalidade, disponibilidade, diálogo e abertura à criação de laços de fraternidade em Cristo. A vida levou-o

realmente a desempenhar uma missão especial: a sua natural inclinação para ser consolador dos aflitos encontrou a sua máxima e heroica expressão nos campos de extermínio. Morreu no campo de concentração de Dachau como «missionário» num lugar «impossível», ao qual foi capaz de levar felicidade e de infundir coragem. São João XXIII viria a defini-lo como «vítima da sua caridade e da constante defesa da verdade», com base em numerosos testemunhos; enquanto sofria ultrajes e espancamentos, suportava com paciência e sincera compaixão os perseguidores, exortando também os seus companheiros a resistir e a rezar por aqueles que se mostravam tão implacáveis em relação ao próximo. Animava-o a convicção de que a luz eterna poderia brilhar através dos sacerdotes do campo, pela sua fraternidade, pela sua esperança e confiança em Deus, no qual se sentiam seguros. Intimamente unido a Deus, tornou-se vaso transbordante de esperança nos lugares aparentemente mais distantes do olhar divino.

Os âmbitos da sua missão foram, portanto, o convento, como lugar de oração e de acolhimento dos mais desfavorecidos, a universidade, onde fazia ressoar a mensagem evangélica, sobretudo encarnando-a, a imprensa e o campo de concentração, nos quais, indo buscar força à fé, incentivava o encontro profundo entre os homens sob o olhar de Deus, superando toda e qualquer distinção social. Isso pô-lo em condições de sobreviver e de fazer outros sobreviver em situações desumanas. Nos campos de concentração, tinha palavras de consolação que exprimiam uma firme certeza: «Confia tudo ao Senhor, dá o teu melhor, e Deus fará o resto!» A sua única perspetiva era Deus, por isso tinha bastante facilidade em adaptar-se a pessoas muito diferentes entre si e a situações difíceis. A sua solicitude em prestar socorro espiritual permitiu-lhe prestar um serviço precioso, administrando o sacramento da confissão e disponibilizando-se como diretor espiritual.

À enfermeira que o matou, disse: «Os bons sacerdotes não são aqueles que dizem belas palavras dos púlpitos, mas aqueles que são capazes de oferecer a sua dor pelos homens, por isso estou contente por poder sofrer.»

BEATA VICTOIRE RASOAMANARIVO (1848-1894)

A rainha Ranavalona I reinou em Madagascar de 1828 a 1861, ano da sua morte. Inimiga implacável da religião cristã, venerava os *sampy* (uma espécie de ídolos) e seguia, como proteção da sua pessoa e do seu reino, milhares de práticas de superstição. A família mais poderosa e mais próxima da rainha era a de Victoire Rasoamanarivo. O seu avô, Rainiharo, foi primeiro-ministro da soberana durante mais de vinte anos. Dois dos seus filhos, Raharo e Rainilaiarivony, sucederam-lhe nas suas funções.

Rainiharo teve uma filha de nome Rambahinoro. Do casamento dessa filha com um primo nasceu Victoire Rasoamanarivo, terceira de sete ou oito filhos. Nascida em 1848, num ano que parece ser um «encontro a longa distância, como o do galo e do sol» (para usar um provérbio malgaxe) com a revolução industrial, proletária, e o despertar das nacionalidades, também Victoire adotará um comportamento que terá um forte impacto no seu ambiente, determinando o seu destino e a admiração que acabará por suscitar.

Victoire tinha treze anos quando os primeiros missionários católicos chegaram a Tananarive (hoje Antananarivo), em novembro de 1861, após a morte da rainha Ranavalona I. Foi uma das primeiras alunas das Irmãs de São José de Cluny, distinguindo-se pela sua modéstia e devoção, sobretudo pela assiduidade com que assistia à Missa todas as manhãs.

Foi batizada a 1 de novembro de 1863, aos quinze anos, fez a sua primeira comunhão a 17 de janeiro do ano seguinte e, alguns meses mais tarde, a 13 de maio, contando dezasseis anos, foi dada em casamento a Radriaka, seu primo, filho mais velho de Rainilaiarivony. Com essa idade, afirmaria mais tarde, desejaria tornar-se religiosa, acrescentando, porém, que a Providência

tinha decidido de outra maneira. Todavia, a sua nova condição não a separou das irmãs. Continuou a frequentar a escola, visto que os trabalhos domésticos estavam a cargo da criadagem.

Foi assim que começaram as dificuldades, porque os pais e as famílias de ambos tentaram convertê-la ao Protestantismo, religião do Estado e da alta sociedade. O calvário de Victoire começou nesse momento, mas ela mostrou-se irrepreensível e paciente. Não se lamentava, mas chamava a atenção do marido para o mal que as famílias estavam a fazer à sua dignidade de mulher. O marido, consciente de que Victoire tinha razão, por vezes ajoelhava-se a seu lado para rezar. O destino tomou a forma paradoxal da esterilidade conjugal: Victoire experimentou toda a amargura do estigma social associado a essa condição, interrogando-se por isso se tal não seria resultado de uma má conduta esponsal.

Rejeitada pelos seus, Victoire começou a fazer da Igreja a sua segunda morada. Passava aí sete ou oito horas por dia, encaminhando-se para lá às quatro da manhã, ao longo de todo o ano e apesar de todas as ameaças. Tinha criado um oratório em casa, onde muitas vezes passava o tempo de joelhos, prolongando as suas orações até altas horas da noite. Tinha uma especial devoção pela Virgem Santa, pelo que o rosário nunca deixava as suas mãos. Aquela vida de oração, longe de absorvê-la em detrimento dos outros deveres, ajudava-a a cumpri-los com total dedicação. Governava sua casa, que compreendia cerca de trinta servos. Era assídua nas visitas aos doentes, sem qualquer distinção de classe, dava esmolas com frequência e recebia pobres e doentes em sua casa.

Quando a Congregação laical da Virgem Santa foi fundada, em 1876, Victoire foi sua presidente, esforçando-se por infundir nas suas companheiras o zelo pela caridade. Criou um ateliê destinado à confecção de roupas para os pobres e os leprosos. Além disso, ajudou as igrejas pobres; mandou construir a capela da cidade sagrada, Ambohimanga. Na qualidade de membro da família do primeiro-ministro, Victoire era dama da Corte. Forçada a apresentar-se no palácio, ia lá como cristã, com o seu rosário na mão, bem à

vista, e rezava antes e depois das refeições. Ao ouvir tocar o sino, pedia desculpa e saía para se recolher num lugar à parte e rezar o *Angelus*. E quando a interrogavam sobre a razão de tal conduta, respondia simplesmente: «É um costume nosso, dos católicos!» Nela não havia rigidez, ostentação ou intolância, mas apenas fé, fidelidade a Deus e respeito absoluto pelos outros.

Aquilo que mais suscitava a admiração da Corte era a heroica paciência demonstrada por Victoire, durante quase três anos, frente ao seu indigno marido. Nunca ninguém a ouviu proferir a mínima queixa contra ele. Todavia, as suas atitudes abusivas eram de tal ordem que o primeiro-ministro, de acordo com a rainha, tentou separar Victoire dele, mediante o divórcio. Mal Victoire teve conhecimento de tal projeto, lançou-se aos pés do sogro suplicando-lhe que renunciasse à sua decisão, pois, dizia ela, o matrimónio católico é indissolúvel.

A 25 de maio de 1883 deflagrou uma perseguição contra a missão católica e, depois de terem sido expulsos todos os missionários franceses, os fiéis católicos viriam a ser acusados como traidores dos costumes da ilha e, portanto, da sua pátria. No mesmo dia em que os missionários saíram de Tananarive, uma ordem emitida por uma autoridade desconhecida, divulgada por todos os funcionários civis e religiosos, proclamava que, sendo o Catolicismo a religião dos inimigos da pátria, os seus adeptos seriam considerados traidores.

No domingo seguinte ao êxodo dos missionários, os católicos olhavam com tristeza para as suas igrejas fechadas, mas nem sequer se atreviam a aproximar-se delas. Às nove da manhã, Victoire chegou diante da catedral. Ao vê-la fechada, enviou uma mensagem ao primeiro-ministro perguntando-lhe se uma ordem emitida pela rainha proibia os católicos de entrar na igreja. Não tinha havido nenhuma ordem real a esse respeito. Então Victoire, aproximando-se do oficial que liderava os guardas, ordenou que se abrissem as portas. «Se vos opuserdes pela força, o meu sangue será o primeiro que tereis de derramar. Não tendes direito algum de nos impedir de entrar nas nossas igrejas para rezar.» As portas foram abertas. Victoire foi a primeira a entrar, sendo seguida por um grande número de cristãos. Era uma primeira

vitória, a vitória mais importante, visto que, com ela, se estabelecia o princípio da liberdade da oração.

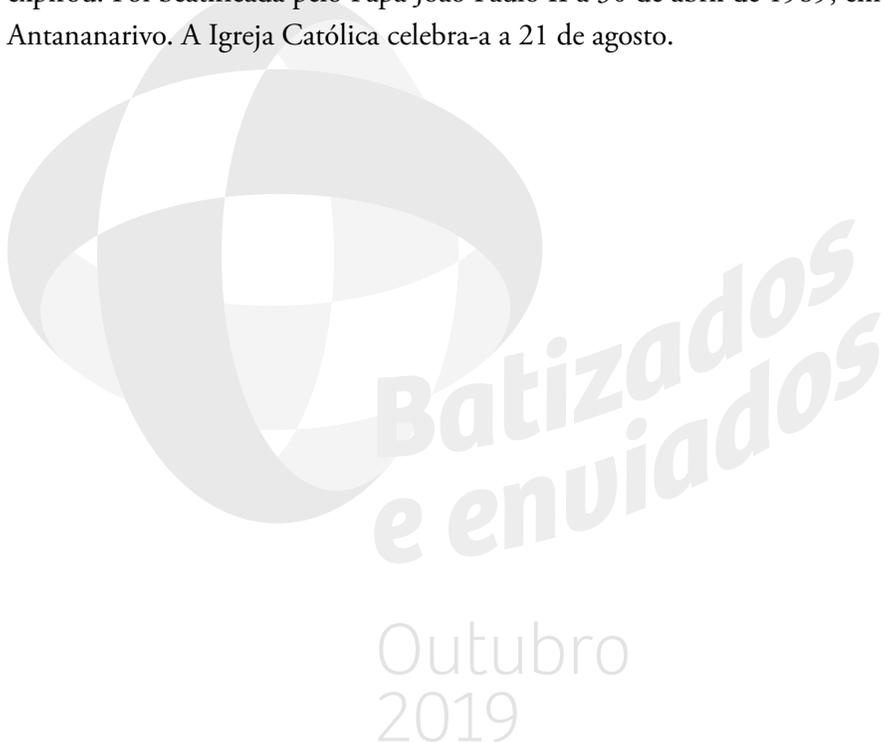
Durante a guerra franco-malgaxe, a nacionalidade francesa dos missionários pôs em risco o futuro do Catolicismo, como religião do agressor. Victoire não tinha preconceitos em relação aos missionários franceses, com os quais mantinha ótimas relações, mas tinha pedido, escrevendo para o estrangeiro e tendo em conta a situação local, que fossem enviados para ali missionários católicos, mas ingleses. Ora, a expulsão abarcou tanto os missionários franceses como o único inglês do grupo, o que tornou patente a oposição ao Catolicismo em si, independentemente da nacionalidade dos missionários.

O padre Caussèque, pároco da catedral, tinha fundado uma associação de homens chamada União Católica. Esta associação devia ser o instrumento do qual Victoire se viria a servir para manter a fé e a prática do culto em toda a missão. Os membros da União Católica reabriam as capelas, reuniam os cristãos e restauravam as escolas. Não foi tarefa fácil. Victoire viu-se forçada a visitar os principais ambientes para infundir coragem nos débeis com a sua presença. Alguns relatos da época descrevem as manifestações de entusiasmo que tais visitas suscitavam. «Tende confiança», dizia Victoire, «a religião católica não é proibida. Os franceses partiram, mas a religião permanece».

Quando os missionários regressaram ao seu posto, Victoire retomou a sua vida simples, modesta e humilde. A única coisa que ainda a preocupava era a conversão do seu marido. Rezava e punha outros a rezar por essa intenção. A sua última obra de “maternidade espiritual” teve precisamente que ver com o seu marido. Uma noite levaram-no para casa embriagado, depois de uma queda que viria a revelar-se fatal. Victoire convenceu-o a receber o Batismo, que lhe foi administrado no seu leito de morte, em 1887. Como viúva, usou luto até morrer, seis anos mais tarde. Mandou dizer numerosas missas pelo repouso da alma do marido, e aproveitou a ocasião desse luto para usar roupa ainda mais simples e para se retirar quase completamente da Corte. Os seus filhos mais queridos eram os humildes: doentes, desfavorecidos, presos

cruelmente acorrentados, leprosos continuamente atormentados pelo seu mal, marginalizados pela sociedade.

Após uma brevíssima doença, Victoire morreu a 21 de agosto de 1894. Dois meses depois, os missionários retomaram o caminho do exílio, que durou até ao fim de 1895. No seu leito de morte, Victoire ergueu as mãos ao céu, segurando o rosário, e pronunciando por três vezes «Mãe, mãe, mãe», expirou. Foi beatificada pelo Papa João Paulo II a 30 de abril de 1989, em Antananarivo. A Igreja Católica celebra-a a 21 de agosto.



VIVIAN UCHECHI OGU (1995-2009)

O heroísmo surpreendente da história de Vivian reside no modo extraordinário como ela expressou a sua fé cristã, exercendo uma grande influência sobre a vida dos outros desde a tenra idade de nove anos, e na coragem com que pôs em prática aquilo em que acreditava quando teve oportunidade disso, aos catorze anos, optando por ser morta a ser violada.

Vivian Uchechi Ogu nasceu em Benin City, no estado de Edo, Nigéria, a 1 de abril de 1995, filha de Peter Ogu, de Enyilogugu. Segunda de quatro filhos, a sua família era uma das mais empenhadas na comunidade paroquial de St. Paul. Ao seu pai foi confiada a missão de organizar os leigos da Igreja Católica da Ascensão, perto das casernas da força aérea nigeriana. Vivian foi batizada na igreja católica de St. Paul, a 1 de julho de 1995, e recebeu a Primeira Comunhão na mesma paróquia, a 26 de março de 2005. Frequentou a catequese para preparação do sacramento do Crisma, previsto para 2010.

Nos estudos, Vivian distinguiu-se como uma das melhores alunas da escola elementar. Combinou o seu êxito escolar com o objetivo fortemente sentido de levar uma vida cristã exemplar, que inspirasse uma grande espiritualidade e um grande amor pelos irmãos e para glória de Deus. Depois de ter frequentado a escola da Sociedade das Mulheres da força aérea nigeriana (infantário e instrução primária), Vivian continuou os estudos na escola secundária Greater Tomorrow, sempre em Benin City. Quando morreu frequentava o liceu. Sonhava ser advogada para lutar em defesa das causas dos pobres e dos oprimidos, sobretudo das viúvas e dos órfãos. Tornar-se engenheira aeronáutica era outro dos seus sonhos, para provar ao mundo que essa profissão não era apenas para os homens. Vivian representou a sua escola em muitas

atividades, entre as quais o concurso «*Cowbell Mathematics Competition*», visto que a sua matéria preferida era a Matemática. Como atividades extracurriculares, Vivian juntou-se ao grupo interconfessional, em que ocupou o lugar de assistente do responsável pela oração comunitária, papel que manteve até à sua morte. Os seus *hobbies* eram a leitura, o canto e a dança.

O percurso espiritual de Vivian, depois do Batismo, conheceu um novo impulso através do Renovamento Carismático Católico, em que começou a participar, graças aos seus pais, que eram membros do mesmo. Já mais crescida, assistiu aos seus cursos de formação bíblica no «grupo da Alegria». Era intensa a sua atividade cristã junto dos seus colegas, mediante conselhos e experiências partilhadas. Foi representante da sua turma e desempenhou um papel de destaque nos encontros dos Campos Jovens, reuniões anuais que começou a frequentar a partir de 2007.

A igreja católica de St. Paul propunha que as crianças e os jovens participassem na Eucaristia dominical num lugar especialmente reservado para que recebessem uma instrução bíblica adequada e depois se pudessem juntar aos seus pais para a liturgia eucarística propriamente dita. Depois da missa, as crianças recebiam mais ensinamentos dos animadores da catequese paroquial. Foi aí que Vivian, aos nove anos de idade, começou a revelar publicamente o seu zelo e coragem ao falar com as outras crianças da amizade com Jesus, da fé, da dignidade da pureza e da virgindade. Vivian ingressou na comunidade da escola dominical, como então era conhecida, e no coro paroquial. Estava muito empenhada, apesar da sua tenra idade. Tomava parte em todos os eventos especiais da igreja, tais como a celebração anual do Dia da Criança, do Dia da Infância e da Missa cantada de Natal, e ainda na celebração de Ação de Graças no fim do ano, quando se pede às crianças que ajudem a servir nas celebrações litúrgicas.

Após o ingresso oficial no coro da comunidade cristã, em 2005, que já frequentava, tendo notado que o maestro escolhido para substituir a diretora do coro infantil era inconstante no seu papel, Vivian assumiu o cargo de maestrina do coro *pro tempore*, sem que lho tivessem pedido nem que

tivesse sido eleita. Desejava tanto organizar um coro capaz e disciplinado que, com a ajuda do seu pai, também elaborou um estatuto. A proposta foi aprovada pelo responsável dos animadores paroquiais, e assim nasceu o primeiro estatuto do coro das crianças da paróquia. Nos quatro anos seguintes, sob a orientação de Vivian, o coro cresceu, passando de um pequeno grupo de cerca de vinte crianças para quase sessenta, no momento da sua morte. Esse coro obteve muitas vezes o primeiro lugar nos vários concursos musicais organizados pela Sociedade da Santa Infância, desde 2007 até ao mais recente, em 2017. Com a sua fé profunda e o seu amor a Deus e aos seus companheiros, Vivian sugeriu a ideia do sacrifício periódico. Animou as crianças a empenharem-se em vários atos de mortificação tendo em vista a salvação, a sua conversão pessoal e as necessidades materiais e espirituais das crianças mais desfavorecidas da paróquia e do mundo.

Não admira, portanto, que, quando a Pontifícia Obra da Santa Infância Missionária (OPSI) foi inaugurada na paróquia de St. Paul, em 2006, Vivian tenha sido eleita por unanimidade sua primeira presidente. Durante o seu mandato, trabalhou incansavelmente para que a OPSI da sua paróquia não ficasse atrás de nenhuma outra na arquidiocese, em termos de realização de obras e orações. Entre os projetos que coordenou com o seu empreendedorismo contou-se, por ocasião do Dia da Criança de 2008, a angariação de fundos para cobrir as despesas médicas de algumas crianças deficientes do Hospital Central de Benin City, e também para responder às necessidades de algumas crianças dos orfanatos da mesma cidade. Duas instituições que beneficiaram de tal generosidade foram o orfanato de Edo e o orfanato de Oronsaye. Em 2009, tendo em vista o Dia da Criança, Vivian mobilizou toda a paróquia para que fosse instituído um fundo de solidariedade para os paroquianos menos afortunados. Vivian era a representante oficial da paróquia por ocasião das reuniões e das atividades da OPSI na arquidiocese. Também foi o primeiro membro da Sociedade da Santa Infância a contribuir para a criação e circulação do boletim informativo da OPSI da arquidiocese, chamado *Amigos de Jesus*. Vivian gostava muito de ler as Sagradas Escrituras

e de pedir explicações aos sacerdotes e animadores relativamente aos ensinamentos da Igreja. Movida pelo seu amor à Palavra de Deus, empenhara-se em pôr por escrito aquilo que entendia dos evangelhos. Tinha chegado ao capítulo 16 do evangelho de São Mateus quando foi morta.

Através dos cursos de formação arquidiocesanos organizados para as crianças da Obra Pontifícia da Santa Infância, Vivian travou conhecimento com a história de Santa Maria Goretti. Utilizava constantemente a história desta sua santa preferida quando convidava os seus companheiros para uma vida de fé, travando uma amizade pura com Jesus, e os instruía sobre o valor da virgindade. Com a sua morte heroica, Vivian deu um exemplo concreto de tal ensinamento, que continuou a transmitir até à manhã do próprio dia em que morreu.

Domingo, 15 de novembro de 2009, estando em casa, à noite, ladrões armados assaltaram a sua família e depois levaram Vivian e a sua irmã para fora da cidade, para uma zona rural anexa à área industrial governamental da comunidade Eboriaria. Os ladrões tentaram violá-la, mas Vivian repeliu-os vigorosamente; dispararam contra ela, matando-a. Depois da Santa Missa do funeral, na igreja católica de St. Paul, o seu corpo foi levado para a sua cidade natal de Aboh Mbaise, para ser sepultado, a 27 de novembro de 2009. Tendo tido notícia da morte heroica da rapariga, o governo do Estado de Edo concedeu à arquidiocese católica de Benim City o terreno onde Vivian morreu. Dois anos mais tarde, o Conselho do Governo local de Ikpoba Okha deu o nome de Vivian Ogu à estrada onde a rapariga fora assassinada.

Desde 2010, todos os fiéis da arquidiocese de Benim City reúnem-se no lugar da sua morte no dia 15 de novembro, por ocasião do Dia da Memória Anual de Vivian Ogu. A 29 de março de 2014, o arcebispo de Benim City, Augustine Obiora Akubeze, inaugurou o Movimento Vivian Ogu, confiando-lhe a missão de dar a conhecer a história da sua vida exemplar, preservando a terra onde foi morta e recolhendo testemunhos das pessoas sobre as suas virtudes e os seus eventuais milagres, tendo em vista a possível promoção da causa da sua beatificação.

WANDA BŁEŃSKA (1911-2014)

Wanda Maria Błęńska nasceu a 30 de outubro de 1911 em Poznan (Polónia), filha do casal Teofil Błęński e Helena Brunsz. A 9 de dezembro do mesmo ano foi batizada na paróquia de São Martinho, também em Poznan. Em virtude da doença que atingiu a sua mãe, a família mudou-se para Puszczykowo, mas o estado de saúde de Helena não melhorou. Contando apenas quinze meses, a pequena Wanda ficou órfã de mãe. Em 1920, com o seu pai e o seu irmão Roman, mudou-se de novo, desta vez para Torun. Aí, fez a Primeira Comunhão e frequentou a escola média feminina estatal. Em 1928, passou no exame de maturidade e recebeu o diploma do ensino secundário. Em seguida deu o primeiro passo para realizar o seu sonho, regressando a Poznan para estudar na Faculdade de Medicina.

Embora ainda tivesse de esperar muitos anos para partir em missão, enquanto estudava envolveu-se muito no ambiente missionário, tanto em Poznan como a nível nacional. Inicialmente fazia parte da Secção Missionária do movimento de Sodalicja Marianska, depois teve a ideia de fundar um Círculo Académico Missionário. A 20 de janeiro de 1927, na aula magna da Universidade de Poznan, na presença do cardeal August Hlond (primaz da Polónia), foi inaugurado o primeiro Círculo Missionário Académico. Naquele tempo, contava cerca de cento e cinquenta pessoas. Muito rapidamente, outros grupos desse tipo foram instituídos nas Universidades de Cracóvia, Lviv (Leópolis), Lublin, Varsóvia e Vilnius. Atualmente, o Círculo de Poznan (Círculo Missionário Académico, reativado em 2002) tem o nome de Wanda Błęńska e envia todos os anos jovens para fazer experiências missionárias. Wanda participou ativamente na organização e na animação do Congresso

Internacional dos Círculos Missionários Acadêmicos em Poznan (de 28 de setembro a 2 de outubro de 1927), a que assistiram mais de duas mil pessoas. Nessa época foi fundada a Associação das Sociedades Acadêmicas das Missões na Polónia, tendo Wanda sido nomeada membro do seu conselho central. Durante vários anos participou nos congressos missionários nacionais e internacionais. Em 1931, tornou-se membro do conselho de administração do grupo missionário de Poznan. Participava ainda na redação da *Annales Missiologicae*, a primeira revista missionária da Polónia, que, após a interrupção da guerra, retomou a sua atividade, com o título de *Annales Missiologicae Posnanienses*. Em 1932, Wanda recebeu, do Papa Pio XI, o diploma para difundir a Pontifícia Obra da Propagação da Fé.

Wanda licenciou-se em Medicina a 20 de junho de 1934. Depois de ter terminado os estudos, começou a trabalhar, primeiro no hospital municipal, depois, até ao fim da guerra, no Instituto Nacional da Higiene. Em 1942, incorporou-se nas fileiras da organização militar secreta Gryf Pomorski, que mais tarde passaria a integrar a Armia Krajowa (o Exército Nacional, principal movimento de resistência da Polónia ocupada; em 1978, Wanda receberia a condecoração da Cruz de Armia Krajowa). A 23 de junho de 1944, dia do seu onomástico, Wanda foi presa pela sua atividade conspiratória. Na prisão foi condenada à morte, mas, ao fim de dois meses de prisão, viria a ser libertada.

Depois da guerra, Błęńska assumiu a direção de um dos hospitais de Torun e trabalhou no Departamento de Higiene de Danzig. Em 1946, decidiu ir visitar o seu irmão Roman, moribundo, que estava na Alemanha. Não tendo recebido o seu passaporte, tomou um navio para Lubeque, onde, depois de ter viajado escondida no depósito de carvão, se encontrou com o seu irmão. Após a morte de Roman, já não conseguiu regressar à Polónia. Ficou na Alemanha, onde trabalhou em hospitais militares polacos. Em 1947 frequentou o curso de Medicina Tropical, em Hamburgo. Mudou-se depois para Inglaterra, onde prosseguiu a sua formação no campo da Medicina Tropical e foi admitida na Royal Association of Tropical Medicine and Hygiene de

Londres. Precisamente aí conheceu um missionário da Congregação dos Padres Brancos, que lhe falou dos seus planos de construção de uma leprosaria em Fort Portal, no Uganda. Em 1950, a Dra. Błęńska foi convidada pelo bispo local para trabalhar no Uganda e, em março desse mesmo ano, deu início ao seu serviço no hospital de Fort Portal. Infelizmente, porém, a leprosaria nunca viria a ser construída.

Os hospitais de Nyenga e Buluba, construídos nos anos trinta pela Madre Kevin, fundadora da Congregação das Irmãs Franciscanas para a missão em África, representavam, no Uganda, os primeiros centros de tratamento da lepra. Durante anos trabalharam aí apenas enfermeiros e técnicos de laboratório. Faltavam os médicos. A 24 de abril de 1951, Błęńska chegou a Buluba, junto ao lago Vitória, e começou a trabalhar no hospital de São Francisco, onde permaneceria por mais quarenta anos como médica e missionária leiga. Ao princípio, as condições de trabalho eram deploráveis, mas Wanda modernizou os dois institutos, elevando-os a um alto nível de tratamento e de cuidados dos pacientes. Em 1956, fundou um centro de formação de assistentes médicos, em vista do diagnóstico e tratamento da lepra, que hoje tem o seu nome. Ensinou muitos estudantes em diversos países africanos, participou nos congressos internacionais de médicos especializados em lepra e tornou-se numa das especialistas mais qualificadas do mundo no tratamento da lepra. No princípio dos anos oitenta, a Dra. Błęńska confiou a gestão do centro de Buluba ao seu aluno, Dr. Joseph Kawumie. Apesar disso, permaneceu ali, trabalhando como médica consultora até 1992. Em 1986 foi ter com o padre Marian Żelazek, na Índia, onde trabalhou, durante nove meses, no centro para leproso de Puri. Os dois missionários polacos mantiveram-se unidos por uma sincera amizade durante muitos anos.

Wanda Błęńska conquistou o coração dos ugandeses, tanto pelas suas capacidades profissionais como pela forma como abordava os doentes. Chamavam-lhe a «Mãe dos Leprosos». Graças ao seu trabalho, ajudou a superar o estigma social em relação aos leproso e empreendeu muitas ações destinadas a recuperar a sua dignidade. Examinava-os sem luvas, não querendo

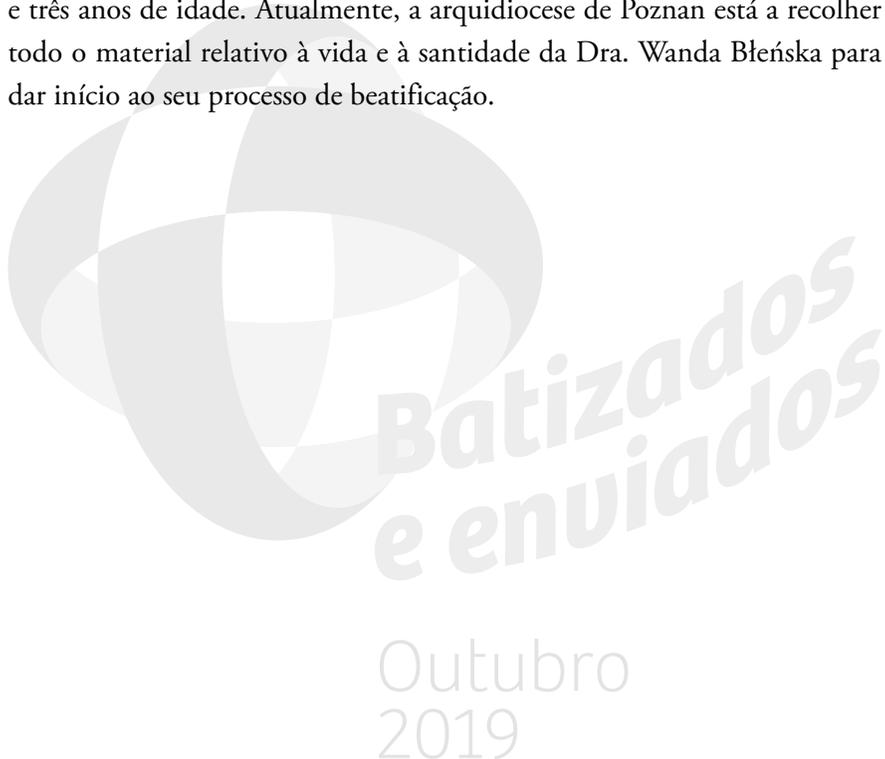
que se sentissem discriminados, calçando-as apenas quando alguma ferida estava aberta ou quando operava. Passados anos, contaria: «Antes de mais, queria fazer com que os meus pacientes se habituassem à sua doença e se familiarizassem com ela, para reduzir o seu medo. Tal como acontece com qualquer outra doença, também com a lepra os pacientes precisam de se familiarizar. Estes doentes são pobres. Há sempre muita gente que os faz aperceber-se do seu medo. Por vezes cria-se um ambiente de medo, porque o medo difunde-se, é contagioso. Eu dizia sempre a todos: “Olhem para mim, porventura os meus dedos têm chagas?” Sempre mantive os habituais princípios higiénicos: depois de ter examinado um paciente, lavava as mãos. Contudo, lavava-as não só depois de examinar alguém com lepra, mas depois de cada paciente... a fim de que todos pudessem ver que esse gesto faz parte dos hábitos de qualquer médico.»

Wanda Błęńska regressou à Polónia em 1992, mas durante mais dois anos ainda viajou entre as suas duas pátrias (Polónia e Uganda). Estabeleceu-se definitivamente em Poznan no ano de 1994. Foi ao Uganda pela última vez em 2006. Apesar da sua idade avançada, participou na vida missionária da Igreja até ao fim da sua vida. Até aos noventa e três anos ensinou no Centro de Formação Missionária de Varsóvia. A 7 de junho de 2003, o Instituto dos Leigos Missionários associado à Conferência Episcopal Polaca recebeu o seu nome. Durante anos visitou escolas, paróquias, centros pastorais e grupos missionários, animando de modo particular as crianças e os adolescentes: «Quando falo com os jovens, digo sempre: “Se tens alguma ideia boa e luminosa, cultiva-a! Não a deixes adormecer, não a rejeites! Mesmo que pareça impossível de alcançar e demasiado difícil, não desanimes. Deves cultivar os teus sonhos!”»

Além de participar em conferências e convénios missionários, organizava assistência médica e financeira para os missionários e as missões, inclusive com o seu próprio dinheiro. Fez parte do grupo dos iniciadores da fundação humanitária Redemptoris Missio e era membro honorário do conselho da fundação. A escola particular de Poznan e o complexo escolar de Niepruszew

têm o seu nome. Recebeu numerosos prêmios, condecorações e menções honrosas, entre os quais a Cruz *pro Ecclesia et Pontífice*, a medalha de São Silvestre, a Ordem da Polónia (que depois decidiu devolver), a cidadania honorária do Uganda, o título de *Honoris Causa* da Academia das Ciências Médicas de Poznan e, da parte das crianças, a Ordem do Sorriso.

Wanda Błęńska morreu em Poznan a 27 de novembro de 2014, com cento e três anos de idade. Atualmente, a arquidiocese de Poznan está a recolher todo o material relativo à vida e à santidade da Dra. Wanda Błęńska para dar início ao seu processo de beatificação.



TERCEIRA PARTE

CONSIDERAÇÕES SOBRE A MISSÃO

«A ação missionária é o paradigma
de toda a obra da Igreja.»

(Evangelii Gaudium, 15)

Outubro
2019



MÊS MISSIONÁRIO EXTRAORDINÁRIO OUTUBRO 2019

Batizados e enviados: a Igreja de Cristo em missão no mundo

**ASPETOS RELEVANTES
DA CARTA APOSTÓLICA
MAXIMUM ILLUD
(30 de novembro de 1919)¹**

O século XX tem sido definido, com razão, como «o século das missões». Ao longo desses cem anos da vida da Igreja, que nasce no Pentecostes e continua no tempo, tiveram lugar grandes acontecimentos que reforçaram o seu dinamismo e empenho missionário. Tal afirmação não exclui que anteriormente tenha havido muitas outras iniciativas missionárias: pelo contrário, sem estas, o florescimento da missão em períodos subsequentes teria sido impossível². Pela mesma razão, sem o dinamismo do século XX seria difícil descobrir a «paixão pela missão» e a «paixão pelo povo» que atualmente caracteriza a Igreja Católica.

Na origem desse «século das missões» situa-se o documento missionário pontifício *Maximum Illud* [MI], do Sumo Pontífice Bento XV (30 de novembro de 1919). A sua compreensão é um ponto de referência necessário para apreender as circunstâncias sociais e eclesiais que justificam a sua publicação. Embora seja um dos documentos mais citados na literatura missionária, a *Maximum Illud* pode ser considerada “a grande desconhecida”. Ao proclamar um Mês Missionário Extraordinário para outubro de 2019, por ocasião do centenário dessa carta apostólica de Bento XV, o Papa Francisco sublinha que se trata de uma ocasião providencial para fazer justiça a um texto missionário fundamental e profético.

Tenhamos presente que a celebração de tal centenário não pode ser simplesmente considerada mais um aniversário no calendário da Igreja. É vontade

¹ A numeração refere-se à tradução oficial espanhola do texto da *Maximum Illud* no site www.vatican.va

² «A Igreja de Deus, recordando o divino mandato, ao longo dos séculos, nunca mais deixou de enviar para todo o mundo pregadores e ministros da divina palavra que anunciassem a salvação eterna legada ao género humano por Cristo.» (MI, 2)

do Santo Padre que, por esse motivo, todas as Igrejas, em todas as regiões da terra, se coloquem em estado permanente de missão. São explícitas as palavras de Francisco: a celebração do Mês Missionário Extraordinário constitui uma magnífica oportunidade para «despertar sobremaneira a consciência missionária da *missio ad gentes* e para retomar com novo impulso a transformação missionária da vida e da pastoral»; é a grande ocasião «para nos abirmos [...] à jubilosa novidade do Evangelho» (*Carta ao cardeal Filoni*, 22 de outubro de 2017).

1. Contexto histórico da *Maximum Illud*

A Carta Apostólica *Maximum Illud* surge num momento pouco propício para reforçar a responsabilidade missionária da Igreja, ou talvez seja, precisamente, essa situação que justifica a sua publicação. A Primeira Guerra Mundial tinha terminado havia pouco tempo e, no interior da Igreja, notava-se a perda do “fervor” missionário, inclusive, como consequência dos grandes fracassos desse conflito bélico e dos fatores que mais tarde terão levado à Segunda Guerra Mundial. Não é exagero afirmar que a origem desta crise pós-moderna tem lugar no Ocidente. Todavia, Bento XV não disfarça a sua satisfação e alegria por ver a expansão das missões estrangeiras e de alguns vicariatos apostólicos, que não desistiram de preparar um novo crescimento para o Reino de Deus (cf. MI 11,23). Os países evangelizados têm consciência de ser colónias ocidentais e, portanto, o colonialismo prevalece sobre qualquer outro objetivo evangélico, de modo especial se aqueles que anunciam a Boa Nova provêm dos países colonialistas. As necessidades prementes, suscitadas pelo progresso, pela indústria e pelo desenvolvimento, de procurar novas terras onde vender os próprios produtos e novos lugares onde se pudessem reabastecer de matérias-primas, provocam conflitos entre as nações europeias. As motivações económicas estão na origem das guerras e estendem-se a todas as colónias, sobretudo

em África, onde trabalham os missionários europeus. Em suma, e sem entrar em pormenores, os povos a evangelizar também são vítimas das consequências das guerras mundiais.

Por esse motivo, o Papa Bento XV insiste na necessidade de purificar o exercício da atividade missionária de qualquer distorção, como sucedeu com as adesões ao colonialismo daquela época, evitando assim o perigo das tendências nacionalistas e dos etnocentrismos³. Também nos nossos dias, a própria pureza evangélica pode ser distorcida por outros interesses, sociais ou partidários, que ofuscam a dimensão universal e católica presente no coração da missão.

2. Problema das vocações missionárias

Bento XV publica a *Maximum Illud* como documento papal profético e missionário, a ponto de ser considerado o início daquele que, com efeito, viria a ser chamado o «século das missões». Ao longo de todo o século XIX apareceram numerosos documentos pontifícios missionários, entre os quais *Probe Nostis* (Gregório XVI, 1840), *Quanto Conficiamur* (Pio IX, 1863), *Sancta Dei Civitas* (Leão XIII, 1880) e *Catholicae Ecclesiae* (Leão XIII, 1890), com o objetivo de reforçar a missão de cooperação da Igreja, através das inúmeras instituições missionárias que o Espírito Santo ia fazendo nascer no mundo, sobretudo em África.

A tais circunstâncias viriam a somar-se algumas dificuldades provenientes do interior da Igreja, a mais grave das quais foi a crise vocacional missionária nos países de origem. Muitos missionários enviados pela Igreja para o

³ Bento XV dá um exemplo em que se mostra claramente o perigo dessas tendências nacionalistas: «Suponhamos que ele [o missionário] não pôs completamente de parte essas intenções humanas nem se comporta plenamente como verdadeiro homem apostólico, mas dê azo a que se pense que serve os interesses da sua pátria; nesse caso, toda a sua obra tornar-se-á suspeita aos olhos da população, que facilmente será levada a acreditar que a religião cristã não passa da religião de determinada nação, abraçando a qual as pessoas ficam dependentes de um estado estrangeiro, renunciando assim à sua própria nacionalidade.» (MI, 46)

Ocidente tinham sido recrutados para se juntarem aos exércitos beligerantes. A guerra mundial provocou uma crise que teve uma profunda ressonância sobre o processo missionário: as regiões geográficas e culturais em que nasciam e se formavam as vocações foram destruídas, os jovens eram recrutados, e as vocações diminuía, por falta de recursos económicos, institucionais ou pessoais. A situação era preocupante, inclusive sob outros aspetos, como no caso dos missionários provenientes de países derrotados, como a Alemanha, ou daqueles que eram considerados, pelo contrário, defensores dos interesses da própria pátria (cf. MI, 46).

Acresce a isso uma questão importante, que Bento XV aborda na sua carta apostólica e que, até àquele momento, tinha sido transcurada na atividade missionária da Igreja: a pouca atenção prestada às vocações nativas. Sempre se atribuíra a estas uma natureza subsidiária, com o conseqüente desinteresse por uma formação doutrinal, missionária e espiritual. «Com efeito, embora seja verdade que, para converter e salvar as almas, é imensamente mais eficaz a virtude do que o saber, se uma pessoa não tiver adquirido primeiro um certo suporte doutrinal, imediatamente se aperceberá da importante base que lhe falta para ser bem-sucedido no seu santo ministério.» (MI, 54)

3. Documento profético e audaz

A *Maximum Illud* abre as portas a uma reflexão sobre a missão *ad gentes* que continua a ser de grande atualidade, inclusive passados cem anos sobre a sua promulgação, pois pode muito bem ser considerada linha orientadora da missionologia, capaz de nos ajudar a reconhecer até que ponto «a missão pode renovar a Igreja», embora não o dizendo explicitamente. Basta analisar a atividade missionária da década de 1960, com a emancipação política das ex-colónias, para descobrir que a situação atual foi de certo modo prevista por Bento XV. A leitura da sua carta apostólica não se pode desligar de tais análises e considerações históricas.

Além de ser o documento missionário pontifício mais citado durante o século XX, os sucessores na cátedra de Pedro não deixaram escapar a oportunidade de recordar ou de aprofundar o seu conteúdo. Foi o caso de Pio XI, com *Rerum Ecclesiae* (28 de fevereiro de 1926), em que se concretizam muitas das indicações de Bento XV. Pio XII, por seu lado, no vigésimo quinto aniversário da referida encíclica do seu predecessor Pio XI, publica *Evangelii Praecones* (2 de junho de 1951). Pio XII convida à ação de graças pela obra evangelizadora da Igreja, mas um dos seus grandes feitos foi a abertura à universalidade, esboçada por Bento XV e largamente desenvolvida, promovendo o ministério episcopal entre o clero nativo. A estas vem somar-se a conhecida *Fidei Donum* (21 de abril de 1957), de Pio XII, e aquela que talvez seja mais explícita na referência à *Maximum Illud*, a encíclica *Princeps Pastorum* (28 de novembro de 1959), de João XXIII, no seu quadragésimo aniversário. Se a leitura destes documentos ajuda a compreender o pensamento de Bento XV, o texto de João XXIII é vinculativo. Por esse motivo, o Papa Francisco, na sua carta de 22 de outubro de 2017, dirigida ao cardeal Filoni, afirma que «Bento XV desejou dar um novo impulso à responsabilidade missionária de anunciar o Evangelho».

4. Universalidade da atividade missionária da Igreja

Pelas suas primeiras palavras, a *Maximum Illud* refere-se ao facto de que anunciar o Evangelho não é apenas proclamá-lo para aumentar o número dos batizados, mas considerá-lo fruto de um encontro com Cristo, nascido da fé, superando as raças, as culturas e os povos⁴. O Papa Francisco manifesta apreço pelo documento de Bento XV, entre outras razões, porque mostra que a Igreja é católica, missionária, universal e, enquanto tal, a ação missionária

⁴ Bento XV lamenta que houvesse “Missionários os quais, esquecidos da sua própria dignidade, pensassem mais na sua pátria terrena do que na celeste, e estivessem preocupados em dilatar o seu poder e a sua glória acima de todas as coisas” (MI 44).

revela-se paradigmática de toda a obra da Igreja. Assim, o empenho missionário não é facultativo, mas indispensável e prioritário.

Naquela época, a proclamação do Evangelho parecia implicar a revisão ou a substituição da cultura do povo: por isso, a conotação do colonialismo não é apenas de natureza política e social, mas também cultural, e prejudica fortemente a evangelização. A *Maximum Illud*, pelo contrário, faz uma avaliação muito positiva daquilo que é e significa a inculturação da fé, colocando a Igreja em estado permanente de missão. O Papa Bento XV empenha-se em afirmar que a missão deve ser definida pela universalidade da salvação e da catolicidade da Igreja destinada a todos os povos. Pela primeira vez, a missão passa a fazer parte, de modo evidente, das preocupações da Igreja, fixando esta a sua atenção na necessidade de cuidar das Igrejas locais e do seu desenvolvimento orgânico e inculturado.

Por esse motivo, um dos principais desafios a que deve responder Bento XV é o de vencer a tentação de adesões colonialistas fundadas sobre conceitos nacionalistas e etnocêntricos, que interessam diretamente não só aos países, mas também a algumas instituições missionárias, persuadidas de que a Santa Sé lhes deu um território de missão como sua propriedade⁵. Tinha chegado o momento de a Santa Sé esclarecer a separação entre as fronteiras geográficas e políticas e as circunscrições eclesásticas da Igreja. Bento XV enfrenta inicialmente o problema da restituição à Igreja local daqueles territórios que tinham sido anteriormente confiados a uma instituição missionária. Em tais situações surgem outros problemas que não devem ser ignorados, como o direito de comissão ou o encargo dos territórios de missão confiados às congregações religiosas. Cada instituição missionária à qual a Congregação *de Propaganda Fide* (atualmente Congregação para a Evangelização dos Povos) tinha confiado um território de missão

⁵ Além disso, a *Maximum Illud* adverte sobre o dano que pode implicar para a evangelização o encerramento das fronteiras a outras realidades culturais ou sociais: «E que tremenda responsabilidade lhe seria atribuída pelo eterno Juiz, sobretudo se – como tantas vezes acontece –, o seu pequeno grupo de cristãos estivesse quase perdido no meio de uma multidão de infiéis e, não sendo suficiente o seu trabalho nem o trabalho dos seus colaboradores para catequizá-los, ele se obstinasse em não pedir ajuda a outros missionários!» (MI 25)

ocupava-se de tal circunscrição e procurava vocações ou meios para as suas próprias missões.

5. A missão *ad gentes*, origem das Igrejas locais

Esta distinção não é simplesmente teórica ou estratégica, mas fundamental para promover a missão *ad gentes* nas Igrejas particulares. Constitui um passo em frente decisivo para a constituição das Igrejas locais, que dará origem à mudança da perspectiva missionária na vida da Igreja do século XX. A partir de Bento XV, as missões tornam-se Igrejas locais. Disso deriva também a reflexão sobre a situação dos bispos nestas Igrejas locais, até então essencialmente de origem ocidental: «Estes, como se diz, devem ser a alma da sua Missão. Por isso, sirvam, especialmente, com o seu zelo, de exemplar edificação para os seus sacerdotes e colaboradores, exortando-os e animando-os sempre a um maior bem.» (MI, 15) Um dos grandes contributos do documento, sinal de que o Evangelho anunciado lançou raízes, é a constituição da Igreja local presidida por um bispo e por um clero nativo, com a necessidade de criar novos centros propulsores que darão vida à comunidade com colaboradores bem formados (cf. MI 22, 33).

Bento XV encarrega as missões do cuidado destes sacerdotes nativos, porque serão eles que melhor abordarão a gente local; serão o fruto de comunidades cultas e maduras. Sobretudo, no caso de conflitos armados, não serão expulsos, como acontecia nas primeiras décadas do século XX. Graças a estas novas e oportunas diretivas dirigidas aos vigários apostólicos e aos bispos dos diversos lugares, tem início um longo e laborioso processo de criação das Igrejas (*plantatio Ecclesiae*). Os efeitos de tais recomendações não tardarão a produzir-se: poucos anos depois terão lugar as primeiras ordenações de bispos nativos.

6. Vocações indígenas

A *Maximum Illud* defende a necessidade de promover as vocações nativas. O documento pontifício adverte que os melhores evangelizadores são pessoas que conhecem a língua e a cultura local e que são membros da comunidade à qual o Evangelho é anunciado. Isso, não por uma pura e eficaz planificação, mas porque ninguém deveria ser privado do dom da vocação missionária. Os missionários estrangeiros que se recusam a adaptar-se às circunstâncias e não falam a língua dos nativos, mas se lhes dirigem através de intermediários, são associados às potências coloniais europeias. Além disso, os próprios membros do clero nativo são considerados por eles, de facto, como seus adjuntos. Aparecem como estrangeiros na sua própria terra, com o perigo imediato de gerar grupos isolados e independentes.

Embora as mulheres nunca tenham deixado de estar presentes na evangelização, o documento faz uma aposta decisiva e surpreendente em favor da vocação missionária feminina: não só com o fim de lhes atribuir as funções sociais mais próximas da mulher, mas também para escolhê-las simplesmente como enviadas da Igreja. Por isso nascem, naquela época, muitas instituições missionárias femininas (cf. MI, 76).

7. Teologia da Missão

A carta apostólica dá algumas orientações que mais tarde serão desenvolvidas por outros documentos pontifícios e pela própria Teologia da Missão. Entre as razões para abordar o estudo de tal teologia conta-se a necessidade de preparar e de formar os missionários. Bento XV adverte que o seu envio deve ser precedido por uma preparação e formação que constitua a base de todo o trabalho missionário. Muitas deserções daqueles que abandonam as suas funções têm que ver, precisamente, com a falta de tal formação. É verdade que a teologia da época ainda não permitia a Bento XV falar de uma

fundação missiológica orgânica e sistemática, mas essa questão é levantada na conclusão do documento, porque as vocações para o sacerdócio e para a vida consagrada nas Igrejas emergentes são o melhor indicador da maturidade dessas comunidades cristãs⁶. Com esse objetivo, o Pontífice promove a colaboração entre as instituições missionárias para lá dos limites territoriais atribuídos a cada uma delas. A práxis de atribuir territórios de missão a congregações e institutos missionários fora uma resposta adequada para a evangelização, mas essas instituições corriam o risco de se fecharem em si mesmas, sem aceitar, a não ser como solução secundária, a colaboração com outras instituições missionárias. A *Maximum Illud* supera esses limites e abre o horizonte para a cooperação.

8. Atualidade da *Maximum Illud*

Não é ousadia sublinhar mais uma vez como o conteúdo da carta apostólica continua a ser relevante, a cem anos de distância da sua publicação. Em seguida poremos em destaque alguns dos seus aspetos de maior atualidade.

a) Vitalidade da missão

Hoje, como então, a missão *ad gentes* tem necessidade de ser requalificada. É particularmente interessante recuperar o conteúdo da *Evangelii Gaudium* (14-15), porque ajuda a «ultrapassar as divisões e contraposições entre a pastoral ordinária e a missão» (*Carta* do cardeal Filoni aos bispos, 3 de dezembro de 2017). Como enfrentar este problema hoje, tendo em conta as novas circunstâncias? É sugerida uma resposta: deve-se ultrapassar o

⁶ «Portanto, ao mesmo tempo que os seminaristas chamados por Deus forem convenientemente preparados para as Missões estrangeiras, também deverão ser instruídos em todas as disciplinas, tanto sagradas como profanas, necessárias ao missionário.» (MI, 57)

desequilíbrio «entre desafios para a evangelização nos contextos dos países de antiga tradição cristã, hoje indiferentes e secularizados, e a *missio ad gentes*» (*ibid.*). É interessante descobrir que tal peculiaridade está presente quer nos países com uma longa tradição cristã quer nas Igrejas inseridas nos países de missão e em que, apesar das suas diferenças, o primeiro anúncio é central em ambos os casos. Sem a dimensão espiritual, da pureza evangélica e da paixão por evangelizar, a evangelização não será possível. Revela-se, portanto, urgente, como indicava Bento XV na *Maximum Illud*, e como sublinha o Papa Francisco, requalificar evangelicamente a missão.

b) Cooperação multidirecional

A cooperação missionária, até então, tinha uma conotação unidirecional: o Evangelho chegava de fora, a ajuda provinha de muito longe. Portanto, estas Igrejas locais tinham a perceção de serem apenas destinatárias da missão. Em todo o caso, quando alguém era enviado de uma Igreja local para outra, dirigia-se à mesma e era acolhido como auxiliar, como uma ajuda secundária, que tinha a incumbência de servir nesse território da Igreja. Pela primeira vez, a missão é colocada no centro das preocupações da Igreja. Infelizmente, não obstante o documento em causa, durante muito tempo continuar-se-á a ver a missão, ou as missões, como algo adicional e secundário. Bento XV insiste sobre uma das problemáticas mais urgentes, a promoção das vocações nativas. O nascimento e o acompanhamento de tais vocações são os melhores sinais de crescimento de uma comunidade cristã: «Onde houver, portanto, uma quantidade suficiente de clero nativo bem instruído e digno da sua santa vocação, aí a Igreja poderá considerar-se bem fundada, e a obra do missionário completa.» (MI, 36; cf. 39, 89)

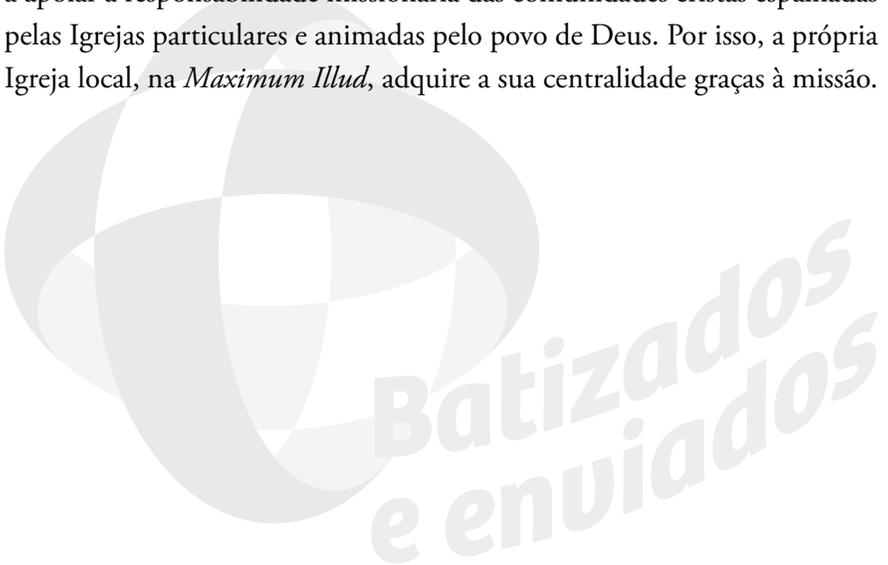
c) *Universalidade*

A *Maximum Illud*, surpreendentemente, tem uma forte conotação de catolicidade e de universalidade cultural e geográfica. A sua leitura, hoje, revela que a expressão «discípulos missionários», frequentemente usada pelo Papa Francisco, teria podido ser parafraseada por Bento XV. Esta expressão não é senão, na linguagem de Francisco, a união da «paixão por Jesus» (discípulos) com a «paixão pelo povo» (missionários). Pode-se compreender a atualidade da *Maximum Illud* relendo afirmações como estas: «Se todos cumprirem, como estamos certos que cumprem, o seu dever, os missionários no estrangeiro e os fiéis na sua pátria, podemos esperar confiadamente que as sagradas missões, recuperadas dos gravíssimos danos da guerra, voltem a prosperar.» (MI, 109)

d) *A Maximum Illud e as Obras Missionárias Pontificias (OMP)*

Por ocasião do centenário da *Maximum Illud*, é oportuno repensar, promover e reavaliar o significado atual das OMP. A Sede Apostólica, através da Congregação para a Evangelização dos Povos, assume a responsabilidade missionária que lhe compete. É na ação da Congregação para a Evangelização dos Povos que se vê a importância do primado do sucessor de Pedro ao serviço da universalidade da Igreja e da missionariedade das Igrejas locais: acima dos particularismos das congregações, das nações, da ideologia, da política, da economia, etc. Que instituição eclesial deveria assumir a responsabilidade pela evangelização? O Papa, como sucessor de Pedro, está decididamente empenhado no seu serviço de comunhão, mostrando uma perspetiva global, católica, de universalidade e comunhão. É então que as diversas obras de apoio missionário surgidas – muitas das quais em França (século XIX) – passam para Roma (1922), manifestando de modo mais explícito a sua carismática catolicidade. Por outras palavras, o centro do serviço

universal à missionariedade já não se encontra em Lyon nem em França, mas, passando para Roma, torna-se universal, incentivando a colaboração entre Igreja universal e Igrejas particulares. O interesse missionário deveria passar, simultaneamente, para o centro das preocupações da Igreja. Isso ainda não é sinal da recuperação de um vigoroso dinamismo missionário, mas também é um convite dirigido às secretarias internacionais das OMP a apoiar a responsabilidade missionária das comunidades cristãs espalhadas pelas Igrejas particulares e animadas pelo povo de Deus. Por isso, a própria Igreja local, na *Maximum Illud*, adquire a sua centralidade graças à missão.



Outubro
2019

TRINDADE, MISSÃO E IGREJA

É possível falar da Trindade, Missão e Igreja em termos de correlação, ou melhor, de coextensividade, no sentido de que as três realidades não são inteligíveis separadamente; pelo contrário, se relermos atentamente o paralelo entre *Lumen Gentium* 2-5 e *Ad Gentes* 2-5, veremos que se completam mutuamente. A Igreja é o ícone da Santíssima Trindade e a *missio Dei* está na origem das missões da Igreja.

«A Igreja peregrina é, por sua natureza, missionária, visto que tem a sua origem, segundo o desígnio de Deus Pai, na “missão” do Filho e do Espírito Santo.» (*Ad Gentes*, 2) Esta afirmação dos padres Conciliares coloca precisamente como epígrafe a correlação fundamental e vital entre a Igreja, a Trindade e a missão. Na sua exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi*, Paulo VI faz uma síntese notável das ligações recíprocas e indissolúveis entre a Igreja e a evangelização ao afirmar que a Igreja nasceu da ação evangelizadora de Jesus e dos Doze Apóstolos (cf. *Evangelii Nuntiandi*, 15). Em seguida, foi enviada por Cristo e, enquanto depositária da Boa Nova, é chamada, em primeiro lugar, a autoevangelizar-se. Esta interdependência ontológica entre a missão e a comunidade eclesial reflete a própria natureza de Deus uno e trino, que é ao mesmo tempo comunhão e missão. O carácter sacramental da Igreja só é possível na medida em que esta última é «ícone da Trindade». E se a Igreja é profeticamente sinal da família trinitária e instrumento do dom da missão, é em virtude da sua geração no ágape da comunhão trinitária do Pai, do Filho e do Espírito Santo. O mistério de Deus uno e trino é, portanto, o fundamento, o princípio e o paradigma da Igreja, o termo e o cumprimento da sua peregrinação na terra. A Igreja é participante «do

amor» e está destinada «ao amor» divino, motivo pelo qual é sacramento e participação da Trindade, sendo *Ecclesia de Trinitate*; vive dela, enquanto *Ecclesia in Trinitate*, e tende para ela como *Ecclesia ad Trinitatem*. O vocábulo “sacramento” utilizado na *Lumen Gentium* 1 em referência à Igreja, significa sinal e instrumento da íntima união vertical com Deus e da comunhão horizontal de todo o gênero humano. Para o Concílio Vaticano II, o termo sacramento, cuja conotação é dinâmica, define a Igreja simultaneamente como dom e missão. Cada um dos seus membros não tem apenas dons e uma missão, mas constitui intrinsecamente um dom e uma missão (cf. *Evangelii Gaudium*, 273). Por esse motivo, a Igreja e os seus filhos e filhas, enquanto sinais e instrumentos, tornam visível a missão do Deus invisível e refletem de modo tangível a comunhão trinitária que, na dinâmica do *exitus* de Deus, se derrama em benefício da Humanidade.

A “reunificação” evocada pela Carta aos Efésios (cf. EF 2,13-22) é a “destruição”, por obra de Deus, de um forte ódio divisor enraizado no homem. Na sua relação com o homem pecador, nos casos específicos, e com todo o povo escravo do pecado em geral, é Deus que dá o primeiro passo. É Ele, o Santo dos Santos, que Se dirige àqueles que d’Ele estavam afastados e que caminha em comunhão com eles. Ele Erradica o ódio sepultado no íntimo dos homens. Torna irmãos e irmãs aqueles que outrora estavam separados e reúne-os à sua volta: faz deles uma comunidade, a Igreja. A Cruz é fonte do sacramento do amor inquebrantável e da comunhão de Deus com o homem. A Igreja, comunidade de fiéis reunidos por Deus graças ao sacrifício do seu Filho, é a comunidade de Deus. A Igreja de Deus é, portanto, a comunidade de homens e de mulheres animados por uma nova força, a graça de Deus, que perdoa, reconcilia e cria unidade. A Igreja é uma comunidade transformada na intimidade das suas fibras humanas graças ao Espírito Santo. A Igreja nasce da comunhão divina e recebe do seu Senhor o dom e o exercício da comunhão.

A Igreja de Deus, mistério de comunhão, está em si mesma orientada para a vocação do universal em termos da salvação. Ela exprime-se, certamente, de mil modos diferentes nos seus membros individuais, mas não se fecha na

sua individualidade. O horizonte da Igreja é o horizonte de Deus, Senhor da comunhão em seu Filho Jesus Cristo, mediante o Espírito. A Igreja, povo de Deus em comunhão, nasceu da destruição de todos os ódios e de todas as barreiras, fontes de divisão. Ela está ancorada no *já* e no *ainda não* do “cumprimento” e da perfeição de comunhão da Humanidade em Deus. A Igreja *união*, ou melhor ainda, a Igreja *comunhão*, tem, historicamente, as suas raízes na história de Israel. A Igreja encontra as suas origens em Deus, «antes da criação do mundo» (Ef 1,4). Ela não pode nem se deve separar da sua fonte. Tudo aquilo que não contribuiu para a comunhão eclesial seria contrário à natureza da Igreja. Assim se lê na Constituição dogmática sobre a Igreja: «Todos os homens são chamados a formar o novo povo de Deus. Por isso, este Povo, embora permanecendo um e único, deve estender-se a todo o mundo e por todos os séculos, para se cumprir o desígnio da vontade de Deus que, no princípio, criou uma só natureza humana e resolveu juntar em unidade todos os seus filhos que estavam dispersos (cf. Jo 11,52).» (*Lumen Gentium*, 13) Cristo é o Artífice da “recapitulação” na qual e através da qual se dá “a reconciliação” mediante aquele é que o único Mediador entre Deus e os homens, na criação e na Redenção.

Antes de ser uma atividade da Igreja, a missão é *actio Dei*, uma atividade divina, porque Deus, em Jesus Cristo e no Espírito Santo, é o primeiro missionário, que “sai de Si”, enviando e sendo enviado. Por conseguinte, entre a *missio Dei* e as *missiones Ecclesiae* há um vínculo de posterioridade, de subordinação e de participação destas últimas em relação à primeira. A atividade missionária da Igreja só é autêntica e significativa na medida em que se desenrola participando na continuação e na renovação das processões intradivinas na história, no prolongamento e no desenvolvimento da autocomunicação *ad intra* e *ad extra* do Deus uno e trino no espaço e no tempo. Epifania do Reino de Deus, a Igreja desempenha sobretudo um papel profético e sacramental, mas nunca idêntico ou substitutivo da *missio Dei*: a sua obra missionária e as missões divinas são diferentes, quer no *modus operandi* quer nas pessoas que as desempenham. Enquanto Jesus é

ao mesmo tempo, por sua essência, o enviado e aquele que envia, o arauto e a autorrevelação do Reino na sua própria pessoa, a Igreja e o discípulo missionário atuam por participação e testemunho, incumbidos de tornar tangível o dom do amor de Deus. A Igreja, na sua missão, nunca substituiu Deus nem a sua obra. Nela participa eficazmente, mediante os sacramentos torna-nos contemporâneos da salvação e manifesta-se como Reino de Deus no início da sua peregrinação na terra. Tal dinâmica só entra em movimento se a Igreja aceitar ser o sinal obediente e o instrumento do dom da graça e se a sua missão se inserir no processo da “saída do Deus trinitário” que se autocomunica pessoalmente através da Encarnação do seu Verbo e da efusão do Espírito da Páscoa-Pentecostes. Esta Igreja, portanto, de inspiração e de origem trinitárias, torna-se numa “comunhão em missão”, à imagem do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Em virtude disso, ela deve tornar o dom da salvação acessível a toda a Humanidade, visto não ser um povo chamado e escolhido por si próprio e para si próprio, mas enviado e empenhado em difundir a graça da Aliança com Deus para lá das suas fronteiras estruturais, dos seus confins visíveis (cf. *Lumen Gentium*, 13-17).

A coexistência recíproca do Pai, do Filho e do Espírito Santo na Igreja é, portanto, uma vocação, um apelo a tornar perene essa comunhão ativa e passiva, recetora e doadora, dinâmica e progressiva da Trindade (pericorese) que, através da mediação sacramental do seu ícone eclesial, quer continuar a dar-se ao mundo para salvá-lo. Na Igreja, o dom nunca é recebido para ser conservado e escondido, mas para ser comunicado e partilhado: o Espírito dos sete dons não autoriza o cristão a dobrar-se sobre si mesmo; anima-o, impele-o, antes, a abrir-se a Deus e ao próximo, num impulso de generosidade capaz de fazer frutificar o dom. Em termos de comunhão missionária, pode-se dizer que o dom se torna numa missão e que a missão se torna num dom radicado na incessante doação e revelação divina, moldado segundo os movimentos trinitários. Fortalece-se a fé, dando-a.

Uma primeira dedução missiológica relativa àquilo que até agora foi exposto implicaria que, para a Igreja, fruto das missões divinas, a evangelização

se deve tornar numa graça concedida por Cristo, um puro dom de eleição para participar na obra missionária de Deus. A apostolicidade faz da Igreja uma família, uma comunhão em missão e uma missão na comunhão, na ininterrupta sucessão apostólica das gerações de crentes. A catolicidade, por outro lado, empenha-a para que seja cada vez mais, para todos, símbolo da unidade na diversidade e da diversidade na unidade.

Uma segunda implicação possível sobre a relação consubstancial entre a Igreja e a missão a partir da Trindade consiste na intersubjetividade eclesial como analogia do Deus uno e trino. Entende-se, por isso, que a Igreja universal, ícone das processões e missões do Verbo e do Espírito, é o lugar em que a imanência, a complementaridade recíproca dos cristãos e a igualdade entre eles na diferença são promovidas e vividas por analogia com a inabituação das Pessoas Divinas (pericorese intratinitária). Em suma, os membros de uma mesma comunidade eclesial não coexistem simplesmente um ao lado do outro, mas pró existem, um “com, em e para” o outro, em estado de doação e vocação permanente (Batismo, Eucaristia e Matrimônio).

O Deus criador oferece-Se a si próprio gerando o Filho no Espírito e instituindo, através d’Ele, uma Igreja-família, ícone da “família” trinitária. A missão da Igreja tem por único objetivo comunicar e transmitir aquela vida divina que nos torna filhos e filhas de Deus, irmãos e irmãs em Cristo. A nossa participação na comunhão do Pai, do Filho e do Espírito Santo é o fim último da atividade missionária da Igreja. Quando a Igreja atua em prol do reforço e da reabilitação dos vínculos de comunhão, de reconciliação, de convivialidade, de caridade, de paz e de justiça entre os homens, realiza a vontade de Deus, que quer que todos os homens sejam salvos, e atualiza o Reino de Deus, já existente e iminente no meio de nós.

Para conseguir essa unidade familiar e essa comunhão fraterna entre os homens, a Igreja, na comunicação e no testemunho da fé apostólica recebida, deve assumir o risco de sair de si mesma para se aventurar até fora dos seus confins visíveis e culturais. Sair não significa destruir a casa, o templo, mas implica alargar os espaços e os tempos da missão, a fim de que a Igreja

corresponda cada vez mais ao amor salvífico de Deus, seu fundador. Estar em constante *exitus* para as periferias geográficas, sobretudo existenciais, consiste em adotar atitudes proféticas nas iniciativas de diálogo ecumênico, intercultural, inter-religioso, para abrir amplas perspectivas de uma fraternidade universal na qual todos aqueles que reconhecem Deus como Pai e Jesus Cristo como Salvador possam viver em harmonia, como irmãos e irmãs.

Concluindo: seguir as pegadas do Deus trinitário que se autocomunica impele as comunidades eclesiais a manter-se afastadas de toda a autorreferencialidade egoísta e etnocêntrica. Na realidade, tanto na autodoação criadora do Pai como na obra redentora do Filho e no projeto de santificação do Espírito, toda a família trinitária interage, porquanto nenhuma Pessoa da Trindade atua independentemente das outras, mas com, em e para as outras Pessoas Divinas. A Igreja deveria tender para essa comunhão contemplativa e interativa, harmonizando no seu seio o exercício dos carismas, o serviço das instituições e a repartição dos ministérios, de modo que todos os fiéis em Cristo – leigos, bispos, sacerdotes, diáconos, consagrados e consagradas – cooperem na missão, na única missão de Deus desempenhada pela própria Igreja.

Outubro
2019

A PÁSCOA DE JESUS CRISTO FUNDAMENTO DA MISSÃO

Na sua Exortação Apostólica pós-sinodal *Evangelii Nuntiandi*, Paulo VI declara que «o próprio Jesus, “Evangelho de Deus”, foi o primeiro e o maior dos evangelizadores. Foi-o até ao fim, até à perfeição, até ao sacrifício da sua vida terrena» (EN, 7). João Paulo II retomará a mesma ideia em *Redemptoris Missio* (13) ao afirmar: «Sendo Ele a “Boa Nova”, em Cristo há identidade entre mensagem e mensageiro, entre o dizer, o agir e o ser.» Cristo não só anuncia o Reino, mas também é, sobretudo, a autobasílica, a tal ponto que se pode afirmar que a eficácia e a eficiência da sua missão residem na identificação total da sua pessoa com a Boa Nova que anuncia. Mais precisamente, a missão do Filho não é senão uma comunicação da vida divina à Humanidade numa autoadoção contínua, desde a sua Encarnação até à sua Ressurreição dos mortos, passando pelos seus milagres, pelos seus atos e pelos seus ensinamentos. O Mistério de Cristo e o seu ministério terreno desenvolveram-se numa dupla oblação: o dom da sua vida ao Pai, do qual recebeu a sua missão, e o dom da sua vida aos seus irmãos e irmãs, filhos e filhas de Deus, que Ele próprio quis reunir numa única família. Na realização dessa missão, o *modus operandi* de Jesus, antes e depois da Páscoa, distingue-se e completa-se. No período pré-pascal, a missão confiada por Jesus aos seus discípulos parecia limitada no tempo e no espaço (cf. Mt 10,1-16); na fase pós-pascal, pelo contrário, assiste-se a uma universalização e mundialização da missão (cf. Mt 28,16-20). Isso valoriza o carácter central e fontal do Mistério Pascal na missão como ação de Deus e dom-responsabilidade da Igreja.

Na sua paixão-morte-ressurreição, Jesus Cristo persegue e cumpre, de uma maneira mais incisiva, decisiva e definitiva, a sua missão de autoadoção, que

consiste na comunicação da vida divina para salvação das multidões (cf. Mc 10,45). Na missão pós-pascal confiada aos seus Apóstolos, o dom da vida nova universaliza-se e difunde-se até às extremidades da terra. Observa João Paulo II, na *Redemptoris Missio* 22, que «todos os evangelistas, ao narrarem o encontro de Cristo Ressuscitado com os Apóstolos, concluem com o mandato missionário» (cf. Mt 28,18-20; Mc 16,15-18; Lc 24,46-49; Jo 20,21-23). Esta concomitância ou ligação entre missão e ressurreição é tão forte que se pode afirmar que ressurreição significa missão, visto que a glorificação do Ressuscitado é o ato fundador da missão universal (cf. Mt 28,18). A missão e, portanto, a ressurreição de Cristo, não são outra coisa senão a transmissão da vida nova no Espírito, vida divina em que a Humanidade inteira é chamada a tomar parte graças ao movimento centrífugo da missão universal, que o Ressuscitado inaugura enviando os seus discípulos a todo o mundo. Esta missão de comunicação da vida de Deus mediante a efusão do Espírito do Pai e do Filho universaliza-se no acontecimento pascal do Pentecostes. Anúncio, Batismo e discipulado estruturam, a partir de Jesus, o envio em missão dos doze apóstolos e dos discípulos.

Antes da Páscoa, o Espírito habita na Pessoa de Cristo e atua através d'Ele. Depois da sua ressurreição, o Paráclito é transmitido aos Apóstolos e atua através deles e com eles para tornar eficazmente presente Cristo Ressuscitado. Partindo da efusão do Espírito, na Páscoa, João Paulo II afirma, na *Redemptoris Missio* 23, que cada missão tem dois denominadores comuns: uma dimensão universal, isto é, católica, que se encontra nas expressões «todas as nações» (Mt 28,19); «todos os povos» (Lc 24,47); «pelo mundo inteiro [...] a toda a criatura» (Mc 16,15); «até aos confins da terra» (At 1,8); e ainda, a evangelização tem um fundamento pneumatológico que se exprime com a omnipresença e a omnipotência atuante do Espírito. O dom das línguas significa, fundamentalmente, que Ele é o artífice da unidade na diversidade e o protagonista da diversidade na unidade, tanto na Igreja como no mundo. O desígnio divino de reunificação da Humanidade num só rebanho realiza-se com a Igreja. Através da Morte e da Ressurreição do

Senhor Jesus Cristo, a Humanidade não só é reconciliada com Deus, mas goza realmente, na Igreja e mediante o dom do Espírito Santo, de uma verdadeira comunhão com Deus.

A edificação, a “renovação” permanente e, de um modo geral, a missão da Igreja realizam-se graças às «duas mãos de Deus», segundo a bela expressão de Santo Ireneu de Lião, ou seja, de Jesus Cristo e do Espírito Santo. A Igreja de Deus está radicalmente marcada pelo “Evento” da Cruz. A partir da Morte-Ressurreição, a Humanidade é reconciliada com Deus e introduzida no “tempo de Deus”, e a Igreja é constituída como espaço privilegiado de comunhão com Deus. O “tempo de Deus” é, para a Igreja, o tempo da graça. Mediante a sua Cruz, Cristo derruba o muro que separava a Humanidade pecadora de Deus. O “tempo de Deus” torna-se “tempo da Igreja” em Jesus Cristo. Com a sua Ressurreição, Cristo, primogénito de entre os mortos, introduz o corpo eclesial na comunhão da Santíssima Trindade. A Igreja está, assim, em comunhão com a santidade de Deus. Comunidade santificada pelo sacrifício da Cruz, a Igreja é o corpo de Cristo que, por sua vez, é a Cabeça da Igreja. Esta não é uma comunidade estática, mas em devir no tempo e no espaço, uma comunidade permanentemente enriquecida e assistida pelo Espírito Santo.

Neste mundo, a Igreja é “a porção concreta de humanidade” que existe para que se manifeste, eficaz e visivelmente, a glória de Deus. Tal glória passa “pelo espaço da salvação” aberto pela Cruz, mediante a qual Cristo Se une à sua Igreja, ou seja, à Humanidade inteira, e a salva. A Igreja não existe para si mesma, mas para a Redenção da Humanidade, para a manifestação da glória de Deus. A missão da Igreja nasce da Páscoa. O Anúncio de Cristo Ressuscitado é, ao mesmo tempo, fundamento, fonte e missão da Igreja (cf. Atos dos Apóstolos). A razão de ser da Igreja consiste em prosseguir a obra reconciliadora de Jesus Cristo mediante a sua Santa Cruz no Espírito Santo. A missão da Igreja é chamada a ser, no seu conjunto, o sacramento de reconciliação da Humanidade com Deus. Segundo a afirmação de Ireneu: «Com efeito, a glória de Deus é o homem vivo, e a vida do homem consiste

na visão de Deus: se a própria revelação de Deus, através da criação, dá a vida a todos os seres que vivem sobre a terra, quanto mais a manifestação do Pai através do Verbo é causa de vida para aqueles que veem a Deus.» (*Adversus Haereses* IV, 20,7)

A Igreja, Corpo de Cristo, participa do mesmo Senhor Jesus na edificação e no crescimento do Reino de Deus. A ampliação do Reino de Deus é a ampliação da própria Igreja. Em Jesus Cristo, a santificação da Humanidade realiza-se, fortalecendo a Igreja, seu Corpo: «O Filho de Deus, unindo a Si a natureza humana e vencendo a morte com a sua morte e ressurreição, redimiu o homem e transformou-o numa nova criatura (cf. GL 6,15; 2COR 5,17). Com efeito, comunicando o seu Espírito, constitui misticamente como seu corpo os seus irmãos, que reúne de entre todos os povos.» (LG, 7)

A Igreja é santa porque em Jesus Cristo, seu esposo, participa da santidade de Deus. A Igreja encontra em Jesus Cristo, sua Cabeça, a perfeição para a qual avança e é atraída (cf. EF 4,13). A Igreja está intimamente ligada a Cristo. Só em Cristo existe, realmente: «Cristo, único mediador, constituiu e incessantemente sustenta sobre a terra a sua Igreja santa, comunidade de fé, de esperança e de caridade, como organismo visível, através do qual difunde, para todos, a verdade e a graça. Contudo, a sociedade formada por órgãos hierárquicos e o corpo místico de Cristo, a assembleia visível e a comunidade espiritual, a Igreja terrena e a Igreja enriquecida de bens celestes, não se devem considerar duas coisas diferentes; elas formam, antes, uma única realidade complexa, resultante de um duplo elemento, humano e divino.» (LG, 8)

Santo Agostinho utilizava a sublime expressão de «Cristo total» para indicar a íntima relação entre Cristo e a Igreja e para expressar o esplendor e a plenitude para os quais tende toda a Igreja a caminho. O «Cristo total» é a união íntima entre Cristo-Cabeça e a Igreja-Corpo, em cada época e em cada lugar. Não há Igreja sem Cristo: «Com efeito, cabeça e corpo são o único Cristo, não porque sem corpo não seja inteiro, mas porque Se dignou ser totalmente connosco Aquele que, mesmo sem nós, é completo; não só

enquanto é Verbo, Filho unigénito igual ao Pai, mas também na sua própria humanidade que assumiu e com a qual é, ao mesmo tempo, Deus e homem. [...] Todos juntos somos membros e corpo de Cristo: não só nós, que nos encontramos aqui neste lugar, mas todos, sobre toda a terra. E não só nós, que vivemos neste tempo, mas – como havemos de dizer? – desde o justo Abel até ao fim do mundo, enquanto houver geração humana. Qualquer justo que faça a sua passagem por esta vida, toda a Humanidade presente, e não só deste lugar, e toda a Humanidade futura, todos formam o único corpo de Cristo, e cada um deles é seu membro. [...] E como d’Ele se diz ainda que é cabeça de todo o principado e de toda a potestade (Cl 2,10), é natural que esta Igreja, agora peregrina, se una à Igreja celeste, onde temos os anjos como concidadãos. [...] E quando Paulo, pregador de Cristo, teve de sofrer dos outros as mesmas perseguições que ele próprio tinha infligido a outros, dizia: Vou completando na minha carne o que falta aos sofrimentos de Cristo. [Tais palavras] não devem ser entendidas como referidas à cabeça que, a partir de agora, no céu, nada padece, mas ao corpo, isto é, à Igreja, corpo que, com a sua cabeça, é o único Cristo.» [Santo Agostinho, *Discurso* 341, 11-12 (PL 39, 1499-1500)]

A partir do Pentecostes, o Senhor Jesus Cristo é inseparável da Igreja, embora a transcenda e ela Lhe deva tudo aquilo que é. Não existe Igreja sem Cristo Ressuscitado. A noção de «Cristo total» de Agostinho ilumina de maneira admirável a comunhão entre Cristo e a Igreja, e também entre os membros da Igreja e Cristo, tanto pessoal como comunitariamente. A Igreja constitui um todo com Jesus Cristo. O «Cristo total» é a Cabeça, Cristo, e o Corpo é a Igreja.

A Cruz, a Ressurreição e o Pentecostes são momentos decisivos da comunhão eclesial com a Santíssima Trindade. Estes momentos são diferentes, mas não estão separados. No Pentecostes, a unidade linguística outrora destruída em Babel é reconstituída mediante o dom do Espírito Santo. À confusão das línguas e à separação do género humano que Babel simboliza no capítulo 11 do Génesis (cf. Gn 11,1-9), responde a reunificação da Humanidade na

inteligência do testemunho apostólico pela eficácia reconciliadora do Espírito. Em Babel, uma só língua, símbolo de unidade vivida e destruída pela orgulhosa pretensão humana; no Pentecostes, a multidão das línguas, símbolo da barreira erguida entre os povos, unificada na compreensão comum da Palavra apostólica. Tal é a obra do Espírito dos “últimos dias”. O fogo deste único Espírito, que se apodera de cada um tomado na sua singularidade, abraça a multidão para firmá-la de novo numa só unidade. A comunidade que nasce do Pentecostes une-se de novo a Deus pela força do Espírito Santo. No Pentecostes, «a orgulhosa pretensão humana» dá lugar à comunhão; a diversidade humana é abraçada pela unidade na multidão. Graças à presença ativa do Espírito Santo, a Igreja atualiza e anuncia o Evangelho. A Igreja não exerce este ministério de comunhão para adquirir méritos próprios. A Igreja que prega, fá-lo mediante o empenho da qualidade do seu apego a Cristo. A Igreja reconciliada evangeliza e participa, no tempo e no espaço, na edificação do Reino de Deus, do qual ela própria faz plenamente parte *hic et nunc*.

Batizados
e enviados

Outubro
2019

MARIA E A IGREJA

Afirma Santo Agostinho, no seu XXV Sermão, que a grandeza de Maria não está no privilégio de ter gerado o Filho de Deus na carne. Ela é grande graças à fé com que acolheu, concebeu, deu à luz e alimentou o Filho de Deus. É a sua fé (a obediência expressa mediante o seu *sim/Fiat*) que gera, só nela, o corpo do Filho de Deus, Jesus Cristo. Maria gera a carne de Jesus, no seu intelecto, na sua vontade e no seu coração, como ato de fé, fruto do Espírito Santo. Essa fé fecunda é apontada por Santo Agostinho como razão da sua honra. Na Igreja, Maria é grande, muito mais pela sua fé do que pelo seu privilégio único de ter dado um corpo humano ao Filho de Deus.

Os evangelhos dão testemunho do caminho, da missão e da peregrinação de fé que Maria é chamada a viver. Na sua encíclica *Redemptoris Mater 2*, citando a *Lumen Gentium 58*, diz-nos João Paulo II que Maria teve de crescer na fé para dar plenamente à luz Jesus Cristo. Maria é discípula e peregrina na fé. Ao cristão, discípulo missionário, é pedido que tenha consciência, que siga o caminho de fé de Maria e nele participe. Só assim, graças à fé, o Espírito Santo pode dar à luz Jesus, inclusive em cada um de nós. Percorramos com Maria as etapas da sua peregrinação na fé, ao longo das quais foi crescendo na sua missão de filha, discípula e mãe.

Lc 1,26-38

A Anunciação, tal como a conceção virginal de Jesus Cristo, em Mt 1,18-25, é o primeiro momento da sua fé. O «sim» da Anunciação ainda não

parece plenamente realizado, embora, por parte de Maria, seja total. É o início da obediência materna e, portanto, um «sim» que é, humanamente, um impulso de disponibilidade absoluta, mas que ainda não é completo, porque ainda não foi plenamente consumado. Na Anunciação, ao interrogar o anjo, Maria ainda é protagonista. Só diz «sim» depois desse diálogo e confronto. O Filho de Deus, embora estando destinado a ser salvação para toda a Humanidade, na Anunciação ainda aparece como fruto exclusivo do ventre virginal de Maria e da fecundidade do Espírito Santo.

Lc 1,39-45

Quando Maria visita Isabel, esta última reconhece a maternidade divina. É o encontro entre a Antiga e a Nova Aliança. A divina maternidade de Maria afirma-se como fruto da sua fé: «Bem-aventurada aquela que acreditou, porque vai acontecer o que o Senhor lhe prometeu.»

Lc 1,46-56

Com o *Magnificat*, temos a resposta de Maria à profissão de fé de Isabel. É um cântico de exultação, no qual se exprime a consciência de Maria de que aquilo que traz no seu ventre vem de Deus, através da sua livre adesão de fé.

Todavia, aquilo que o Espírito Santo faz e realiza através da obediente mediação de Maria não será apenas de Maria, mas será para todos. De geração em geração, toda a Humanidade e a Criação inteira receberão os benefícios obtidos pela sua fé virginal. Em Maria acontece, para a Humanidade inteira, a mediação histórica do cumprimento das antigas promessas feitas a Israel, o início do mundo reconciliado. Através da mediação de Israel, em Maria, o mundo começa o seu caminho de salvação e reconciliação. Nós somos o novo Israel: em Maria, pela fé, tem início a Igreja.

Lc 2,1-20

O nascimento de Jesus (cf. Mt 2,1-12) mostra já, através dos pastores, os sinais da reconciliação do povo. Lucas descreve o início da transfiguração do mundo, nos pastores, enquanto Mateus nos apresenta, nos magos, o alcance universal e a grandeza do fruto do ventre da Virgem Maria. Aqui, a mãe de Jesus não fala, mas conserva tudo no segredo do seu coração. Medita e contempla a unidade do Mistério, o sentido das coisas que lhe acontecem e que ela é chamada a viver na fé.

Mt 2,13-19

Através do relato da fuga para o Egito e da matança dos inocentes, torna-se patente como, desde a primeira infância, a relação de Jesus Cristo com Maria é marcada pelo derramamento de sangue, sinal claro de uma separação cruenta que conduz à maturidade da fé. Lucas também nos apresenta esta verdade no episódio da circuncisão (cf. Lc 2,21): o primogênito não pertence a Maria, e a sua relação materna parece assumir, desde já, uma forma sacrificial (o cutelo, o sangue e o nome dado a Jesus através do sangue: Jesus significa «Deus salva»). Jesus pertence a Deus, e a sua separação da sua mãe será violenta. Na separação da cruz, graças à fé, o Filho de Maria é dado a todos, para salvação de todos, e torna-Se Senhor de todos, cabeça do seu corpo, que é a Igreja (cf. Jo 12,32).

Lc 2,22-38

A profecia de Simeão fala da espada que trespassará o coração de Maria como uma específica consequência materna do Mistério Pascal de Jesus Cristo. O Menino é “sinal de contradição”: revelará a fé no segredo do

coração dos homens, nas profundezas do nosso espírito, e quando for elevado na cruz, atrairá todos a Si.

Lc 2,41-51

Em Jerusalém, Jesus adolescente abandona os seus pais e permanece no Templo, tomando posse daquilo que Lhe pertence (cf. Jo 2,13-22; Lc 4,16-30). Jesus diz aos seus pais: «Não sabíeis que Eu devo estar na casa do meu Pai?» A separação é clara para José – ele não é o pai –, mas também se refere a Maria.

Nas próximas passagens do Evangelho, destaca-se aquilo que Cristo diz a respeito da relação adulta entre a mãe e o Filho. Num caminho de discipulado, Jesus educa a maternidade de Maria e abre-a à missão da maternidade da Igreja graças à fé obediente na escuta e na vivência da sua Palavra.

Jo 2,1-12

No episódio das bodas de Caná, temos o vinho e o matrimónio, sinais escatológicos da Jerusalém celeste, onde todos nós, julgados pela verdade da Palavra de Deus e pelo seu Amor, seremos um só com Deus: «Vi também descer do Céu, de junto de Deus, a Cidade Santa, uma Jerusalém nova, pronta como esposa que se enfeitou para o seu esposo.» (Ap 21,2) Dizer “paraíso” significa dizer união sponsal entre Deus e a Humanidade. O mundo será julgado para ser reconciliado.

Em Caná, Maria tenta “aproveitar” o seu privilégio materno como mãe na carne, mas recebe do seu Filho uma lição, a fim de que possa desempenhar o seu verdadeiro papel. Em Caná, Maria é mãe, mas ainda não é plenamente filha. Jesus Cristo distancia-Se dela: quer transfigurar o seu privilégio de maternidade carnal. Primeiro, dirige-lhe a palavra, não a tratando por “mãe”, mas equiparando-a ao resto da Humanidade, mediante o uso do termo

“mulher”. Cristo responde à sua mãe como o Senhor da Humanidade, sublinhando a distância entre si e Maria com palavras duras («Mulher, que existe entre nós? A minha hora ainda não chegou», Jo 2,4). Jesus também indica a Maria o tempo da plenitude da sua paixão: “Se cresceres na tua fé”, parece dizer-lhe, “tornar-te-ei mãe de toda a Humanidade pela tua participação no sacrifício da minha cruz.” Maria aceita o desafio do seu Filho e mostra-nos a nós, homens, que o caminho da fé é a obediência a tudo aquilo que o Filho diz: «A mãe de Jesus disse aos servos: “Fazei o que Ele vos disser.”» (Jo 2,5) Maria, como aprendiz no caminho do discipulado, é educada na fé pelo seu Filho, através da separação d’Ele, através da sua morte na cruz. A fé só é plenamente cumprida na Páscoa, que revelará a sua missão materna universal.

Mc 3,31-35 (Mt 12,46-50; Lc 8,19-21)

Animada ainda pelo seu privilégio carnal em relação ao Filho, Maria procura Jesus como seu próprio Filho. Ele não recebe a sua mãe nem permite a sua entrada. Olha para os discípulos e pergunta: «Quem é minha mãe e meus irmãos?» E Ele próprio responde: «Aqui estão minha mãe e meus irmãos. Quem faz a vontade de Deus, esse é meu irmão, minha irmã e minha mãe.» Jesus está a descrever aquilo que acontece na Anunciação, está a dizer que a fé vivida por Maria transforma aqueles que creem numa mãe: a fé gera filhos e filhas de Deus. Jesus educa Maria, revelando-lhe o verdadeiro sentido e o alcance universal do seu privilégio de maternidade carnal, para dilatar a sua maternidade e torná-la mãe da Igreja, da Humanidade salva.

Lc 11,27ss

«Feliz o ventre que Te trouxe e os seios que Te amamentaram.» A estas palavras, Jesus responde: «Mais felizes são aqueles que ouvem a Palavra de

Deus e a põem em prática.» A maternidade que gera (o ventre) e nutre (o seio) é geração pela Palavra que, escutada e obedecida, se faz carne (ou seja, é posta em prática) e se sacrifica (mediante a oferenda eucarística na cruz) para poder alimentar e sustentar a fé edificando a Igreja, comunidade de crentes.

Jo 19,25-37

Chegou a hora. Jesus está suspenso da cruz, exposto, inteiramente abandonado ao Pai. Nisto, Jesus não só Se torna completamente disponível frente à vontade do Pai, mas deixa-Se entregar pelo Pai, para salvação do homem. Entregando-Se a Si próprio, Jesus permite ao Pai que O entregue, para nossa salvação. Aí está a razão de Ele ter anunciado que, quando fosse elevado-ressuscitado da terra, atrairia todos a Si (cf. Jo 12,32). E todos «olharão para aquele que trespassaram» (Jo 19,37; cf. Zc 12,10). Chegou a hora! No interior desta “hora”, deste contexto, Jesus entrega a sua mãe por nós.

Jesus dirige-Se à mãe e chama-lhe «mulher» (humanidade feminina), oferecendo-a, como mãe, a João. João recebe Maria como «mulher». É o cumprimento daquilo que Jesus tinha dito em Jo 2,4: Maria torna-se a mãe de todos os viventes, invertendo e convertendo a desobediência de Eva (cf. Gn 3,20). A maternidade de Maria junto à cruz reconhece que Jesus é o fruto do seu ventre e que Ele a entrega para que se torne mãe de todos os viventes, mãe da Igreja, da Humanidade e do mundo reconciliados.

Junto à cruz, um novo e verdadeiro Adão gera a verdadeira e nova Eva. Ao pé da nova árvore, a antiga desobediência é vencida e redimida (cf. Gn 3,9-15). Pela mediação de João, apóstolo, Maria torna-se mãe de toda a Humanidade. A Igreja, Humanidade reconciliada, tem a sua origem no Mistério Pascal.

Jesus educa Maria para que esta possa passar do «sim» da Anunciação ao «sim» da Cruz. Aqui, junto à cruz, em silêncio, deixando-se entregar, Maria realiza a máxima fidelidade ao seu «sim»: deixa-se moldar, criar e “usar” por

Deus. Se, na Anunciação, se entrega através da palavra humana da sua fé, ao pé da cruz deixa-se entregar mediante o silêncio da contemplação amorosa e fecunda do abandono e da entrega do próprio Filho.

Além disso, depois da cruz, Maria não voltará a falar. Tudo aquilo que diz será sempre para voltar a obedecer ao seu Filho, para nossa salvação. Nas próprias aparições, dirigir-nos-á sempre as palavras de Jesus, seu Filho, convidando-nos a fazer aquilo que Ele nos diz na sua Igreja.

At 1,14

A Igreja espera o Espírito para que Este a confirme, a introduza na plenitude da Verdade, a console e a defenda. No Pentecostes, Maria, em silêncio, está no meio dos Apóstolos, no centro da confirmação da fundação apostólica, petrina e mariana da Igreja: Maria é colocada no coração da missão universal da Igreja nascente. Agora Cristo está completo: Ele, a Cabeça, e nós, em Maria, o seu Corpo, unidos a Ele no Espírito. Maria, mãe de todos os redimidos, nunca perdeu o papel único e exclusivo de ser a mãe de Jesus: na Cruz, Jesus estende a sua maternidade a toda a Igreja e no Pentecostes confirma-a. Na Igreja, a sua maternidade torna-se universal. A fé da Igreja pode gerar Jesus no coração dos crentes graças à fé e pela maternidade da Virgem Maria, fruto e obra do Espírito Santo (cf. LG 53, 63-65). Nesta lógica de geração filial no Espírito de Deus, em que liberdade e fé se encontram na Páscoa de Jesus, tem origem e toma forma o sacramento do Batismo.

A fé mariana, fruto da colaboração materna de Maria, está subordinada à mediação salvífica de Jesus Cristo, sendo relativa à mesma e derivando dela (cf. LG, 60-62). Tudo, em Maria, acaba por corresponder àquilo que Jesus tinha dito aos seus discípulos: «Se alguém quer seguir-Me, renuncie a si mesmo, tome cada dia a sua cruz e siga-Me. Pois quem quiser salvar a vida, vai perdê-la; mas, quem perde a vida por minha causa, salvá-la-á.» (Cf. Lc 9,23; Mt 16,24-27; Mc 8,34-38; Jo 12,25)

Maria nega-se a si mesma, toma a sua cruz e segue o seu Filho na glória da cruz e da Ressurreição (Assunção em corpo e alma ao céu). Morrendo para si mesma, participa, como mãe, na cruz do seu Filho, e segue-O, deixando-se transportar até ao ponto de, mediante o Espírito, a sua maternidade terrena de Jesus se tornar maternidade universal, na Igreja.

1COR 15,20-28

Cristo, novo Adão, é o primeiro daqueles que ressuscitam dos mortos: é o primogénito de toda a criação (cf. CL 1,15) e o primogénito dos mortos (cf. CL 1,18). Assim como Ele é o novo Adão, a sua mãe é a nova Eva (cf. Ireneu de Lião, *Contra as heresias*, Livro III, 22, 3-4. Ireneu refere-se a Justino neste paralelismo Maria-Eva, fundado sobre o paralelismo de São Paulo Cristo-Adão). Ela será a primeira a participar na sua gloriosa ressurreição: «Como em Adão todos morrem, assim em Cristo todos receberão a vida. Cada um, porém, na sua própria ordem: Cristo, como primeiro fruto; depois, aqueles que pertencem a Cristo, por ocasião da sua vinda.» (1COR 15,22-23) Maria, na respetiva ordem, como mãe de Jesus na sua carne imaculada, é a primeira de entre as criaturas que será ressuscitada; como mãe da Igreja, é a primeira obra da Criação plenamente realizada e glorificada, e é-o em corpo e alma, na sua totalidade: a sua alma foi obediente mediante a fé, o seu corpo foi moldado pela sua obediência virginal.

Como mãe, Maria atrai-nos para a glória do Filho, intercedendo por nós no Céu. Assunta em corpo e alma ao céu, continua a ser mãe do Filho e nossa mãe, garantia de que aquilo que lhe sucedeu nos sucederá também a nós: seremos glorificados na alma e no corpo, no dia da nossa ressurreição, se formos fiéis como ela o foi, se crermos com a fé mariana, com a sua fé. Maria, na sua maternidade, é o ponto de referência e a esperança segura de que a Ressurreição de Jesus Cristo seja eficaz, abra a vida eterna para nós, e de que a nova vida da sua Ressurreição esteja atuante em nós, criaturas.

É por esse motivo que, na Oração Eucarística, quando recordamos a nossa viva comunhão com a Igreja celeste, a primeira criatura glorificada a recordar, em relação à ordem da ressurreição dos mortos (cf. 1COR 15,23), é a Virgem Maria, mãe de Deus: na sua divina maternidade encontra-se o início eficaz da sua maternidade eclesial.

AP 12,1-17; 21,1-14

A relação entre a mulher vestida com o sol, com a lua sob os seus pés, e a comunidade cristã perseguida pelo seu próprio testemunho permite-nos compreender melhor o princípio mariano na Igreja. Na narração, as perseguições sofridas pelos cristãos são descritas em termos de batalhas apocalípticas, no ambiente da vitória escatológica da mulher em virtude do nascimento e da missão do Filho. A mulher coroada com doze estrelas, que dá à luz no contexto da batalha do dragão contra ela e o seu Filho, revela-nos uma ligação entre a mulher e a comunidade da Igreja. Mostra-nos que essa ligação é muito mais do que simbólico-nominalista e arbitrária. Tal ligação torna-se ainda mais evidente se considerarmos que também a morada de Deus connosco, na glória celeste, é apresentada como uma cidade que desce do Céu, como a Esposa do Cordeiro, esposa do vitorioso Senhor Ressuscitado.

É possível entender a mulher que dá à luz como a Virgem Maria, na Encarnação-Nascimento de Jesus Cristo, ao mesmo tempo como mãe do seu Filho e, como Igreja, mãe dos filhos gerados através do seu Filho e n'Ele, mais uma vez na historicidade da sua paixão e morte na cruz (cf. AP 12,10-12). É possível que João, no capítulo 12 do Livro do Apocalipse, tenha em mente Maria, a nova Eva, filha de Sião, que deu à luz o Messias. Podemos entrever a relação entre a geração da fé dos cristãos na perseguição e a geração do Filho de Deus em Maria e neles.

Além disso, vimos que a capacidade da Virgem de significar, representar e ser Humanidade – como início já redimido da salvação e como cooperante

nessa salvação – como Virgem-Igreja Esposa, está radicada no facto de o seu Filho a identificar claramente como «mulher» em toda a sua pregação sobre o Reino de Deus, nas suas obras, que tornaram presente o Reino de Deus, até à cruz. Conhecida como mãe de Jesus, Maria é por Ele chamada «mulher», tanto nas bodas de Caná (Jo 2,4), como junto à cruz (Jo 19,26). O próprio Jesus explica que a maternidade de sua mãe, Maria, se estende à maternidade eclesial: aquilo que ela fez (escutando e obedecendo à Palavra de Deus), torna-a mãe, na carne, do Filho de Deus, precisamente como nós, escutando e obedecendo à Palavra de Deus, seremos gerados como discípulos («os meus irmãos e as minhas irmãs», cf. Mc 3,33-35; Mt 12,48-50; Lc 8,21), capazes de gerar («minha mãe», cf. Mc 3,33-35; Mt 12,48-50; Lc 8,21). Ao dar o nome de «mulher» à sua mãe na carne, Jesus sublinha a necessidade de Maria crescer como discípula para chegar a ser, no mistério da cruz, a primeira de todas as criaturas a ser glorificada. Isto, para nós, tem o significado teológico de que nos encontramos diante dela, nova Eva, mãe dos viventes, como princípio-início, prefiguração e garantia de que a nossa salvação, como Humanidade, é exequível e eficaz.

Já glorificada através da sua elevação ao céu em corpo e alma, como primeira criatura a participar na eficácia redentora do Mistério Pascal do seu próprio Filho, Maria continua presente como Humanidade já definitivamente vitoriosa, na comunidade da Igreja, que gera Cristo nos fiéis peregrinos, ainda no meio de lutas e perseguições terrenas. Pertencendo já completamente a Deus, ela prefigura aquilo que sucederá a todos, na glória do Filho. Garante-o, na medida do possível, a todos os homens e mulheres, como criatura glorificada e intercedendo maternalmente por eles, juntamente com o seu Filho. Na sua maternidade já redimida e glorificada, Maria coopera como mãe na geração de filhos no seu Filho, coopera na geração da Igreja. Como princípio, na ordem da Criação, da Igreja e do mundo já definitivamente reconciliado com Deus Pai, através de Cristo, no Espírito, Maria dá-nos testemunho de que a Humanidade, juntamente com toda a Criação (sol, lua, estrelas, céu e terra, cidade), quando forem salvas, serão salvas como Igreja e como Esposa (cf. Ap 21,1-7).

PALAVRA DE DEUS, BATISMO E EUCARISTIA NA MISSÃO DA IGREJA

«Ao exortar todos os fiéis a anunciar a Palavra divina, os padres sinodais reafirmaram a necessidade, também no nosso tempo, de um empenho decidido na *missio ad gentes*. A Igreja não pode, de modo algum, limitar-se a uma pastoral de “manutenção” para aqueles que já conhecem o Evangelho de Cristo. O impulso missionário é um sinal claro da maturidade de uma comunidade eclesial. Além disso, os Padres manifestaram vivamente a consciência de que a Palavra de Deus é a verdade salvífica da qual tem necessidade cada homem, em cada época. Por isso, o anúncio deve ser explícito. A Igreja deve ir ao encontro de todos com a força do Espírito (cf. 1COR 2,5) e continuar a defender, profeticamente, o direito e a liberdade de as pessoas escutarem a Palavra de Deus, procurando os meios mais eficazes para proclamá-la, mesmo correndo o risco de serem perseguidas. A Igreja sente que deve anunciar a todos a Palavra que salva (cf. RM 1,14).» (*Verbum Domini*, 95)

No Antigo Testamento, a Palavra prepara o acontecimento da Palavra que Se faz carne. A Carta aos Hebreus começa, precisamente, sublinhando esse dinamismo extremo da Palavra: «Muitas vezes e de muitos modos, falou Deus aos nossos pais, nos tempos antigos, por meio dos profetas. Nestes dias, que são os últimos, Deus falou-nos por meio do Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas, e por meio de quem fez o mundo.» (HB 1,1-2) A Palavra convoca-nos e reúne-nos como Povo sacerdotal de Deus, unifica-nos interiormente, libertando a nossa identidade, e restitui-nos a consciência da fraternidade universal sob o olhar de um único Pai. É a Palavra que se situa na origem de toda a relação: «Na riqueza do seu amor, [Deus] fala aos homens

como a amigos (cf. Ex 33,11; Jo 15,14-15) e convive com eles (cf. Br 3,38), para convidá-los e admiti-los à comunhão consigo.» (*Dei Verbum*, 2)

Proclamar o Evangelho em qualquer circunstância não quer dizer ter coragem, mas ter fé; quer dizer crer que o anúncio franco e constante da Palavra que salva, sem recuar perante as dificuldades e os fracassos, corresponde às necessidades mais profundas e às inquietações mais universais do coração humano. Várias vezes nos recomenda a Igreja, na sua Liturgia, que não nos cansemos neste itinerário de fé. A Palavra de Deus cresce e difunde-se através de perseguições, diásporas, rejeições ou acolhimento inesperado (cf. Is 55,10-11). A fé é certeza e convicção de que o Evangelho de Jesus é, para o homem de sempre, a Verdade que dá a Vida e indica o Caminho para a sua vida de comunhão eterna com Deus (cf. Jo 14,6).

«Os primeiros cristãos consideravam o seu anúncio missionário como uma necessidade derivada da própria natureza da fé: o Deus em quem acreditavam era o Deus de todos, o Deus único e verdadeiro que Se manifestara na história de Israel e, por fim, no seu Filho, dando assim a resposta que todos os homens aguardam, no seu íntimo. As primeiras comunidades cristãs sentiam que a sua fé não pertencia a um costume cultural particular, que diverge de povo para povo, mas ao âmbito da verdade, que diz respeito a todos os homens por igual. [...] De facto, a novidade do anúncio cristão é a possibilidade de dizer a todos os povos: Ele manifestou-Se. Manifestou-Se pessoalmente. E agora está aberto o caminho para Ele. A novidade do anúncio cristão não consiste num pensamento, mas num facto: Ele revelou-Se.» (*Verbum Domini*, 92)

Crer em Jesus Cristo não é uma opinião religiosa nem uma opção ideológica: é uma opção de vida frente à revelação da Verdade. O paradoxo cristão da Cruz de Jesus revela o significado do sofrimento, inevitável, da condição humana, abrindo-o à sua dimensão mais profunda e à possibilidade de auto-doação total em favor da vida. A fé transmitida (Palavra de Deus e Batismo) é sempre fé da Igreja e na Igreja, que dá a vida de Deus através de Cristo e do Espírito (Verbo encarnado e Eucaristia). A fé é substância da esperança na vida eterna (cf. *Spe Salvi*, 2-9).

«A fé da Igreja é, essencialmente, fé eucarística e alimenta-se, de modo particular, à mesa da Eucaristia. A fé e os sacramentos são dois aspetos complementares da vida eclesial. Suscitada pelo anúncio da palavra de Deus, a fé é alimentada e cresce no encontro cheio de graça com o Senhor ressuscitado, que se realiza nos sacramentos. [...] O sacramento do altar ocupa sempre o centro da vida eclesial; “graças à Eucaristia, a Igreja renasce sempre de novo!” Quanto mais viva for a fé eucarística do povo de Deus, tanto mais profunda será a sua participação na vida eclesial mediante a convicta adesão à missão que Cristo confiou aos seus discípulos. Testemunha-o a própria história da Igreja: toda a grande reforma está, de algum modo, ligada à redescoberta da fé na presença eucarística do Senhor no meio do seu povo.» (*Sacramentum Caritatis*, 6)

A dinâmica da fé é fascinante: desde o encontro com Cristo até à missão de anunciar Cristo. É a alegria de dar Cristo a conhecer e a amar. A missão é partilhar com Cristo a sua própria obra de evangelização: «Assim como o Pai Me enviou, também Eu vos envio a vós.» (Jo 20,21) Os sacramentos, sobretudo o Batismo e a Eucaristia, são sinais eficazes e visíveis que comunicam realmente a vida de Deus em Cristo e que nos envolvem no vórtice da sua missão, paixão pela vida e salvação de todos os homens. Rezar a Palavra de Deus revela o encontro com esse amor e é experiência da presença do Senhor Jesus que vem habitar em nós juntamente com o Pai, no Espírito. Assim, a *Lectio Divina* apresenta-se como um percurso gradual de conhecimento e de interiorização que leva à transformação e à plenitude da missão. A leitura orante das Escrituras, que é Palavra viva, faz-nos tomar consciência de uma Presença, que absorve o tempo humano e o enxerta no tempo divino. Ao estudo atento segue-se a meditação: assim, a Palavra entra na vida pessoal e brota espontaneamente a passagem seguinte da oração como diálogo pessoal com Deus, como caminho experiencial de conhecimento e de amor, até à contemplação que dilata o coração, pela caridade. A leitura orante da Palavra está impregnada da dimensão sacramental do acontecimento cristão porque quem fala comunica-se mediante a carne e o sangue, comunica graça divina

e vida nova pela água e pelo Espírito. A Palavra de Deus encontra, no hoje da história, a carne ressuscitada do Senhor Jesus nos sacramentos da Igreja e no testemunho da fé, da esperança e da caridade dos fiéis batizados.

«O Verbo de Deus comunicou-nos a vida divina que transfigura a face da terra, fazendo novas todas as coisas (cf. Ap 21,5). A sua Palavra envolve-nos não só como destinatários da revelação divina, mas também como seus arautos. Ele, o enviado do Pai para cumprir a sua vontade (cf. Jo 5,36-38; 6,38-40; 7,16-18), atrai-nos para Si e envolve-nos na sua vida e missão. O Espírito do Ressuscitado habilita, assim, a nossa vida para o anúncio eficaz da Palavra em todo o mundo. [...] Por isso a Igreja é missionária, na sua essência. Não podemos guardar para nós as palavras de vida eterna, que recebemos no encontro com Jesus Cristo: elas são para todos, para cada homem. Cada pessoa do nosso tempo – quer o saiba quer não – tem necessidade deste anúncio. [...] Oxalá o Senhor suscite entre os homens, como nos tempos do profeta Amós, nova fome e nova sede das palavras do Senhor (cf. Am 8,11). Cabe-nos a nós a responsabilidade de transmitir aquilo que nós próprios de graça recebemos.» (*Verbum Domini*, 91)

A missão de Cristo não conhece limites e chega ao mundo (cf. Mt 28,19). Tendo em vista o encontro com Cristo pelo Batismo, o cristão sabe que Jesus entrou na sua própria vida e o transforma realmente (conversão), enviando-o. Graças ao Batismo, a Palavra anunciada e acolhida pela fé envolve-nos no fluxo da Revelação de Deus. A vida cristã é um processo em devir, sob a ação do Espírito, é um reflexo de Cristo, diante do Pai e dos irmãos. É uma “vida nova”, um envolvimento batismal na Páscoa do Senhor (cf. Rm 6), para que vivamos «segundo o Espírito» (Gl 5,25). É uma verdadeira vitória sobre o pecado, um processo de constante conversão na dura luta contra o pecado.

Graças ao Batismo, a fé da Igreja, livremente acolhida, gera novos filhos de Deus, novos irmãos e irmãs na família de Deus. A fonte batismal gera porque a Igreja é verdadeira mãe fecunda da Palavra que salva e do Espírito que a faz viver. A Eucaristia torna a carne e o sangue dos batizados capazes de gerar, pela sua participação na Páscoa de Jesus. A comunhão com o corpo e com

o sangue de Cristo torna-os participantes da força geradora do Amor do Pai (o Espírito Santo), que une Cristo à sua Igreja. Essa unidade sacramental faz da Igreja Esposa uma verdadeira mãe de uma multidão de crentes. Desde os primeiros tempos, os cristãos sempre se sentiram envolvidos nessa realidade missionária da maternidade da Igreja: Jesus atreveu-Se a comparar os seus Apóstolos a uma mãe que sofre as dores do parto, mas cheia de alegria por ter transmitido a vida (cf. Jo 16,21-22). Assim, São Paulo, recordando que o próprio Jesus «nasceu de uma mulher», afirmou: «Sofro novamente como que dores de parto, até que Cristo esteja formado em vós!» (GL 4,19)

«O Batismo é o sacramento sobre o qual se funda a nossa própria fé e que nos enxerta, como membros vivos, em Cristo e na sua Igreja. Juntamente com a Eucaristia e a Confirmação, forma a chamada “Iniciação cristã”, a qual constitui como que um único e grande evento sacramental, que nos configura com o Senhor e nos torna sinal vivo da sua presença e do seu amor.

Pode surgir em nós uma pergunta: será que o Batismo é realmente necessário para vivermos como cristãos e seguir Jesus? Não é, no fundo, um simples rito, um ato formal da Igreja para dar um nome ao menino ou à menina? Eis uma pergunta que pode surgir. E, a este propósito, é esclarecedor o que escreve o apóstolo Paulo: “Ignorais, porventura, que todos nós, que fomos batizados em Jesus Cristo, fomos batizados na sua morte? Pelo Batismo, portanto, fomos sepultados juntamente com Ele, para que, assim como Cristo foi ressuscitado dos mortos mediante a glória do Pai, assim também nós possamos caminhar numa vida nova.” (RM 6,3-4) Por conseguinte, não é uma formalidade! É um ato que toca profundamente a nossa existência. Uma criança batizada ou uma criança não-batizada não é a mesma coisa. Não é a mesma coisa uma pessoa batizada ou uma pessoa não-batizada. Nós, com o Batismo, somos imersos naquela fonte inesgotável de vida que é a morte de Jesus, o maior ato de amor de toda a história, e, graças a esse amor, podemos viver uma vida nova, já não à mercê do mal, do pecado e da morte, mas em comunhão com Deus e com os irmãos.» (Papa Francisco, *Audiência geral*, 8 de janeiro de 2014).

Aquele que é batizado dá consigo a dizer, com Cristo e em Cristo, «Pai Nosso», porque cada um de nós passa a fazer parte da única família humana: a Igreja. O Batismo faz-nos filhos, membros do Povo de Deus, discípulos missionários (cf. *Evangelii Gaudium*, 120), revelando-nos a paternidade de Deus. A missão é a forma da vida nova em Cristo como livre entrega de si próprios a Deus no carácter específico da vocação de cada um. O Batismo torna o cristão capaz do dom total de si, habilitando o seu coração e a sua carne para o sacrifício eucarístico. O dom total de Deus no corpo e no sangue de Jesus faz-nos entrar e envolve-nos no seu eterno movimento de amor: é uma verdadeira comunicação corporal, uma verdadeira participação segundo as dinâmicas do Espírito Santo. A Eucaristia manifesta a toda a criação, graças à liberdade do homem, o verdadeiro sentido da missão: a salvação de todos, comunicando a Vida de Deus, a fim de que todos tenham vida (cf. Jo 6 e Jo 10).

«Na Eucaristia, revela-se o desígnio de amor que guia toda a história da salvação (Ef 1,9-10; 3,8-11). Nela, o Deus-Trindade (*Deus Trinitas*), que em Si mesmo é amor (1Jo 4,7-8), envolve-Se plenamente com a nossa condição humana. No pão e no vinho, sob cujas aparências Cristo Se nos dá na ceia pascal (Lc 22,14-20; 1COR 11,23-26), é toda a vida divina que nos alcança e se comunica a nós sob a forma do sacramento: Deus é comunhão perfeita de amor entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Já na criação, o homem é chamado a partilhar, em certa medida, o sopro vital de Deus (Gn 2,7). Contudo, é em Cristo, morto e ressuscitado, e na efusão do Espírito Santo, dado sem medida (Jo 3,34), que nos tornamos participantes da intimidade divina.» (*Sacramentum Caritatis*, 8)

«A missão, pela qual Jesus veio ao meio de nós, atinge o seu cumprimento no Mistério Pascal. Do alto da cruz, de onde atrai todos a Si (Jo 12,32), antes de “entregar o Espírito”, Jesus diz: “Tudo está consumado.” (Jo 19,30) No mistério da sua obediência até à morte, e morte de cruz (Fl 2,8), cumpriu-se a nova e eterna aliança. Na sua carne crucificada, a liberdade de Deus e a liberdade do homem juntaram-se definitivamente num pacto indissolúvel,

válido para sempre. Também o pecado do homem foi expiado, de uma vez por todas, pelo Filho de Deus (Hb 7,27; 1Jo 2,2; 4,10). Como já tive ocasião de afirmar, “na sua morte de cruz, cumpre-se aquele virar-Se de Deus contra Si próprio, com o qual Ele Se entrega para levantar o homem e salvá-lo – o amor na sua forma mais radical” (*Deus Caritas Est*).» (*Sacramentum Caritatis*, 9)

Como pão da vida, a Eucaristia estabelece a oferenda sacrificial de si próprio (cf. Rm 12,1-2) como medida da verdadeira caridade e testemunho do discípulo missionário. O cristão não entrega a sua vida a par da vida do seu Mestre, mas, oferecendo-se a si próprio no Batismo, dá-se mediante o único ato oblato de Jesus. A Eucaristia revela o verdadeiro sentido da carne e do sangue da nossa humanidade. Nós recebemos um corpo de carne e de sangue para que, fazendo a vontade d’Aquele que nos criou, pudéssemos dar-nos e dar fruto (cf. Hb 10). Existencialmente, o dom batismal e eucarístico de si próprio tem lugar no amor conjugal ou na vocação para a radical consagração virginal. Tanto no matrimônio como na virgindade consagrada, o cristão vive a sua missão na livre entrega de si próprio graças à oblação do seu corpo.

Com a Eucaristia, Jesus envolve-nos na sua oferenda ao Pai, por nosso amor, mostrando-nos o vínculo de comunhão que quer estabelecer connosco, com a sua Igreja que, no sacrifício da cruz, Ele próprio gera como sua esposa e seu corpo. A possibilidade de celebrar a Eucaristia está completamente radicada na doação que Cristo faz de Si mesmo. Deste modo experimentamos que Deus, de facto, «nos amou primeiro» (1Jo 4,19). Em cada celebração eucarística confessamos o primado do dom de Cristo que nos faz ser como a sua Igreja. A influência causal da Eucaristia na origem da Igreja revela, em última análise, a precedência, não só no tempo, mas também no profundo do nosso ser cristãos, do facto de Ele nos ter amado «primeiro». Ele é, por toda a eternidade, Aquele que nos ama primeiro, a sua graça precede-nos no Batismo que nos é dado sem o merecermos, e brota da Eucaristia, que nos é gratuitamente oferecida.

«No Sacramento do altar, o Senhor vem ao encontro do homem, criado à imagem e semelhança de Deus (GN 1,27), fazendo-Se seu companheiro de viagem. Com efeito, neste sacramento, Jesus torna-Se alimento para o homem, faminto de verdade e de liberdade. Como só a verdade nos pode tornar verdadeiramente livres (Jo 8,36), Cristo faz-Se alimento de Verdade para nós. [...] De facto, todo o homem traz dentro de si o desejo insuprimível da verdade última e definitiva. Por isso, o Senhor Jesus, “Caminho, Verdade e Vida” (Jo 14,6), dirige-Se ao coração anelante do homem que se sente peregrino e sedento, ao coração que suspira pela fonte da vida, ao coração mendigo da Verdade. Com efeito, Jesus Cristo é a Verdade feita Pessoa, que atrai o mundo a Si. [...] No sacramento da Eucaristia, Jesus mostra-nos de modo particular a verdade do amor, que é a própria essência de Deus. É esta verdade evangélica que interessa a cada homem e ao homem na sua totalidade. Por isso a Igreja, que encontra na Eucaristia o seu centro vital, empenha-se constantemente em anunciar a todos, a todos os homens. Por isso a Igreja, que encontra na Eucaristia o seu centro vital, esforça-se constantemente por anunciar a todos, em tempo propício e fora dele (cf. 2Tm 4,2), que Deus é amor. Exatamente porque Cristo Se fez alimento de Verdade para nós, a Igreja dirige-se ao homem convidando-o a acolher livremente o dom de Deus.» (*Sacramentum Caritatis*, 2)

Outubro
2019

BATIZADOS E PASTORES NA *MISSIO AD GENTES*: AS OBRAS MISSIONÁRIAS PONTIFÍCIAS

As Obras Missionárias Pontifícias (OMP)

Por ocasião do centenário da *Maximum Illud*, é oportuno reafirmar, promover e revalorizar o sentido que têm, nos nossos dias, as OMP, através da quarta Obra, a Pontifícia União Missionária, denominada sua alma e coração pensante. Na época de Bento XV, a Santa Sé, através daquela a que nós hoje chamamos Congregação para a Evangelização dos Povos, desempenha o papel que lhe compete na missão da Igreja, ultrapassando todos os particularismos das congregações, das nações, das ideologias, da política e da economia. Roma está decididamente empenhada no seu serviço de comunhão e pluralidade, garantindo um olhar global, de universalidade, uma verdadeira identidade católica da missão. No momento em que as diversas Obras de apoio missionário que foram surgindo – sobretudo em França – passarem para Roma, demonstrar-se-á de modo mais explícito a sua universalidade. E o zelo missionário não só passará para Roma, mas estará precisamente no centro das preocupações da Igreja. Tal não implica que a atividade venha a ter um reduzido dinamismo missionário, significa, pelo contrário, que, graças aos secretariados internacionais das OMP, se tornarás possível a responsabilização missionária das diversas comunidades cristãs disseminadas pelas Igrejas locais e animadas pelo povo de Deus. É esta a razão pela qual a Igreja local ocupa uma posição central na *Maximum Illud*.

A década de 1916 a 1926 conheceu vários anos muitos significativos. A 3 de maio de 1922 são constituídas como Pontifícias as três Obras Missionárias que serão o instrumento principal para o desenvolvimento e a cooperação

missionária. A Obra da Propagação da Fé (nascida em 1822), a Obra da Santa Infância (1843) e a Obra de São Pedro Apóstolo (nascida em 1889, para a formação das vocações sacerdotais autóctones) tornam-se instrumento para servir a solicitude do Papa para com todas as Igrejas do mundo em virtude da sua missão de sucessor de Pedro e de Pastor Universal.

A formação para a missão das OMP e da Pontifícia União Missionária

Bento XV conclui a carta apostólica *Maximum Illud* com uma exortação dirigida aos bispos para que façam todo o possível por instituir, nas suas respetivas dioceses, a União Missionária do Clero, que ele próprio aprovou a 31 de outubro de 1916. Uma realidade maravilhosa e fecunda, que está a dar novos impulsos ao empenho missionário do povo de Deus, «visto que, mediante ela, a ação do clero passa a ser sabiamente ordenada, quer para interessar os fiéis pela conversão de muitos pagãos, quer para desenvolver e incrementar todas as Obras já aprovadas por esta Sede Apostólica em prol das Missões» (*Maximum Illud*, 107). Uma realidade pensada para que, através de sacerdotes e bispos, os fiéis batizados se tornassem cada vez mais conscientes da sua própria responsabilidade missionária para com o mundo no apoio da obra daqueles que consagram a vida inteira à *missio ad gentes*. Talvez seja esta uma das razões pelas quais o prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos, cardeal Fernando Filoni, interpretando os sentimentos do Papa Francisco, informou todos os bispos do mundo de que «as Obras Missionárias Pontifícias (OMP), juntamente com esta Congregação para a Evangelização dos Povos, estão diretamente envolvidas no trabalho de preparação e de implementação do Mês Missionário Extraordinário» (*Carta do cardeal Filoni aos bispos*, 3 de dezembro de 2017). Recorda ainda que «os diretores nacionais e diocesanos das OMP, presentes e ativos nas suas Igrejas particulares, são convidados a trabalhar convosco para que esta iniciativa, proposta pelo Santo Padre, possa servir

para renovar a paixão pelo Evangelho e o zelo e ardor missionário das nossas Igrejas». A par das três Obras Missionárias mais diretamente empenhadas também na distribuição de subsídios e ajudas económicas, o Secretariado Internacional da Pontifícia União Missionária trabalha coordenando a preparação, a formação e o desenvolvimento do Mês Missionário Extraordinário Outubro 2019.

O espírito missionário que a *Maximum Illud* desejava manter e revigorar, sob o impulso da União Missionária do Clero, encontrou apoio nas outras três Obras Missionárias Pontifícias, que, seguindo percursos diferentes, procuravam promover no Povo de Deus o seu empenho pela missão. Recuperando a dimensão batismal missionária de todo o Povo de Deus, a Pontifícia União Missionária, continuação da União Missionária do Clero, deve o seu nascimento ao beato Paulo Manna. Tendo sido missionário na Birmânia, estava ciente de que o dever de consciencializar as pessoas em favor da missão já não podia ser apenas dos missionários ou das missionárias que se encontravam a milhares de quilómetros de distância, dedicados ao seu trabalho de evangelização e de serviço aos povos que viviam nos territórios de missão.

O principal objetivo e razão de ser da Pontifícia União Missionária é ajudar na formação missionária dos responsáveis das comunidades cristãs e, em particular, de quem está envolvido na atividade missionária; essencialmente, de qualquer membro do Povo de Deus que seja chamado a participar ativamente como missionário. É fundamental a formação missionária dos bispos e dos sacerdotes, porque o empenho missionário da Igreja tem necessidade do seu empenho e serviço como princípio de unidade vital e evangelizadora que estimule a dimensão e a responsabilidade missionária de cada pessoa e de cada instituição que lhes tenham sido confiadas. «O cuidado de anunciar o Evangelho por toda a terra compete ao conjunto de todos os pastores, aos quais Cristo confiou o mandato, impondo-lhes esse dever comum.» (*Lumen Gentium*, 23) Além disso, solicita-se ao bispo que seja parte ativa na missão: «Ao suscitar, promover e dirigir a obra missionária na sua diocese, com a qual forma um todo único, torna presente e como que palpável o espírito

e o ardor missionário do Povo de Deus, de tal modo que toda a diocese se torna missionária.» (*Ad Gentes*, 38)

Ao contrário das outras Obras Missionárias Pontifícias, a Pontifícia União Missionária não tem uma agenda específica preestabelecida, mas atua permanentemente no âmbito interno e juntamente com as outras, como sua alma (cf. Paulo VI, *Graves et Increscentes*, 5 de setembro de 1966). Se a consciência missionária é o indicador da vitalidade de uma comunidade cristã, se a vida pastoral deve estar prenhe de anseio missionário, se cada fiel cristão deve fixar os olhos nos vastos horizontes da evangelização, os responsáveis pela pastoral ordinária envidarão todos os esforços através de uma constante informação e formação missionária, a fim de que os projetos pastorais não fiquem bloqueados no imediato das urgências internas da própria comunidade. É este o grande desafio da Pontifícia União Missionária no interior das OMP, o objetivo de contribuir com a sua ajuda específica e as suas características peculiares para que as necessidades locais de formação permanente das Igrejas se abram sobre o horizonte universal da fé católica e da sua missão eclesial.

Contributos das OMP

O empenho das OMP responde a um desejo expresso por Paulo VI e João Paulo II: «Não podemos, de facto, dar uma imagem redutora da atividade missionária, como se esta fosse principalmente auxílio aos pobres, contributo para a libertação dos oprimidos, promoção do desenvolvimento, defesa dos direitos humanos. A Igreja missionária também está empenhada nestas frentes, mas a sua função primordial é outra: os pobres têm fome de Deus, e não apenas de pão e de liberdade, devendo a atividade missionária testemunhar e anunciar, antes de mais, a salvação em Cristo, fundando as Igrejas locais, que depois serão instrumentos de libertação em todos os sentidos.» (*Redemptoris missio*, 83) Além disso, «a evangelização também deve conter sempre, como base, centro e ápice do seu dinamismo, uma proclamação clara de que, em

Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, morto e ressuscitado, a salvação é oferecida a todos os homens, como dom da graça e da misericórdia do próprio Deus» (*Evangelii Nuntiandi*, 27). Deste modo, poder-se-ão garantir três traços fundamentais:

1) *Consciência eclesial*

As OMP dão testemunho da universalidade da Igreja promovendo «laços de íntima comunhão quanto às riquezas espirituais, aos trabalhadores apostólicos e aos recursos materiais» (*Lumen Gentium*, 13) Isso equivale a dizer que as OMP promovem incansavelmente a mútua permuta de dons que o Senhor, através do seu Espírito, concedeu às Igrejas particulares e à Igreja universal; suscitam um espírito de fraternidade entre todas as Igrejas que têm por objetivo a evangelização mundial; e, em suma, atuam, por um lado, como meio privilegiado de união das Igrejas entre si e, por outro, entre cada uma delas e o Papa, que preside à partilha universal da caridade, em nome de Cristo.

2) *Mentalidade católica*

No seio da Igreja, as OMP dirigem-se a todos os batizados, a todas as comunidades cristãs, preocupam-se com as necessidades de todas as Igrejas missionárias, principalmente das mais pobres, e são expressão da comunhão universal, visto que, por meio delas, «as Igrejas individuais se preocupam por todas as outras, se informam reciprocamente das respectivas necessidades, trocam entre si os seus bens» (*Ad Gentes*, 38). Por este motivo, também são o canal privilegiado para uma partilha fraterna e uma distribuição equitativa de bens entre todas as Igrejas, unidas no esforço comum de sustentar a evangelização dos povos.

3) *Apelo pessoal: ajudar a evangelização global*

Afirmava Bento XV na *Maximum Illud* (32-33), relativamente à formação que a Igreja local tem para oferecer a quem mostra interesse pelo ministério sacerdotal ou a vida consagrada, que «não é suficiente, portanto, qualquer formação rudimentar para se poder ser admitido ao sacerdócio; pelo contrário, é necessária uma formação completa e perfeita».

As OMP não excluem a colaboração frente às necessidades das várias Igrejas no campo educativo, sanitário, da beneficência, etc. Não obstante, o seu empenho principal e prioritário é tornar possível que a Boa Nova de Jesus – o seu mistério, a sua pessoa e a sua mensagem, a sua Páscoa –, chegue a todos os confins da Terra, e que nasçam e se desenvolvam novas Igrejas, que, no coração e a partir do coração de cada povo e raça, deem testemunho dos valores do Evangelho.

Características das OMP

Para conhecer o carácter próprio de uma instituição e ser fiel ao motivo pelo qual a mesma surgiu, é necessário conhecer as suas origens. Neste caso:

1) *Nascidas por iniciativa privada*

O carácter leigo ou de iniciativa privada está na origem deste tipo de serviços. As OMP não nascem como uma estrutura sobreposta aos eclesiais nem à hierarquia eclesiástica. Todos os fundadores têm partilhado a iniciativa pessoal como resposta ao apelo do Espírito Santo e em harmonia com a autoridade eclesiástica. Isso põe em destaque o carácter vocacional desta iniciativa. A sua inserção em cada comunidade tem sempre em

consideração as necessidades e as condições da própria comunidade, da paróquia e da diocese, e a formação dos agentes a quem se confia essa missão, para que sirvam toda a comunidade. Chegou o momento de proceder ao reconhecimento das inúmeras iniciativas ao serviço da missão.

2) Assumidas e reconhecidas pela hierarquia eclesiástica

A hierarquia eclesiástica não se pode limitar, a maior parte das vezes, a garantir e aprovar estes serviços, mas deve assumir a sua plena responsabilidade. Assim o ratifica o decreto *Ad Gentes* (38): «A estas obras, com efeito, deve ser justamente reservado o primeiro lugar, visto constituírem outros tantos meios quer para infundir nos católicos, desde a mais tenra idade, um espírito verdadeiramente universal e missionário, quer para favorecer uma adequada recolha de ajudas em proveito de todas as missões e segundo as necessidades de cada uma.»

3) Coordenação necessária

Da iniciativa privada à responsabilidade da hierarquia eclesiástica, há uma vasta gama de possibilidades reais ao serviço da cooperação missionária. Portanto, para mostrar a união eclesial que se encontra na base deste grande trabalho, recomenda-se uma coordenação geral que não seja bloqueada pela censura institucional, mas que garanta que tais iniciativas se inserem amigavelmente num mesmo alento missionário. «As Conferências Episcopais abordem, de comum acordo, as questões mais graves e os problemas mais urgentes, sem, contudo, menosprezarem as diferenças locais. Para não desperdiçar o número já insuficiente de pessoas e de meios, nem multiplicar, sem verdadeira necessidade, as iniciativas, recomenda-se a fundação, num esforço comum, de obras destinadas ao bem de todos, como,

por exemplo, seminários, escolas técnicas e superiores, centros pastorais, catequéticos e litúrgicos, e centros destinados aos meios de comunicação social.» (*Ad Gentes*, 31)



**Batizados
e enviados**

Outubro
2019

LEIGOS E FAMÍLIAS EM MISSÃO NO MUNDO

O Concílio Vaticano II, descrevendo positivamente a vocação do leigo e a sua missão, marcou, sem dúvida, uma viragem. Os fiéis leigos, «incorporados em Cristo pelo Batismo, constituídos Povo de Deus e tornados participantes, na sua medida, do ofício sacerdotal, profético e real de Cristo, desempenham, pela parte que lhes toca, a missão de todo o Povo cristão, na Igreja e no mundo».

O papel vital e crucial dos leigos tem-se vindo progressivamente a esclarecer ao longo de várias décadas, e houve uma nova viragem importante com o Sínodo de 1987, centrado, precisamente, nos leigos: o título da assembleia sinodal era *Vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo*. Em 1988, como fruto da reflexão daquele sínodo, João Paulo II publicava a *Christifideles Laici*, na qual a vocação e a missão dos leigos são descritas através da imagem dos trabalhadores que um proprietário manda trabalhar para a sua vinha, depois de terem acordado o pagamento (cf. Mt 20,1-2). «A vinha é o mundo inteiro (cf. Mt 13,8), que deve ser transformado segundo o desígnio de Deus em vista do advento definitivo do Reino de Deus.» (*Christifideles Laici*, 1) O mundo, portanto, é o lugar onde os leigos vivem e dão testemunho da sua fé: «Trata-se de um “lugar” descrito em termos dinâmicos: os fiéis leigos “vivem no século, isto é, empenhados em toda e qualquer ocupação e atividade terrena e nas condições ordinárias da vida familiar e social, que como que entretecem a sua existência”» (*Christifideles Laici*, 15). Com efeito, os leigos são pessoas normais que vivem a sua vida no mundo, estudam, trabalham, travam relações de amizade e tecem relações sociais, profissionais e culturais. É precisamente no interior de tais ambientes, no mundo, que são chamados

a viver a sua fé e o seu testemunho de cristãos. É esta a sua missão. «Assim, o estar e o atuar no mundo são, para os fiéis leigos, uma realidade, não só antropológica e sociológica, mas também, e especificamente, teológica e eclesial, pois é na sua situação intramundana que Deus manifesta o seu plano e comunica a especial vocação de “procurar o Reino de Deus abordando as realidades temporais e ordenando-as segundo Deus”» (*Christifideles Laici*, 15)

O leigo encontra o seu modelo no próprio Jesus, que participou no convívio humano e santificou as suas relações, desde as relações no interior da família às relações sociais. Assim como Jesus viveu uma profunda experiência humano-divina no mundo, o mesmo são chamados a fazer todos os batizados leigos. O laicado não é, portanto, uma condição inferior ou de segunda categoria. Encontra as raízes do seu ser e, portanto, do seu sentido, no Batismo, como acontece com cada cristão. O Papa Francisco explica-o com o seu estilo eficaz e realista: «A nossa primeira e fundamental consagração tem as suas raízes no nosso Batismo. Ninguém foi batizado padre ou bispo. Batizaram-nos leigos, e esse é o sinal indelével que jamais alguém poderá apagar. Faz-nos bem recordar que a Igreja não é uma elite dos sacerdotes, dos consagrados, dos bispos, mas que todos formam o santo e fiel Povo de Deus.» (*Carta* ao cardeal Marc Ouellet, 19 de março de 2016)

O início da vida cristã é, para todos, o Batismo que nos torna filhos de Deus e que nos coloca como cristãos no mundo. Todos nós entramos na Igreja como batizados leigos. A relação fé-mundo constitui o cerne da identidade do cristão que, na sua forma autêntica de discípulo, é missionário, porque leva o mundo dentro de si, consigo e à sua volta, para transfigurá-lo na Páscoa de Jesus. O Batismo imerge-o no Mistério Pascal, inserindo-o de forma cada vez mais cristã no mundo, fazendo-o morrer para o mundo e renascer em Deus. A corporeidade é o modo muito humano de levar consigo o mundo, cuja forma pascal é a Igreja (cf. GL 4,20). A missão apresenta-se como relação Deus-mundo, Igreja-mundo, fé cristã-culturas e religiões. No coração de tal relação encontra-se o batizado leigo que, no matrimónio ou na virgindade, decide sobre a sua relação salvífica com o mundo, dentro e

fora de si, através da Igreja e dentro dela, Corpo e Esposa de Cristo, sempre presente no mundo, para salvação do mundo (Povo de Deus).

A identidade batismal do cristão leigo deveria restabelecer a centralidade eucarística do matrimónio e da virgindade consagrada. Na Eucaristia revela-se o sentido mais profundo da nossa presença no mundo: o corpo oferecido e o sangue derramado mostram o dom total, gratuito, de si mesmos como único significado da própria vida e da vida plena (cf. Jo 10,10). Matrimónio e virgindade são formas existenciais de entrega de si mesmo em vista da santificação mediante o próprio corpo (cf. Rm 12,1-2), que colocam cada discípulo missionário numa relação específica e única com o mundo. A liberdade, a justiça, a paz, o diálogo, a fraternidade e a unidade do género humano não são simples valores do Reino a defender e a aplicar. São dimensões de uma missão que constrói a Igreja-Reino como verdadeira transfiguração do mundo graças à Páscoa de Jesus a caminho da Jerusalém celeste, cumprimento escatológico do Reino. A união beatífica será de carácter sponsal. Cada um vive, santifica-se e transfigura-se a si próprio e ao outro no interior da sua vocação como missão. A Igreja é princípio e germe do Reino. Por isso o Reino, depois de cumprido na Páscoa escatológica, é Igreja em plenitude, Esposa do Cordeiro (cf. Ap 19,9; 21; 22,17).

O matrimónio e a família, juntamente com o trabalho, articulam a transfiguração do mundo, ou seja, o modo quotidiano de a grande maioria dos leigos fazer missão, dando testemunho da sua própria fé, na caridade. Existe uma relação íntima entre a missão e a família cristã. Esta última é gerada pela missão: para se tornar família cristã, foi evangelizada um dia, recebendo o anúncio de Cristo. É através da missão que a família se afirma como tal, sobretudo no seu dever de construir uma verdadeira comunhão de amor entre os esposos, e de gerar e educar os filhos. A exortação apostólica *Familiaris Consortio* afirma que «a família cristã é chamada a tomar parte viva e responsável na missão da Igreja de modo próprio e original, colocando-se ao serviço da Igreja e da sociedade no seu ser e agir, enquanto comunidade íntima de vida e de amor» (*Familiaris Consortio*, 50) A família cristã, fundada

sobre o sacramento do matrimónio, é missionária por definição, em virtude da vocação e da missão de transmitir a fé e a vida. A missão de educar os filhos e as filhas, introduzindo-os no verdadeiro sentido da realidade e das relações humanas e ecológicas à luz da verdade cristã da fé, representa o carácter específico missionário da família cristã. Educar na fé evidencia a responsabilidade de evangelizar os filhos e de os tornar discípulos e missionários de Cristo num contexto sociocultural nem sempre favorável à família humana fundada sobre o matrimónio, realidade de amor e de unidade entre o homem e a mulher.

A família é uma realidade universal que se apresenta como célula-base da sociedade. As numerosas metamorfoses e mutações que a afligem no espaço e no tempo (cf. *Amoris Laetitia*, 31-57), exigem que se recorde que, sejam quais forem as ondas de mudanças que lhe provocam uma certa erosão e perversão, a família é não só uma realidade socioantropológica, mas um lugar teológico que se inscreve no desígnio salvífico do Deus uno e trino, sendo Ele próprio a comunhão de amor original (cf. *Amoris Laetitia*, 10-11). Com efeito, mediante os conceitos de casal e de família, o Deus de amor revela-Se aos homens como Esposo (cf. *Familiaris Consortio*, 13), como que a significar que a família trinitária é o arquétipo da família humana, e que esta última é o ícone da comunhão divina composta pelo Pai, pelo Filho e pelo Espírito Santo. Nesse sentido, as famílias humanas e cristãs, chamadas a tornar-se Igrejas domésticas, servem de base antropológica ao edifício eclesial e social. A aliança nupcial celebrada à imagem da união sponsal de Cristo com a Humanidade (Igreja), faz da família humana um lugar de crescimento espiritual e um instrumento pedagógico da missão de Cristo para conduzir os homens à plena comunhão com Deus Amor. A família natural e a fraternidade de sangue, fecundadas por essa comunhão trinitária, apresentam-se como um método progressivo, como um meio de aprendizagem gradual do amor pessoal e universal de cada ser humano considerado filho e filha de Deus, irmão e irmã em Jesus Cristo. Esta ligação inequívoca entre a Igreja e a família significa que, em Jesus Cristo, os vínculos familiares e fraternos,

fundados sobre a fé e fecundados mediante a fé daqueles que escutam a Palavra de Deus e a põem em prática, sobrepõem-se às relações familiares de sangue, sem por isso as suprimirem (cf. Lc 8,21).

A competência profissional, entendida como capacidade livre, inteligente e criativa de relacionamento com o mundo, transformando-o, constitui a modalidade ordinária com que o fiel leigo desempenha a sua missão batismal. Por vocação e profissão laical entende-se a dedicação competente e envolvente da própria pessoa na fé graças à relação esponsal conjugal e à qualificação laboral. Ser um bom pai e esposo, uma boa mãe e esposa, tem tanto que ver com a competência profissional como ser um bom operário, um médico ou um professor competente, um camponês atento e capaz. Mesmo quem está física, moral ou psiquicamente impossibilitado dessa competência ativa e eficiente, torna-se fecundo na missão da Igreja graças à oblação eucarística de si próprio unido à Páscoa de Jesus, da qual se torna parte graças à situação de sofrimento, doença e dor pessoal.

A missão, como transformação pascal do mundo, exige que se redescubra a identidade sacramental própria do ministério do bispo e do sacerdote no contexto batismal laical do povo de Deus. Não existe qualquer discriminação de superioridade ou inferioridade entre clero e leigos, mas existe uma diferença ontológica, não só de grau, pela qual a Eucaristia e a reconciliação sacramental são prerrogativa única do sacerdócio ministerial (*Lumen Gentium*, 10). Tal diferença, porém, está ao serviço da ininterrupta unidade apostólica da Igreja (tradição) que concorre para a transmissão da Verdade que salva. A única verdadeira distinção batismal em relação à salvação do cristão é aquela que se estabelece entre matrimónio e virgindade, ou seja, entre as duas únicas modalidades de fazer do mundo-corpo o lugar da fecunda revelação de Deus, da sua salvação para nós e para o mundo, da oblação de nós próprios a Deus.

Hoje o Papa Francisco impele a Igreja para as periferias, na direção de um empenho constante em acolher, proteger, promover e integrar, a fim de criar uma cultura do encontro, do acolhimento e da comunhão que saiba

ser uma resposta credível à cultura do descarté, à cultura de morte, das migrações discriminadas e rejeitadas, dos tráficos humanos. A sua proposta é clara: «Igreja em saída – laicado em saída». Portanto, também vós erguei o olhar e olhai para “fora”, «olhai para os numerosos “afastados” do nosso mundo, para tantas famílias em dificuldade e necessitadas de misericórdia, para os inúmeros campos de apostolado ainda inexplorados» (*Discurso aos participantes na Assembleia Plenária do Conselho Pontifício para os Leigos, Cidade do Vaticano, 17 de junho de 2016*). Assim, os leigos são chamados a estar na primeira linha precisamente nos ambientes de difícil acesso e com um empenho de dedicação que de modo algum deve ser inferior ao dos consagrados. Hoje, não só a Igreja, mas também a família humana, têm necessidade de fiéis leigos com uma formação humana e cristã sólida, mas, sobretudo, de jovens, de homens e mulheres que tenham tido um encontro pessoal decisivo com Cristo. Com efeito, só o sinal transfigurante deixado por esse encontro pessoal torna um homem ou uma mulher capaz de “sujar as mãos” e de “arriscar”, prossegue o Papa Francisco, encontrando a coragem necessária para seguir em frente na própria missão: anunciar Cristo com a vida e com a palavra.

No mundo de hoje, o cenário privilegiado desse anúncio e testemunho são as cidades e, de modo particular, as grandes metrópoles. No interior desses imensos centros urbanos, a par do desespero e das contradições, existe uma grande sede de Deus. É aqui que os batizados leigos, pela sua fé e competência profissional, são chamados a dar testemunho do seu encontro com Cristo e a anunciar a sua Boa Nova.

Nesses complexos contextos, em que a vida é muitas vezes um verdadeiro turbilhão, destacam-se duas necessidades com particular evidência para que a missão dos cristãos leigos seja autêntica e frutuosa. Em primeiro lugar, continua a ser central a formação, a fim de que a missão possa ser eficaz e estar em sintonia com a Igreja. É indispensável uma formação cristã que permita aos fiéis leigos empenhados em diversos setores apreender os desafios lançados pelo mundo atual, à luz da fé da Igreja.

O segundo aspeto fundamental é a necessidade de que a missão se desenvolva como fruto e como sinal de comunhão. Pô-lo em destaque João Paulo II na *Novo Millennio Ineunte*, carta apostólica com a qual quis inaugurar o terceiro milénio. Nela, a comunhão é definida como «outro vasto campo, em que se torna necessário um decidido empenho programático a nível da Igreja universal e das Igrejas particulares, [...] que encarna e manifesta a própria essência do mistério da Igreja» (*Novo Millennio Ineunte*, 42). É precisamente vivendo no espírito de comunhão e de amor, prossegue João Paulo II, que «a Igreja se manifesta como “sacramento”, [...] ou seja, como “sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano”» (*Ibidem*). São João Paulo II tinha intuído o papel crucial da comunhão no interior da Igreja e, em particular, a sua relevância para garantir credibilidade e eficácia ao anúncio, quer este seja realizado por consagrados quer por leigos ou, melhor ainda, por uma comunidade em que tanto uns como os outros vivem a Palavra de Deus em comunhão, segundo as respetivas vocações, à volta da Eucaristia, fonte de unidade. Para isso é necessário fazer de todas as comunidades (paróquias, dioceses, associações, grupos espontâneos, comunidades de base, agregações e movimentos eclesiais) “casas e escolas de comunhão”. Aí reside o grande desafio do início do milénio. Portanto, «antes de programar iniciativas concretas, é preciso promover uma espiritualidade da comunhão, elevando-a ao nível de princípio educativo em todos os lugares onde se plasma o homem e o cristão» (*Novo Millennio Ineunte*, 43)

Precisamente em relação a estes dois aspetos – formação e comunhão –, um contributo importante, hoje, é aquele que é dado pelos movimentos eclesiais e pelas novas comunidades e agregações, que nasceram na Igreja a partir dos anos que precederam o Concílio e, pouco a pouco, depois dele e até aos nossos dias. Embora muito diversos nos seus carismas, esses movimentos eclesiais têm demonstrado um forte empenho batismal missionário relativamente ao laicado, oferecendo uma formação cristã adequada frente aos desafios da sociedade contemporânea e, em alguns casos mais

do que em outros, uma clara espiritualidade de comunhão como elemento inspirador e guia vital e eclesial. Tais comunidades têm vindo a surgir cada vez mais como lugares de testemunho, a nível pessoal e comunitário, de uma vida cristã concreta e coerente, capaz de responder às necessidades do homem de hoje.



MISSÃO E VIRGINDADE CONSAGRADA

Jesus Cristo é o primeiro missionário, totalmente consagrado à missão que Lhe foi confiada pelo seu Pai (cf. Lc 4,16-22). Toda a sua existência é marcada pelo amor ao Pai e aos irmãos: quem aceita segui-l'O não pode deixar de ser discípulo missionário, de participar da sua própria vida de Filho de Deus, de assumir as suas próprias atitudes, de dar testemunho do próprio amor do Pai pela vida da Humanidade. A Páscoa da morte e Ressurreição de Jesus, na qual participamos graças ao Batismo e à Eucaristia, faz do anúncio da sua Palavra fonte de salvação e de esperança para todos. Morrer e ressuscitar com Cristo (cf. Rm 6; Jo 6) torna-se no coração da experiência cristã, a ponto de pedir desde já a alguns o dom total de si mesmos no corpo e no espírito. Aqueles que são chamados a uma vida de especial consagração experimentam a radicalidade dessa pertença batismal mediante a doação total de si próprios a Deus, servindo a causa da sua missão no mundo, que é a Igreja (cf. 1COR 7). O carisma original, dom do Espírito, determina, desde a fundação, as diversas formas pessoais e comunitárias de consagração virginal ao serviço da missão, na Igreja.

O anúncio da Boa Notícia deve ser a única paixão do missionário, a fim de que as pessoas que não conhecem Cristo O possam encontrar. A missão que lhes foi confiada, portanto, consiste em tornar possível o encontro e o conhecimento de Cristo e em viver uma relação pessoal de comunhão com Ele. O primado da evangelização como forma de vocação missionária não é uma coisa extrínseca e acessória em relação à vida do discípulo chamado à consagração virginal. Trata-se, antes, de uma opção intensamente sentida, que toca o profundo da alma. Tornamo-nos, assim, sujeitos dessa opção, que

envolve a nossa fé, o nosso coração, a nossa consciência, a nossa liberdade, o nosso corpo e as nossas relações. Tomar a própria cruz para seguir e dar testemunho do Mestre é um processo exigente de conversão e, para alguns escolhidos, é motivo de total consagração a Ele e ao seu Reino (cf. Mc 8,34).

Um dos aspectos fundamentais para um virgem consagrado é a dimensão missionária *ad vitam*, que deve ser entendida em sentido quantitativo e qualitativo: quantitativo porque a ela se dedica toda a própria vida; qualitativo, porque a missão constitui a razão profunda da própria vida. Alguns são chamados a deixar tudo pela missão de Jesus na sua Igreja, a segui-l'O para anunciar o Reino de Deus, colaborando na construção da sua Igreja. Num mundo em que as pessoas têm medo de fazer escolhas definitivas, onde tudo muda rapidamente e nada parece perdurar no tempo, onde se vive numa cultura do instante e do provisório, uma opção *ad vitam* não é certamente fácil nem constitui um dado adquirido. No entanto, precisamente por isso, os virgens consagrados deveriam ser o paradigma dessa missão *ad vitam*, dessa radicalidade batismal de pertença a Cristo na sua Igreja, por amor aos irmãos.

A consagração batismal, na sua radicalidade virginal, mergulha no Mistério de Cristo, fazendo-nos «sair de nós mesmos e das nossas coisas» para passarmos a conhecer a fundo culturas, línguas, costumes, comunidades, povos e corações que esperam a salvação divina para chegar a uma autenticidade e plenitude de vida, a uma existência humana digna e feliz. Para poder penetrar no coração do homem, no profundo de uma cultura, é pedido àqueles que estão intimamente imbuídos do Espírito do Senhor Ressuscitado que deem a vida inteira, que permaneçam com Jesus e com os irmãos aos quais foram enviados por toda a vida.

Hoje, uma nova dificuldade que acompanha a inserção em ambientes afastados do próprio país, da cultura, da família e dos amigos é, paradoxalmente, a abundância e a acessibilidade dos meios de comunicação que temos sempre à nossa disposição. Embora eles representem uma preciosíssima modalidade de encontro e também de evangelização, constituem, ao mesmo tempo, uma “perigosa” ligação, que nos mantém apegados aos nossos hábitos, interesses

e relações. Criar um são desapego para sermos verdadeiramente livres na evangelização tem-se vindo a tornar cada vez mais necessário, tendo em vista a autenticidade na missão. Num mundo que já não está habituado à familiaridade com Deus e com a Igreja, tecnologicamente estruturado com formas cada vez mais rápidas de interligação, deixar tudo para seguir Jesus exige coragem, clareza e determinação para abraçar o silêncio, a oração e a solidão, entregando-se a novas formas de vida comunitária e apostólica. Nenhum consagrado deixa o mundo para fugir do mundo ou para se contrapor ao mundo. O facto de ter sido agarrado e abraçado pelo Senhor, reconhecido como superabundante amor e sentido do mundo, impele e move alguns discípulos escolhidos para novas formas cristãs de vida e de corajosa consagração virginal ao serviço da missão.

Um aspeto do anúncio é conhecer e amar o outro: o Outro que é Deus, o outro que é o irmão e a irmã em Cristo. Não se anuncia a figuras abstratas, mas a pessoas reais, envolvidas numa cultura e numa visão do mundo, das coisas, das relações e da relação com o transcendente, que determina desde sempre o curso da vida para além da morte. Por isso, há que procurar em cada ambiente os termos mais adequados e específicos do encontro: não só palavras, mas também gestos e atitudes, que possam traduzir com a maior fidelidade possível o essencial da missão de Jesus, do Reino do seu Pai. No anúncio deve dar-se um enriquecimento mútuo na lógica da comunhão cristã e da fraternidade humana. É a experiência dos discípulos de Emaús (cf. Lc 24,13-35). Jesus coloca-Se a seu lado, escuta, compreende, aprecia tudo o que há de positivo, purificando a sua ignorância e incredulidade. Partindo o pão da Eucaristia, leva à plenitude a sede de vida e de salvação que desde a criação do mundo se aloja no coração de cada homem, no desejo de cada mulher.

A linguagem é importante para comunicar com a Humanidade de hoje, por isso deve ser simples e concreta, a fim de chegar à pessoa aquilo que é essencial, tocando-lhe o coração, provocando a sua inteligência, desafiando a sua consciência e movendo a sua liberdade para o bem, para a verdade, para Cristo. A língua é dinâmica porque a vida, a história e as relações estão

sempre em movimento. O missionário deve empenhar-se em encontrar novas linguagens e novos meios para a comunicação do Evangelho, cada vez mais adequados para anunciar Cristo hoje. Não se trata de impor regras morais ou práticas religiosas a observar para obter a salvação, mas de convidar à auto-doação a Cristo para sua própria salvação e para salvação dos outros. Não são fardos morais postos aos ombros das pessoas que fazem progredir a Igreja e a sua missão: os homens e as mulheres do nosso tempo têm dificuldade, com razão, em aceitar esse tipo de experiência religiosa. Trata-se, pelo contrário, da alegria de crer que dá vida e manifesta o encontro pessoal com o Salvador da própria vida, seu Deus e Senhor (cf. Jo 1,35-51; 20,11-29). Por essa razão, o missionário é sobretudo chamado a propor um caminho de vida e de fé possível, a partir da sua experiência pessoal de Jesus, que o encontrou e que Ele próprio encontra e experimenta vivo na sua Igreja (cf. *Deus Caritas Est*, 1). A forma eficaz da missão exige autenticidade no testemunho em favor da plenitude da vida em que o amor abra as pessoas à eternidade.

A missão *ad gentes* é, portanto, o conjunto dos dinamismos que são próprios do discípulo missionário: sair da sua terra, ir ao encontro do outro, acolher as sementes da fé alheia, comunicar e dar testemunho da fé da Igreja em Jesus crucificado e morto, apreender a sua essência e partilhar a sua plenitude eterna. Tudo isso se exprime como proximidade do pobre, do último, de situações humanas de privação – material ou espiritual – que, sendo universais, exigem luta contra o pecado pessoal e o mal das estruturas sociais injustas e opressivas. Para que o encontro com Jesus seja eficaz e fecundo, é pedido só a alguns, por livre escolha divina, por livre resposta humana, o dom total de si: uma saída missionária que dure toda a vida, superando os confins geográficos e visíveis da própria cultura, das próprias terras e do próprio povo e a exclusividade própria dos laços e do amor conjugal do matrimónio.

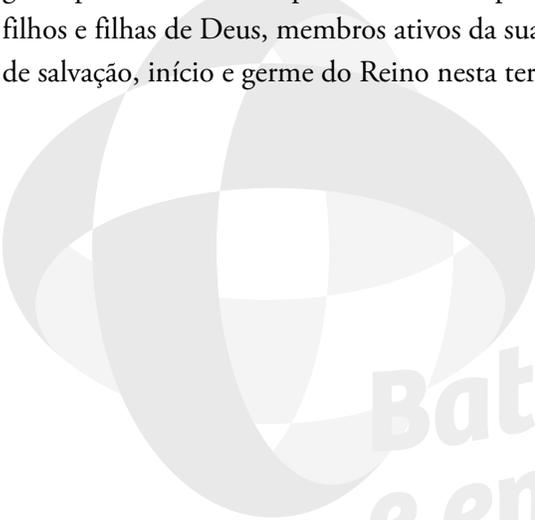
Muitas vezes os missionários são enviados ao serviço de Igrejas locais já existentes. Por vezes trata-se de Igrejas muito jovens, que têm necessidade de acompanhamento, de missionários com grande capacidade de escutar, de

aprender e de ensinar sabiamente. São comunidades que têm necessidades primárias ainda por satisfazer e que necessitam da nossa ajuda concreta; mas também são comunidades que desejam caminhar e crescer na fé e na missão. Os missionários, muitas vezes estrangeiros, podem animá-las e ajudá-las a descobrir os próprios recursos e a olhar com fé para as próprias limitações e debilidades. Superando a tentação de autorreferencialidade e de introversão pastoral em nome de uma errada compreensão da inculturação, a missão *ad gentes* pode ajudar todos, cristãos locais e estrangeiros, a manter o olhar fixo em Jesus (cf. Hb 12,2), a sair de si mesmos e do pecado para encontrá-lo ali onde Ele nos chama e nos espera. Este poderia ser o modo de acompanhamento de uma comunidade no caminho rumo à descoberta e à construção da própria missionariedade. Por vezes é difícil para os missionários passar do papel de protagonistas ao papel de colaboradores, da atitude de guiar à atitude de se colocar ao lado, de escutar e acompanhar, assim como não é fácil para os cristãos locais superar formas de introversão étnica. Reduzir o Evangelho de Jesus à própria cultura fecha as pessoas à universalidade da fé e do amor de Deus.

A comunidade “ideal” que sempre temos esperado encontrar não existe. Encontramos indivíduos singulares, vivemos relações interpessoais por vezes difíceis de gerir, experimentamos temperamentos diversos, culturas diversas, dificuldades e alegrias, que nos interpelam, que nos impelem a viver também a nossa vocação de religiosos com mais responsabilidade, aprendendo a pôr-nos em questão, a refletir sobre nós próprios, a discernir e também a mudar para poder crescer e melhor nos poderemos converter a Cristo. A oração é o âmbito privilegiado para nos encontrarmos a nós próprios, para encontrar Cristo e pedir o dom espiritual do discernimento. No diálogo quotidiano com o Senhor e com a sua Palavra, e na graça dos seus sacramentos, encontramos a força e a luz para a missão. Educados para uma vida de oração ordenada e estruturada, na vida de missão, por vezes deparamos com tempos, necessidades e urgências que criam obstáculos à ordem, à regularidade e à continuidade. Nesse caso, devemos aprender de novo e de modos

diferentes, a colocar a oração sempre em primeiro lugar, a dar-lhe a forma apostólica da missão, sem substituímos Cristo com o nosso protagonismo e a nossa criatividade autocentrada.

A Palavra divina anunciada pela Igreja encerra em si toda a sua eficácia salvífica. Não tendo um produto para vender, mas a vida de Deus para testemunhar e comunicar, os missionários e as missionárias são chamados a gerar, por Cristo e no Espírito Santo, a si próprios e aos seus irmãos como filhos e filhas de Deus, membros ativos da sua Igreja, sacramento universal de salvação, início e germe do Reino nesta terra.



Batizados
e enviados

Outubro
2019

MISSÃO: IGREJA E MOVIMENTOS ECLESIAIS

Os movimentos, na Igreja, são chamados a refletir o Mistério daquele amor do qual a Igreja nasceu e pelo qual é continuamente gerada, visto que, no seio da Igreja, Povo de Deus, exprimem aquele múltiplo movimento que é a resposta do homem à Revelação e ao Evangelho de Jesus. A própria Igreja, como movimento, que nasce do eterno amor do Pai, através da missão do Filho e do Espírito, inscreve-se na história do homem e das comunidades humanas. A Igreja propõe à liberdade do homem contemporâneo o evento de Jesus: a sua missão parte da consciência de que, «na origem do ser cristão, não está uma decisão ética ou uma grande ideia, mas o encontro com um acontecimento, com uma Pessoa que confere à vida um novo horizonte e, assim, o seu rumo decisivo» (*Deus Caritas Est*, 1). O movimento do amor de Deus Trindade para conosco põe em movimento a sua criação rumo à salvação. Todo o movimento e todos os movimentos da Igreja e na Igreja refletem e manifestam essa lógica trinitária mediante dons espirituais carismáticos.

Da ligação entre Igreja e missão, São João Paulo II fez brotar uma primeira e significativa luz sobre a natureza dos movimentos. Eles só são compreensíveis no âmbito da missão da Igreja: ou antes, nasceram para a missão da Igreja. O seu surgimento, com efeito, pode ser associado, a maior parte das vezes, ao Concílio Vaticano II, que repropôs com energia a natureza missionária da Igreja. O dinamismo de crescimento da Igreja e, por analogia, dos movimentos eclesiais, deve ser portador de uma mensagem de salvação e de um encontro até aos confins do mundo, evitando toda a autorreferencialidade e exclusivismo.

O carisma, dom do Espírito Santo e origem de qualquer movimento eclesial, deve ser reconhecido e afirmado como caminho que leva a Jesus, como atualização histórica e concreta daquela pedagogia com que Deus, continuamente e de muitos modos, reaviva e conduz o corpo de Cristo que é a Igreja. O Espírito, que instrui e dirige a Igreja, rejuvenesce-a e renova-a com dons hierárquicos e carismáticos enraizados na experiência da Páscoa de Jesus, conduzindo-a à perfeita união com o seu Esposo (cf. *Lumen Gentium*, 4). Assim, a fidelidade ao carisma fundacional, continuamente confirmada, aumentará a potência missionária inerente aos movimentos, tornando-os mais adequados para servir a Igreja, tendo em vista a salvação do mundo.

Estes dois elementos, missão da Igreja e carisma fundacional, representam o convite constante a viver da universalidade da Igreja, a cujo serviço os movimentos eclesiais são colocados. Trata-se do desafio da catolicidade: nela, com efeito, os movimentos estão destinados a crescer ou a diminuir segundo a medida da vontade de Deus para a missão no mundo. “Catolicidade”, neste contexto, significa capacidade de viver o carisma sem partidarismos, mas mantendo-o em relação com todas as implicações do Mistério de Cristo que a Igreja oferece. Todavia, “catolicidade” também indica a energia com que se deve testemunhar, pela mudança da própria vida, a centralidade de Cristo para qualquer homem. O mundo, com efeito, como sublinhou recentemente o Papa Francisco, «tem essencialmente necessidade do Evangelho de Jesus Cristo. Este, através da Igreja, dá continuidade à sua missão de *Bom Samaritano*, curando as feridas ensanguentadas da Humanidade, e de *Bom Pastor*, procurando sem cessar quem se extraviou por veredas tortuosas e sem rumo» (*Mensagem para o Dia Mundial das Missões 2017*, 4 de junho de 2017). Por isso a Igreja, Povo de Deus a caminho, na história, encontrando sempre novas realidades e condições humanas diferentes, deseja anunciar-lhes a Boa Notícia de modo concreto, compreensível e convincente. Evangelizar de modo missionário, hoje, não significa apenas partir para continentes longínquos, mas penetrar nos ambientes da vida quotidiana, que, com as transformações da sociedade, assumem características e propõem desafios sempre novos. É nesses

lugares que se pretende mostrar como o encontro com Jesus rejuvenesce a vida do homem e lhe permite caminhar para o seu cumprimento. A grande novidade do Concílio é ter sublinhado como esse dever compete a todos os fiéis batizados e se torna possível pela variedade de carismas dos movimentos eclesiais. Nesse sentido, o único e verdadeiro protagonista da missão é Cristo, que quer encontrar a pessoa na sua história e educá-la na fé da comunidade cristã. Os movimentos eclesiais correspondem à superabundante riqueza criativa de Deus no encontro com cada um segundo a variada diferença das situações humanas, das culturas, linguagens e sensibilidades.

A modalidade segundo a qual os movimentos eclesiais têm sido chamados a viver esta missão assume, no tempo, a forma de convite a construir a civilização da verdade e do amor. Isso exige um método de educação de personalidades maduras, de discípulos missionários capazes de penetrar, mediante a fé, toda a possível condição do homem. Escrituras, fé, sacramentos, comunhão e obediência (cf. *Lumen Gentium*, 14) constituem elementos fundamentais para avaliar a adequada autenticidade eclesial dos movimentos e da sua eficácia missionária. Em particular, concluída a fase de fundação e terminado o reconhecimento por parte da autoridade eclesiástica, os movimentos podem chegar a uma maturidade em que a missão da Igreja se torna essencial para que os carismas se mantenham vivos e fecundos. O empenho missionário, no encontro com o outro, torna-se possibilidade de educação e de crescimento para os próprios movimentos e oportunidade de aprofundamento do dom carismático recebido.

A hierarquia, embora não detendo o monopólio dos carismas, possui o carisma do discernimento e do ordenamento de todos os carismas para o bem comum da Igreja. A referência filial ao Papa e aos bispos por parte dos movimentos não deve diminuir o seu serviço carismático de abrir e alargar os horizontes eclesiais, abarcando todas aquelas experiências e condições humanas que, de modo diverso, interpelam a missão da Igreja.

No que diz respeito ao problema pastoral da integração da ação dos movimentos na atividade ordinária da Igreja, não podemos pretender resolvê-lo

mediante estratégias eclesíásticas ou simples planificações canônicas e pastorais. Devemos, antes, olhar ao Espírito, para ver aquilo que Este suscita na vida da Igreja, para ver onde é que a justa relação missionária entre Igreja e mundo se manifesta concretamente e começa a dar fruto. Por outras palavras, a resposta a essa tensão não é um projeto humano, mas uma iniciativa do Espírito no âmbito do dinamismo da missão da Igreja. A vocação pessoal, a família fundada sobre o matrimónio, a cultura, o trabalho e a economia, o cuidado integral da vida humana, a justiça social, a paz e o respeito pelo ambiente, tudo isso são lugares de verdadeiro confronto e discernimento pastoral em que inúteis tensões e contraposições podem chegar a uma conversão missionária. É na missão e no esforço de servi-la que todas as articulações eclesiais, sacramentais e carismáticas, Igrejas locais, paróquias e movimentos eclesiais são convidados a expressar a sua autêntica disponibilidade para servir o chamamento universal à santidade, comum a todos os homens e mulheres desejosos de salvação.

São João Paulo II apelou às novas realidades dos movimentos para que inventassem formas mais autênticas de relação com a vida ordinária da Igreja. A relação muitas vezes problemática entre Igrejas diocesanas e paróquias, por um lado, e movimentos eclesiais e livres associações laicais, por outro, insere-se no âmbito mais vasto da relação entre Igrejas particulares e Igreja universal. A Igreja particular apresenta-se como modalidade em que a Igreja universal pode encontrar homens situados na história, aproximando-se deles nos vários âmbitos da sua vida. Com efeito, a paróquia, próxima dos lugares do quotidiano, configura-se originalmente como a expressão dessa mesma Igreja local. Assim se manifesta historicamente a aproximação de Deus em relação ao homem, no interior do contexto social em que vive: a única e total Igreja de Cristo torna-se particular. Vistas nestes termos, Igreja universal e Igreja particular não são duas entidades diferentes, mas duas dimensões da única Igreja de Cristo.

Do mesmo modo, os movimentos eclesiais referem-se à Igreja como tal, na sua dimensão universal e particular. Ora, as mutáveis situações de vida

impõem que se repense a presença e o testemunho cristão. Tendo em conta o lugar e o tempo vivido nas próprias casas, a paróquia conserva ainda o seu precioso valor de comunidade em que a fé é transmitida, vivida e sustentada graças à centralidade da celebração eucarística. Por outro lado, porém, impõe-se um maior dinamismo pessoal e uma maior criatividade na evangelização: é a pessoa que vive nos diversíssimos e fragmentados ambientes em que a fé deve ser testemunhada. Para a paróquia, portanto, o dever da transmissão da fé e do acompanhamento da pessoa requer uma crescente e desafiante abertura e comunhão com todas as realidades eclesiais que o tornam possível nos lugares de estudo, de trabalho e de empenho público e social. Paróquia e movimentos, na comunhão das Igrejas particulares na Igreja universal, são chamados a colaborar, segundo as próprias funções, na única missão da Igreja. Por um lado, os movimentos podem chegar aos homens e às mulheres nos ambientes de vida segundo as sensibilidades espirituais de cada um. Por outro, a paróquia oferece a presença de Deus no meio das casas e salvaguarda a universalidade de um anúncio de salvação dirigido, precisamente, a todos, sem discriminação alguma, graças ao território no qual simplesmente se reside. A frenética agitação da vida contemporânea, a velocidade digital das ligações, a par das migrações e das deslocações de povos em massa, requer que a Igreja esteja presente em toda a parte, se mantenha flexível e sempre a caminho.

A flexibilidade apostólica e as novas formas de vida comunitária geradas pelos carismas dos movimentos eclesiais parecem corresponder a essas novas características das culturas pós-modernas e digitais, em cujo centro se encontra a forte preocupação pelas emoções e sentimentos dos sujeitos humanos. A liberdade do Espírito na criatividade dos movimentos eclesiais, das associações laicais e das novas comunidades de vida cristã responde aos novos desafios de anúncio e de testemunho cristão.

MISSÃO DA IGREJA, RELIGIÕES E CULTURAS EM DIÁLOGO

Na sua carta encíclica *Redemptoris Missio*, São João Paulo II afirmou claramente: «O diálogo inter-religioso faz parte da missão evangelizadora da Igreja. Entendido como método e meio para um conhecimento e enriquecimento recíprocos, não está em contraposição com a missão *ad gentes*, pelo contrário, tem ligações especiais com ela, constituindo uma sua expressão. Na verdade, a missão tem por destinatários os homens que não conhecem Cristo e o seu Evangelho, e que pertencem, na sua grande maioria, a outras religiões. Deus chama a si todos os povos, em Cristo, desejando comunicar-lhes a plenitude da sua revelação e do seu amor; Ele nunca deixa de Se tornar presente de muitos modos, tanto para os indivíduos como para os povos, mediante as suas riquezas espirituais, cuja principal e essencial expressão são as religiões, mesmo contendo “lacunas, insuficiências e erros”. Tudo isso foi largamente sublinhado pelo Concílio e pelo Magistério subsequente, mantendo sempre bem claro que a salvação vem de Cristo e que o diálogo não dispensa a evangelização. À luz da economia da salvação, a Igreja não vê uma contraposição entre o anúncio de Cristo e o diálogo inter-religioso; sente necessidade, porém, de os conjugar no âmbito da sua missão *ad gentes*. De facto, é necessário que esses dois elementos mantenham a sua íntima ligação e, ao mesmo tempo, a sua distinção, para que não sejam confundidos, nem instrumentalizados, nem considerados equivalentes, como se fossem intermutáveis.» (*Redemptoris Missio*, 55)

A missão e o diálogo implicam o respeito pelo outro, fundado sobre a proclamação da Boa Nova de Jesus Cristo, reconhecendo e promovendo a liberdade religiosa e o empenho pelo imperativo missionário. Ambos afirmam

a necessidade de nunca se imporem ao outro, mas também a necessidade de propor Cristo, a fé em Cristo e a pertença cristã à sua Igreja. Há pelo menos duas entidades distintas no diálogo e na missão, além de uma série de tensões positivas e fecundas. Não há apenas dualidades ou dialéticas, mas dimensões que atuam em direções diferentes, motivadas por elementos culturais e religiosos diversos. Por uma questão de simplicidade, praticidade e clareza, muitas vezes é útil considerar estes dois elementos associados, mas trata-se de mais qualquer coisa do que forças dialéticas entre dois polos: todas as dimensões contribuem para definir o resultado global, cada uma delas com o seu peso e direção. A existência de múltiplas dimensões confirma a complexidade da única realidade da missão (cf. *Redemptoris Missio*, 41).

A missão e o diálogo têm lugar no ponto de encontro da comunidade de fé com tudo aquilo que constitui o contexto em que a comunidade cristã vive e trabalha. Toda a missão cristã se realiza na relação entre a Igreja, o mundo e as pessoas do mundo. Nela estão envolvidos tanto o depósito da fé recebido da Igreja (Sagradas Escrituras, sacramentos e caridade) como as culturas, as línguas e as situações nas quais e às quais essa Tradição é comunicada. Toda a fé e toda a teologia são contextuais: o horizonte sociocultural é um fator essencial no que diz respeito à missão. Toda a missão se desenrola no interior de âmbitos específicos, e todas as teologias missionárias devem entrar numa relação aberta e crítica com as culturas e as religiões locais. Só através do diálogo os cristãos podem compreender o próximo e as suas expressões culturais e religiosas que Deus nos oferece para amar e evangelizar. Empenhando-nos no diálogo com essas realidades, podemos compreender, na nossa época e nos diversos cenários do nosso mundo, as constantes do amor de Deus para salvação de todos.

Na visão ocidental do mundo, a cultura e a religião costumam ser consideradas entidades separadas: isso pode reconhecer-se na identidade cultural europeia sem acrescentar qualquer referência a uma identificação de tipo religioso, como, por exemplo, cristã ou muçulmana. Essa divisão relativamente clara entre religião e cultura na identificação pessoal ou social, todavia,

muitas vezes não se encontra em outras realidades socioculturais do mundo. Em muitos povos, a pertença religiosa faz parte integrante da sua própria identidade étnica. É precisamente por causa dessa riqueza das diferentes visões do mundo que o diálogo conduzido pela Igreja não deve ser empreendido apenas a nível inter-religioso, mas também a nível de interculturalidade.

Empenhar-se na missão da Igreja implica, necessariamente, empenhar-se em formas de diálogo. A missão como proclamação do Evangelho implica comunicação, discernimento espiritual e conversão: isso significa ter paciência e sabedoria para aprender a língua, para compreender os símbolos e as dinâmicas culturais que conferem significado e identidade à pessoa com a qual se deseja partilhar a fé em Jesus Cristo. A ação e o empenho pela justiça e pela paz, pelos pobres e pelos marginalizados e pela integridade da Criação requerem, necessariamente, que se compreenda o contexto existencial das pessoas, as formas culturais, sociais e religiosas com que elas convivem, pelas quais são moldadas ou então limitadas e oprimidas. O anúncio do Evangelho no diálogo pode requerer formas de testemunho e de libertação que associem cristãos e membros de outras religiões.

Um texto muito importante e influente que reúne estes temas tem o título de *Diálogo e Anúncio*. Trata-se de um documento conjunto produzido pelo Conselho Pontifício para o Diálogo Inter-religioso e pela Congregação para a Evangelização dos Povos, em 1991, que afirma quais são os elementos significativos do diálogo, sobretudo inter-religioso, e os da missão evangelizadora da Igreja e que, ao mesmo tempo, estuda a relação recíproca que os interliga. Nesse documento, são recordadas quatro formas de diálogo (cf. *Diálogo e Anúncio*, 42), que podem ser consideradas dimensões complementares e interatuantes:

- a) O diálogo da vida, pelo qual as pessoas se esforçam por viver num espírito de abertura e de boa vizinhança, partilhando as alegrias e as dores, os problemas e os desafios da vivência humana, tendo em vista um melhor conhecimento e respeito recíprocos;

- b) O diálogo da ação, pelo qual os cristãos e os outros crentes colaboram no desenvolvimento integral, tendo em vista a liberdade religiosa e a libertação do próximo;
- c) O diálogo do intercâmbio teológico, pelo qual os especialistas tentam aprofundar a compreensão dos respetivos patrimónios religiosos, das suas Escrituras Sagradas e tradições, tendo em vista a apreciação dos valores espirituais uns dos outros;
- d) O diálogo da experiência religiosa e da oração, pelo qual as pessoas, enraizadas nas suas próprias tradições religiosas, partilham as suas riquezas espirituais, em relação à oração e à contemplação, à fé e às vias místicas da busca de Deus ou do Absoluto.

Sublinha o Papa Francisco que a dimensão primordial do diálogo, essencial para a missão cristã, é o diálogo com Deus (cf. *Gaudete et Exsultate* 29, 169). O nosso encontro fundamental e vivificante com o Absoluto transforma-nos. Para nós, cristãos, consiste no encontro com o Senhor Jesus, morto e ressuscitado, Deus do amor e da santidade. É através desse encontro que o nosso envolvimento interior com Deus, em Cristo, vivido como espiritualidade, se revela uma verdadeira chamada à santidade através da missão e do diálogo. «Não imponhamos nada, não recorramos a qualquer estratégia dissimulada para atrair fiéis, mas testemunhemos com alegria e simplicidade aquilo em que cremos e aquilo que somos.» (*Discurso* aos participantes na Plenária do Conselho Pontifício para o Diálogo Inter-religioso, 28 de novembro de 2013)

O diálogo intercultural e inter-religioso não está reservado aos especialistas, mas representa o empenho de toda a Igreja. «Todas as Igrejas locais e todos os seus membros – guiados pelo Papa e pelos seus bispos – são chamados ao diálogo.» (*Diálogo e Anúncio*, 43). Os membros da Igreja praticam diferentes formas de diálogo – da vida, da ação, do intercâmbio teológico, da experiência religiosa – segundo a sua experiência, a sua responsabilidade na Igreja e o seu estado de vida. O objetivo do diálogo intercultural e inter-religioso na

missão da Igreja não é necessariamente a conversão ao Cristianismo, mas a conversão das pessoas a uma melhor compreensão recíproca, a um conhecimento sincero e a um respeito mútuo, ao serviço da paz, da harmonia, da justiça, da reconciliação e da promoção da liberdade religiosa. Não obstante, os membros de outras religiões podem decidir livremente converter-se e abraçar a fé cristã entrando na Igreja, quando são movidos pelo Espírito Santo e a sua consciência lhes pede que o façam. A confiança e a abertura recíprocas, fundadas sobre a liberdade religiosa, constituem a base para o empenho num diálogo autêntico e frutífero.

«Embora a Igreja reconheça, de bom grado, aquilo que há de verdadeiro e de santo nas tradições religiosas do Budismo, do Hinduísmo e do Islão – reflexos daquela verdade que ilumina todos os homens –, isso não diminui o seu dever e a sua determinação de proclamar sem hesitações Jesus Cristo que é “o Caminho a Verdade, e a Vida” [...]. O facto de os crentes de outras religiões poderem receber a graça de Deus e serem salvos por Cristo independentemente dos meios normais por Ele estabelecidos não suprime, de facto, o apelo à fé e ao Batismo que Deus dirige a todos os povos. Com efeito, o próprio Cristo, “ao inculcar expressamente a necessidade da fé e do Batismo, corroborou, em simultâneo, a necessidade da Igreja, na qual os homens entram como que por uma porta, mediante o Batismo”. O diálogo deve ser conduzido e realizado com a convicção de que a Igreja é o caminho normal da salvação e de que só ela possui a plenitude dos meios de salvação.» (*Redemptoris Missio*, 55)

CARIDADE MISSIONÁRIA E COMUNHÃO ENTRE AS IGREJAS

Uma troca de opiniões sobre os métodos e as possibilidades de uma recolha de fundos sistemática para o trabalho das Obras Missionárias Pontifícias (OMP) chama a nossa atenção para um dos principais desafios com que se depara no trabalho quotidiano de recolha de fundos para a missão da Igreja. A pergunta sobre os fundamentos teológicos desta dimensão do trabalho de angariação de fundos coloca-nos, de facto, numa espécie de dilema: a missão e o dinheiro não parecem chegar facilmente a acordo entre si.

Por um lado, temos consciência das instruções de Jesus aos seus discípulos em relação à proclamação da Boa Nova nas cidades e nas aldeias da Galileia: «Recebestes de graça, dai também de graça! Não leveis nos cintos moedas de ouro, de prata ou de cobre; nem sacola para o caminho, nem duas túnicas, nem calçado, nem bastão.» (Mt 10,8-10) O serviço e a gratuidade caracterizam a credibilidade daqueles que difundem a Boa Nova do Reino de Deus num mundo em que, por regra, prevalecem atitudes completamente diferentes. Com efeito, a acusação contra os missionários de terem realizado o seu trabalho por interesse pessoal ou utilizando incentivos materiais tem lesado repetidas vezes a sua reputação e, por conseguinte, descredita a sua causa. À luz disso, o documento ecuménico conjunto *Testemunho cristão num mundo multirreligioso: Recomendações de conduta* (2011) afirma de modo inequívoco que as situações de pobreza e necessidade não devem ser exploradas para incentivar as pessoas a converter-se mediante várias formas de aliciamento, incluindo incentivos financeiros e remunerações (*Princípios*, n.º 4).

Por outro lado, o trabalho missionário, como empreendimento sistemático projetado para difundir a fé cristã, teve necessidade de um objetivo e

de um plano desde o início, para poder ser levado a cabo com êxito: requeria planificação, organização, estruturas e estratégias. Sobretudo, porém, precisava de recursos: pessoas treinadas e equipadas para desempenhar o trabalho e, em última análise, os meios financeiros para realizar os projetos. Tal empreendimento teve início com a planificação das viagens missionárias empreendidas pelo Apóstolo Paulo e pelos seus companheiros. O desejo de apoiar largamente os missionários nos seus esforços foi o principal estímulo para a fundação das Obras Missionárias Pontifícias (1822/1922). Ainda hoje, para desempenhar a sua missão de evangelização, a Igreja continua a ter necessidade de recursos espirituais e materiais adequados, de que nem todas as Igrejas locais dispõem.

É claro que a evangelização é impossível sem recursos financeiros. Isso levanta a questão de como se podem angariar fundos sem afetar a credibilidade da Igreja, ou seja, do fundamento teológico e ético dos esforços de angariação de fundos no interior da Igreja, no contexto missionário.

Referências bíblicas

Aquilo que impressiona de imediato é o claro ceticismo de Jesus frente aos bens materiais e ao poder destruidor que estes podem exercer sobre nós. As suas palavras ressoam aos nossos ouvidos e nos nossos corações. «Ninguém pode servir a Deus e às riquezas.» (Mt 6,24) «De facto, é mais fácil um camelo entrar pelo buraco de uma agulha, do que um rico entrar no Reino de Deus.» (Lc 18,25) «Não acumuleis riquezas aqui na terra, [...] acumulai riquezas no céu.» (Mt 6,19-20)

Pelo contrário, no Antigo Testamento é dada uma importância considerável ao apoio material para com os pobres e os mais desfavorecidos. Isso verifica-se, em particular, pela proibição geral da usura, pelo perdão das dívidas nos anos jubilares e pela dádiva de esmolos. As obras sociais desse tipo não se destinavam a servir principalmente os interesses dos doadores,

de modo a fazer crescer o seu prestígio social. Eram orientadas, sobretudo, para o bem-estar dos necessitados e, frente a Deus, tinham um significado por direito próprio. Na sua crítica cortante dirigida à sociedade, os profetas sublinham o significado de tais obras em favor dos marginalizados, estabelecendo uma ligação entre eles e a história de fé do povo de Israel. Jesus retoma essas reflexões e amplifica-as. Assim, é o próprio Deus que recompensa as boas ações e a atitude que as inspira (cf. Mt 6,1-4). Com efeito, é a Deus que se dirige, em última análise, a boa ação, visto que Ele Se identifica a tal ponto com o destino dos pobres e dos mais humildes, que estes, em certa medida, O representam (cf. Mt 25,31-46).

É de particular importância para a nossa questão a coleta que o Apóstolo Paulo solicitou às comunidades cristãs por ele fundadas para sustentar a primeira Igreja de Jerusalém. A razão pela qual o fez foi por esta Igreja se encontrar em necessidade: estava, obviamente, a experimentar uma pobreza material que não podia ser aliviada com os recursos disponíveis no interior da Igreja de Jerusalém. A coleta era, portanto, entendida como expressão da ligação de comunhão espiritual e eucarística entre cristãos provenientes do judaísmo e cristãos provenientes do paganismo, ligação cujo valor se manifestava na hora da necessidade sob a forma de apoio concreto. Essa ajuda não era um ato de caridade, mas antes um dever espiritual para com aqueles irmãos dos quais se tinha recebido o dom da fé: um verdadeiro ato de comunhão espiritual por amor a Cristo e à evangelização.

O fundamento teológico da coleta permite, assim, aceder à forma como o Apóstolo entendia a Igreja. Para Paulo, as Igrejas não estão isoladas umas das outras, mas interligadas por uma pertença eucarística espiritual. Tal como as partes de um corpo, as Igrejas estão interligadas e são interdependentes, vivem em comunhão (cf. 1COR 12,12-31). Para ele, a experiência espiritual subjacente e que mantém a unidade desse corpo eclesial é Jesus Cristo, na sua Revelação, na pregação do Evangelho e na Eucaristia. Através do seu Espírito, as partes individuais são integradas no corpo pelo Batismo. Em certo sentido, todas as diferenças discriminatórias entre os seres humanos

individuais são dissipadas em Cristo para bem de uma verdadeira e fecunda comunhão. Já não há judeus nem gregos, escravos nem homens livres, homens nem mulheres, porque são todos “um” só em Cristo (cf. GL 3,28). A nova forma de Paulo ver as coisas reflete-se, em particular, sobre o significado que ele atribui aos membros mais débeis e humildes, pois, «se um membro sofre, todos os membros participam do seu sofrimento» (1COR 12,26).

As Obras Missionárias Pontifícias

Esta imagem de um corpo e das suas inúmeras partes explica não só a interdependência dos membros fortes e fracos de uma Igreja, mas também constitui o fundamento das relações de comunhão entre as Igrejas locais no interior da Igreja universal. Também aqui, os fortes devem sustentar os fracos. Esta forma de partilha apresenta uma diferença fundamental relativamente à oferta de simples contributos. Enquanto o fluxo das doações é o resultado de uma acentuada assimetria social entre o doador e o recetor, essa distinção é abolida em Cristo pela pertença comum de todas as partes ao corpo espiritual da Igreja universal. No interior da comunidade espiritual da Igreja universal, não se pode falar de doadores e recetores. Pelo contrário, cada membro tem qualquer coisa indispensável a oferecer como contributo para a comunidade dos fiéis inspirada pelo Espírito. Esta permuta de dons permite que os participantes no único corpo se tornem irmãos e irmãs que se encontram em pé de igualdade.

Embora do exterior possa parecer que se trata de uma simples ajuda material, a comunhão prática no interior da Igreja universal tem, sobretudo, um significado teológico espiritual. A perceção de tal ligação é o que está na base da importância crucial da motivação inspiradora de Paulina Jaricot: a ligação entre a oração quotidiana pelo trabalho de propagação da fé e o apoio prático aos esforços missionários da Igreja através de uma doação regular («em cada dia um *Pai-Nosso* e uma moeda para a missão»). A missão

torna-se, portanto, num esforço comum por parte de todos os crentes, ao qual cada pessoa singular pode dar o seu próprio contributo. Assim, Paulina Jaricot abriu o caminho de modo muito prático para a declaração feita no Concílio Vaticano II, segundo a qual a Igreja, no seu conjunto, é por sua própria natureza missionária, e cada batizado participa, portanto, no dever missionário da Igreja de pregar o Evangelho, de dar testemunho do Senhor ressuscitado, de partilhar os sacramentos e de viver do amor divino.

A motivação espiritual representa a motivação primordial para as doações, sendo potenciada por esforços ativos. Esta ligação dialética é, com toda a probabilidade, a razão do clamoroso sucesso da ideia de Paulina Jaricot, que antecipou, portanto, de forma intuitiva, um dos elementos essenciais de uma angariação de fundos bem-sucedida. Hoje em dia, a angariação de fundos é entendida como atividade sistemática levada a cabo por uma organização de beneficência a fim de obter todos os recursos necessários para alcançar o seu objetivo estatutário ao menor custo possível. Isso faz-se garantindo uma atenção constante às necessidades dos fornecedores de recursos. A angariação de fundos é, portanto, orientada para a motivação dos doadores. Os doadores deveriam ser capazes de se identificarem com o objetivo que estão a apoiar mediante a sua ajuda material. Ao mesmo tempo, o ato de união fraterna expresso pela sua doação deveria ser capaz de acrescentar valor e motivação espiritual à própria experiência de vida eclesial e de fé. O sucesso da angariação de fundos, portanto, tem que ver, em primeiro lugar, com a motivação e a animação missionária da fé.

A proclamação do Evangelho, a oração e o convite à partilha material implicam, quer para quem angaria os fundos quer para quem os doa, uma forte chamada à conversão. A angariação de fundos é sempre um convite à conversão: todos são chamados a uma nova relação, mais espiritual, com os seus desejos, as suas necessidades, as suas intenções e os seus recursos. Segundo esta visão particular, quem angaria fundos não é o único a tirar proveito deles, porque também os doadores participam numa nova comunhão, edificando, em nome do Evangelho, uma rede de partilha e de fraternidade.

A angariação de fundos como ministério é um tema que raramente consideramos de um ponto de vista espiritual.

Para o Evangelho, pelo contrário, a angariação de fundos não é apenas uma resposta a uma crise, mas é sobretudo uma forma de serviço destinada a promover a unidade e a comunhão na Igreja. Em certo sentido, é mais uma ocasião para proclamar a nossa fé e estender o convite a outras pessoas no sentido de partilharem a missão de difundir a Boa Nova de Jesus Cristo e da sua Igreja. Portanto, a angariação de fundos é, sem dúvida, precisamente o oposto de pedir esmola. Sabemos que nos foi confiada uma clara missão: toda a Humanidade é chamada a ser salva e a transformar-se num só corpo em Jesus Cristo. Convidamos os doadores a investir livremente os recursos que Deus lhes deu – energia, orações e dinheiro – em favor desse objetivo ao qual nos chamou a nossa fé comum.

Angariação de fundos para as OMP

As observações feitas até aqui têm consequências práticas no trabalho de angariação de fundos das Obras Missionárias Pontifícias. O ponto crucial de partida é a motivação do doador, o modo de estimulá-la e apoiá-la. O êxito da angariação de fundos baseia-se numa atividade de animação missionária convincente e estimulante, cujo objetivo é consciencializar as pessoas da oportunidade que cada cristão tem de desempenhar um papel ativo na missão de evangelização da Igreja.

O trabalho motivacional deve ser acompanhado de oportunidades práticas de dar expressão tangível a essa orientação pessoal. É esse o maior desafio para o trabalho de angariação de fundos das Obras Missionárias Pontifícias. A comunicação, no início do século XIX, limitava-se, em grande parte, a cartas e jornais, ao passo que hoje em dia há muitas formas e meios de nos mantermos em contacto com a realidade do trabalho missionário em campo. As pessoas devem poder tocar com a mão o facto de que a sua oferta as

torna parte integrante de uma rede de pessoas e de atividades mais vasta, cujo significado ultrapassa todo o empenho financeiro. Por esse motivo, a angariação de fundos para a missão deve pôr constantemente em destaque que o dinheiro obtido não é um fim em si mesmo. Pelo contrário, é um instrumento destinado a promover empreendimentos e obras que, em última análise, nenhuma quantidade de dinheiro no mundo poderia adquirir: a pregação do Evangelho de Jesus, a construção da sua Igreja com base na propagação da fé cristã, a celebração dos sacramentos e a realização de muitas obras de caridade cristã.

Deve ser atribuída uma importância crescente à apresentação de finalidades concretas e claras que os doadores podem apoiar e seguir de perto. Independentemente de até que ponto pode ser importante satisfazer as expectativas dos doadores, nunca se deveria perder de vista o significado e o objetivo real da angariação missionária de fundos. Em suma, trata-se de participar na vida da Igreja em todo o mundo. As Obras, precisamente por serem pontifícias, garantem o destino universal dos fundos, tentando assegurar uma distribuição equitativa a fim de que nenhuma Igreja local careça do necessário para evangelizar. As OMP, ao serviço direto do Papa, servem-no na sua solicitude de Pastor da Igreja Universal, inclusivamente nessa dimensão material e económica da missão. Trata-se de permitir a todas as Igrejas viver a própria responsabilidade batismal pela missão.

Desejando sublinhar que todos os fundos angariados durante o mês de outubro de 2019 serão oferecidos ao Papa para cobrir os custos da evangelização, reafirmamos que o contributo da experiência dos nossos diretores nacionais e diocesanos é de extremo valor. Repensar a natureza eclesiológica e o papel das OMP, tendo em vista o seu relançamento durante o Mês Missionário Extraordinário Outubro 2019, significa reconsiderar também este aspeto. O apoio material à missão de anunciar o Evangelho sempre representou a extensão da fé e das orações de um grande número de cristãos pela *missio ad gentes*. A construção de igrejas e capelas para o culto e de lugares para a catequese e a formação cristã, a par de outras atividades, como a

tradução para as línguas locais das Sagradas Escrituras, dos textos litúrgicos ou dos documentos do magistério papal, requerem gestos concretos de caridade cristã pelas missões. A formação dos catequistas, dos agentes pastorais e de leigos católicos empenhados em campos seculares, além da formação de seminaristas e noviços, homens e mulheres, tem sempre feito parte da animação missionária das OMP. Portanto, o dever de repensar a dimensão económico-material das OMP, radicando-a na missão de anunciar o Evangelho e de edificar a Igreja, será de grande benefício para todos.

Mesmo que a ajuda dada tenha de ser usada para satisfazer as necessidades específicas das Igrejas locais individuais, e estas têm o direito de avaliar por si as suas próprias necessidades, a comunhão e a universalidade da Igreja devem crescer graças a esta obra de sensibilização e de angariação de fundos. Assim, devem predispor-se estruturas destinadas à coordenação das atividades dos vários atores envolvidos nesse trabalho missionário.

Além disso, deve dar-se uma grande importância à contabilidade, para controlar o uso correto das doações recebidas, e relativamente às normas pertinentes vigentes nos vários países. Nunca deveria surgir a mínima dúvida quanto ao facto de que quem angaria fundos está a envidar todos os esforços por servir o objetivo comum, sem procurar outros interesses. Deve-se prestar atenção à recomendação de Jesus: «Recebestes de graça, dai também de graça.» (Mt 10,8b)

A angariação de fundos e a missão não devem ser opostas e inconciliáveis. É indispensável, porém, que haja uma reflexão ética sobre as oportunidades das atividades de angariação de fundos e sobre os seus limites, no contexto das atividades da Igreja, visto que nem tudo o que é possível é necessariamente correto. No âmbito da vasta gama de possibilidades em aberto, deve ser tomada uma opção que esteja em linha com o carácter específico das Obras Missionárias Pontifícias. Em última análise, isso significa dar prioridade às atividades que contribuem para a realização do encargo missionário de Jesus.

MISSÃO, POBREZA E JUSTIÇA SOCIAL

A Doutrina Social faz parte da missão evangelizadora da Igreja universal. «Com o seu ensinamento social, a Igreja pretende anunciar e atualizar o Evangelho na complexa rede das relações sociais. Não se trata simplesmente de alcançar o homem na sociedade – o homem como destinatário do anúncio evangélico –, mas de fecundar e fermentar com o Evangelho a mesma sociedade. Cuidar do homem significa, para a Igreja, envolver a própria sociedade na sua solicitude missionária e salvífica. [...] A sociedade e, com ela, a política, a economia, o trabalho, o direito e a cultura não constituem um âmbito meramente secular e mundano e, por isso, marginal e alheio à mensagem e à economia da salvação. Efetivamente, a sociedade – com tudo o que nela se realiza – diz respeito ao homem. É a sociedade dos homens, que são “a primeira e fundamental via da Igreja”.» (*Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 62)

Os valores e a capacidade de orientação para o bem comum, que desde sempre constituem a expressão e a força da Doutrina Social, precisam hoje, mais do que nunca, de uma concreta aplicação e declinação relativamente às temáticas de grande relevância e gravidade do tempo presente. A profunda crise em que se encontra uma enorme faixa da população mundial requer, hoje, que se ponha urgentemente em campo este grande recurso, capaz de «um conhecimento iluminado pela fé, em diálogo cordial com todo o saber» (*Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, Capítulo Segundo n. II).

«A economia – como a própria palavra indica – deveria ser a arte de chegar a uma adequada administração da casa comum, que é o mundo inteiro. Todo o ato económico de uma certa envergadura, realizado em qualquer parte do

planeta, repercute-se sobre o mundo inteiro, pelo que nenhum Governo pode agir à margem de uma responsabilidade comum. Na realidade, torna-se cada vez mais difícil encontrar soluções a nível local para as enormes contradições globais, pelo que a política local está cheia de problemas por resolver. Se realmente queremos alcançar uma economia global saudável, precisamos, nesta fase da história, de um modo mais eficiente de interação que, salvaguardando a soberania das nações, assegure o bem-estar económico de todos os países e não apenas de alguns.» (*Evangelii Gaudium*, 2016)

O Papa Francisco tem referido várias vezes a necessidade urgente de «gerar novos modelos de progresso económico orientados mais diretamente para o bem comum, a inclusão e o desenvolvimento integral, para o incremento do trabalho e o investimento nos recursos humanos» (*Discurso aos Participantes na Conferência Internacional da Fundação Centesimus Annus Pro Pontifice*, 13 de maio de 2016).

Os desafios lançados aos leigos católicos empenhados no mundo da economia para «gerar novos modelos de progresso económico» são múltiplos. Mencionam-se aqui alguns:

1. promover uma conceção de empresa ao serviço do bem comum, evitando a lógica unilateral da maximização do lucro;
2. incentivar formas híbridas de empresa, ou seja, formas intermédias entre as lucrativas e não-lucrativas, muitas vezes mais adequadas ao serviço de certas atividades produtivas;
3. desenvolver uma nova geração de empresários atentos aos temas da sustentabilidade e do bem comum, em resposta ao grande desafio planetário, que é o do emprego;
4. promover soluções de assistência social empresarial e de conciliação família-trabalho, inclusive para promover a natalidade naqueles contextos caracterizados pela crise demográfica;
5. favorecer a colaboração, até à criação de sociedades ou parcerias, entre empresários cristãos do Norte e do Sul do mundo, de tal modo que a solidariedade também assuma o rosto de partilha de conhecimentos,

de transferência de tecnologias, de apoio no acesso aos mercados, de criação de fileiras produtivas que respeitem o homem e o ambiente.

É por demais evidente a necessidade de repensar um paradigma de crescimento que, embora não seja o único em curso, tem certamente prevalecido nas últimas décadas. Um paradigma que se tem baseado na ideia de que o mercado sabe sempre autorregular-se, de que o individualismo exacerbado constitui uma necessidade para o progresso e de que o desenvolvimento dos países, emergentes ou não, só poderá ocorrer adotando esse paradigma. Nesse sentido, a Doutrina Social, pelo contrário, abunda em indicações concretas: é necessário um modelo de desenvolvimento baseado na valorização da pessoa e das relações solidárias interpessoais. É necessário, sobretudo, prestar mais atenção aos pobres e aos excluídos: «Qualquer comunidade da Igreja, na medida em que pretenda permanecer tranquila, sem se ocupar criativamente nem contribuir de forma eficaz para que os pobres vivam com dignidade e em vista da inclusão de todos, também correrá o risco da sua própria dissolução, mesmo que fale de temas sociais ou critique os governos. Facilmente acabará submersa na mundanidade espiritual, dissimulada com práticas religiosas, reuniões infecundas ou discursos vazios.» (*Evangelii Gaudium*, 207) Se no futuro se quiserem evitar novas e mais dramáticas crises, será necessário orientar os sistemas económicos nacionais e internacionais para um verdadeiro desenvolvimento, sólido e sustentável no tempo, que abandone o consumo sem limites das últimas décadas, focando-se, pelo contrário, em investimentos e no emprego.

A crise, derivada da mudança irreversível ocorrida ao longo das últimas décadas nas últimas relações entre os países ricos e o resto do mundo, impõe, hoje, um repensar profundo das relações económicas internacionais, e a redescoberta da solidariedade dinâmica que, além da distribuição dos recursos existentes, também se preocupa com a produção, dizendo respeito às relações Norte-Sul e Este-Oeste. Esta forma de partilha explica-se mediante as várias componentes do desenvolvimento: o desenvolvimento

económico promovido pelas instituições, pela sociedade e pelas empresas, constituídas por empresários e trabalhadores; o desenvolvimento intergeracional, que se baseia em sistemas de previdência sustentáveis e que leva à valorização da família fundada sobre o matrimónio entre o homem e a mulher, e o desenvolvimento social, que promove a coesão da sociedade e dos territórios.

«O bem-estar económico de um país não se mede exclusivamente pela quantidade de bens produzidos, mas também tendo em conta o modo como são produzidos e o grau de equidade na distribuição do rendimento, que a todos deveria permitir o acesso àquilo que é necessário para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da própria pessoa. Uma distribuição equitativa dos rendimentos deve ser procurada com base em critérios não só de justiça comutativa, mas também de justiça social, ou seja, considerando, além do valor objetivo das prestações de trabalho, a dignidade humana dos sujeitos que as realizam. Um bem-estar económico autêntico também se persegue mediante adequadas políticas sociais de redistribuição do rendimento, que, tendo em conta as condições gerais, considerem oportunamente os méritos e as necessidades de cada cidadão.» (*Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 303)

Urge, hoje, incentivar e adotar uma visão a longo prazo, que saiba prescindir de egoísmos particularistas e, pelo contrário, seja capaz de construir uma política de bem comum. «O princípio do destino universal dos bens convida a cultivar uma visão da economia inspirada em valores morais que permitam nunca perder de vista nem a origem nem a finalidade de tais bens, de modo a originar um mundo equitativo e solidário, em que a criação da riqueza possa assumir uma função positiva.» (*Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 174) Nesse sentido, a subsidiariedade, enquanto valorização da pessoa e da sua autonomia e responsabilidade na prossecução dos objetivos do bem comum, continua a ser o princípio orientador de uma democracia que queira implementar uma equilibrada distribuição de funções entre os sujeitos institucionais, sociais e económicos do mercado.

Uma definição extraordinariamente eficaz do desenvolvimento orientado para o bem comum e para a promoção da pessoa pode encontrar-se na combinação de subsidiariedade e solidariedade, tal como foi delineada por Bento XVI na *Caritas in Veritate* (58): «O princípio da subsidiariedade deve ser mantido intimamente ligado ao princípio da solidariedade e vice-versa, porque, se a subsidiariedade sem a solidariedade cai no particularismo social, a solidariedade sem a subsidiariedade cai no assistencialismo que humilha o sujeito necessitado.» Disso deriva que só da interdependência entre as instituições, a sociedade e o mercado, situados no interior do paradigma de subsidiariedade e solidariedade, possa emergir o desenvolvimento no sentido completo do termo.

Tomada na sua totalidade, é esta a indicação de um percurso de desenvolvimento preciso, que também contém linhas orientadoras específicas para as opções concretas de política no campo económico, social e político. E é precisamente este o contributo de confiança e esperança que a Doutrina Social dá a uma Humanidade atualmente em dificuldades, porque «a Igreja não tem modelos a propor. Os modelos reais e verdadeiramente eficazes poderão nascer apenas no quadro das diversas situações históricas, graças ao esforço de todos os responsáveis que enfrentam os problemas concretos sob todos os seus aspetos sociais, económicos, políticos e culturais que se entrecruzam entre si» (*Centesimus Annus*, 43)

Outubro
2019

LOGOTIPO OUTUBRO 2019 SÍMBOLOS E CORES⁷

BATIZADOS E ENVIADOS: A IGREJA DE CRISTO EM MISSÃO NO MUNDO

O símbolo é sempre uma ponte que liga o visível ao invisível e os transporta um ao outro (Paul Evdokimov).

O logotipo do Mês Missionário Extraordinário Outubro 2019 mostra uma cruz missionária cujas cores tradicionais se referem aos cinco continentes. A Cruz acolhe o mundo e interliga os povos, estabelecendo a comunicação das pessoas entre si e com a Igreja universal, e cria várias ligações entre os povos. A Cruz é o instrumento e o sinal eficaz da comunhão entre Deus e os homens devido à universalidade da nossa missão. A Cruz é luminosa, cheia de cor, sinal da vitória e da Ressurreição.

O mundo é transparente porque a nossa ação de evangelização não tem barreiras nem fronteiras: é fruto do Espírito Santo. A Cruz abraça cada homem e cada mulher deste mundo e, precisamente graças à Cruz, estamos unidos, interligados e abertos à comunhão, tendo em vista a missão.

A caridade cristã e o mundo transfigurado no Espírito superam as distâncias e abrem o olhar da nossa mente e do nosso coração. É o amor de Jesus que não conhece limites nem fronteiras.

As palavras BATIZADOS E ENVIADOS, que acompanham a imagem, indicam os dois elementos característicos e irrenunciáveis de cada cristão: o Batismo e o anúncio. Da Cruz brota o Batismo para salvação do mundo a que somos enviados para anunciar o Evangelho de Jesus.

⁷ Faz referência ao desenho do logotipo apresentado na capa deste Guia Outubro 2019.

As cores da Cruz são as tradicionalmente atribuídas aos cinco continentes: o vermelho para a América, o verde para África, o branco para a Europa, o amarelo para a Ásia e o azul para a Oceânia. Cada cor tem um significado simbólico que torna possível a ligação entre os continentes através dos povos, na comunhão de Deus com a Humanidade.

O vermelho diz respeito ao sangue dos mártires do continente americano, sementes para uma vida nova na fé cristã. É a cor da paixão dos missionários que, tendo chegado a um novo país, se interessam pela salvação dos povos. Ainda hoje é sinal da paixão de quem permanece fiel ao Evangelho sem aceitar compromissos dúbios. O vermelho refere-se à terra e a tudo aquilo que é terreno: é uma cor viva e comunicativa.

O verde é a cor da vida, da natureza, da vegetação. Simboliza o crescimento, a fecundidade, a juventude e a vitalidade. O verde é a cor que confere harmonia ao conjunto. O continente africano é chamado a essa harmonia inclusivamente no meio do deserto e do sofrimento. Também é a cor da esperança, uma das três virtudes teológicas.

O branco é símbolo da alegria, início de vida nova em Cristo. É o desafio lançado a uma velha Europa, para que ela seja capaz de se reapropriar da força evangelizadora que a gerou graças a tantas Igrejas e a tantos santos.

O amarelo é cor de luz, que se alimenta de luz invocando a verdadeira Luz. A Ásia é o continente onde nasceu Jesus, o Filho de Deus, o nosso Sol, que nasce do Alto.

O azul é a cor da Oceânia, formada por inúmeras ilhas espalhadas pelo oceano. É a cor mais próxima do invisível, refere-se à vida divina, recorda o mistério e convida à transcendência em relação a tudo aquilo que é terreno e sensível. É a cor da água da vida que nos dessedenta e nos restaura ao longo do caminho para Deus, é a cor do nosso céu, sinal da morada de Deus com os homens que somos nós.

ORAÇÃO
PARA O MÊS MISSIONÁRIO EXTRAORDINÁRIO
OUTUBRO 2019

Pai Nosso
o teu filho unigénito Jesus Cristo
ressuscitado de entre os mortos
confiou aos seus discípulos:
«ide e fazei discípulos todos os povos.»
Recorda-nos que através do batismo
nos tornamos participantes da missão da Igreja.

Pelos dons do Espírito Santo, concedei-nos a Graça
de ser testemunhas do Evangelho,
corajosos e vigilantes,
para que a missão confiada à Igreja,
ainda longe de estar realizada,
possa encontrar novas e eficazes expressões
que levem vida e luz ao mundo.

Ajudai-nos, Pai Santo, a fazer que todos os povos
possam encontrar-se com o amor
e a misericórdia de Jesus Cristo,
Ele que é Deus convosco, e vive e reina
na unidade do Espírito Santo,
agora e para sempre.

Ámen.

OMNIS TERRA
PUBLICAÇÕES PONTIFÍCIA UNIÃO MISSIONÁRIA
CENTRO INTERNACIONAL DE ANIMAÇÃO
MISSIONÁRIA

1. MERONI F. (ed.), *Mission makes the Church. 1916 - October 31 - 2016 Pontifical Missionary Union*, Aracne, Roma, 2017
2. MERONI F., GIL A. (coords.), *Laicado y Misión*, PPC OMP, Madrid, 2017
3. DIARRA P., *Evangéliser aujourd'hui – le sens de la Mission*, MAME, Paris, 2017
4. MERONI F. (ed.), *Youth, Catholic Church and Religions in Asia*, UUP, Roma, 2018
5. MERONI F., GIL A. (coords.), *La Misión, Futuro de la Iglesia. Missio ad-inter gentes*, PPC OMP, Madrid, 2018
6. TATAR M., ATŁAS T. (coords.), *Missio ad gentes and Laity*, Missio-Polónia, Varsóvia 2018
7. STANISLAUS LAZAR T. (ed.), *Prospects and Pathways in India: Missio Ad-Inter Gentes*, St. Pauls, Mumbai, 2019.

Outubro
2019